

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GRACIELE DELLALIBERA DE MELLO

**AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E A EDUCAÇÃO FEMININA NO
PARANÁ OITOCENTISTA
(1849-1886)**

CURITIBA

2018

GRACIELE DELLALIBERA DE MELLO

**AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E A EDUCAÇÃO FEMININA NO
PARANÁ OITOCENTISTA
(1849-1886)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Juarez José Tuchisnki dos Anjos

CURITIBA

2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca de Ciências Humanas
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584 com
os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mello, Graciele Dellalibera de.

As representações de gênero e a educação feminina no Paraná
Oitocentista / Graciele Dellalibera de Mello. – Curitiba, 2018.
260 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná . Setor
de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos

1. Educação feminina – Paraná. 2. Gênero – Análise. 3. Sexo
Diferenças (Educação). I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD 370.82



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **GRACIELE DELLALIBERA DE MELLO**, intitulada: **AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E A EDUCAÇÃO FEMININA NO PARANÁ OITOCENTISTA (1849-1886)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 21 de Março de 2018.

Gi
JUAREZ JOSE TUCHINSKI DOS ANJOS(UFPR)

(Presidente da Banca Examinadora)

Dulce Regina Baggio Osinski
DULCE REGINA BAGGIO OSINSKI(UFPR)

Rossano Silva
ROSSANO SILVA(UFPR)

Maria Celi C. Vasconcelos
MARIA CELI CHAVES VASCONCELOS(UERJ)

AGRADECIMENTOS

Foi preciso muito fôlego e alguns pares de luvas de silicone para chegar até aqui. Que bom que não caminhei sozinha e assim ofereço meus agradecimentos.

Agradeço à CAPES por financiar esta pesquisa, propiciando um maior conhecimento sobre a educação das mulheres no século XIX.

Eterna gratidão a meu ilustrado e visionário orientador, Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos, que conseguiu ver além do meu desejo de pesquisar a história das mulheres, acreditando que eu era uma pesquisadora capaz de ouvir as fontes do século XIX. Obrigada por toda paciência e generosidade ao mostrar o caminho das fontes históricas e ceder outras tantas, pelas leituras apuradas e questionadoras, buscando sempre instigar o meu olhar a ser mais histórico e menos anacrônico. Agradeço por sempre se fazer presente nos momentos de dúvidas e entender os percalços da pesquisadora e do ser humano por trás dela. Saber apontar um caminho sem soltar ou pressionar demais é um talento seu!!!!!! Sim, esta orientação foi concluída com louvor, como tantos outros empreendimentos seus, os quais me inspiram! Ao meu Mestre Juarez, com carinho.

A meu companheiro de vida, Diego Duda, minha gratidão por todo suporte físico, emocional e intelectual nestes dois longos/curtos anos. Respeito e admiração mútua fazem parte desta relação. Agradeço também a meus pais, Doloures e Celso, por sempre incentivarem meus estudos e por estarem dispostos a dar aconchego quando necessário.

Agradeço aos professores doutores da linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação que me permitiram ampliar meu repertório e articular melhor a teoria e a prática da pesquisa. Pelo primeiro contato com a teoria, Professora Dra. Nádia Gaiofatto Gonçalves, pelo descobrimento da instigante Historiografia da Infância, Juarez J. Tuchinski dos Anjos e Gizele de Souza que também tornou meu olhar mais atento a Historiografia da Educação Brasileira. Agradeço as discussões e exercícios na disciplina do professor Dr. Carlos E. Vieira, e que continuam no grupo de Pesquisa de História Intelectual e Educação (GPHIE).

Agradeço aos professores da banca por seus olhares atentos. Gratidão à professora Dra. Maria Celi Chaves Vasconcelos pela análise rigorosa sobre a educação feminina e pelo maravilhoso material disponibilizado. À inspiradora professora Dra. Dulce Regina Baggio Osinski, incentivadora de projetos desde a graduação, que

mostrou um caminho possível entre arte, história da educação e estudos sobre a modernidade, fundamentais para o início da pesquisa. Ao professor Dr. Rossano Silva por todo suporte ofertado sobre desenho geométrico e no foco acurado sobre a arte. Meus mais sinceros agradecimentos aos arquivos, centros de pesquisa e bibliotecas, reais ou virtuais por onde passei.

À diretoria do Museu Paranaense, por ceder o direito de uso das imagens da artista Iria Cândida Correia e à Tatiana Takatuzi por toda a disponibilidade na pesquisa.

Ao setor de pesquisa do Arquivo Público do Paraná e ao ânimo que carregam, grata à Marina e à Maureen por toda ajuda ofertada.

Ao Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, principalmente ao Zé Maria, pronto a ceder materiais e uma boa conversa.

Aos setores de pesquisa do Museu de Arte Moderna do Paraná, com a professora Joceli, e do Museu Alfredo Andersen, com a empolgante historiadora Marta Souza Leite.

Agradecimentos ao setor de pesquisa da Casa da Memória de Curitiba e à equipe do Círculo de Estudos Bandeirantes.

Agradeço a todo corpo docente do C. E. Conselheiro Zacarias, em especial à direção de Raquel Arpini e Paulo Fonseca, que sempre me incentivaram a participar de projetos iniciados no interior da Instituição e que me levaram de volta à pesquisa acadêmica, no projeto de Artes Visuais do PIBID/EMBAP, junto à mestra Vivian L. Busnardo, coordenadora dessa parceria linda entre escola pública e universidade. Meus sinceros agradecimentos, ao colega, amigo e mestre Robson Sipraki, pela eterna paciência em explicar os processos envolvidos no mestrado e por saber que este era meu lugar, sim.

À turma de bravas guerreiras, só nós sabemos a doçura e as agruras destes dois anos: Juliane, Tálita e Maria, obrigada por todos os cafês, papos, troca de materiais e força compartilhada no processo. Munique Santiago, obrigada pelas angústias, prazos e alegrias partilhados no descobrimento do fazer história. Amanda Gabardo, obrigado por deixar a arte mais próxima em nossas discussões. Gratidão às meninas do doutorado, Cristiane e Julia Tochetto, em especial, pelo empréstimo de “O Queijo e os vermes” e conversas necessárias ao longo do processo. Não poderia deixar de agradecer às doutorandas Alexandra Padilha e Iriana Vezzani por todo acolhimento, disposição e material trocados no processo.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente participaram deste processo.

RESUMO

A pesquisa tem como objeto de estudo as representações de gênero e a educação feminina proposta pelos colégios particulares no Paraná Oitocentista, durante o período de 1849 a 1886. O problema incide em saber que tipo de instrução feminina teria ocorrido nos colégios particulares da região do Paraná na delimitação temporal escolhida. A hipótese do trabalho é a de que, no período de 1849 a 1886, dialogando com as representações de gênero vigentes, os colégios particulares femininos existentes na região propuseram-se a ofertar às meninas, das classes médias e altas, a exemplo do que ocorria em outras províncias, uma educação pautada no ideal de mulher burguesa, detentora de certos dotes intelectuais, domésticos e artísticos que deveriam estar a serviço da família. O objetivo geral será o de investigar o tipo de instrução feminina proposta pelos colégios particulares do Paraná Oitocentista, entre os anos de 1849 a 1886. Os objetivos específicos são: 1) Identificar as representações produzidas sobre as mulheres, bem como as condições em que se encontravam nesta porção geográfica em relação a outras regiões do Império; 2) Analisar as representações presentes na imprensa sobre a educação feminina e os modelos de educação a elas ofertados nos colégios particulares da Província do Paraná, enfatizando as diferenças e especificidades de gênero e de saberes, entre os currículos dos estabelecimentos voltados à instrução de ambos os sexos; 3) Investigar, a partir da trajetória da aluna de um dos colégios paranaenses do período – a pintora Iria Correa – o papel que o modelo de educação feminina, perpassado pelo ensino do desenho e da pintura amadora proposto nessas instituições, pode ter ocupado na vida e na história das mulheres que viveram nesta parte do Brasil do século XIX. Sendo a construção de gênero passível de ser moldada, ela também é uma representação social, elaborada e difundida através de discursos e práticas, como nos jornais, por exemplo, e nas diferentes instituições sociais, como parece ter sido o caso dos colégios voltados à educação feminina. Dois conceitos são importantes para a verificação dessa hipótese e a condução da presente pesquisa: o de representação, de Roger Chartier (1993), e o de gênero, conforme proposto por Joan Scott (1990). As fontes que serão interrogadas na pesquisa são constituídas por seis grandes blocos: a imprensa periódica paranaense, a documentação oficial (legislação escolar, os relatórios dos presidentes da Província e Inspetores Gerais), as correspondências de governo, relatos de viajantes e imagens variadas.

Palavras-chave: Gênero; Educação; Arte; Paraná Oitocentista; Século XIX.

ABSTRACT

This research studies the gender representations and the female education occurred at the private schools of the state of Paraná during the 1800's, specifically between 1849 and 1886. We want to investigate what kind of female instruction occurred at the private schools in the 19th century in the state of Paraná. The hypothesis is that between 1849 and 1886, the female private schools located in the state of Paraná offered to the high and middle class girls an education based on the ideal of the bourgeois woman; this ideal puts women as the possessor of certain intellectual, domestic and artistic gifts that would always be at the service of the family; this concept dialogues with the existing gender representations, similar to what happened in other provinces. The main objective is to verify what kind of instruction the female private schools offered to the 1800's Paraná girls, specifically between 1849 and 1886. The specific objectives are: 1) to identify how women were represented in this geographical portion, as well as how those representations compare to the rest of the Empire; 2) to analyze how women education is represented by the press at that time and what were the educational models offered to the girls by the private schools of the Province of Paraná, emphasizing the gender differences and school subjects specificities related to the curriculum of educational establishments of both sexes; 3) to investigate what part the female educational model might have taken in the life of the 1800's Paraná women, using the trajectory of Iria Correa (one of the students of the schools at that time) as a study subject. Considering that the social gender construction is malleable, it is also a social representation made and spread through speeches and actions (like in the newspapers) and in different social institutions, which looks like the case of the private schools that focused the female education. In order to check this hypothesis and conduct this research, we must take two concepts into consideration: the Roger Chartier's (1993) representation concept, and Joan Scott's (1990) gender concept. The sources that will be questioned in this research are made of six bigger groups: Paraná's periodic press, official documentation (school legislation, the province presidents' and general inspectors' reports), government correspondence, travelers' descriptions and pictures.

Keywords: Gender; Education; Art; 1800's Paraná; 19th century.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: “Grand costume de cour”, de Jean-Baptiste Debret, 1839.....	46
Figura 2: “Une matinée du Mercredi Saint, à l'église. (tournois)”, de Jean-Baptiste Debret, 1839.....	47
Figura 3: “Sinhazinha do Cairê dando passeio para a missa de Coritiba”, aquarela de João, o Mulato, 1817.....	63
Figura 4: “I want to be a Bloomer”, 1854, capa de música para <i>I Want To Be A Bloomer</i>	69
Figura 5: Anúncio Jornal das Senhoras.....	79
Figura 6: Anúncio Jornal O Jasmin.....	80
Figura 7: Anúncio Jornal Echo das Damas.....	81
Figura 8: Anúncio Jornal A Camélia.....	82
Figura 9: Mantilha feminina, Aimé-Adrien Taunay, 1825.....	84
Figura 10: Imagem da Revista Godey's Magazine, 1855.....	87
Figura 11: Desenho do londrino George Cruikshank para <i>The Comic Almanack</i>	88
Figura 12: Figurino de Passeio.....	90
Figura 13: Figurino de Grande baile.....	91
Figura 14: Anúncio de venda de escrava.....	92
Figura 15: Simulação da planta baixa do interior de uma escola de meninos.....	130
Figura 16: Simulação da planta baixa do interior de uma escola de meninas.....	131
Figura 17: Anúncio de jornal do Collegio Francez.....	142
Figura 18: Anúncio de jornal do Collegio de Meninas de Mme. Mariette.....	143
Figura 19: Regimento do Collegio Santa Catharina, 1972.....	145
Figura 20: Regulamento do Colégio de Madame Taulois.....	150
Figura 21: Anúncio do Collegio de Meninos de Jacob Mueller.....	151
Figura 22: Uniforme do Collegio Serapião.....	152
Figura 23: Anúncio do Colegio de Germano Lainsten.....	153
Figura 24: Conteúdos a serem ensinados na 1ª classe.....	161
Figura 25: Desenho de jarros, Louis-Benjamin Francœur, Paris, 1827.....	163
Figura 26: Aplicação do desenho linear. Traçado de uma cabeça de perfil, Paris, <i>Lithographie d'Engelmann et Cie.</i> , 1828.....	164

Figura 27: Fotografia de Iria Correia a partir de um daguerreótipo.....	168
Figura 28: Retrato de Iria Correia.....	170
Figura 29: Objetos de Iria Correia.....	174
Figura 30: Registro de entrada dos James no Brasil	177
Figura 31: Saída de Jessica James para Santos.....	178
Figura 32: Entrada de Jessica James no Rio de Janeiro.....	178
Figura 33: Saída de Jessica James para Campos.....	179
Figura 34: Registro para obtenção de passaporte de Jessica James.....	179
Figura 35: Iria C. Correia, natureza-morta, 1857, pintura, Coleção David Carneiro.....	183
Figura 36: Mary Cassat, Lilases na janela II, 1879.....	184
Figura 37: Iria C. Correia, Santa Tereza de Ávila.....	186
Figura 38: Atribuído a Willie James, Joaquim Américo Guimarães (Comendador)....	187
Figura 39: Paleta de porcelana, da empresa francesa <i>Creil et Montereau</i>	190
Figura 40: Manoel da Costa Ataíde, Nossa Senhora rodeada de anjos músicos.....	192
Figura 41: Jean-Baptiste Debret, retrato de D. Leopoldina.....	195
Figura 42: Antoine Nicolas-Taunay, retrato de Maria Francisca, 1816.....	196
Figura 43: Ferdinand Krumholz, retrato de Manuel de Araújo Porto-alegre, 1848.....	198
Figura 44: Medalha de homenagem a Iria Cândida Correia.....	201
Figura 45: Iria C. Correia, 1860, Manoel Francisco Correia.....	204
Figura 46: Anúncio venda de materiais.....	206
Figura 47: Iria C. Correia, Coronel Joaquim Cândido Correia.....	208
Figura 48: Iria C. Correia, José Mathias Ferreira de Abreu, sem data.....	210
Figura 49: Iria C. Correia, Damiana Correia, sem data.....	212
Figura 50: Daguerreótipo da Imperatriz Teresa Christina, 1855.....	214
Figura 51: Iria C. Correia, Delfica Guimarães, 1860.....	216
Figura 52: Iria C. Correia, Joaquina Correia Guimarães (Sra. José Mathias Ferreira de Abreu), sem data.....	218
Figura 53: Iria C. Correia, Rita Loyola Marques, sem data.....	220
Figura 54: Narciso Figueiras, D. Francisca Munhoz no atelier, 1887.....	222
Figura 55: Iria C. Correia, retrato de mulher desconhecida, sem data.....	224
Figura 56: Kate Perugini, Eric Hawkesley, sem data.....	226
Figura 57: Iria C. Correia, retrato infantil feminino, 1854.....	227

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Colégios Particulares femininos no Paraná Oitocentista.....	134
QUADRO 2 - Colégios Particulares masculinos do Paraná Oitocentista.....	135
QUADRO 3 - Programas dos colégios particulares femininos.....	138
QUADRO 4 - Programas dos colégios particulares masculinos.....	139

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Dados da instrução na Província de São Paulo, 1840.....	41
TABELA 2 – Comparação populacional no Distrito de Curitiba.....	73
TABELA 3 – Obras de Iria C. Correia na Exposição Provincial, 1866.....	189

LISTA DE SIGLAS

AIBA – Academia Imperial de Belas Artes

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

AP – Arquivo Público

ENBA – Escola Nacional de Belas Artes

DEAP-PR – Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná

GT – Grupo de Trabalho

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

RBHE – Revista Brasileira de História da Educação

SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. O BELO SEXO NO PARANÁ OITOCENTISTA	35
1.1 AS MULHERES NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.....	36
1.2 AS MULHERES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.....	57
1.3 NOVA SOCIEDADE, NOVA MULHER? A IMPRENSA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOBRE A MULHER.....	75
2. EDUCANDO E INSTRUINDO O SEXO FORMOSO: REPRESENTAÇÕES E DIFERENCIAÇÕES NOS PROGRAMAS DE ENSINO	100
2.1 AS DONZELAS E AS REPRESENTAÇÕES DE SUA INSTRUÇÃO.....	103
2.2 A DIFERENCIAÇÃO DE PROGRAMAS NOS COLÉGIOS PARTICULARES	121
3. A PEQUENA GRANDE ARTE NA EDUCAÇÃO DE UMA MULHER PINTORA: IRIA C. CORREIA	166
3.1 O PAPEL DA PINTURA NA EDUCAÇÃO E NA VIDA DE UMA MULHER..	168
3.2 A PINTURA RETRATÍSTICA NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO DA ELITE PARNANGUARA NOS RETRATOS DE IRIA C. CÔRREA.....	191
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	229
REFERÊNCIAS	232

INTRODUÇÃO

Precisamos, pois, educar a mulher para o exercício da missão sublime, incomparável, grandiosíssima que tem de desempenhar na sociedade, a qual, sujeita a sua influencia poderosa, será boa ou má, conforme a direção que ella lhe imprimir. (Dias da Rocha, Jornal Dezenove de Dezembro, 22 de setembro de 1869, p. 2)

O objeto de estudo desta pesquisa são as representações de gênero e a educação feminina ocorrida nos colégios particulares no Paraná Oitocentista.

A pesquisa histórica, ao longo do século XX, viu surgir em seu cerne perguntas sobre objetos que até então não lhe eram familiares. Nessas discussões passaram a estar presentes muitos sujeitos antes ausentes da agenda dos historiadores, dentre eles, as mulheres.

A história das mulheres, segundo Michele Perrot (2005), foi excluída da análise histórica por diversas vezes, tendo o positivismo, em particular, operado um retrocesso no objeto feminino, tornando a “profissão de historiador” um trabalho que operacionalizava apenas “os campos de ação e de poder do masculino”.

Entretanto, a urgência em se desvelar aquilo que outrora fora resguardado por camadas e camadas de silêncio, ao longo da história da própria humanidade, havia se tornado inegável em meados do século XX. Vimos surgir, então, o desejo de uma nova história, com gana de novos sujeitos, novos objetos e novas perguntas a serem feitas. (BENCOSTTA e VIDAL, 2010; GALVÃO e LOPES, 2010). Dentro dessa ciência revisitada, a história das mulheres emergiu para questionar a posição de primazia dada ao homem em detrimento dos demais sujeitos, através de indagações como as formuladas por Joan Scott (1991) e que, segundo ela, devem sempre instigar as(os) historiadoras(es) das mulheres: através de que processos as ações dos homens vieram a ser consideradas uma norma, representativa da história humana em geral, e as ações das mulheres foram subestimadas, subordinadas ou consignadas a uma arena particularizada, menos importante?

A partir do uso de novas fontes e objetos, a historiografia da educação brasileira tem se debruçado sobre a categoria de gênero e as possíveis relações que dela possam advir e/ou influenciar o espaço escolar e as relações educativas em variados períodos. Na pesquisa histórico-educacional é possível perceber muitos esforços para revelar essa dimensão.

Entre 1984 e 2000 houve um *boom* de temas e objetos de pesquisa em história da educação, ligados à Nova História e à história cultural, e a pesquisa de gênero é um destes novos territórios visitados pelos pesquisadores no Brasil (BASTOS, 2016; BUFFA, 2015). A partir da criação do Grupo de Trabalho (GT) de História da Educação na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), em 1984, nota-se que esse espaço divulgador da produção nacional se volta a novos olhares, tendo como mote, principalmente a história das mentalidades, o pós-estruturalismo e a história cultural. Entretanto, BUFFA (2015), em um apanhado da produção recente do GT, entre 2005 e 2013, observa que no âmbito nacional houve um aumento de trabalhos na área da história da educação, contudo os de gênero quase desapareceram desse espaço de difusão, diferentemente dos anos 1990, quando compareciam em maior número nos trabalhos e pôsteres. Para BUFFA (2015), a pesquisa de gênero, mesmo diminuindo no GT de História da Educação, ainda manteve pesquisas focadas na profissionalização e/ou feminização do magistério ligado às escolas Normais que vão retratar a educação feminina, mas com foco no ensino secundário e profissionalizante e/ou focando em propostas sobre a difusão da instrução pública nas províncias.

Na análise de GALVÃO (2008), sobre a produção veiculada na Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) entre 2001 e 2007, apenas um trabalho sobre educação feminina foi encontrado como referência (GALVÃO, 2008), em que Libânia Xavier utiliza os estudos de Ângela Castro Gomes para falar do público e do privado na institucionalização da educação brasileira, indicando que

[...] a forte presença dos preceptores, na virada do século XIX para o XX, encontra-se ligada à existência de uma extensa rede de escolarização doméstica que chegou a ultrapassar a rede de escolas públicas, fossem elas imperiais ou republicanas. [...] Nessa época, os colégios confessionais, masculinos e femininos, constituíam as maiores exceções no que diz respeito à existência de um local específico para a educação. A autora registra, ainda, a existência de escolas criadas em colônias estrangeiras, localizadas no sul do país, onde o ensino se fazia na língua do grupo étnico, que podia mandar vir um professor de seu país de origem, buscando conservar e transmitir seus costumes e valores. (XAVIER, 2003, p. 238-239)

Na produção historiográfica dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE'S) da região sul, mapeada por BENCOSTTA, BASTOS e CUNHA (2003), foi possível perceber que, entre os anos 1980 e 2000, os estudos de gênero perpassaram o interesse das universidades da região, caracterizando o quarto lugar dentre os 20 temas detectados no levantamento. Após os anos 2000, pode-se perceber o surgimento de

outros espaços divulgadores da produção em história da educação, tais como a revista *História da Educação* da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE, fundada em 1997), *Histedbr on-line*¹ (fundada em 2000), a *Revista Brasileira de História da Educação* da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE, fundada em 2001) e a *Cadernos de História da Educação* (fundada em 2002), e nesses meios a produção sobre gênero continua a ser explorada/disseminada, ainda que em graus diversos.

CATANI e SILVA (2014) trazem um apanhado da produção histórico educacional, entre 1970 e 2008, sobre as pesquisas no Brasil e em países que possuem contato com trabalhos brasileiros, tais como França, Espanha e Portugal. Esse balanço mostra que a educação feminina e/ou das mulheres é tema recorrente nas dissertações de História da Educação na França e na Espanha. Já no Brasil, a educação das mulheres, as relações de gênero e o ensino confessional também continuam em foco nas pesquisas de Minas Gerais e na região Centro-Oeste, após os anos 2000.

Embora balanços da área evidenciem a frequência com que a temática gênero/educação feminina tem comparecido na produção recente, ao focar em estudos acerca da educação feminina institucionalizada em colégios e recolhimentos² no século XIX, na busca por sinais da educação feminina e suas relações com a arte, cheguei a um conjunto de apenas 17 trabalhos, cuja trama histórica construída por eles passo agora a apontar e discutir³.

Muitos estudiosos da educação feminina assinalam que seu formato escolarizado somente se tornou uma preocupação social por volta do século XIX (MANOEL, 1996),

¹ Revista *HISTEDBR* On-line é uma publicação do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, Faculdade de Educação da UNICAMP.

² “O Recolhimento era uma instituição feminina, onde conviviam mulheres e meninas de várias idades, sendo orientadas espiritualmente e aparentemente governadas nas coisas temporais por homens, como os clérigos [...], com o termo recolhidas vamos nos referir à comunidade religiosa (madre, regente, vigária, porteira, rodeira, corista, etc), composta também por mulheres que lá viviam enclausuradas sob o regime de Regra, das Constituições, Estatutos e Cartas Pastorais dos Ordinários [...]” diferindo da finalidade do colégio, onde a “palavra educanda indicava a menina que entrava para a comunidade [...] com fins exclusivamente educativos, sem clausura” (ROCHA, 2008).

³ Para maior entendimento sobre o campo e embasamento historiográfico, foram analisadas informações de balanços, nacionais e estaduais, sobre a categoria de gênero e a educação feminina no século XIX. Para tanto, foram analisados os textos de ANJOS (2017); BASTOS (2016); BENCOSTTA e VIDAL (2010); BENCOSTTA, BASTOS e CUNHA (2003); BUFFA (2015); CATANI e SILVA (2014); GALVÃO e LOPES (2010) e GALVÃO *et al* (2008). A busca por possíveis materiais sobre o estado do objeto no cenário atual foi empreendida a partir da leitura de teses relevantes para a pesquisa de gênero, dentro da História da Educação do século XIX, tendo como foco várias pesquisas recentes (10 anos) e alguns dos marcos da área, encontradas no banco de teses da Capes, nos Anais do GT de História da Educação ANPED e do Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação, das Revistas RBHE e Cadernos Pagu (UNICAMP).

sendo que, anteriormente, ao viverem enclausuradas, a única instrução possível deveria acontecer nesse âmbito, o privado.

As discussões sobre a educação feminina no período imperial, buscando manter os valores, mas desenvolver a elite, fizeram com que as portas dos casarões lentamente começassem a se abrir para que essas mulheres recebessem primeiramente uma educação doméstica mais acurada, fosse por parte da família (ANJOS, 2015) ou recebida através de mestres particulares e/ou preceptores (VASCONCELOS, 2005).

Juarez José Tuchinski dos Anjos (2015), em sua tese “Pais e filhos na Província do Paraná: uma história da educação da criança pela família”, mostra-nos que os grupos familiares paranaenses também organizavam suas práticas educativas através de ações normalmente absorvidas das práticas religiosas, em que buscavam ensinar e inculcar hábitos e costumes nas crianças, segundo “as diretrizes canônicas da Igreja Católica” (ANJOS, 2015, p. 410), de onde advinham muitos dos aprendizados que geriam suas existências no Oitocentos. Assim demonstra que as práticas educativas para infância passavam pela apropriação de hábitos inculcados pela família e tomava três caminhos: a religiosa (ensino da oração, do respeito hierárquico, do catecismo), a corretiva (castigos físicos e morais) e a dos conselhos (orais e textuais).

Já a educação doméstica, aquela que era realizada dentro das casas brasileiras mais abastadas, foi fruto da pesquisa do livro “A Casa e os seus Mestres: A Educação no Brasil de Oitocentos” (2005), de Maria Celi Chaves Vasconcelos. Esta trazia em seu âmago tanto as práticas educativas quanto um pouco das instrutivas: ler e escrever, desenhar e, por vezes, o aprendizado de línguas estrangeiras, civilidade e religião (VASCONCELOS, 2005).

Esse movimento seguiu paralelamente a institucionalização da sua instrução, influenciada por ideias europeias, e que se difundiu, ainda que lentamente, através da rede de instrução pública e dos colégios particulares, foco central desta pesquisa.

Nesse período, a Constituição Brasileira de 1824 estabelece a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos (BRASIL, 1824⁴) e a Lei de 15 de outubro de 1827⁵ a educação feminina pública e gratuita, ao menos nas localidades mais populosas (BRASIL, 1827). Contudo, sua aplicação prática é repassada às províncias, no ato

⁴ Constituição (1824) da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>.

⁵ Lei de 15 de outubro de 1827. Site do Planalto. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>.

adicional de 1834, criando situações desiguais entre elas (MUNIZ, 2003). Em Minas Gerais, por exemplo, a lei nº 13, de 28 de março de 1835, garantiu a organização do ensino primário (MUNIZ, 2003). Já na região do Paraná, tal regimento somente viria a ser criado em 1853, denotando o pouco investimento no seu aparelhamento enquanto quinta comarca da Província de São Paulo (OLIVEIRA, 2006). Tal fato, que não foi exclusivo da região paranaense, demonstra como os colégios particulares vieram a se tornar uma alternativa viável à situação apresentada, especialmente no que diz respeito à educação feminina.

Assim, uma primeira relação que a historiografia vem estabelecendo entre os colégios particulares femininos e o tipo de educação neles ministrada às mulheres é a que visava prepará-las para a manutenção das relações de gênero então vigentes, sobretudo, pela incorporação dos papéis de boa esposa e mãe. Ivan A. Manoel (1996), em clássico estudo sobre a educação feminina em colégios confessionais na Província de São Paulo, revela que a oligarquia conservadora não pretendia modernizar, de todo, a sociedade, tendo pretensões de avançar nas ferramentas que a tornassem mais produtiva, em relação a outras nações, mudando o âmbito político do país. Porém, outros ideais inovadores como a profissionalização da mulher, por exemplo, não lhes atraíram. Nesse caminho antagônico, a Igreja Católica, a classe dominante e o Estado estavam em comum acordo sobre o freio que deveria ser aplicado às regras sociais disseminadas nesse projeto de Brasil moderno⁶. A instrução feminina brasileira ficou por muito tempo a cargo da Igreja Católica e, naturalmente, continuou a ser influenciada pelo seu conservadorismo, mesmo quando passou para a administração do Estado (MANOEL, 1996). Tais ambiguidades nas atitudes das oligarquias em relação à educação tiveram como derivado um sentimento de acomodação de conflitos para que a ordem vigente se mantivesse, o que deixou a reforma liberal incompleta, alterando o sentido da proposta de progresso na sociedade (MANOEL, 1996).

⁶ “Foi durante o século XVIII que se instaurou o período identificado como *modernité*, compreendido, de fato, com um novo tempo. O termo, extraído da sociologia, compreende o processo de dissolução dos modos de organização das sociedades tradicionais face à emergência da sociedade industrial. Vínculos comunitários, construídos com base em valores corporativos, religiosos; laços fundamentados em lealdades pessoais e honra, enfim, todo esse universo de crenças e valores perdeu sentido e fragmentou-se em um mundo que passava a ser regido por novos referenciais de ação e de conduta. Fundamentado na razão científico-pragmática, tal sistema reforçava a racionalização dos comportamentos e o individualismo, incentivando, em escala sem precedentes, o processo de urbanização e da divisão do trabalho” (VELLOSO, 2010, p. 13).

Diva Couto Muniz (2003), analisando a educação feminina na Província mineira do século XIX, conclui que esta foi sempre destinada ao próximo, isto é, à educação dos filhos e à conservação dos homens no bom caminho. As escolas femininas reproduziram uma ordem social presidida pela disciplina cristã e burguesa, em que as desigualdades nas relações de gênero sempre estiveram presentes. A disciplina dos corpos e as normas da conduta social eram o fator primordial nessa educação, frutificadas no cruzamento institucional entre família e Igreja (MUNIZ, 2003). Ainda conforme a historiadora, os educandários religiosos, para ambos os sexos, forneciam uma educação marcada não apenas pelo diferencial de gênero – em que o menino era educado para o mundo e a menina para o lar –, mas também de classe, pois quanto mais se pagava mais elevados eram os programas de estudo (MUNIZ, 2003).

A pesquisa de Maria J. Lobato Rodrigues (2010) analisa a educação de reclusão do Colégio Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, instituição maranhense de educação feminina, nos Períodos Colonial e Imperial. Ao longo do tempo, o colégio foi adaptando sua função social, da oferta de educação religiosa, para na segunda metade do século XIX acatar o ensino escolarizado, ofertado às meninas da elite e àquelas assistidas pela instituição, o que levou o espaço a ter um público diverso (pobres, ricas, brancas, negras). O foco do colégio transitou entre instruir as moças da elite para a vida conjugal e preparar as jovens pobres para a vida profissional fora da instituição, em que o serviço em casas de famílias e a possibilidade de exercer o magistério na instrução pública seriam alternativas ao abandono e/ou pobreza das famílias. As meninas ricas pagavam por sua instrução e as assistidas contribuía com o feitiço de doces e outros objetos para venda. A sinalização da possibilidade de trabalho às meninas pobres nos leva a uma outra associação.

Uma segunda relação que a historiografia vem estabelecendo entre o colégio feminino e a educação ali efetivada é aquela que, apesar do conservadorismo, vislumbrava a possibilidade de que dali as mulheres saíssem preparadas para a única profissão considerada adequada e respeitável para seu gênero, a de professora. E isso por conta do gradativo processo de feminização do magistério, iniciado já no período imperial⁷.

⁷ As ideias de ligação da mulher com o magistério, no Brasil, são demonstradas na discussão de Flávia Werle *et al* (2001) tomando como mote os processos que buscaram colocar a naturalização biológica feminina como condição da profissão docente no ensino dos anos iniciais, não levando em consideração apenas a quantidade de professoras no magistério. Esse determinismo biológico, presente na naturalização

Segundo Adair J. Rocha (2008), o colégio feminino do Recolhimento de Macaúbas, criado dentro do convento de Macaúbas⁸ (MG) e conduzido por D. Viçoso, foi elaborado tendo na “clausura para recolhidas” o foco de “um internato de educação religiosa, moral e doméstica, especialmente encaminhado a formar exemplares mães de família” (ROCHA, 2008, p. 13), mas também dirigido às mais pobres para a profissão docente.

A dissertação de Patrícia Maciel (2007) utiliza como fontes a imprensa de Pelotas para mapear a variedade de instituições e formatos dos modelos educacionais existentes na cidade, durante o século XIX e início do XX: colégios, aulas particulares, externatos, internatos, etc. A partir dessa constatação é possível perceber que o mercado de trabalho das mulheres era consideravelmente grande, tendo como foco principal o magistério. A autora encontra menção a 21 colégios femininos, com considerável influência estrangeira, que teriam sido o caminho da educação das mulheres, sobretudo da elite de Pelotas. O período é marcado pela divisão clara entre colégios femininos e masculinos, sejam eles internatos ou externatos.

Uma terceira frente de investigação identificada é a que tem procurado demonstrar, em análises – por vezes tangenciais e indiretas – mais ou menos comparativas, entre colégios particulares e instrução pública e/ou entre a educação feminina e a masculina, as especificidades do currículo, dos métodos de ensino e/ou saberes voltados à educação feminina nos colégios.

Hercules A. B. Alves (2014) analisa a educação feminina ofertada às meninas de famílias abastadas no Colégio Marianno, localizado na cidade da Campanha, sul de Minas Gerais, entre os anos de 1867 e 1907. Como nos demais colégios femininos mineiros do período, os ‘patriarcalistas oligarcas’ buscavam formas de instruir suas filhas dentro da moral cristã, ao mesmo tempo em que a sociedade permitia às mulheres uma oportunidade digna no mercado de trabalho. Aqui se nota, de novo, que as

do magistério brasileiro, é demonstrado por Alessandra Arce (2001) nas ideias educacionais dos pedagogos Pestalozzi (1746-1827) e Fröbel (1746-1827). A função da mulher/mãe estaria colocada no espaço privado (doméstico), característico da mulher (rainha do lar e mãe). A autora busca entender se essa idealização da figura feminina contribuiu para a feminização do magistério e sua desvalorização na sociedade.

⁸ A história do Convento Nossa Senhora de Macaúbas pode ser dividida em quatro fases de desenvolvimento. A primeira fase (1716-1789) misturou as funções de Casa Religiosa com o educandário. A segunda fase é a do educandário (1789-1846), que se prolongou até 1846. Na terceira fase nasce o colégio feminino (1846-1933) e se elaboram os regulamentos do mesmo, a quarta fase (1933 aos dias atuais) é a do convento de clausura quando se extingue o colégio do Recolhimento de Macaúbas (ROCHA, 2008).

instituições particulares supriam uma carência educacional deixada pelo governo, imperial ou provincial. O colégio pertencia à família Mariano, que também atuava na instituição, além de ter participado ativamente na vida política da cidade de Campanha. Não há registros dos métodos de trabalho do colégio e Hercules A. B. Alves (2014) se pauta naqueles mais utilizados no período entre as demais instituições, tais como o método intuitivo e o monitorial ou Lancasteriano. O Colégio Mariano sucumbe, no início do século XX, por vários fatores, sendo que um deles seria a chegada, na cidade, do Colégio Sion com métodos mais modernos.

Arilda I. M. Ribeiro (1993) traz a história do Colégio Florence, de Campinas, que assemelhado àquele fundado por Nísia Floresta⁹, contava com instrução laica e um programa complexo¹⁰, assemelhado ao dos colégios masculinos. Colégios nestes moldes tiveram grande resistência por parte da sociedade que, temendo a emancipação das meninas, buscava manter o hábito de ensinar-lhes apenas trabalhos manuais. Apesar disso, no século XIX, nota-se que a efervescência da sociedade, com ideias mais progressistas, começa a adentrar alguns lares e a educação de “modo exportação” cai nos gostos da família brasileira que, aos poucos, aceita que suas filhas estudem em internatos.

Na contramão, encontramos os pensamentos de resistência da sociedade brasileira em deixar educar suas filhas, de forma mais liberal, examinados por Calil S. Gomes (2015). Os ideais liberais pregavam um progresso possível para a sociedade brasileira através de novos métodos científicos e do desenvolvimento do capitalismo. Contudo, a conduta feminina ficava condicionada à mentalidade patriarcal vigente. As famílias privilegiadas faziam o máximo para afastar tais conceitos subversivos de suas filhas, enviando-as para colégios religiosos, onde a doutrina católica conservadora do Ultramontanismo¹¹ ficava encarregada de inserir-lhes normativas da virtude, tais como abnegação, pureza e domesticidade.

⁹ O Colégio Augusto, fundado em 1834, localizava-se na Corte. Sua instrução laica não era aceita por famílias mais conservadoras que “viam o risco da emancipação das filhas” (RIBEIRO, 1993, p. 40).

¹⁰ “Doutrina Cristã, História Sagrada, Gramática Portuguesa, exercícios de estilo, História, Geografia, Aritmética, Geometria. Trabalhos de Agulha, Crochet, Bordados e Leitura. Alemão, Inglês e Francês, música, Canto, Piano e Desenho” (RIBEIRO, 1993, p. 105).

¹¹ Foi um movimento marcado “[...] pela centralização institucional em Roma, um fechamento sobre si mesma e uma recusa de contatos com o mundo moderno” (MANOEL, 1996, p. 41), já que muitos dos novos conceitos desse mundo novo não se encaixavam naquilo que era pregado pela Igreja Católica (MANOEL, 1996).

Ana C. P. Lage (2010) traz atrelada à sua pesquisa a expansão do catolicismo, que ocorre no século XIX, trazendo como ponto de inovação a circulação crescente das congregações religiosas femininas, consideradas como agentes sociais para o fortalecimento do ideário Católico. Tais congregações circulavam pregando a universalidade cristã no mundo, elaborando um processo de mestiçagem e conexão nos locais de instalação de suas obras. Percebe-se, novamente, a influência do movimento ultramontano no estabelecimento da proposta da Congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo. Atuando em Lisboa por pouco tempo, sua cultura vicentina não criou raízes profundas. Entretanto, na cidade de Mariana (MG), permaneceram por mais tempo, mesclando-se ao cenário educacional local e ofertando uma das poucas opções à elite local para educar suas filhas, junto a outros meninos e meninas órfãs. Todavia, apesar do conservadorismo associado aos colégios católicos, a instituição pregava o método intuitivo, em que o livro tinha um papel essencial para o professor, trazendo propostas para as atividades diárias e utilizando até mesmo painéis e imagens. No manual das vicentinas, as atividades intercalavam conhecimentos religiosos, preceitos morais e disciplinas escolares básicas (LAGE, 2010).

No caso do Colégio das Filhas de Caridade, em Mariana, no que se refere às discussões sobre o possível currículo inicial, estabeleceu-se a leitura, a escrita, aritmética e geografia, com pouca distinção da instrução pública e, aos poucos, os pais exigiam um aprimoramento maior para suas filhas, em que os dotes artísticos – desenho e música (piano) – adentraram as salas de aula, junto aos bordados e à língua francesa (LAGE, 2010). O ideal desejado para as meninas da elite diferia do das órfãs. As primeiras eram preparadas para circularem nos salões, além de serem mães e esposas católicas, já as órfãs deveriam se preparar para a subsistência com o aprendizado das prendas domésticas e/ou tornando-se professoras (LAGE, 2010). A educação em arte estava incluída apenas na preparação da elite.

Para Edivilson C. Rafaeta (2008), o diferencial do Colégio Piracicabano (1881), fundado pela missionária metodista estadunidense Martha Watts, era a utilização de metodologias diversas, a composição do currículo, as propostas de classificação e seriação dos estudantes, o papel confessional da escola e a aquisição de aparelhagem instrutiva importada. Esse viés de educação veio de encontro com os pensamentos da elite republicana que, almejando mudanças no rumo político do país, sentia-se inconformada com o apoio do governo imperial aos latifundiários. O colégio, voltado às mulheres de uma elite republicana, possibilitou alterações sociais na vida de jovens

estudantes, favorecendo o exercício da docência, a publicação de produções literárias e apresentações de cunho cultural e artístico promovidas pelo estabelecimento. Aos moldes democráticos e liberais americanos, Vanessa Barbosa Ferreira (2010), aponta o Colégio *Granbery*, instituição de Juiz de Fora (MG), que contava com os mesmos princípios metodistas do Colégio Piracicabano.

Por fim, uma quarta abordagem que começa a ser explorada no estudo sobre a educação feminina em colégios no século XIX é a que sinaliza terem sido tais lugares não apenas espaços de formação da mãe, da esposa ou da professora, como também de uma instrução para aquisição de dotes artísticos.

Comparando os conteúdos aplicados em instituições de instrução pública¹² (GARCIA, 2000) e colégios privados (MUNIZ, 2002), observa-se que matérias que se referiam aos dotes artísticos eram ofertadas em aulas pagas à parte nos colégios particulares, demonstrativo da distinção colocada sobre tal material intelectual. Essas habilidades artísticas eram consideradas um acréscimo à função da mulher na sociedade, agregando-lhe um valor simbólico, e nem todos gozavam do prazer de desfrutá-la. Aulas de música, desenho e pintura eram um adereço a mais no dote, cabendo aos pais pagar por essa benfeitoria no currículo das filhas e não sendo, por essa mesma razão, acessíveis a toda a população.

Todavia, é somente no artigo de Roberta M. de Melo Araújo (2008), intitulado “O ensino da arte em uma escola de mulheres”, que encontramos a única experiência ligada à metodologia do ensino de artes, em um apanhado do final do século XIX para o XX, no Colégio Nossa Senhora das Dores, em Uberaba (MG). Nesse colégio, as moças deveriam estudar por volta de três anos, saindo prontas para o casamento. A escola, de caráter religioso, atribuía às mulheres o papel de regeneradoras morais da sociedade, oferecendo-lhes as disciplinas de desenho, pintura, trabalhos manuais, canto orfeônico e piano. No que tange o desenho e a pintura, o sistema de ensino era baseado na noção da Academia Francesa, aos moldes neoclássicos. Isso significava que as alunas do ensino primário e secundário trabalhavam a cópia de imagens de artistas conhecidos,

¹² “[...] a Carta de Lei de 1827 estabelecia que, nas escolas para meninas, seriam ensinadas as seguintes matérias: leitura, escrita, quatro operações aritméticas, gramática da língua nacional, princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica apostólica romana e prendas de economia doméstica. Tais escolas seriam regidas por professoras. Nas escolas para meninos, as prendas de economia doméstica eram substituídas por quatro operações aritméticas, práticas de quebrados, decimais e proporções, noções gerais de geometria prática e para as leituras a constituição do Império e a história do Brasil” (GARCIA, 2000, p. 2).

geralmente da Antiguidade, tendo como material didático para aulas de arte: imagens de pinturas, estatuetas e vasos.

Entretanto, há de se assinalar que o estudo dos saberes artísticos ensinados nos colégios femininos do século XIX não figura em muitos dos trabalhos localizados nas pesquisas. De fato, Ana Paula Simioni (2000), em sua resenha sobre *Overcoming all Obstacles: the Women of the Académie Julian*¹³, questiona que boa parte das artistas já levantadas e pesquisadas do século XIX são escritoras, justificando o pouco estudo das mulheres pintoras, por exemplo:

[...] embora as pesquisas sobre história das mulheres no século XIX estejam já bastante adiantadas quando se pensa nas suas situações de classe, de trabalho, etc., tateiam ainda quando se trata das artistas, e quando o fazem se debruçam, geralmente, sobre as escritoras, permanecendo as artistas visuais desconhecidas. (SIMIONI, 2000, p. 341)

Tal fato deixa em aberto possibilidades de pesquisa sobre o tema, perpassando, assim, questões sobre o alcance do espaço público pelas mulheres ao longo do século XIX.

Ana Paula Simioni (2000) cita a medalha de ouro recebida pela artista Abigail de Andrade na Exposição Geral de Belas Artes realizada no Rio de Janeiro, então capital do Império, e na sequência questiona quem seria ela e por que as pesquisas sobre a história das mulheres ainda não deram conta de fazê-la conhecida. Outra questão trazida é que mesmo a instrução artística fazendo parte do currículo da estudante burguesa, com função de melhorar os dotes do casamento, a ideia de profissionalizar-se como artista ainda era considerada subversiva na época. Ou seja, o ofício deveria ser exercido como atividade de lazer, privada, e não almejando sobrevivência e *status* ao lado de artistas homens, detentores oficiais da profissão e de suas glórias (SIMIONI, 2000).

Ainda, segundo Ana Paula Simioni (2008), em seu livro *Profissão Artista*, a metodologia utilizada na Academia Imperial de Belas Artes tinha como foco a tradição clássica, “consagrada à formação de artistas dentro de um quadro estético rígido,

¹³ WEISBERG, Gabriel & BECKER, Jane. (eds.) *Overcoming all Obstacles: the Women of the Académie Julian*. New York, Dahesh Museum; New Jersey, New Brunswick; London, Rutgers University Press, 1999. Recebida para publicação em novembro de 2000.

calcado nos valores do neoclassicismo¹⁴”. Certamente já existiam algumas aulas de desenho isoladas, contudo a vinda dos artistas da Missão Francesa e a disseminação do ensino de arte, através da Academia Imperial de Belas-Artes, estão atreladas a uma maior inserção da arte na sociedade durante o Império. Apesar da sua relevância para o ensino da arte, a documentação da então Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), a partir de 1890, somente irá documentar indícios¹⁵ da participação feminina de forma tímida no ano de 1895, quando o nome de Ernestina de Sá Ferreira¹⁶ aparece nos registros da instituição.

No caso do Paraná, muitas lacunas já foram preenchidas pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, tanto sobre o ensino no século XIX (ANJOS, 2011 e 2015; BARBOSA, 2012 E 2016; FRANÇA; 2014), como sobre o ensino da arte no Paraná (OSINSKI, 1998 e 2006; ANTONIO, 2001 e 2008, SILVA, 2009 e 2014; VEZZANI, 2013). Contudo, no Paraná Oitocentista, no que tange ao ensino das mulheres e a uma possível relação com os dotes artísticos, o campo ainda se apresenta nebuloso. Por esse motivo, buscamos trazer um pouco mais de luz para a temática a partir do estudo do nosso objeto.

Pompília Lopes dos Santos afirma, no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (1972)¹⁷, que em 1845 as famílias de prestígio “fundaram uma associação progressista destinada a levantar o nível intelectual de Paranaguá”, sendo que “promoveram a criação de um colégio para meninas e atraíram a Paranaguá as pintoras norte-americanas Jessica e Willie James, mãe e filha – ambas

¹⁴ “No século XIX, os ideais neoclássicos, propagados pelo esteta alemão *Winckelman* (1717 - 1768) no século anterior e consolidado pelos artistas republicanos, envolvidos com a revolução francesa e com o regime bonapartista, eram quase um consenso na Europa” (ALMEIDA, 2008). Na França, a arte praticada pela escola de Jacques Louis David, artista oficial da corte de Napoleão e que “de fato, veio a ser a escola do classicismo europeu em geral, e o seu fundador, a que se chamou o ‘Napoleão da pintura’, exerce, por isso, uma influência que, na sua esfera, pode realmente comparar-se à do conquistador do mundo” (HAUSER, 1972, p. 798), em que os ideais de harmonia se encontram ligados diretamente a um utilitarismo político, pintando a glória dos combates do regime em voga.

¹⁵ “Ainda em tempos imperiais, em 1879, foi permitido o ingresso feminino nos cursos de medicina, em que estavam compreendidas as escolas de farmácia, obstetrícia e ginecologia, cirurgia dentária e cirurgia médica. O decreto previa que as inscrições fossem facultadas ao sexo feminino, para o qual haveria, nas aulas, lugares separados. [...] os cursos de direito, por exemplo, em seus decretos de 1885, ainda não previam o ingresso de mulheres. Foi somente com a República e a aprovação do código de disposições sobre o ensino superior, em 1892, que as matrículas femininas passaram a estar universalmente previstas” (SIMIONI, 2008).

¹⁶ A aluna tentou por anos ser aceita no curso regular da Academia, mesmo tendo cursado com destaque o Liceu de Artes e Ofícios (1881-1889). Apesar de todas as suas petições e de intermediários, sua presença é registrada apenas nos cursos de livre frequência (SIMIONI, 2008).

¹⁷ Gente e fatos de Paranaguá: Comemorativo ao Sesquicentenário de Independência do Brasil, Volume XVII, Curitiba, 1972.

cultas¹⁸ – mantiveram, por muitos anos, com internato e externato”, porém são poucas as referências às suas passagens pela Província, já que a imprensa¹⁹ local não existia no período na região, sendo que o pedido de abertura do colégio pode ter sido feito à Província de São Paulo.

Para a historiadora da arte Adalice Maria de Araújo, que desenvolveu o projeto *Dicionário das Artes Plásticas no Paraná*²⁰ (2015), Iria Correia (1839- 1887) teria sido a primeira artista plástica nascida no Paraná que se dedicou profissionalmente à pintura. O fato de ser filha do Ten. Cel. Joaquim Cândido Correia e de D. Damiana Rosa Correia, e pertencente à família de posses e projeção social, permitiu que ela e os irmãos fossem educados:

Em 1845, ingressa no Colégio James, dirigido por duas norte-americanas, a pintora *Jéssica* e sua filha *Willie James*. Além das disciplinas usuais – Línguas, Aritmética, Geografia e História – também oferta o ensino de: Dança, Música, Desenho e Bordado. No início, Iria Correia pinta temas bíblicos, naturezas mortas e miniaturas. Porém, em 1855, a chegada dos *Toulois* a Paranaguá marcaria uma grande transformação em sua produção posterior, que passa a ser mais segura. O engenheiro francês *Paul Toulois* é nomeado inspetor geral de medição e demarcação das terras públicas no Paraná. Sua esposa, *Zoé Toulois*, e suas filhas *Gabrielle Jeanne e Eugenie*, no ano seguinte à sua chegada, abrem o Colégio Paranaense, onde Iria frequenta aulas de Pintura e Música, passando desde então a dedicar-se também à pintura de retratos. (ARAÚJO, 2015)

¹⁸ “O próprio romantismo ajudou a forjar este tipo de feminino ao construir uma imagem de mulher, simultaneamente, idealizada e insignificante: a “mulher frágil”, cujo encanto reside precisamente em termos físicos ou morais, colocada ao abrigo dos perigos exteriores, virginal e ignorante, cujos conhecimentos se deviam reduzir às artes de bem receber e às “prendas domésticas”: labores, um pouco de francês, de piano e de canto, apenas o necessário para animar os salões ou saraus os familiares” (VAQUINHAS, 1997, p. 42). Para refletir sobre o que o termo “cultas” significaria, neste momento, buscamos respaldo nas diferenciações de classe, elaboradas para “donas de casa” e “domésticas”. “Para as primeiras, pretendia-se uma formação cultural adequada ao meio de origem e suficientemente abrangente que lhes permitisse serem interlocutoras do seu marido, bem como um instrumento de relacionamento social entre famílias. [...] sem necessidade de alcançar um nível equivalente ao masculino, uma vez que a formação feminina continuava a ser determinada pelas funções de esposa e de mãe. Para as segundas, ou seja, as raparigas das classes trabalhadoras, pretendia-se compatibilizar as funções de “boa doméstica”, as quais previam sobretudo o conhecimento de saberes práticos (cozinhar, limpar, tratar da roupa, coser e o cuidado com as crianças) com a necessidade da aprendizagem de um ofício” (VAQUINHAS, 2000, p. 98).

¹⁹ “Antes da instalação da Província do Paraná, os atos do governo provincial de S. Paulo eram conhecidos na 5ª Comarca de Curitiba, pelos periódicos paulistanos. O “Paulista Official”, entre esses, era o assinado pela Câmara de Curitiba. [...] Circulava mais tarde “O Governista”, que, em 1848, estava em seu sétimo ano de publicação, como órgão oficial do governo provincial de São Paulo. [...] Em Curitiba instalou-se com o nome de “Typographia Paranaense”, de C.M. Lopes, à rua das Flores, nº 13. A 1º de abril de 1854 saía à luz o primeiro número de “O Dezenove de Dezembro” (PILOTTO, 1976).

²⁰ Disponível em: <<http://www.artesnaweb.com.br/home.php>>. O Dicionário é resultado de sua pesquisa sobre a arte paranaense iniciada com sua tese de livre docência, intitulada “Arte paranaense moderna e contemporânea; Em questão três mil anos de arte paranaense” (1974).

A partir do debate historiográfico até aqui recuperado – que apontou a importância dos colégios particulares na educação feminina no Brasil Oitocentista, (tanto para educar a mãe e a esposa como, em alguns casos, a professora e a mulher detentora de dotes artísticos), somado ao indício de que houve professoras que teriam ministrado aulas de pintura em colégios particulares no Paraná Oitocentista, é que se pode enunciar o problema histórico desta pesquisa: que tipo de instrução feminina teria ocorrido nos colégios particulares do Paraná Oitocentista?

A hipótese do trabalho é de que no período de 1849 a 1886, dialogando com as representações de gênero vigentes, os colégios particulares femininos existentes no Paraná Oitocentista propuseram-se a ofertar às meninas, das classes médias e altas, a exemplo do que ocorria em outras províncias, uma educação pautada no ideal de mulher burguesa²¹, detentora de certos dotes intelectuais, domésticos e artísticos que deveriam estar a serviço da família.

O objetivo geral, portanto, será o de investigar o tipo de instrução feminina proposta pelos colégios particulares do Paraná Oitocentista entre os anos de 1849 a 1886.

Já os objetivos específicos são três: 1) Identificar as representações produzidas sobre as mulheres, bem como as condições em que se encontravam no Paraná Oitocentista em relação a outras regiões do Império; 2) Analisar as representações presentes na imprensa sobre a educação feminina e os modelos de educação a elas ofertados nos colégios particulares da Província do Paraná, enfatizando as diferenças e especificidades de gênero e de saberes, entre os currículos dos estabelecimentos voltados a instrução de ambos os sexos; 3) Investigar, a partir da trajetória da aluna de dois destes colégios paranaenses do período – a pintora Iria Correa – o papel que o modelo de educação feminina, perpassado pelo ensino do desenho e da pintura

²¹ A noção de família nuclear burguesa emerge no século XVIII, tomando como base certos valores onde marido e mulher cumpririam seus deveres: o cultivo da maternidade e o zelo pelo lar (D'INCAO, 1989). “A dona de casa burguesa depende da soma que lhe é passada pelo marido [...] Ela tem a responsabilidade de zelar pela família e de manter a casa em ordem: arrumação e limpeza da casa ou do apartamento, lavagem e repassagem das roupas, elaboração dos cardápios das refeições, cuidados e educação das crianças, organização das *soirées* familiares, recepções para a sociedade. [...] A dona de casa reina (em princípio) sobre seus filhos, mais sobre as filhas, e sobre a criadagem.” (PERROT, 2017, p. 116). Logo a casa, a criadagem (em maior ou menor número, de acordo com as posses da família) e a vida dos filhos era o lugar a que estava destinada esta classe de mulheres, dispensada do trabalho externo, buscava também se ocupar com as atividades manuais, as artes femininas, a literatura destinada a seu sexo e os atos filantropos (PERROT, 2017).

amadora²², proposto nessas instituições pode ter ocupado na vida e na história das mulheres do Paraná Oitocentista, usando suas obras para tal leitura.

Nosso recorte temporal inicial foi definido em função de, no ano de 1849²³, conforme informações do memorialista Antonio Vieira dos Santos (2001)²⁴ – que vivia na cidade de Paranaguá –, ter ocorrido a inauguração do colégio de meninas dirigido por *Jéssica e Willie James*, ainda no período em que a região do Paraná era Comarca de São Paulo. Já a data final foi escolhida por ter sido aberta, em 1886, a Escola de Artes e Indústrias de Mariano de Lima, que veio, com isso, diversificar os espaços de educação feminina até então existentes na Província, ofertando, inclusive, um saber que até então era ensinado somente nos colégios particulares: o ensino da pintura.

Dois conceitos são importantes para a condução da presente pesquisa: o de *representação*, de Roger Chartier, e o de *gênero*, conforme proposto por Joan Scott.

Por *representação*, entende-se, aqui, “estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1993, p. 17).

Por outro lado, o conceito de *gênero*, tal qual o define Joan Scott, remete-nos a “um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14).

Logo, se a construção de gênero é passível de ser moldada, ela também é uma representação social, elaborada e difundida através de discursos e práticas nas diferentes instituições sociais, como parece ter sido o caso dos colégios voltados à educação feminina, que no decorrer desta pesquisa serão analisados.

²² Tais questões vem de encontro ao que se apresenta sobre o amadorismo feminino no Brasil no mesmo período. Conforme Ana Paula Simioni (2007), tal amadorismo seria fruto da crítica e da historiografia da arte, ao reflexo da chamada arte feminina europeia ou pintura amadora, citada por Anne Higgonet (1991), e que legava às mulheres um papel que se assemelhava ao de um eterno iniciante, por mais que suas habilidades artísticas estivessem desenvolvidas e se equiparassem aos artistas homens do período. Marca que também tem origens na hierarquia criada pelas Academias, onde se pressupunha o profissionalismo obtido através dos estudos superiores, ao qual as mulheres só tiveram acesso ao final do século XIX, atrelado à importância obtida no meio artístico (SIMIONI, 2007).

²³ Há divergências quanto a data nos textos utilizados como referência, tal como 1845 (Adalice Araújo, 2015), 1847 (Pompília dos Santos, 1948) e 1849 (Antonio Vieira dos Santos, 2001). Optamos por utilizar a data situada por SANTOS (2001), já que o mesmo esteve presente em tais momentos e, possivelmente, traz maior exatidão ao ano.

²⁴ Nascido na cidade do Porto em 1784, mudou-se para o Brasil com 13 anos de idade e trabalhou no Rio de Janeiro como auxiliar de comércio. Em 1812 exerceu o mandato de vereador em Paranaguá. Compilou dados sobre a memória histórica, cronológica, topográfica e descritiva das cidades de: Paranaguá (1850), Morretes (1851) e Antonina (1849) (Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, In SANTOS, 2001).

Os poucos vestígios sobre as mulheres na história são ofertados de forma indireta (BLOCH, 2001), ou seja, foram registrados por outras pessoas, já que as próprias pouco falaram sobre si mesmas nesse período. Mas, sabendo que os documentos falam quando interrogados, fixamo-nos a esta tarefa, verificando toda e qualquer informação pertinente ao tema. Por essa razão, os documentos que poderiam ajudar a desvelar as práticas desenvolvidas na educação feminina ofertada nos colégios particulares do Paraná Oitocentista são escassos, sendo necessário verificar outros veículos que não os que Dario Ragazzini (2001, p. 19) chama de “as fontes *da* escola, ou seja, aquelas que provém diretamente das práticas escolares”. Para começar a montar esse quebra-cabeças, a partir das informações conservadas por outras instâncias, que não propriamente os colégios, aterei-me às “fontes *para* a história da escola e da educação, que auxiliam a interpretar e a escrever essa história” (RAGAZZINI, 2001, p. 19), captando o que outros canais conseguiram preservar em seus documentos que caracterize o funcionamento e os ensinamentos das práticas artísticas para as mulheres no período em questão.

As fontes que serão interrogadas na pesquisa são constituídas por seis grandes blocos: 1) a imprensa periódica paranaense, 2) a legislação escolar, 3) os relatórios dos Presidentes da Província e Inspetores Gerais, 4) as correspondências de governo, 5) os relatos de viajantes, e 6) as imagens (desenhos, pinturas, fotografias).

Uma das fontes utilizadas será o jornal, espaço marcado, segundo Carlos Eduardo Vieira, por “mudanças nas relações entre imprensa e sociedade, bem como da correlação de forças estabelecidas entre os agentes que têm na imprensa meio de expressão e de ação” (VIEIRA, 2007, p. 15), lembrando que devem-se observar as ambivalências do veículo, já que o mesmo foi e ainda é espaço de inúmeras disputas, sendo taxado ora como isento e ora como tendencioso, e auxiliando na produção e/ou repetição das representações dentro da sociedade.

O principal jornal examinado na pesquisa, o “Dezenove de Dezembro”, que circulou entre 1854 e 1890, foi o marco inicial da imprensa na Província do Paraná e o primeiro a ser produzido diariamente, a partir da década de 1880 (PEZZOLE, 2006). Os demais periódicos que trazem alguma luz a esta caminhada são: o “Correio Oficial” (1862-1863), produzido em Curitiba e em Paranaguá; o “Comércio do Paraná” (1862-1865); “Operário da Liberdade” (1870); “Echo do Paraná” (1879-1881); “Commercial” (1886); “O Futuro” (1882-1886) e “O Itiberê” (1883-1884), Jornal “O Paranaense” (1877-1882) e Jornal “Dezesseis de Julho” (1869-1870).

Ao apreciar os jornais citados me deparei com algumas informações úteis para a pesquisa, tais como: artigos que falam da educação da mulher pelo mundo como algo ‘moderno’ e que deveria ser aplicado na Província paranaense, discussões dos políticos locais sobre como isso deveria acontecer localmente, decretos para regular a abertura de colégios particulares, discussões sobre oferta de subvenção do governo para meninas pobres, anúncios dos colégios onde se podem ver as disciplinas, os horários de estudo, a modalidade (pensionato ou aulas avulsas) e também o nome das professoras, professores, bem como de suas diretoras (es). As propagandas sobre os colégios foram parte essencial para mapear a quantidade, os nomes e os responsáveis pelos colégios femininos e masculinos que foram abertos na Província do Paraná, entre 1855 e 1886. Os periódicos captaram essa realidade de forma parcial e/ou idealizada, não abrangendo sua totalidade, mas ofertaram subsídios para se analisar tais informações no cruzamento com as demais fontes utilizadas na pesquisa.

Juntamente com os jornais, a legislação ajuda a traçar um mapa do pensamento vigente na política, na sociedade e das disputas que ocorriam na época, tendo papel primordial na construção do que os representantes dessa sociedade entendiam como ideal de educação para meninas e meninos, influenciando assim na construção das instruções normativas.

A legislação que orienta a educação tem por costume ser prescritiva, destacando como certos conceitos e entendimentos pedagógicos se sobrepõem aos demais, normalmente, na forma de leis que visavam organizar e interferir na realidade da escola, cabendo ao historiador expor quais vertentes de pensamento educacionais se destacavam no período (ANJOS, 2016c). As leis merecem ser observadas como um campo de expressão e construção das relações e lutas sociais, geradoras de tensões na criação de representações e de novas estratégias, como no caso da burla. Ao explicar o ato da burla, Luciano Faria Filho demonstra que a execução da lei, no que cabe aos professores, era cobrada por pessoas com cargo de fiscalização ou de cargo executivo e, muitas vezes, os primeiros incorriam na “ilegalidade” para favorecer algum conhecido ou “porque o cumprimento da lei, nas condições de exercício da função, era praticamente impossível” (FARIA FILHO, 1998, p. 117). O autor cita como exemplos os concursos para professores fraudados ou ainda o fato de os professores aumentarem o número de alunos frequentadores para receberem o salário que, no caso, era atrelado a tal informação.

Para acionar esta categoria documental será utilizada a Coletânea da Legislação Educacional, organizada por Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (2004), que traz os atos, portarias e leis que regulamentam as instituições de instrução pública e particular, bem como valores pagos aos professores, cadeiras abertas ou extintas, as regras para subvenção e as disciplinas estabelecidas para o ciclo da instrução em questão, sendo observadas a educação feminina e masculina, para efeito comparativo, tanto pública quanto particular.

No Estado moderno, a propaganda das ações políticas era parte da estratégia governamental (ANJOS, 2016c), sendo que tal exercício gerou materiais como os relatórios governamentais²⁵, nosso terceiro bloco de fontes analisado. Tais documentos expunham a situação dos “diversos ramos de que se compunha o serviço público”, e onde verifica-se a condição da colonização, do comércio, da economia e o mais interessante à análise: as variações e semelhanças entre as instruções pública e privada (ANJOS, 2016c). Apesar de serem documentos estritamente oficiais, é possível detectar os acertos e/ou falhas presentes no discurso dos governantes, “as tensões e contradições encontradas no processo de implantação da escola” (ANJOS, 2016c, p. 7) e que podem ser percebidas no documento.

Nos relatórios também é possível notar informações sobre os esforços do governo por prover e regulamentar a instrução pública tal qual as “nações mais adiantadas” (SILVA, 1864a, p. 18), já que nesse corpus documental encontram-se variadas informações sobre a instrução pública e a privada: os métodos utilizados, a frequência dos alunos, a quantidade de escolas femininas, sejam públicas ou particulares, o número de alunos que foram avaliados e aprovados nos exames, sendo novamente maior o de meninos, entre várias outras informações úteis à pesquisa.

Nosso quarto bloco documental trata dos documentos encontrados no Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná (DEAP-PR) e que são compostos pelas correspondências da Secretaria de Governo, nas quais encontramos os documentos referentes à instrução pública (SOUZA; ANJOS; BARBOSA, 2013):

²⁵ “[...] para o caso paranaense, há dois tipos em particular: os relatórios dos presidentes da Província (no período de 1854 a 1889) e os relatórios dos presidentes e depois governadores do Estado (de 1889 até nossos dias). [...] professores enviavam relatórios aos inspetores das escolas, esses ao Inspetor Geral e este, por fim, uma súmula de tudo o que se passara em determinado ano ao administrador da Província/Estado” (ANJOS, 2016, p. 7 e 9).

[...] mapas escolares, ofícios de professores para inspetores de ensino e presidentes e desses para os professores; pedido de mobília e material para as escolas; recibos de materiais comprados para a instrução pública; relatórios de professores e inspetores de ensino; exames de professores; cartas e abaixo assinados de professores e pais; legislação educacional paranaense até correspondências entre os chefes de governo. (SOUZA; ANJOS; BARBOSA, 2013, p. 637)

Assim é possível comparar o número de meninos e de meninas que estavam frequentando a escola, bem como que conteúdos haviam desenvolvido, que materiais eram necessários às escolas e quem estava apto a interceder por eles. Também se pode ter conhecimento sobre que método de ensino estava sendo usado, quantos alunos seriam examinados, ainda sendo possível encontrar notícias de doações e abaixo-assinados feitos em prol do melhoramento da situação da instrução na Província ou em favor do prestígio ou difamação de um(a) professor(a). Tais correspondências fornecem um abastado material, sendo que aqueles que se referem ao século XIX foram pouco analisados (SOUZA; ANJOS; BARBOSA, 2013).

Fonte singularmente relevante para este trabalho, abrindo o quinto bloco de documentos, são os relatos legados pelos viajantes (missionários, escritores, diplomatas) que passaram pela região do Paraná deixando suas críticas e apontamentos sobre variados assuntos em formato de textos (relatos, cartas, diários) e imagens (LEITE, 1998).

Visando encontrar o tratamento dado à mulher, bem como as formas de representação das mesmas captadas pelos viajantes que por aqui passaram, esta pesquisa se utilizará dos registros de época de: Auguste de Saint-Hilaire (1978), Julius Platzmann (2010), Thomas P. Big-Wither (1964), Robert Avé-Lallemant (1995), o diário de D. Pedro II (2008), o livro de Edilberto Trevisan (2002), que traz os relatos de quatro nórdicos Fric, Hellic, Platzmann e Tschudi, assim como o do lapeano Salvador José Correia Coelho (1995), que viajou recolhendo informações sobre a região costeira de São Paulo e também de cidades paranaenses.

Utilizaremos os relatos de forma consciente, sabendo que os mesmos são resultados daquele período e não registros *ipsis literis* da realidade, antes foram mediados pelas crenças e hábitos pessoais, por uma forma particular de ver e julgar os acontecimentos no mundo, ou seja, “pelas diferenças culturais do observador em relação

aos nativos” (ANJOS, 2015, p. 79). Logo, devo me manter cautelosa, buscando o cruzamento de informações vindas de outras instâncias a fim de estabelecer a informação mais próxima da adequada.

Como sexto bloco traremos as imagens de variados artistas e de Iria C. Correia, considerada a primeira pintora paranaense, bem como estampas de revistas e de sites pertinentes ao nosso tema.

As imagens, enquanto linguagem, concentram uma parcela de signos que podem ser desvelados (HUYGHE, 2009, p. 24) e que serão indispensáveis no uso das mesmas como fonte. Através desse recurso é possível apreender informações sobre os materiais e técnicas envolvidos além de outras informações intrínsecas, como aquelas pertinentes ao modo de vida das pessoas e das questões envolvidas na construção iconográfica.

Assim, nossa empiria busca suporte em Miriam Moreira Leite que na elaboração de uma metodologia para examinar a “[...]iconografia em geral e das fotografias em particular, pela procura de recursos dedutivos, comparativos e interdisciplinares para captar o que a imagem pudesse transmitir”, e que não deixa de levar em conta que a “[...] transmissão de imagens é limitada, ambígua e superficial” (LEITE, 1994, p. 131). Portanto, a análise se amplia quando a leitura visual é realizada no cruzamento com outras fontes. No nosso caso o jornal, a literatura e a historiografia ajudam a tecer pontes para interpretações acerca das imagens inseridas na pesquisa, auxiliando na elucidação das representações que localizamos, assim como para tentar desvendar a simbologia presente nas mesmas.

No uso do retrato, mais especificadamente, atenta-se a estas tradições enraizadas na sociedade através dos modelos de representação disseminados pelos pintores e retratistas em geral: hierarquia, política, condições sociais e de gênero podem ser explorados nestas imagens (DIAS, 2006).

Logo o cruzamento da legislação com estas demais fontes apresentadas tem por objetivo a aproximação entre o idealizado nas leis, o praticado no cotidiano da escola e no aparelho governamental, desvelando falhas, rearranjos, burlas ou, simplesmente, para buscar não “fetichizá-las” (GALVÃO; LOPES, 2010, p. 70).

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo nos debruçamos sobre as representações vigentes e as condições em que se encontravam as mulheres no Paraná Oitocentista em comparação com outras regiões do Império.

No segundo capítulo apresentamos as representações sobre a instrução da mulher na imprensa, nos programas da instrução pública e dos colégios particulares mapeados, apresentando a diferenciação dos conteúdos direcionados para o sexo masculino e feminino, buscando entender a função do ensino do desenho e da pintura amadora, que nos parece ter sido um diferencial na instrução feminina burguesa no período pesquisado.

No terceiro capítulo, investigamos através da trajetória e das obras de uma aluna de dois destes colégios – a pintora Iria Cândida Correia – o modelo de educação feminina proposto nestas instituições e como fizeram parte da vida e da história de algumas das mulheres do Paraná Oitocentista. Tais dados são trazidos à luz por meio da análise de determinados eventos e trabalhos de D. Iria Correia, tida como primeira pintora do Paraná e, como esta, burlando algumas regras de gênero vigentes, conseguiu utilizar alguns dos recursos apreendidos nestas instituições para um meio de sobrevivência econômica. O conjunto de sua obra também nos permite a leitura das representações sobre as mulheres de sua classe no período.

Tal como Natalie Zemon Davis nos aponta em seu livro, “Nas Margens” (1997), convidamos todos a olhar para esse momento do Paraná Oitocentista em busca da história de mulheres que estiveram à margem de suas próprias comunidades, tornando-se singulares para nós, historiadoras(es), ao elucidarem, mesmo que de forma indireta, as variadas situações em que se encontravam na organização social e servindo como pontos de referência para as mudanças que seguiam acontecendo na sociedade da época.

1. O BELO SEXO NO PARANÁ OITOCENTISTA

Muitos historiadores se debruçaram sobre a instrução no período da República, deixando de lado uma gama de iniciativas e avanços que surgiram ainda no regime imperial, fatos que foram resgatados e glorificados por Pires de Almeida (1989), em sua *História da Instrução Pública no Brasil (1500- 1889): História e Legislação*, e que nos impulsionam a vasculhar essa história no Paraná Oitocentista em busca dos primórdios da institucionalização da instrução do “belo sexo” nos colégios particulares.

A expressão “belo sexo” era como se referiam poetas, políticos, jornalistas, homens em geral, ao sexo oposto ao seu, ou seja, à mulher no século XIX. O “*beau sexe*” tem suas origens naquela que seria a grande influência do brasileiro culto, o francês, ou como cunhou José Ricardo Pires de Almeida (1989, p. 17) em seu prefácio²⁶, a “língua universalmente conhecida” do século XIX.

Joan Scott (2012) afirma que as mulheres nem sempre foram vistas ou representadas da mesma forma e que tais questões variaram de acordo com o período histórico:

Isto significa que, em alguns períodos da história, mulheres são primariamente definidas como agentes reprodutivas, em outros como educadoras das crianças da nação, e até como as executoras da moralidade, e novamente como subversoras da razão. Elas são às vezes equiparadas com a natureza; em outros tempos, identificadas com a cultura. Em alguns períodos, elas foram entendidas como tendo a mesma alma dos homens, em outros elas foram distinguidas pela sua falta de razão. (SCOTT, 2012, p. 336)

Assim sendo, este capítulo se ocupará de analisar as representações produzidas sobre as mulheres, bem como as condições em que se encontravam no Paraná Oitocentista em relação a outras regiões do Império. Sabemos que a medicina, a literatura, a religião, as ações governamentais e até mesmo a arte criaram imagens idealizadas das mulheres e tais representações influenciaram o comportamento, a educação e a instrução das mesmas.

²⁶ O historiador nasceu no Rio de Janeiro (1843-1913), estudou medicina, foi comissário vacinador, arquivista da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, membro Honorário do Instituto Geográfico e Histórico do Brasil, escreveu peças de teatro e colaborou com diversos jornais escrevendo obras de caráter higienista. A obra foi escrita para tornar conhecida a história da educação brasileira perante outras nações durante a Exposição Universal de Paris (1889) (ALMEIDA, 1989).

O cerceamento do espaço permitido à mulher (privado/público) e os ensinamentos dos cuidados com a prole, que irão culminar na difusão da puericultura, no final do XIX e início do XX (BERTUCCI, 2017), já estavam presentes por volta de 1830 nos atos governamentais que visavam colocar sob controle as ações femininas em prol do sucesso da sociedade brasileira (SOUZA, 2012). A literatura destinada à sua educação também definia os modelos sociais que deveriam seguir (VASCONCELOS, 2013), bem como a variedade de impressos que surgem destinados ao sexo feminino (DUARTE, 2017), todos embasando atitudes modernas, porém muitas pautadas nos velhos preceitos patriarcais e religiosos (MANOEL, 1996).

Em virtude da direção que nos apontou o levantamento historiográfico inicial, procuramos pistas através do cruzamento de relatos que demonstrassem como se dava a vida das mulheres no cenário oitocentista paranaense, assim como em algumas das outras Províncias e na capital do Império. Usamos a historiografia para confrontar alguns clichês sobre as mulheres, bem como a descrição dos próprios viajantes para entender a situação em que estas se encontravam, conscientes de que se tratam de memórias e não fatos *ipsis literis*. Em um terceiro momento passamos a demonstrar como as variadas representações sobre o “belo sexo”, um campo de disputa, visaram modificar o comportamento das mulheres, sendo perpassadas pelas relações de classe, raça e até mesmo geográficas, em nome da modernização da sociedade paranaense oitocentista.

1.1 AS MULHERES NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Se as mulheres não puderam registrar sua história ou a fizeram em menor escala que os homens, é preciso tomar emprestado o olhar e o relato do Outro para poder enxergar-lhes de alguma forma, sem deixar de ponderar, é claro, os filtros aos quais tal visão está sujeita. Nesse assunto os relatos dos viajantes, homens e geralmente europeus, que passaram pela Província do Paraná, auxiliam-nos a visualizar parcialmente a condição das mulheres, como estas eram tratadas em seus ambientes em relação ao resto do Império e as representações sociais que visavam determinar seu lugar na sociedade. Procuramos apresentar relatos de vários viajantes a fim de obtermos

um maior grau de comparação, observando os pontos em comum e discrepâncias para tentar analisar essa trama social.

Podemos perceber que autoras como Mary Del Priore (2015) e Heleiet Saffioti (2013) associam as mudanças ocorridas na condição da mulher à urbanização iniciada no século XIX. Contudo, na primeira metade do século, a região que viria a ser a Província do Paraná, não diferindo muito de outras localidades do Brasil, ainda contava em geral com vilas pequenas ou freguesias, com características de interior e apenas duas cidades: Curitiba e Paranaguá. Vemos abaixo o que relata o naturalista francês Auguste Saint-Hilaire sobre Curitiba:

Curitiba mostra-se tão deserta, no meio da semana, quanto a maioria das cidades do interior do Brasil. Ali, como em inúmeros outros lugares, quase todos os seus habitantes são agricultores que só vêm à cidade nos domingos e dias santos, trazidos pelo dever de assistir à missa. Em Curitiba e nos seus arredores é muito pequeno o número de pessoas abastadas. Eu vi o interior das principais casas da cidade [...]. As paredes eram simplesmente caiadas e o mobiliário das pequenas salas onde eram recebidas as visitas se compunha apenas de uma mesa e alguns bancos. [...] Curitiba podia, pois, ser considerada como a única cidade no interior que, a partir de São Paulo, mantinha contato frequente e direto com o litoral; em consequência, sua situação era extremamente favorável ao comércio, e não há a menor dúvida de que ela se tornaria uma cidade muito florescente se a estrada que atravessa a Serra de Paranaguá não fosse tão acidentada. Com efeito [...] poucas estradas são tão horríveis como era essa à época de minha viagem. Quem não imaginaria estar ainda nos primeiros tempos da descoberta do Brasil ao saber que, numa extensão de mais de 110 léguas paralelas ao mar e pouco distantes deles, só existia praticamente um único centro de população que mantinha contato com o litoral, e ainda assim através de uma estrada capaz de assustar os homens mais intrépidos? (Saint-Hilaire, 1978, p. 71-72)

O trecho narrado pelo viajante francês Auguste de Saint-Hilaire²⁷, que passou pela região entre 1816-1822, mostra que os lugares mais distantes da capital do Império ainda não estavam passando pelas mesmas mudanças que lá vinham ocorrendo naquela época, demonstrando que aqui ainda se encontravam pequenos povoados, distantes uns dos outros.

A cidade do Rio de Janeiro, no período que antecede a vinda da Corte portuguesa em 1808, não diferia muito do campo: “pessoas ricas parecem não se

²⁷ Saint-Hilaire, que escreveu “Viagem a Curitiba e Santa Catarina” (1851): “[...] era botânico, e em suas viagens cuidava de coletar especialmente plantas, não deixava de recolher os animais que encontrava. E, se fazia anotações sobre a fauna e a flora, fazia-as também sobre o nosso povo, seus usos e costumes, suas habitações, seus móveis e utensílios, suas culturas e sua maneira de cultivar. [...] Fazia anotações sobre nossa economia, nossa história, nossa política e nossos políticos” (FERRI, Mário Guimarães, In HILAIRE, 1978, p. 10).

distinguir, pela maneira de viver, de outras mais pobres” (D’INCAO, 2015, p. 224). Os espaços públicos e privados não eram muito bem definidos, além da sujeira que imperava nas ruas. Sendo assim, foi necessário que a cidade passasse por um processo expurgatório que, inicialmente, derrubou casas e maquiou seus problemas para a recepção dos novos habitantes. Esse processo culminou num distanciamento de atividades não tão bem vistas da cidade, a fim de implementar a ideia de limpeza dos espaços públicos, o que trouxe regras de conduta a serem apreendidas pela população (D’INCAO, 2015).

Tal controle foi regulamentando o que e como deveria ser o espaço público, a rua, assim como redefinindo os ambientes privados. As regras dos espaços, aos poucos, foram adentrando os corpos, regulando comportamentos entre o lícito e o ilícito. A Faculdade de Medicina da Bahia foi aberta em 1808, mesmo ano em que a Corte de Dom João VI chegou ao Brasil, sendo outro elemento que ajudou na implementação de regulamentações e comportamentos trazidos d’além mar, só que estes direcionados ao corpo, pois “ideias novas sobre higiene e saúde espalhavam-se pouco a pouco entre as famílias das classes mais altas” (D’INCAO, 2015, p. 225). Assim, imposições científicas foram sendo direcionadas, sendo que na região do Paraná visaram “higienizar” a infância, tendo os educadores papel fundamental nessa teia de implementações, principalmente, ao final do século XIX (LARROCA, 2009).

Evidentemente a realeza não deu origem apenas às regulamentações higiênicas e mudanças espaciais, trouxe consigo também um pouco mais da modernidade²⁸ vivenciada na Europa, até então quase inexistente nessas terrinhas (ALMEIDA, 1989), o que ocasionou um *frisson* em parte da população, como podemos perceber no próprio historiador José Ricardo Pires de Almeida.

O brinde à modernização²⁹ trouxe consigo o *glamour* de uma certa inovação em relação a alguns costumes, pedindo em troca que os cidadãos pudessem dar um pouco de controle ao governo imperial sobre suas vidas e espaços (D’INCAO, 2015).

²⁸ Para Marshall Berman (1986, p. 11-13), a modernidade seria um conjunto de experiências, positivas e negativas, compartilhadas (de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida) entre os seres humanos, exemplificada no texto através das ideias de Pires de Almeida (1989).

²⁹ Falar de modernização, para Norberto Bobbio (1986, p. 768), é perceber o conjunto de transformações ocorridas nas esferas política, econômica e social que caracterizaram os dois últimos séculos, sendo resultado de lutas e discussões, que teriam antecedido a própria Revolução Francesa de 1789, que poderia ser colocada como marco inicial, assim como a Revolução Industrial inglesa.

Para Pires de Almeida, por exemplo, as festas da Corte também haviam criado novos hábitos no Rio de Janeiro e nas principais cidades do império “pela frequência e pela facilidade das relações estabelecidas entre elas que, em menos de treze anos, tudo se encontrava completamente transformado e a vida e o movimento se achavam, de certo modo, difundidos por toda parte” (ALMEIDA, 1989, p. 53), ou seja, as novidades desse meio social mais refinado, diferentemente do que se estava acostumado, seduziu rapidamente os olhos e o comportamento das pessoas que estiveram mais próximas a esses eventos, fazendo frutificar novos conceitos e ampliando as aspirações de modificações a serem feitas no seio da sociedade.

A convivência com os portugueses legou alguns frutos importantes que, a longo prazo, introduziram novos hábitos e foram modificando a necessidade do povo em relação à instrução e às manifestações artísticas, que parecem sinalizar uma busca por maior civilidade nessa sociedade:

O gosto pela música passou dos salões reais aos da nobreza, depois aos dos ricos negociantes e impregnou os mais modestos funcionários. Este gosto musical desenvolveu o teatral. A imprensa periódica já não era uma simples crônica dos acontecimentos políticos, segundo a visão do gabinete de São Cristóvão. Fazia-se propagandista do que havia de bom e belo. Foi então que começaram a aparecer as revistas literárias e de instrução, as escolas públicas e os colégios particulares que, abertos um atrás do outro, elevaram o nível das aspirações. (ALMEIDA, 1989, p. 54)

Houve outra mudança significativa na área cultural enquanto Dom João VI esteve regendo do Rio de Janeiro e que, de certa forma, influenciou na metodologia da instrução a longo prazo: a fundação da Academia de Belas-Artes³⁰.

Mesmo tendo em vista questões políticas que originaram a criação da obra de Pires de Almeida (1989), legitimando um sistema do qual fez parte, podemos observar

³⁰ [...] organizada pelos artistas franceses, especialmente chamados ao Rio de Janeiro para a sua fundação. Querendo dar à capital do reino americano todo o esplendor das cortes da Europa, o Rei contratou, na Itália, cantores para a capela real e, na França, artistas e professores de mérito para fundar uma Academia de Belas-Artes. É a Joaquim Le Breton, cavalheiro, secretário perpétuo das Belas-Artes do Instituto Real de França, aos pintores Jean-Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay, ao estatutário Auguste Taunay, ao gravador Simon Pradier e a Grandejean de Montigny, arquiteto, que devemos os estabelecimentos de nossa próspera Academia de Belas-Artes, que já produziu artistas de talento, entre os quais podemos recordar: o pintor e poeta Manuel de Araújo Porto Alegre, Victor Meirelles, Pedro Américo, R. Moedo, Monteiro, Zeferino, Almeida Júnior, Firmino Monteiro, Mafra, Vieira, R. Fragoso, Poluceno, Souza Lobo, o paisagista Motta, os estatutários Bernadelli, Chaves Pinheiro, Almeida Reis, Honorato de Lima, os arquitetos Bethencourt da Silva, os cenógrafos João Caetano Ribeiro e Lopes Cabral etc. O Museu Nacional data de 1816; sua criação foi uma feliz ideia de Antônio Araújo, Conde de Baca, realizada por D. João VI, depois da morte deste ministro (ALMEIDA, 1989, p. 43-44).

em sua narrativa o tratamento que a instrução pública passou a receber após a intervenção de D. João VI e que está diretamente ligado ao objeto desta pesquisa, sendo-nos de grande valia, já que o historiador vivenciou o período em questão:

Houve, enfim, um recrudescimento das fundações de escolas e começou-se a construção de escolas para meninas. Este último fato era uma novidade e marcava uma grande mudança nos costumes porque, até então, as meninas nunca apareciam nem mesmo diante dos visitantes que seus pais viessem a receber. (ALMEIDA, 1989, p. 44)

No quadro a seguir, podemos ver a situação em que se encontravam as principais cidades, Curitiba e Paranaguá, assim como outras vilas e freguesias da 5ª Comarca de São Paulo, no ano de 1840, com relação às instituições de instrução pública. Castro, Curitiba, Palmeira, Ponta Grossa e São José dos Pinhais contavam com 1 cadeira primária, provavelmente promíscua. Apenas Paranaguá contava com 1 cadeira primária para o sexo feminino e uma para o sexo masculino, todas datando de 1831. O quadro deixa evidente que apesar de a modernização da instrução da Corte, segundo Pires de Almeida, parecer estar a todo vapor, na região do Paraná Oitocentista ela era ainda muito tímida.

Província de São Paulo

LOCALIDADE	ESCOLAS	CADEIRAS	DATA DE FUNDAÇÃO
Água Choca	Primária	16 de agosto de 1832
Caçapava	"	13 de outubro de 1831
Caconde	"	"
Cajuru	"	"
Capivari	"	"
Casimiro	"	"
Curitiba	"	Latim	"
Entrada da Mata	"	"
Itú	2 Primárias (masculina e feminina)	Latim	Antiga
Mogi das Cruzes	Primária	"	"
Palmelras	"	13 de outubro de 1831
Paranaguá	2 Primárias (masculina e feminina)	Latim	Antiga
Pirapora	Primária	13 de outubro de 1831
Ponta Grossa	"	"
Queluz	"	"
Santo Amaro	"	"
Santos (Bonifácio)	3 Primárias masculina ..	Latim	"
"	1 Primária feminina	"
São Bento	Primária	"
São José dos Pinhais	"	"
São Paulo	"	Colégio	Jesuítas 1554
"	4 Primárias masculina ..	Latim, Filosofia e Teologia ..	"
"	1 Primária feminina	"
"	Escola de Direito ..	"
"	Biblioteca, Seminário ..	"
São Sebastião	Primária	Latim	Antiga
Sorocaba	2 Primárias	Latim	"
Xiririca	Primária	13 de outubro de 1831

Tabela 1: Dados da Instrução na Província de São Paulo, 1840.

Fonte: ALMEIDA, 1989, p. 78.

A chegada da família Real, a abertura dos portos e a possibilidade de “comercialização e à produção de manufaturas em territórios coloniais” fomentam a economia, geram novas ideias e trazem uma movimentação maior de viajantes, de profissionais de várias áreas, de mercadorias e impressos entre o Brasil, a Europa e a África (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 22).

Tornar-se civilizado coube nas propostas de uma camada da população que vinha se estabelecendo na sociedade, a burguesia, e conforme essa classe se estabelecia, participava e ajudava a impor as mudanças físicas e de valores exigidas pela

modernização da sociedade brasileira (D'INCAO, 2015, p. 226), mesmo que a passos lentos.

Assim como a cidade foi sendo replanejada, a vida familiar, lugar de inserção da mulher, também ganhou novos contornos, já que se iniciou “um processo de privatização da família marcado pela valorização da intimidade” (D'INCAO, 2015, p. 228). Outro fator que se alterou foi o da mobilidade das mulheres da elite nos centros urbanos, muitas vezes influenciada pela atividade cultural mais intensa:

A mulher de elite passou a marcar presença em cafês, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social [...]. Essas mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada [...]. As salas abriam-se frequentemente para reuniões mais fechadas ou saraus, em que se liam trechos de poesias e romances em voz alta, ou uma voz acompanhava os sons do piano ou harpa. [...] a possibilidade do ócio entre as mulheres de elite incentivou a absorção das novelas românticas e sentimentais consumidas entre um bordado e outro, receitas de doces e confidências entre amigas”. (D'INCAO, 2015, p. 228-229)

Percebemos que essa acanhada brecha que se abria no espaço privado e a saída autorizada a ambientes demarcados nessa nova configuração do espaço urbano modernizado (pensando cidades um pouco maiores como Rio de Janeiro e Salvador, por exemplo), servia de força motriz para impulsionar pequenas alterações na representação sobre o papel da mulher de elite que deveria então entreter os convidados do pai ou do marido, já que “das mulheres passa a depender também o sucesso da família, quer em manter seu elevado nível e prestígio social já existentes, quer em empurrar o *status* do grupo familiar mais e mais para cima” (D'INCAO, 2015, p. 229). Logo, tornou-se necessário pensar no acesso destas mulheres a um tipo de instrução que lhes propiciasse esse exigido diferencial de classe, mantendo ou alavancando a notoriedade da família. Então, dentro dessa cidade e sociedade civilizadas, a educação e a instrução³¹ das mulheres parece ter se tornado algo mais valorizado.

Maria Celi Chaves Vasconcelos (2005) demonstra, a partir de suas pesquisas, que a educação doméstica brasileira trouxe uma conotação mais artística para as moças das classes abastadas (aristocracia e burguesia), pelo menos na Corte. Já Anne Higonet

³¹ As discussões ocorridas no século XIX, entre como e onde deveria ocorrer o ensino, destoavam entre Família e Estado, sendo definida somente ao final do Oitocentos: “Se para a educação doméstica educar significava estabelecer princípios morais, desenvolver, formar, e instruir os sujeitos a partir dos conhecimentos acumulados pela humanidade, preparando-os para os seus devidos papéis sociais, da escola formal a Casa esperava apenas o cumprimento do aspecto relacionado à instrução [...]” (VASCONCELOS, 2005, p. 205).

(1991) afirma que na Europa as moças das classes trabalhadoras também aprendiam em casa os ofícios da família, o que lhes impulsionava para o mercado, em que o artesanato, os trabalhos de agulha, o desenho e a pintura eram conhecimentos passados através das gerações, fator que entrou em decadência na segunda metade do XIX e que levou as meninas a aprenderem tais ofícios fora de casa.

Na França, a primeira escola gratuita de desenho para mulheres surge em Paris no ano de 1803, a “*École Gratuite de Dessin pour les Jeunes Filles*” e, em 1800, algumas damas já expunham seus trabalhos, em geral aquarelas, no Salão da Academia de Belas-Artes, ainda que de forma muito tímida em relação à produção masculina (HIGONNET, 1991, p. 313).

Essas modestas, mas significativas mudanças empreendidas em nome desta modernização também começam a ser espalhadas pelo vasto território brasileiro e, alastram-se de forma lenta e desigual, em direção às várias Províncias, chegando, inicialmente, como uma leve brisa à então quinta Comarca de São Paulo. Entretanto, no que diz respeito a essa região, há que se indagar: quem representava a elite e como esta se constituía? Será que esses mesmos valores e distinções de classe também foram ali difundidos?

Na região do Paraná a burguesia do mate e a elite campeira – que, segundo Magnus R. de Mello Pereira (1996), eram as elites locais no século XIX – ainda estavam em fase de formação, nem sempre sendo possível, por isso, identificar com clareza sua influência sobre a sociedade antes da criação da Província, em 1853. Todavia, alguns relatos permitem visualizar condições variadas das mulheres, tanto aquelas de uma classe trabalhadora, branca ou negra, que parecem ter mais acesso ao espaço público, quanto aquelas pertencentes ao que viriam a ser essas elites locais, isto é, mulheres de fazendeiros e criadores de gado da região dos Campos Gerais ou dos comerciantes do mate, no planalto curitibano e no litoral, ora mais presentes, ora mais ausentes do espaço público.

Ao passar por Carambeí, na região dos Campos Gerais paranaense, Saint-Hilaire capta, admirado, o comportamento de algumas mulheres de fazendeiros que ajudam nas tarefas cotidianas da casa e da propriedade em geral, além de possuir certo polimento para conversar com estrangeiros de forma a agradá-los:

[...] já ia começar a trabalhar quando, para grande surpresa minha, apareceram duas moças bem vestidas, que me conduziram a uma grande sala. Uma era mulher do fazendeiro, e a outra a mulher do que tinha dado a carta

de recomendação. Todas as duas eram bonitas, tinham muito boas maneiras e uma conversa agradável. Desde que deixara o Rio de Janeiro eu só havia encontrado prostitutas e negras, e constitui para mim uma deliciosa novidade passar a noite conversando com duas mulheres decentes e amáveis. Falamos muito sobre o Rio de Janeiro, São Paulo e Guarapuava, que a todo momento era mencionada. Essas senhoras me serviram chá e eu voltei ao meu trabalho, depois de passar umas duas horas em sua companhia. (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 58)

Pelo que podemos perceber, estas duas senhoras haviam aprendido a “comportar-se em público, a conviver de maneira educada” (D’INCAO, 2015, p. 228) e, segundo nosso viajante, eram capazes de entreter as visitas na falta do marido, diferentemente das mulheres de outra camada social encontradas em região mais urbanizada e que não se enquadravam nesse modelo de representação proposto em sua fala. Suas atitudes eram outras porque sua condição era outra: trabalhavam nas ruas para ajudar na sua subsistência e da família que, por sua vez, tinha outra origem destas encontradas em Carambeí.

Notando uma diferença em relação às outras províncias que visitou e tendo como ideal de instrução o de seu país de origem, ele considera que: “[...] elas recebem os seus hóspedes com uma cortesia simples e graciosa, são amáveis e, embora destituídas da mais rudimentar instrução, sabem tornar cheia de encantos a sua conversa.” (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 18). Ao falar do aspecto rudimentar de sua instrução, talvez as estivesse comparando com a educação de seu país de origem tanto quanto comparando a de outras províncias por onde passou: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, onde provavelmente encontrou um movimento ligeiramente distinto em relação à instrução feminina.

Quando, em 1820, o viajante passa pela Fazenda dos Carrapatos, em Pitangui, surpreende-se, mais uma vez, com D. Balbina, senhora que também o recebe sozinha, na ausência do marido fazendeiro. Saint-Hilaire repara nos trajes da anfitriã, similar ao das outras duas que ele havia conhecido em Carambeí:

[...] ela usava um vestido de chita muito decotado e um xale do mesmo tecido, cujas pontas caíam de cada lado do peito. Todas elas traziam as pernas nuas e os cabelos arrepanhados por um pente, e todas usavam um comprido colar de ouro e, nas orelhas, brincos de brilhante. (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 59)

Aqui podemos fazer um paralelo com as mulheres mais ricas do sertão nordestino descritas por Miridan Knox Falci (2015), por volta de 1830, e que

costumavam se vestir de maneira simples em relação à ostentação da elite litorânea, não utilizando joias no dia-a-dia, a não ser por ter “no pescoço, os ‘cordões de veludo’, as ‘travessas’ de prata ou de tartaruga, ou presilhas de ouro ou marfim (as mais pobres usavam de chifre de boi)” (FALCI, 2015, p. 245) nos cabelos. Algumas poucas mulheres dessa região buscaram imitar a ostentação de regiões urbanas, como Recife e Bahia, “Adornaram-se de joias, mandaram trazer roupa do Rio de Janeiro ou do Recife ou de São Luís.” (FALCI, 2015, p. 246).

O Rio de Janeiro recebeu, a partir de 1815, modistas europeus que aportaram na famosa Rua do Ouvidor, conhecida por sua ode à moda, seja nos tecidos variados ou nos periódicos que a difundiam entre a elite, inculcando-lhes o hábito de comprar artigos importados, no lugar do velho costume de ter suas roupas feitas em casa pelos empregados, de certo com um pouco de atraso em relação à Europa, pois imaginamos que as revistas de moda demoravam um pouco a chegar em solo brasileiro (CINTRA, 2016).

As mulheres da elite, no Rio de Janeiro, ousavam na indumentária durante festas e bailes, trazendo os braços à mostra com uma certa influência da moda Império ou Neoclássica francesa³², como demonstra a litografia de Jean-Baptiste Debret sobre os trajes das damas reais do período.

³² No início do século XIX, França e Inglaterra tem o vestido feminino como um tipo de camisola, decotada que bate nos tornozelos, o uso do xale era quase indispensável também. Já nos anos 1820, o espartilho começa a voltar as graças das mulheres, a saia ainda em linha horizontal começava a ganhar detalhes na barra e mangas mais fofas. A moda inglesa desemboca no figurino Romântico e a francesa, com as alterações na saia se transforma na Regência (LAVER, 1989).



Figura 1: Grand costume de cour. L'Archiduchesse Leopoldine, 1^e. Impératrice du Brasil : Femme de D. Pedro. La Reine Carlota : Mère de D. Pedro, 1839, Jean-Baptiste Debret³³.

Fonte: Biblioteca Brasileira.

No entanto, ao longo do dia o recato era apreciado pela sociedade, no uso generalizado de vestidos longos, de xales e de mantilhas, também registrado por Debret (1839), em uma cena que, para além do traje, mostra-nos as mulheres em um costume de se sentar ao chão, neste caso em uma igreja.

³³ Tradução: “Vestidos de gala da corte. Arquiduquesa Leopoldina: 1^a Imperatriz do Brasil. Rainha Carlota: Mãe de D. Pedro”.



UNE MATINÉE DU MERCREDI SAINT, À L'ÉGLISE.

Figura 2: Une matinée du Mercredi Saint, à l'église³⁴, 1839, de Jean-Baptiste Debret.

Fonte: Biblioteca Brasileira.

Podemos notar que as damas fluminenses não tinham por hábito mostrar as pernas no seu dia-a-dia e nem nos bailes, diferentemente das mulheres dos fazendeiros da Província do Paraná, que neste momento usavam decote e mostravam as pernas, o que deve ter chamado a atenção de Saint-Hilaire para que este as descrevesse nos pormenores de seus trajes. Em geral, as imagens do período nos mostram que na saída pelas ruas as damas usavam pelo menos um xale ou capa cobrindo o colo, diferentemente do que acontecia no interior das casas e nos bailes, em que o colo e os braços davam o ar da graça.

³⁴ Tradução: “Manhã de uma quarta-feira santa na igreja”.

Neste contexto, a viajante e preceptora Maria Graham³⁵, em sua amizade com mulheres da elite carioca, que lhe cederam lugar de estadia além de passeios memoráveis, permite-nos vislumbrar um ideal de instrução feminina que já estava sendo disseminado na capital do Império e que tinha como um dos alicerces a presença de atributos artísticos, ao descrever a desenvoltura da filha do Visconde de Cachoeira, que: “[...] distinguia-se por seu talento e cultura: falava e escrevia bem o francês e fazia muitos progressos no inglês; desenhava corretamente, cantava com gosto e dançava com graça”. (GARCIA, 1940, p. 27).

Tal descrição demonstra que os dotes artísticos, assim como as línguas estrangeiras, haviam se tornado conhecimentos de grande valor para a mulher da elite dessa sociedade. Essa arte, intitulada de feminina ou amadora, assume, desse modo, o papel de distração para as mulheres, abrilhanta-as socialmente e as encaixa dentro dos padrões burgueses do período. A arte foi usada pela classe burguesa para seu próprio enaltecimento e conservação, tanto que as imagens dessa arte feminina promoviam temas domésticos, que estavam de acordo com os ideais implementados para estas mulheres, ou seja, “membros da família e amigos íntimos, a casa, passeios nas redondezas, locais de férias, cenas de viagens com a família” (HIGGONET, 1991, p. 307).

Esse ideal de educação e instrução serviria, decerto, para destacar a mulher da elite das demais mulheres e aproximá-la do ideal de companhia agradável para homens como Saint-Hilaire. Contudo, não nos esqueçamos que o referido viajante nos fala que as senhoras mais amáveis da região paranaense “embora destituídas da mais rudimentar instrução, sabem tornar cheia de encantos a sua conversa.” (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 18), evidenciando os padrões de representação europeus aos quais ele estava acostumado, ou seja, apesar do indicativo de não receberem instrução formal, ainda assim demonstravam educação para o trato com as visitas.

Em Rincão da Cidade sua anfitriã é uma senhora de família numerosa e mais humilde, contudo suas atitudes surpreendem o viajante: ela senta-se à beira da porta do seu quarto e lhe indaga sobre como fica a saudade de sua mãe nas andanças pelo

³⁵ Maria Graham (Inglaterra, 1785-1842), escritora, pintora e ilustradora. Viajou para diversos países, inicialmente com o pai e depois com o esposo, capitão da marinha inglesa, Thomas Graham, que veio a falecer no Chile. Ela então vem ao Brasil pela segunda vez (1823), onde conseguiu o cargo de preceptora da princesa D. Maria da Glória, filha de D. Leopoldina, com quem manteve amizade e uma troca de correspondências até 1826. Viajou por parte do Brasil e viveu também em uma chácara nas Laranjeiras, escrevendo, pintando e herborizando. Retirou-se do Brasil em 1825 (GARCIA, 1940).

mundo. Ele se admira com a atitude, que lhe faz marejar os olhos: “uma senhora que demonstrava tanto respeito pelos direitos maternos devia ser, ela própria, mãe excelente, e terá sido abençoada – espero – por todos os seus filhos” (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 59). Aqui o viajante fala em direitos maternos, vocabulário ligado aos ideais presentes na França em relação ao papel da mulher na estruturação da família. Diferentemente das moças de Carambeí, que o surpreenderam pela recepção mais formal em uma grande sala e pela conversa agradável, esta senhora o instiga de forma positiva pela intimidade que suas atitudes assumem dentro dos padrões maternos registrados por ele, a ponto de tocar em questões particulares e emocioná-lo profundamente sem este se incomodar.

Agora, na localidade denominada Freguesia Nova, o naturalista francês nos permite encontrar mulheres do povo, posto que o mesmo descreve o local como um “lugarejo que se compunha de apenas uma dúzia de casas”. No relato podemos perceber uma conduta corporal simples, acororar no chão, deixando transparecer os costumes do meio em que viviam, assemelhando-se ao registrado por Debret na Fig. 2, em que algumas das damas também se encontram sentadas no chão da igreja.

[...] Entre as mulheres, algumas eram muito bonitas, de pele rosada e feições extraordinariamente delicadas. De acordo com o costume elas ficavam acoradas no chão e muitas delas traziam uma criança nos braços. Todas vinham a cavalo e vestiam roupas apropriadas para isso, um traje azul com botões brancos de metal e um chapéu de feltro, que tiravam na hora da missa. (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 61)

Contudo, os trajes descritos nos fazem imaginar que não fossem de origem tão humilde quanto os gestos corporais pareciam denotar.

O visitante nos deixa imaginar algumas parcelas desse tecido social feminino que povoa o território, ainda pertencente à Capitania de São Paulo e, por outro lado, deixa cair o véu que revela alguns de seus pré-conceitos sobre o cotidiano em território brasileiro, seja com a surpresa no comportamento das mulheres de fazendeiros ou no convívio com trabalhadores que o deixavam irritado ao abandonarem seus postos para atividades alheias ao seu contrato de trabalho. As observações de Saint-Hilaire carregam em si juízos e valores que derivam da sua condição de cidadão francês, contexto em que modernidade e modernização encontravam-se em estado mais adiantado, e que conflitam com algumas situações encontradas por aqui, tanto em relação à mulher quanto ao homem.

Transparece, nesse momento, um juízo de valor negativo, que nos parece delimitado por influências iluministas sobre os papéis da mulher na sociedade, de um modo generalizado, demarcando como função da mesma a estruturação familiar:

O índio Firmiano procurava desculpar suas escapadas com uma série de mentiras [...] o que era de admirar era que isso tivesse tardado tanto a acontecer, já que ele convivia com o pessoal que me servia, todos eles cheios de vícios. Como já tive ocasião de dizer em meus outros relatos, os brasileiros das classes mais baixas, não dispõem de qualquer instrução moral e religiosa, e em vista disso raramente mostram possuir alguma virtude. Eles geralmente não têm família, tendo sido criados por mulheres de má fama, que lhes ensinaram todos os vícios. [...] as prostitutas pululam nos mais ínfimos lugarejos, e é nas mãos delas que os camaradas deixam o fruto do seu trabalho. (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 56)

Ele fala da instrução, moral e religiosa, que se encontra inserida nas mudanças sociais ocorridas na França e nas quais a mulher vinha desempenhando papel essencial. Talvez, por isso, as de “má fama” tenham lhe incomodado profundamente, por viverem de forma diferenciada, fugindo às regras as quais estava acostumado, em uma sociedade onde a mulher já desempenhava um papel demarcado e diferenciado do que aqui ocorria. A partir disso podemos perceber os embates morais nas falas de Saint-Hilaire, já que este parece se importar muito com o comportamento das mulheres, em especial, posto que lhes atribui a formação de caráter da população, fato este explicado no desenvolvimento de tais questões na França e tratado a seguir.

Vale a pena nos determos, ainda que livremente, à condição da mulher na França, para assim analisar algumas das representações que aparecem nas falas de Saint-Hilaire. Mesmo as mulheres tendo participado efetivamente na organização, divulgação, votações e até mesmo nos levantes populares, em busca de igualdade jurídica e cidadania política, juras da Revolução Francesa, isso não se efetivou rapidamente na prática (MICHAUD, 1999). Houve avanços – como o fato de as mulheres chegarem a ser consideradas indivíduos plenos de capacidade jurídica – que retrocederam no governo de Napoleão Bonaparte, em 1804. Tais representações, que mantinham a mulher subordinada e fechada na esfera particular, derivaram do século das Luzes, com ideais iluministas³⁶ que pregavam sua função como sendo complementar à do homem (MICHAUD, 1999).

³⁶ Seu maior expoente, Jean-Jacques Rousseau, escreveu: "Se a mulher é feita para agradar e ser subjugada, ela deve tornar-se agradável ao homem ao invés de provocá-lo" (ROUSSEAU, 1973, p. 415).

Durante a Revolução Francesa os homens haviam percebido a ameaça com as contravenções dessa ordem “natural”, pregada anteriormente a esse período, ao atribuírem maior voz e participação da mulher. Então buscaram cercear suas atividades (HUNT, 1991). Assim, compêndios de períodos anteriores à Revolução Francesa (1789), como o “Sistema Físico e Moral da Mulher”, de Pierre Roussel (1775), ainda ajudavam a disseminar as crenças na subordinação da mulher, não somente na França como em países que se pautavam nela como modelo. Contudo, felizmente houve também revolucionários iluminados, como o filósofo e matemático Condorcet, que reconheceu a igualdade de homens e mulheres (HUNT, 1991).

Os conceitos iluministas sobre a mulher iam na contramão dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da própria Revolução Francesa, e que haviam sido prometidos à população em geral. Segundo Stéphane Michaud (1999), as mulheres cobraram isso, traçando formas paralelas de continuar a exercer atividades além das domésticas, como aquelas atreladas ao poder religioso com aval da filosofia iluminista, que a tornou guardiã da família e dos bons costumes, ação estimulada nas várias organizações beneficentes surgidas no período e que tinham alcance sobre as demais camadas sociais.

Obviamente que essa condição não teria sido tão fechada como, talvez, os homens almejassem, já que muitas mulheres ajudavam os maridos a gerirem os negócios, sendo que as burguesas também se beneficiaram nesse misto de influência e assistência social à população mais carente, envolvendo-se com sociedades de auxílio às crianças e/ou pobres, tanto quanto outras utilizaram o jornal como estratégia para a busca de mudanças sociais, atividades que as permitiam se locomover entre alguns espaços (MICHAUD, 1999).

Na Europa, algumas atividades como os trabalhos manuais, que transitavam entre arte e artesanato, eram outro nicho de mercado encontrado por mulheres que necessitavam trabalhar, posto que tais artefatos eram considerados dignos e compatíveis com o gênero feminino no período (HIGONNET, 1991, p. 309):

A produção de flores artificiais, a gravura, a miniatura, a pintura de papel de parede e porcelana, a esmaltagem, a coloração a mão e o desenho de padrões

O autor iluminista ainda escreveu o romance pedagógico “Emílio ou da educação”, no qual encontramos também “Sofia”, em que este naturaliza as diferenças e o tratamento desigual atribuído aos papéis de homem e mulher na sociedade moderna (RODRIGUES, 2007).

predominava largamente um pessoal feminino. Alguns tipos de trabalhos de agulha, quase sempre executados por mulheres, como os bordados, ou as colchas nos Estados Unidos, eram pelo menos tão artísticos como funcionais. (HIGONNET, 1991, p. 309)

A difusão e a variedade dos trabalhos destinados à mulher brasileira podem ser concebidas a partir dos cargos estabelecidos no Paço, após a chegada da Corte em 1808, onde era possível se deparar com 88 funcionários do sexo masculino e 106 do sexo feminino. Apesar do número maior de empregadas, estas custavam mais barato aos cofres reais do que os empregados homens. O gasto com os empregados era de 21:833\$606 e o das empregadas 13:591\$000 (SILVA, 2005, p. 215), valor econômico que demonstra a condição da mulher trabalhadora no mercado nesse início de século.

O trabalho na Corte era desejado pela população em geral e assim o captamos também sendo realizado por mulheres, tais como: camareira-mor, camareira da princesa, damas do Paço, donas da Câmara, açafata, retretas, porteiras, moças do labor, moças do quarto, mulher de leite, pensionistas (SILVA, 2005). A quantidade de profissionais mulheres era considerável para o período, sendo demonstrativo da força da mulher como trabalhadora nessa sociedade, independentemente da condição social:

[...] requeria Dona Mariana do Carmo, filha de um capitão-de-mar-e-guerra, a qual tivera “a honra de dar leite de peito ao sereníssimo príncipe Dom Antônio que Deus tem em glória”. Pretendia entrar na folha da Casa Real a exemplo de outra “mulher de leite”. A este respeito informava o mordomo-mor: “É da prática da Casa Real dar 200 réis por dia às mulheres que chegam a ter a felicidade da suplicante, enquanto se não dá um ofício aos maridos, o que não obteve ainda o da suplicante. (SILVA, 2005, p. 217)

Os cargos domésticos nas cidades, realizados nos domínios dos patrões, legavam um certo tipo de amparo, em relação ao que ocorria nas ruas e nos cortiços, onde a maioria da população pobre morava (GRAHAM, 1992). A casa dos patrões, aos moldes do que percebemos no palácio real (com louças, talheres, cozinha e copa), ampliou-se entre a classe média, na segunda metade do século XIX, exigindo assim um aparato maior de pessoas para cuidar de tarefas ligadas à casa. Tais cargos domésticos exigiam que as mulheres seguissem regras³⁷ limitadoras de seu comportamento (GRAHAM, 1992).

³⁷ Algumas das empregadas que iam fazer os serviços de rua (lavar roupa no chafariz, buscar frutas) já não gozavam ou não precisavam da proteção do patrão, dada a idade ou a fama. Já as mais jovens deveriam ser protegidas. Normalmente, algumas empregadas domésticas acabavam por conhecer a

O espaço doméstico dos patrões era ambíguo, posto que para as criadas os locais de trabalho podiam significar tanto algo positivo como negativo, variando de acordo com o tratamento dado pelos patrões. Podendo salvá-las dos problemas encontrados nas ruas, entretanto lhes cobrava obediência e trabalho duro (GRAHAM, 1992).

Tudo isso serve para nos mostrar que a mulher, mesmo subjugada, estava a se envolver social e economicamente no mundo do trabalho. Não estava trancada em casa, antes encontrava formas variadas de transitar nesse ambiente que buscamos ampliar e reduzir em uma escala que oscile entre internacional, nacional e regional, investigando relações de semelhanças e diferenças.

Com relação a imagem de mulher – mais educada e polida, bem ao gosto da geração a que pertenciam o viajante francês e a ilustração brasileira que fundou o Império – temos aquela fornecida por Salvador José Correia Coelho³⁸, que partilhava ideologias similares às dos iluministas. Seu relato nos permite adentrar esse outro universo que coexiste com o das mulheres mais simples da região. Os primeiros aspectos reveladores da condição feminina em sua narrativa são captados na descrição que lança sobre sua própria mãe, nascida na Vila do Príncipe e batizada em 1783. O relato carrega consigo representações sobre variados comportamentos esperados da mulher, no início do século XIX, por parte dos homens, como de seu próprio filho, Salvador.

Minha mãe [...] casou-se com meu pai quando contava dezenove anos de idade: foi piedosa, de sensibilidade extrema ao infortúnio e à miséria; consolava os que sofriam com a fragrância das flores evangélicas e liberalizava os remédios compatíveis a combater os males, procedendo sempre segundo os preceitos da nossa religião. A virtude residia sem esforço em seu coração, era-lhe inata e preterível [...] seu marido deparou nela o tipo da esposa e seus filhos viram o modelo das mães. Suas ideias religiosas eram cheias de unção; suas aspirações tendiam, como nuvens de incenso que o fiel destaca no altar do seu Deus, ao desapego da terra, oposta ao completo e à perfectibilidade; considerava o mundo como o teatro da esperança; era a honesta e pudibunda esposa [...] Minha mãe jamais ausentou-se da sua própria paróquia natal e nela terminou a missão que Deus lhe assinara na vida: por ventura o sol, a estrela não tem no firmamento lugares certos e imutáveis? Porque ela não teria também na terra – sua primitiva esfera – uma

intimidade do interior das casas grandes, gozando de prestígio no seio da família, ao que outras eram passadas adiante por se negarem a realizar múltiplas tarefas (GRAHAM, 1992).

³⁸ Em 1844, após cursar o primeiro ano de Direito no Largo de São Francisco, empreendeu uma viagem à sua terra natal, a Vila do Príncipe (atual cidade da Lapa), passando por diversas regiões da Província de São Paulo e da sua 5ª Comarca.

situação fixa e exclusiva, onde cumprisse o seu destino? (COELHO, 1995, p. 77)

No relato do filho conseguimos saber que, na virada do século, dada a idade da mãe, tais mulheres eram ‘admiradas’ pelos homens por possuírem certas qualidades que não lhes eram inerentes como preza-se na fala, mas sim moldadas pelo cerceamento dos pais e outros membros masculinos da sociedade. Eram condições *sine qua non* a essas mulheres da elite sulista em formação³⁹: ser religiosa (os preceitos religiosos deviam guiar suas vidas), virtuosa (característica que deveria ser-lhes ‘inata e impreterível’), mãe dedicada, cuidadora com os enfermos, desapegada, honesta e pudica, no que toca à moral.

Coube-lhe o título de mulher aos termos iluministas: não se casou tão cedo, foi modelo de mãe, usava a natureza para remediar e seguia os preceitos religiosos e morais de decoro. Obviamente podemos estar apenas lendo o que idealizou seu filho. Contudo, em relação ao que vimos até aqui, imaginamos que essa também tenha sido uma das muitas condições das senhoras da região, a de uma boa mãe, o que relativiza um pouco mais daquele pensamento de Saint-Hilaire sobre os modelos de mulheres encontradas neste território.

A tudo isso ainda se soma nada mais, nada menos que a lealdade ao marido. Em 1844, data da viagem de Coelho, podemos notar que essa condição de recato ainda era difundida, observando tais características entre as mais jovens, na sua passagem de São Paulo à região da quinta Comarca, na cidade de Iguape:

O sexo mimoso, eminentemente recatado, porque as jovens que estavam às janelas olhavam-nos de longe e quando nos íamos aproximando fugiam das sacadas e, passados que fossemos, tornando aos mesmos sítios de observação. Que sei eu? Não vejo razão plausível deste resguardo a não ser a acanhada educação que recebera. (COELHO, 1995, p. 56)

O mesmo jovem Coelho que enaltece características da geração de mulheres de sua mãe, criadas para orbitarem apenas em torno do marido e de seus lares, parece

³⁹ Cassiana Lacerda, no prefácio de *Viagem à minha Terra*, busca em Rocha Pombo a descrição da família de Salvador José Correia Coelho como “filhos das famílias mais abastadas [...] estudavam em São Paulo, chegando a formar-se e distinguir-se” e descreve parte da família que acolheu o mesmo em sua viagem: “[...] passando pelos Campos Gerais até chegar a Castro, onde o autor visita seu irmão, o padre Dâmaso Correia, para então seguir o caminho das tropas até chegar em Sorocaba, hospedando-se na casa de outro irmão, o coronel João Batista Correia, um dos homens mais ricos do lugar” (COELHO, 1995, p. 10-11).

criticar ou se espantar que algumas das moças de sua geração ainda vivessem sob essa égide de recato, apreendida no modelo de educação recebido e que por ele era conhecido.

A viajante Maria Graham, em suas viagens pelo Brasil (1823), em período anterior à viagem de Salvador José Correia Coelho, também conheceu outras mulheres interessantes e diversas do modelo dito ‘reclusa’ ou ‘recatado’, como a exemplo da filha mais velha da baronesa de Campos, Mariana Eugênia Carneiro da Costa que a levou para conhecer o engenho:

D. Mariana conduziu-nos ao engenho onde nos deram bancos colocados perto da máquina de espremer, que são movidos por um motor a vapor, da força de oito cavalos, uma das primeiras, senão a primeira instalada no Brasil. Há aqui duzentos escravos e outros tantos bois em pleno emprego. A máquina a vapor, além dos rolos compressores no engenho, move diferentes serras de modo que ela tem a vantagem de ter a sua madeira aparelhada quase sem despesa. Enquanto estávamos sentados junto à máquina, D. Mariana quis que as mulheres que estavam fornecendo cana cantassem, e elas começaram primeiro com uma de suas selvagens canções africanas com palavras adotadas no momento, adequadas à ocasião. Ela lhes disse então que cantassem os hinos à Virgem. Cantaram então com tom e ritmo regular com algumas vozes doces a saudação Angélica e outras canções. Acompanhamos D. Mariana dentro de casa, onde verificamos que enquanto nos ocupávamos em observar a maquinaria, caldeiras e a destilaria, preparava-se o jantar para nós, apesar de já estar passada, há muito, a hora da família. (GRAHAM, 1956, p. 318-319)

Mariana comandava os empregados e empregadas do engenho, onde podemos ver as mulheres negras trabalhando com a cana, além de satisfazerem as senhoras com cânticos africanos e cristãos, o que nos mostra que a música fazia parte de seu dia-a-dia, fossem os cantos religiosos ou aqueles de sua origem. Para Mary Del Priore (2007) sob o comando de mulheres como Mariana ou ainda das “lavradoras de cana e roceiras estavam as escravas”, atuando em várias funções dentro do engenho. Muitas destas Senhoras de engenho também precisaram mediar conflitos entre seus escravos, manter proteção a agricultores que cultivassem suas terras, além de buscar afastar os conflitos de si mesmas, tal como os senhores de engenho (Del Priore, 2007).

O próprio Coelho registra, em Paranaguá, uma condição um pouco diferenciada daquela de sua mãe no início do século, a das mulheres tendo acesso a locais dessa geografia um pouco modernizada, como os teatros, por exemplo. Encontrando-se bem trajadas, o que não denotaria desapego, e mostram-nos que a condição do recato e reclusão não era a única em que se encontram as mulheres na 5ª Comarca de São Paulo:

Assistimos à uma receita dada pelo aniversário natalício do Imperador, na noite de 2 de Dezembro, o teatro era particular e acanhado; sofrível desempenho das peças dramáticas; o sexo gentil, pálido gracioso e bem trajado. (COELHO, 1995, p. 68)

Sua observação sobre o espaço físico do teatro bem como sobre a atuação sugere que este estava habituado a um ambiente mais urbanizado do que aquele que encontrara aqui. Para nós, a menção de que existiam teatros já nos mostra que a ideia sobre os divertimentos modernos de Pires de Almeida já se difundira por aqui, mesmo que timidamente.

A referência ao passado próximo para registrar como modelo feminino aquele da época de sua mãe nos mostra tanto o apego de Coelho ao passado quanto a citação acima demonstra sua necessidade de se afirmar, no uso de movimentos mais atuais, como é o caso do Romantismo⁴⁰. O sentimento romântico⁴¹, de certo, esteve impregnado em muitos dos viajantes que por aqui passaram, tanto quanto na literatura europeia, permitindo que se alastrasse entre nossos escritores, influenciando nas representações que povoaram suas mentes, sobretudo acerca das mulheres, como nas descrições de Salvador José Correia Coelho.

Assim, nestes primeiros momentos nos deparamos com algumas das representações e condições das mulheres no Brasil, antes da criação da Província do Paraná: mãe, na classe mais rica e na mais pobre, esposa de fazendeiro mais abastado e também em famílias mais humildes. Algumas destas mulheres mantinham contato com os homens, recebendo e travando conversas na falta do marido, refutando a ideia de clausura como algo generalizado. Em outras regiões do Império também encontramos mulheres de classes mais ricas ora dirigindo fazendas, ora sendo educadas de forma já diferenciada na sociedade, modo em que os dotes artísticos se apresentam a elas. Os viajantes, estrangeiros ou brasileiros, exprimiam seus ideais a respeito do lugar e das funções que deviam ser exercidas por estas várias mulheres. Entretanto não quer dizer

⁴⁰ Em seu prefácio, Cassiana Lacerda aponta a influência do Romantismo que permeia a escrita do autor, constituindo: “[...] um manifesto romântico sustentado na ideologia da compensação: entendida como o projeto de identificação de país novo, ainda sem tradições, mas por outro lado, anunciando um futuro promissor pela abundância de riquezas naturais” (COELHO, 1995, p. 11).

⁴¹ Segundo François Furet (1999), que analisa as contradições próprias desse período (o embate entre o conservadorismo e o desejo de revolução), “o homem romântico nasce e cresce ao mesmo tempo que a sociedade moderna, no período que vai de 1814 a 1848” (FURET, 1999, p. 7).

que isso ocorresse na vida real ou que não haviam burlas em relação a estas representações vigentes. Os papéis foram tão diversos como o são atualmente.

1.2 AS MULHERES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Saint-Hilaire (1978) percebeu que a localização da Província do Paraná era estratégica⁴² por conta do porto de Paranaguá, da produção do mate e da agricultura dos Campos Gerais, que assinalavam que, se bem desenvolvidas, frutificariam e com o tempo trariam transformações sociais e econômicas significativas.

Algumas décadas depois de tê-lo pronunciado, tal fato se concretiza, trazendo mudanças visíveis à sociedade:

Principalmente a partir da década de 1850, com o *boom* dos engenhos de mate, formou-se nas cidades paranaenses uma camada populacional tipicamente citadina. Em Curitiba, o processo foi acentuado com a instalação do governo provincial. Além dos industriais e comerciantes de mate, com seus empregados burocráticos e trabalhadores jornaleiros, ganharam as cidades os profissionais liberais e funcionários públicos. Na onda da economia ervateira, expandiu-se o comércio varejista, dando espaço a muitas outras personagens urbanas desde os caixeiros, que a legislação curitibana proibia que fossem escravos, aos grandes comerciantes enriquecidos. As aglomerações urbanas criaram ainda um mercado de pequenos serviços urbanos e de criadagem doméstica, ocupado por segmentos 'não-morigerados' da população. (PEREIRA, 1992, p. 110)

O que de fato nos interessa na análise da mudança da sociedade é a condição das mulheres inseridas nessa burguesia, dividida entre ervateira ou litorânea⁴³ e a campeira ou rural⁴⁴. Burguesia não similar à da Europa, mas ainda assim, uma classe diferenciada

⁴² “Não será de admirar se o comércio de Paranaguá tomar um grande incremento quando o caminho da Serra se tornar facilmente transitável e a agricultura dos Campos Gerais se desenvolver suficientemente” (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 100).

⁴³ “A burguesia ervateira, seus trabalhadores fabris, bem como outros setores da população ligados indiretamente ao mate habitavam preferencialmente nas cidades. Dependiam do mercado urbano para suprir a quase todas as suas necessidades. E mais, estas necessidades eram, de maneira crescente, determinadas por sua vivência urbana. A partir de meados do século XIX, essa população agiu no sentido de reordenar os espaços urbanos paranaenses. Passou a exigir do Estado ruas pavimentadas, iluminação noturna, saneamento e lugares para passeio, demandas típicas de quem vive em caráter permanente na cidade” (PEREIRA, 1992, p. 4).

⁴⁴ “Aos senhores dos Campos Gerais coube garantir continuidade de uma série de valores e instituições anteriores ao século XIX: a exploração do trabalho escravo, a regulamentação moral dos mercados de abastecimento e a vigência tardia de certos cânones coloniais de arquitetura e urbanização. Coube a eles também o projeto de substituição das classes baixas locais, que representou o incentivo à imigração europeia. Ao mesmo tempo, os bacharéis dos Campos Gerais praticamente monopolizaram a representação política da 5ª Comarca de São Paulo a partir de 1854, da Província do Paraná. Enquanto burguesia bacharelesca, os senhores dos Campos Gerais articularam os discursos jurídico-institucionais

dentro da sociedade local e que alavancou transformações na Província, mesmo que em escala menor, conforme discute Magnus Roberto Pereira (1992).

Com a emancipação da Província de São Paulo, o primeiro presidente da nova Província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, tal como ocorrera anteriormente com a Corte de Portugal, parece ter trazido um sopro de modernização à agora Província do Paraná.

No livro de Wilson Martins há uma citação do político Rocha Pombo dizendo que com a criação da Província do Paraná começou a época “da vida, da agitação, rumo da vitória tão legitimamente aspirada!” (MARTINS, 1999, p. 23). Vários foram os atos atribuídos a uma ação civilizatória ou moderna, buscando modificar o caráter da antiga comarca: a promoção de imigração para povoamento, a criação de cemitérios com disposição correta dos mortos com foco na saúde; a instituição de cadeiras para a instrução pública, de meninos e meninas, de ensino primário elementar; a proibição do uso de armas de defesa em grandes povoações onde a atuação da polícia era efetiva; a realização de eleições para vários cargos políticos (senador, deputado geral e membros da Assembleia Legislativa Provincial) de forma tranquila e o início da circulação do primeiro jornal local, o Dezenove de Dezembro (MARTINS, 1999), que passou a registrar um pouco do cotidiano desse período, permitindo-nos vislumbrar algumas dessas mudanças, que dê certo não aconteceram tão rapidamente como os escritos nos dão a entender.

Assim, essa sociedade buscou se auto-intitular moderna, na segunda metade do século XIX, quando a Província se tornou independente de São Paulo, a partir das ações do Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos. Tais atitudes foram narradas no jornal, mostrando que alguns adjetivos já eram sinônimos naquela época, como moderno e civilização:

É com indisível entusiasmo que a Revista consigna hoje em suas páginas um grande feito da história do povo paranaense – a instalação de sua primeira assemblea provincial! [...] onde o nosso digno administrador, como que saudando esta brilhante época da nossa vida política, como a aurora da civilização do paiz, apresentou se no meio dos seus dignos representantes, expondo em um luminoso relatório, o quadro mais completo que se podia

que deram os moldes às legislações locais. Portanto, eles podem ser considerados como os grandes responsáveis pela constituição formal dos aparelhos de estado brasileiros em nível regional. [...] Tanto uns quanto outros estavam impregnados de valores cosmopolitas que os levaram, em bloco, a rejeitar os costumes populares regionais, tentando instituir em seu lugar novas regras de urbanidade que consideravam mais civilizadas” (PEREIRA, 1992, p. 12).

desejar das necessidades mais reais da província, é por certo, um farol brilhante collocado às portas do futuro da província! Deixamos à pennas mais hábeis a apreciação desse grande passo de um povo moderno nas vias da civilização: as considerações sobre um semelhante acontecimento devem ser avaliadas por engenhos mais vastos. [...] Lançae distrahidamente os olhos para a nossa capital de hoje, e comparae-a com a Curityba d'outrora, e vereis a verdade do que levamos dito a polular de todos os lados. (Jornal Dezenove de Dezembro, Coluna Folhetim, 05 de agosto de 1854, ano I, n. 19, p. 1)

O desenvolvimento que vinha ocorrendo na recém-criada Província acabou por atrair maior interesse dos visitantes estrangeiros. Tal foi o caso do alemão Karl Julius Platzman⁴⁵, linguista, pintor e botânico, que viveu nos arredores de Paranaguá entre 1858 e 1864. Ao retornar à Alemanha, Platzman publica em Leipzig o seu livro *Aus der Bai de von Paranaguá* (1872), ou *A baía de Paranaguá*. Platzman foi um viajante que dedicou bastante tempo à região da Baía de Paranaguá, captando profundamente os seus hábitos, crenças e lendas. Sua expedição ao Brasil foi iniciativa particular, com “um seu quê de romantismo” (TREVISAN, 2002, p. 79), e seu livro traz informações variadas e valiosas à história da Província do Paraná, captando, além da fauna e da flora, os costumes dos seus habitantes e, dentre as sutilezas, as formas de tratamento dadas às mulheres, observando seus lugares sociais e econômicos. Platzman foi um viajante que não teceu comparações entre o Brasil e seu país de origem, observando e respeitando os hábitos e costumes das pessoas com quem viveu (LANGE, 2010) e nos parecendo estar mais aberto à experiência possibilitada pela expedição.

O viajante morou inicialmente com Sr. Melly, francês, segundo Edilberto Trevisan (2002), na ilha dos Pinheiros. Depois foi para Bertioga, localizada na Ilha das Peças, onde aprendeu o português na casa de José Maria Pereira das Neves. Retornando

⁴⁵ A obra foi traduzida, comentada e ilustrada por Francisco Lothar Paulo Lange (2010). “A história do Paraná vai conhecer a saga de Julius Platzman, o primeiro dos viajantes estrangeiros em nosso país, que conseguiu se integrar no universo caiçara, sem cair na tentação de comparar culturas. Simplesmente moldando-se a esse estilo de vida compreendeu o homem de nosso litoral. Dentre os viajantes europeus que publicaram relatos de suas viagens pelo Brasil, Platzman foi um dos raros escritores que deixou de fazer numerosas comparações, sempre favoráveis às suas respectivas pátrias de origem; ele aprendeu a falar “brasileiro” e somente usou de palavras de elogio à natureza, à simplicidade, à habilidade e à aparência de brasileiros e brasileiras — principalmente às últimas... Platzman, ainda jovem, revelou propensão artística, voltada para desenhos ligados às plantas, que desenvolveu frequentando a *Fürstenschule* em *Grimma*. O conhecimento de importantes obras relativas à vegetação tropical, dentre outras as de *Martius*, quando de suas viagens pelo Brasil, veio a despertar seu desejo de conhecê-las pessoalmente. Sua decisão foi dificultada pela má publicidade que, na Europa, então se fazia sobre o Brasil. Finalmente vencendo-as, num veleiro partiu para o Rio de Janeiro, munido de uma carta de recomendação do mestre *Schnorr von Carolsfel*, de material de desenho e estudo. Além da descrição, por vezes, muito detalhada de grande número de espécimes vegetais e animais, Platzman retratando-os, produziu numerosos desenhos e pinturas” (LANGE, 2010).

à ilha dos Pinheiros, desta vez para morar sozinho, resolveu contratar alguém para cuidar dos afazeres da casa:

Para que eu mesmo não necessitasse cozinhar — menos tempo ocupava em desenhar e pintar — contratei uma brasileira de nome *Senhora* Anna Maria do Carmo, chamada de *Naninha*. Ela é de *Tabicanga*, na parte norte da ilha das Peças, viúva, mãe de quatro filhos e avó de cinco netos. [...] Um de meus antigos vizinhos de *Bertioca*, Bento Martim, me tinha contado que Naninha talvez fosse a única mulher na baía que, após a sua viuvez, era *Senhora de si*. Deixei que ele me levasse a ela. Fizemo-lhe nossa proposta. (PLATZMAN, 2010, p. 95)

Os filhos de Naninha não queriam que ela saísse de casa. Apesar disso, ela acompanhou Platzman com sua bagagem.

Esse simples trecho revela muitos dados do lugar que Naninha ocupa na sociedade: trabalha, é conhecida das pessoas da região e tida como dona do seu próprio nariz, sendo adjetivada positivamente pelos homens, justamente por não ser dependente de ninguém, nem dos filhos, após sua viuvez. Ao mesmo tempo, capta a representação clássica da mulher, como dona de casa, e o uso deste “saber” como uma ocupação profissional. Também apreendemos um pouco da personalidade do visitante que, sensível e aberto, encanta-se com a história de vida de Naninha. Sua companhia lhe renderá vários outros relatos a partir do contato que travou com diversos membros de círculo de amizade e parentesco.

O olhar de Platzman é sensível às novidades que presencia em território brasileiro e busca descrever com detalhes a paisagem, os fenômenos climatológicos e as atividades exercidas pelas pessoas com quem tem contato. Algo que nos chama a atenção é a forma de tratamento que Platzman dá à sua narrativa, muito mais positivada sobre o comportamento dos habitantes da região, diferente de Saint-Hilaire que faz questão de registrar, além de alguns encantos, tudo que de ruim lhe acontecia, normalmente atribuindo os ocorridos às pessoas com quem travou contato.

Em um trecho, o viajante registra que, em seus estudos de anatomia, ele e o vizinho observavam a destreza que a esposa do mesmo despendia no ato de cortar um peixe: “a mulher era a única que, em consequência da prática adquirida em muitos anos em destripar, nos explicava sobre guelras, coração, estômago, fígado, baço e ovas” (PLATZMANN, 2010, p. 191). Logo, percebemos pelos relatos traçados até aqui que os lugares da mulher pobre nessa sociedade do século XIX não são únicos e nem homogêneos. Essa era, em muitos contextos, uma mulher ativa à frente de alguns

saberes e domínios que, em um primeiro olhar, poderiam ser atribuídos apenas ao universo masculino.

As mulheres trabalhadoras – negras e pardas, escravas ou libertas – desde sua estadia no Rio de Janeiro, já surpreendiam Platzman ou mesmo o desafiavam, com suas vidas públicas, vivendo livremente nas ruas:

Sobre uma multidão de mulheres de mercado, negras e pardas, vestidas nas mais berrantes cores, com uma indescritível vivacidade de gesticulação, sobre um mar de melancias, raízes, cebolas e legumes e mais laranjas, pimenta, tomates, ananás, bananas, dentre as mais coloridas figuras e mais barulhentas negociações de um público reunido de todas as nações [...] tudo servido em um ambiente etnológico formado por pessoas altamente interessantes — isso é estupendo e constitui, para quem nunca ou a longo tempo não assistiu a tal espetáculo, algo extraordinário. Oh, pintores, venham para cá e aqui vereis a natureza, aqui vereis corpos, aqui vereis cores, roupa, sombras, luz e cenários. (PLATZMAN, 2010, p. 269)

Diferentemente de Saint-Hilaire, que se irrita com a liberdade dessas mulheres, Platzman parece se admirar com o oposto do que devia estar acostumado, buscando descrever a beleza de tais eventos sem julgamentos negativos.

Tomando emprestada a ideia de que as mulheres ricas se colocam ou são colocadas na história através dos livros, testamentos e memórias, as escravizadas aparecem como espólio das abastadas, e as livres e pobres, por vezes, são apontadas em “cantigas do Nordeste” (FALCI, 2015, p. 241) como trabalhadoras que lavam, tecem, costuram, dentre outras atividades, mas sem um registro mais pessoal (FALCI, 2015, p. 241). Em Miridan Knox Falci (2015) também encontramos uma classificação das mulheres em que as primeiras seriam “a senhora, a dama [...] ou apenas dona”, em segundo temos as “pirira ou cunhã⁴⁶” ou roceira e, por último, as escravas negras. Ainda que as mulheres negras sejam, nessa hierarquia, colocadas em último lugar na classificação, também podemos observá-las na região do Paraná, mesmo que alguns historiadores tenham deixado de lado tais informações⁴⁷. Ressaltados valores como o da riqueza que “marcava o reconhecimento social, o princípio da cor poderia confirmá-lo ou era abafado” (FALCI, 2015 p. 242)⁴⁸.

⁴⁶ “Pirira: nome dado à operária que trabalhava na Fábrica de Fiação, em Teresina, no século passado”. “Cunhã: nome dado à amásia, mulher sem qualificação social.” (FALCI, 2015, p. 275).

⁴⁷ “Cabe registrar, a esse propósito, que, em 1854, a população se constituía de 57, 2% de brancos e 42,9% de negros, mulatos e pardos[...]” (MARTINS, 1999. p. 29).

⁴⁸ A idealização elaborada para as filhas da classe dominante no sertão era “ser alva, ser herdeira de escravos, gado ou terras”, o que não se encaixava na realidade da maioria das mulheres da região, já que

Na Província do Paraná também conseguimos perceber essa distinção de classes de mulheres, as donzelas ou damas, saindo de casa, em momento especial para ir à igreja e circulando no mesmo local que as trabalhadoras africanas, momento que causa agitação ao olhar masculino do viajante:

A uma tropa de cavaleiros, galopando vivamente, seguem outras. Mesmo as moças pertencentes às classes mais altas, usualmente escondidas em suas casas durante todo o ano, trotando alegram-se por sua liberdade e também ao *Fidalgo* agrada a etiqueta menos rigorosa. As pérolas da cidade, moças como de leite e sangue, passam voando, uma visão que conquista corações; param, saltam dos cavalos, nas mãos de seus cavalheiros participam alegremente saudadas pela multidão. Dos lados da igreja, com largos xales jogados sobre os ombros, conversando animadamente encontravam-se as africanas. Eram postos à venda, tortas, confeitos de coco e *Cidra*. As cores de suas vestimentas são deslumbrantes. (PLATZMAN, 2010, p. 241)

Conseguimos imaginar as duas grandes condições em que se encontram as mulheres no relato do viajante, diferenciadas por sua classe e cor: mulheres do povo, que sempre trabalham e as da elite, que tem sua condição alterada de acordo com o período e contexto. A distinção racial, entre negras e brancas, na região sul, mostra-nos que as primeiras são sempre trabalhadoras, ocupando, geralmente, um lugar público. Já as segundas encontram-se em lugares ‘privilegiados’ e privados, por vezes, restritas às suas propriedades e saindo em momentos pré-determinados. Ambas são captadas de forma admirada por Platzman. Das africanas se registra o trabalho e as vestimentas e das moças de leite, brancas, um aprendizado: andar a cavalos em momentos determinados, como na hora de ir à missa. Logo, quanto mais alta a classe, menor parece ser a mobilidade espacial da mulher e na condição mais humilde a liberdade para locomoção teria a justificativa do trabalho. Vimos as mulheres menos abastadas circulando na casa das mais ricas ao realizarem inúmeras tarefas domésticas. Exemplo disso seriam as moças que trabalhavam no Paço Imperial ou em outras casas de família, assim como Naninha que deixou sua residência, mesmo sob protesto dos filhos, para trabalhar para o viajante Platzman. Estas senhoras e moças saíam para lavar roupas,

apenas 25% da população do Piauí em 1826 era branca (FALCI, p. 242). Essa população do sertão do Nordeste, indígenas, negros e portugueses, misturou-se, não de forma natural e pacífica, mas violenta por parte dos fazendeiros brancos em relação às mulheres negras e mulatas, produzindo assim uma enorme população sem filiação paterna e não branca (FALCI, 2015). Não podemos ser ingênuos a ponto de imaginar que isso não tenha ocorrido na região do Paraná durante o período em que a escravidão serviu de base econômica exploratória para todo o país. Outro fato com o qual nos deparamos são as “uniões interétnicas” (FALCI, 2015), que por sua vez fizeram diminuir ainda mais o número de pessoas brancas na região do sertão nordestino. O casamento entre os filhos brancos e legítimos das famílias de elite, mantinham a “branquitude” de parte pequena da ascendência.

comprar alimentos, ir à igreja, vender outros materiais que lhes aumentassem a renda familiar, o que nos parece alargar um pouco mais suas fronteiras espaciais em relação a das patroas, como vimos até o momento. Ocupavam assim, além de seus lares, outros lugares domésticos que se tornavam postos de trabalho, bem como alguns espaços públicos para realização de suas tarefas.



Figura 3 – “Sinhazinha do Cairê dando passeio para a missa de Curitiba”, aquarela de João, o Mulato, 1817.

Fonte: Site da Câmara Municipal de Curitiba.

Mesmo que a mulher abastada saísse de casa somente em ocasiões especiais, ainda assim podemos perceber que havia um diferencial no tratamento dado a ela a

partir do surgimento da província. Platzman faz seus registros entre 1858 e 1864, segunda metade do século XIX, e registra que estas damas foram à missa galopando seus cavalos, diferente da Sinhazinha do Cairê (1817) de João Pedro, o mulato⁴⁹, carregada por serviçais que, ao mesmo tempo em que facilitavam sua ida à missa, todavia também a vigiavam. Platzman chega a dizer que a “etiqueta menos rigorosa agrada o fidalgo”, demonstrativo da inserção de novos hábitos. Portanto, Sinhazinha parece ter regalias ao ser carregada e reverenciada, em 1817. Contudo sua situação também nos remete a este domínio privado ao qual estavam limitadas:

[...] saíam acompanhadas de mucamas, parentes ou dos próprios pais. Conservadas no círculo fechado do ambiente doméstico, com pouquíssimas aparições públicas, na maioria das vezes não estavam preparadas para nenhuma outra função que excedesse os limites de seus domínios: a Casa e a escravidão doméstica. (VASCONCELOS, 2005, p. 183)

A aquarela de João Pedro, pintor pouco referenciado da região⁵⁰, traz-nos algumas informações sobre a situação de Sinhazinha e das demais personagens: os variados trajes dos senhores e da sinhazinha, da qual vemos apenas os ombros à vista, a pele alva protegida por sombrinha e o adorno da cabeça, ou seja, sua condição de quase prisioneira, de não poder ir sozinha a um lugar e que não nos mostra o rosto. Seu vestido é branco, parece ter um xale vermelho ao colo, cabelo longo separado em duas tranças laterais e presas com laço de fita cor-de-rosa, usa um chapéu estilo touca que contém um adereço envolto e esvoaçante.

Já as “pérolas da cidade” tinham uma certa liberdade em cavalgar até a igreja, não tanto quanto as do povo, que podiam andar e trabalhar na cidade ou povoado. Neste

⁴⁹ “Desenhista de humor, caricaturista e aquarelista. Vive e trabalha em Curitiba entre 1807 e 1819 e, de acordo com Newton Carneiro em seu livro *O Paraná e a Caricatura*, pode ter recebido orientações de Francisco Inácio do Amaral Gurgel – Mestre Régio na Corte de Lisboa/Portugal e Aulista da Real Junta do Comércio da mesma Corte, que vivia em Paranaguá/PR desde 1791 como substituto da Escola de Ler e Escrever e do Catecismo. Realiza aquarelas retratando tipos e costumes próprios da região Sul do País. Em sua obra estão presentes cenas paranaenses, sobretudo de Curitiba [...] e Paranaguá, configurando os mais antigos documentos iconográficos paranaenses” (Araújo, 2015).

⁵⁰ Marcolino Gomes de Oliveira (2012), diz-nos que são muito poucas as informações sobre o artista João Pedro, levantando questões sobre onde obtinha seus materiais, como e com quem aprendeu a desenhar. Seu estilo passa do caricatural para o ilustrativo, a cor de sua aquarela é muito vívida, trazendo até nós informações sobre a paisagem paranaense oitocentista, tal como o pé de mamão que nos parece estar ao fundo da paisagem. Na imagem também notamos 3 tipos de cidadãos dessa sociedade: a mulher branca sendo carregada por 2 homens e um menino, todos mulatos, ao que nos parece pelo tom da aquarela, assim como um homem branco em roupas militares que a saúda, talvez alguém que passa pela senhora ou quem sabe seu marido ou irmão.

trecho destacamos que a forma de locomoção da elite feminina havia mudado para um veículo mais libertador e que exigia aprendizado.

Outro viajante que chegou a esta região foi Thomas Plantagenet Bigg-Wither⁵¹ (1845-1890), engenheiro e escritor inglês que esteve entre as terras da Província do Paraná, mais precisamente entre 1872 e 1875, tendo publicado em Londres a obra no ano de 1878: *Pioneering in South Brazil: Three years offorest and prairie life in the Province of Parana*, traduzido como “Novo caminho no Brasil meridional: a Província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos” (1974).

Bigg-Wither comenta a hospitalidade corriqueira dos fazendeiros da região, ilustrando-a com o convite de hospedagem feito pelo Sr. Andrade, “proprietário de grande parte de Campinas Belas” e “parte da Serra dos Macacos” (Vale do Tibagi), concedida a ele e seu companheiro de viagem. Nesse momento, o autor pôde se deparar com vários hábitos da família.

Segundo o viajante, a vida na fazenda do Sr. Andrade serviria para explicar em determinados pontos o “tipo de classe dos fazendeiros desta província (BIGG-WITHER, 1974, p. 149). Um dos primeiros estranhamentos é de que uma das portas da casa tinha fechadura com chaves e o segundo é que a esposa pôde participar da conversa, algo que parece ter chamado a atenção do viajante:

A senhora, jovial, uma dama de aparência maternal, entrou nesse momento na sala, juntando os seus cumprimentos aos do marido. Pedro, que parecia ser mais ou menos pessoa considerada na casa, conversou com ela por alguns instantes, tendo ela se retirado para voltar momentos depois, acompanhada da negra que trazia grande tigela de madeira cheia de delicioso leite fresco, bebida que não teve dúvida em dizer-lhe seria bem aceita por nós. Depois do leite, foi oferecido e distribuído a nós, pela própria senhora, café em xícaras pequeninas. (BIGG-WITHER, 1974, p. 152)

Juntas, a esposa e a serviçal, negra, são exemplo de duas categorias diferenciadas de mulheres que viviam lado-a-lado. A expressão “dama de aparência maternal”, direcionada à esposa, traz consigo aquela representação a qual, dificilmente,

⁵¹ Veio ao Brasil na “*Paraná and Mato Grosso Survey Expedition*” a fim de realizar estudos para viabilização de uma ferrovia. Seu livro teve por finalidade tornar público aspectos positivos e negativos do Brasil em prol do conhecimento do seu povo que, anteriormente, sofreu com o fracasso de tentar colonizar a região de Assungüi (a 60 km de Curitiba) mandando para cá moradores de cidades, despreparados para a vida no campo.

conseguiriam se distanciar mulheres de classes abastadas, o de serem predestinadas ao *status* de mãe⁵². Mas o que definiria uma aparência maternal nesse período?

A palavra “jovial” parece atrelar à mulher da casa um caráter encantador e gracioso. Considerando que o viajante a tenha achado bonita, este resolvera manter seu respeito na escrita, utilizando tal adjetivo, já que esta era esposa de seu anfitrião e mãe. O título de mãe, ou maternal, foi anexado a ela que já “não é uma mulher individualizada, ela é mãe, símbolo de docilidade e desprendimento, de abnegação e amor sem limites à prole” (MENDES, 2013, p. 122). A essa mulher idealizada cabiam papéis que não afirmassem sua individualidade e/ou sexualidade: mãe, esposa, serviçal.

O anfitrião, Sr. Andrade, ao saber que os rapazes viajantes eram solteiros, começa a falar sobre “os encantos da vida conjugal, informando-nos, ao mesmo tempo, que tinha cinco filhas solteiras”, e na hora de conhecê-las notamos que Bigg-Wither parece demonstrar certo espanto sobre o tratamento dado a estas filhas da Província, deixando claro que teria sido assim apresentado ao que achava ser um costume local:

O velho levantou-se, foi até a porta trancada, deu a volta à chave, abriu-a e desapareceu na escuridão reinante no interior do quarto. Quase imediatamente voltou, dizendo: "Elas não querem.". Depois voltando-se para nós, desculpou-se: "As meninas não estão acostumadas a ver estranhos e têm medo.". Nesse meio tempo a senhora, que resolvera fazer as suas filhas aparecerem, também entrou, por sua vez, no quarto secreto, de onde vieram então vários sons de cochichos e risos contidos. Logo a seguir a senhora reapareceu, acompanhada de modesta donzela de dezoito ou dezenove anos, seguida de perto por três outras, aparentemente um pouco mais jovens. Todas pareciam estar dominadas de intensa timidez e de um desejo quase histérico de rir. Depois da apresentação formal e separada de cada um — note-se que aqui a moça era apresentada ao cavalheiro —, todas se retiraram de volta ao quarto secreto e o pai mais uma vez as fechou à chave. [...] O sr. Andrade respondeu que era costume do lugar e que não pensou em criar as filhas de outra maneira. Perguntei: "Elas nunca saíram?". "Não, nunca", respondeu. Todas aprenderam a andar a cavalo quando crianças e, desde então, de acordo com o costume, foram fechadas em casa, onde permaneceriam até que fossem escolhidos os seus futuros maridos. [...] Mais tarde, tive muitas oportunidades de comparar este sistema ciumento de criar as "mães da nação" dentro de política mais liberal, já agora começara a ser seguida por fazendeiros mais esclarecidos. (BIGG-WITHER, 1974, p. 153)

O viajante também nos informa que já haviam novos hábitos sendo desenvolvidos, de acordo com a política liberal, que estava a disseminar novas formas

⁵² “A medicina do século XIX afirmava que a fragilidade, o recato e o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais eram características biologicamente femininas, assim como a subordinação da sexualidade ao instinto maternal. Em oposição, o homem somaria à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios” (SOIHET, 2004, p. 15).

de tratamento, como fora visto nas observações de Platzman sobre as moças reclusas que agora iam à missa a cavalo.

A ideia de valorização da honra ou virtude da mulher tem origens no início do Brasil Colônia, sendo defendida por várias instituições, representadas tanto pelos homens, como pelo Estado e pela Igreja. Essa honra da mulher estava vinculada à sua sexualidade ou “ao controle que ela desenvolvia sobre os impulsos e desejos do próprio corpo” (ALGRANTI, 1992, p. 124). A solteira deveria ser casta e a casada fiel ao marido, logo o pai deveria proteger a honra de suas filhas tanto quanto da sua esposa, sendo que a reclusão era um dos reflexos dessa cultura (ALGRANTI, 1992). Encontramos outros precedentes, na historiografia, sobre a reclusão de moças da elite no sertão Nordestino:

No sertão nordestino do século XIX, a mulher da elite, mesmo com certo grau de instrução, estava restrita à esfera do espaço privado, pois ela não se destinava à esfera pública do mundo econômico, político, social e cultural. A mulher não era considerada cidadã política. (FALCI, 2013, p. 251)

Como visto anteriormente, tal tratamento de reclusão foi apenas uma das formas de tratamento dado às moças da elite, sendo burlado em alguns locais e não atingindo todas as categorias de mulheres.

A seguir veremos os relatos do médico alemão Robert Christian Avé-Lallemant⁵³, que ao passar por Curitiba registra outros tratamentos dados às moças da elite. Através de sua narrativa ele as mostra participando de grande festa, bem arrumadas e estudando, ainda em 1858.

Durante o baile de 7 de setembro, ocorrido em Curitiba, Avé-Lallemant descreve o que seria costume local, o de casar as donzelas muito cedo, tecendo uma reflexão comparativa com um casal que encontrara no caminho, o que nos faz parecer que o ato lhe era estranho e/ou desconfortável:

Estavam nos salões do baile umas cem damas nas mais elegantes “*toilettes*”. [...] as amáveis curitibanas que se achavam nos salões eram quase todas senhoras casadas. Senhoritas havia muito poucas. Casam-se logo que são

⁵³ Avé-Lallemant chegou ao Brasil em 1836, atuou como médico no Rio de Janeiro e trabalhou no Conselho de Saúde do Império. Avé-Lallemant participou de uma expedição de Alexander von Humboldt no Brasil, mas a abandonou no Rio de Janeiro, partindo sozinho em viagem pelo país com o apoio de D. Pedro II, de onde saíram registros para o livro *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo*, de 1858 (MARQUES, 2005).

núbeis, antes de deixarem a escola, e acabam de crescer com os seus filhos. Estavam presentes vários exemplares dessas senhoras jovens, que ainda não haviam abandonado completamente a infância. Uma senhora de quinze anos parecia um lírio murcho. Parece-me que esse uso do casamento infantil denuncia uma profunda desmoralização. Com alegria eu pensava nos jovens casais da mata do Campo Largo: parecia que eles não podiam deixar de casar-se; os do salão, como se tivessem sido obrigados a casar. (AVÉ-LALLEMANT, 1995, p. 63)

Ele cita um cortejo festivo, encontrado por ocasião da celebração do casamento de um jovem casal, que demonstrava envolver maior afeto e felicidade no enlace. Tal evento parece mostrar as possibilidades de um casamento com arranjos nos quais os jovens participassem, ou seja, sem ser apenas um contrato social e financeiro entre os pais. Provavelmente o casal encontrado em Campo Largo fosse de uma família mais simples, diferentemente dos jovens casais encontrados na festa, já que estes se encontravam em um salão com belas e elegantes roupas. Imaginamos que o costume da escolha dos noivos em favor das posses, por ambas as famílias, transformasse o ato em uma obrigação, pesando na falta de alegria e vivacidade encontrada no salão da cidade. O viajante demonstra que além das moças não estarem felizes com o casamento pueril, ele próprio não se sentia à vontade com a situação de “profunda desmoralização”, possivelmente porque em seu país não era mais comum que transcorressem assim os enlaces de casamento. Talvez seu choque fosse indicativo da influência protestante que já era contra o casamento infantil, como veremos mais à frente.

Ainda no início de sua jornada, saindo de Joinville a caminho de Curitiba, Avé-Lallemant é acompanhado pelo senhor Aubé e sua esposa, que o escoltam até o limite do território, deixando-nos perceber a desenvoltura da moça para a montaria, salientando sua ousadia na moda, sem deixar de lado a elegância:

[...] Aliás a gentil e jovem esposa do diretor realizara a façanha de mostrar que um gracioso pé de senhora podia percorrer a rude picada na floresta até à serraria do Cubatão. [...] Num bonito vestido de montar, a que não faltava certo *bloomerismo*⁵⁴, venceu ela com mais facilidade do que nós quase todas as dificuldades da picada, animando a coluna de viajantes com o seu exemplo [...]. (AVÉ-LALLEMENT, 1995, p. 7)

⁵⁴ “Um movimento de contrariedade a respeito dos trajes femininos, principalmente quando a crinolina se tornou tão evidente. Essa contestação por um traje mais racional foi especialmente liderada por *Amelia Bloomer*. [...] O traje proposto, que consistia de um vestido solto abaixo dos joelhos, usado com calças afofadas até o tornozelo, foi hostilizado, pois a sociedade patriarcal repudiava qualquer tentativa de mudança nos valores estabelecidos”, sendo usado por uma minoria de mulheres mais ousadas, pois, tinha caráter libertador e data de 1851” (XIMENES, 2011, p. 630).



Figura 4: “I want to be a Bloomer” (Eu quero ser uma Bloomer), 1854, Capa da música I Want To Be A Bloomer! Interpretada por Rebecca Isaacs, letra de Henry Abrahams, música de WH Montgomery.

Fonte: Getty Images.

Como não se admirar com relatos como este sobre a esposa do senhor Aubé frente a tantos outros que nos mostram as desigualdades no tratamento de gênero, enraizado na cultura desde a infância, demonstrando as condições diversas de papéis desempenhados na sociedade. Aqui podemos nos perguntar se a noiva do senhor Aubé tinha contato com alguma revista de moda que lhe trouxe o tal modelo *Bloomer* ou se a

necessidade de cavalgar teria levado à modelagem do tal traje. O exposto também nos mostra novamente como a condição de transporte para as mulheres já havia sofrido alguma mudança, pelo menos em relação à Sinhazinha do Cairê (fig. 3), aquela outrora carregada, esta admirada pelo viajante em sua atitude tanto em andar a cavalo com trajes modernos, como em servir de exemplo aos demais homens frente ao que parecia uma dura cavalgada. Avé-Lallemant também nos mostra que estava atento à moda do período e às suas disputas pelo corpo feminino, já que nos apresenta o termo *Bloomerismo*. Certamente que este relato não era comum a todas as mulheres e contrastava com outras várias situações, as quais tentamos evidenciar neste capítulo.

Mary Del Priore (2006) e Heleieth Saffiotti (2013) dialogam muito sobre a visão da mulher sendo criada para servir à casa e aos homens em geral, e esta condição pode ser observada no relato de Platzmann, durante sua estada na casa do inspetor distrital e marceneiro José Maria Pereira das Neves, em Bertioga (Ilha das Peças), para estudar português:

Fausta, três anos, grandes olhos negros, um anjo de criança, obediente aos mais velhos, delicada com todos, tinha a primazia na casa e estava sempre ocupada. Colocava laranjas na mesa, antes de nos sentarmos, trazia água para a lavagem das mãos e uma toalha de mão, limpa, quando íamos comer e varria as cascas de laranja e outros detritos da refeição com sua pequena vassoura, retirando e juntando cuidadosamente quando terminamos a refeição e levantávamos [...]. Seu irmão Vicente é quatro anos mais velho do que Fausta; carrega os utensílios mais pesados até a mesa e não permanece muito na casa; acompanha seu pai até as plantações ou ao *Pesqueiro* — lugar onde os peixes beliscam — conhece todo arbusto e cada árvore e planta dos arredores da casa do *Papai*, sabendo o nome de cada pássaro e besouro, onde se encontra e o que faz. A seguir vem Rosa, onze anos de idade; uma criança adotada, filha de um irmão de José Maria ricamente abençoado com filhos. Tão graciosa, como sua semelhança com um botão de rosas ainda fechado, assim também ela é passiva nas lidas domésticas. Possui algo de sonhador, fala pouco e dia e noite senta-se junto ao fogo de quinze em quinze minutos, com um encantador movimento das mãos, afasta o cabelo da testa e fica olhando as chamas. (PLATZMAN, 2010, p. 66-67)

Seu comentário é coroado pela máxima de que o anfitrião lhe recebeu muito bem e que em toda sua vida nunca havia comido como na casa de José Maria. Apesar de reconhecer o esforço da esposa Maricá, o elogio é feito ao dono da casa, o homem. Às mulheres, inclusive à pequena, cabiam os serviços internos da casa e o viajante observa atentamente o molde já muito bem construído sobre Fausta, elogiando sua desenvoltura e destreza nas lidas da casa, como algo natural e até louvável, apesar da tenra idade. Outro marco da divisão de tarefas por gênero é que o filho Vicente, de 7 anos, já

carregava materiais mais pesados, ajudando na pescaria e na plantação, funções externas que as meninas não pareciam exercer.

Dois pontos são observados sobre a condição da mulher aliada à sua classe: as mulheres das camadas mais baixas continuaram trabalhando, já as da classe mais alta passam por variadas situações, com mais ou menos liberdade (SAFFIOTTI, 2013).

Na segunda metade do século XIX outra classe de mulheres começa a chegar mais constantemente à Província do Paraná, as imigrantes, trazendo consigo hábitos e costumes variados (OLIVEIRA, 1986). Normalmente, as famílias que para cá emigraram trabalhavam unidas, homens e mulheres, nas tarefas da terra. Junto a eles, um costume começou a se desenvolver aqui e em outros locais do Império: as aulas particulares em suas casas ou em colégios particulares, campo de desenvolvimento da preceptora ou da mestra particular, como vimos com a viajante Maria Graham e com Vasconcelos (2005).

A imigrante britânica Caroline Tamplin, que chegou com sua família à Província do Paraná em 1868, trouxe também a governanta⁵⁵ Miss Julia Norman. Enquanto os homens derrubavam árvores, erguiam vilas e tentavam tocar negócios,

Às mulheres certamente cabia o preparo dos alimentos, tarefa que significava localizar, na nova terra, os ingredientes que mais lhes permitissem aproximá-los à sua culinária de origem. Mas elas também exerceram outras funções. Caroline, por exemplo, e também Julia Norman, foram professoras na colônia e não representavam a totalidade dos imigrantes que na maioria das vezes eram analfabetos. (GILLIES, 2014, p. 4)

O trabalho de Ana Maria Rufino Gillies (2014) se baseia em informações do diário que Tamplin escreveu. Seu trabalho era fonte do seu sustento, principalmente, quando o marido faleceu. Seus dotes musicais também lhe renderam participações em recitais realizados em Curitiba:

Entre 1880 e 1888 foi convidada e participou, tocando piano, de inúmeros concertos na pequena Curitiba. Eram muito comuns as *soirées* em casa de amigos, às vezes com a presença do presidente da província, outras por ocasião de visitas ilustres – como quando a princesa Izabel, o conde d’Eu, filhos e comitiva visitaram o Paraná em 1884 – e, mais regularmente, no prolongamento de visitas que as pessoas faziam umas às outras. (GILLIES, 2014, p. 8)

⁵⁵ Segundo VASCONCELOS (2005), era possível encontrar preceptoras que ocupassem tal cargo, conduzindo tarefas da casa e das crianças, portanto, fazendo parte da rede de educação doméstica.

A música, portanto, havia se tornado um item importante na sociedade da época, fomentando seu trabalho como professora de piano, para meninas e alguns meninos. Esse elemento resultou no emprego de algumas das estrangeiras que aqui aportaram, fomentando uma instrução atrelada à arte para a elite no Paraná Oitocentista. Mulheres como Tamplin trouxeram uma nova possibilidade de condição à mulher na sociedade paranaense. Fato que não deveria agradar a todos. No caso de Tamplin, que era viúva e buscava se estabelecer como professora em Curitiba, houveram até mesmo boatos maliciosos contra ela, tanto quanto pessoas que saíram em seu auxílio (GILLIES, 2014, p. 34)

A música aparece assim na forma de aulas de piano, de canto vocal e também ligada à dança, exemplos que não eram exclusividade da região sul, antes refletindo a importância que já se iniciara na Corte:

A música é outro campo convertido em objeto de política pública. Neste sentido é que em novembro de 1841 o governo central criou na Corte o Conservatório de Música que, em 1855, foi objeto de reforma. [...] Voltado para a formação de homens e mulheres que desejassem se dedicar ao estudo da música, o Conservatório oferecia gratuitamente, em horários específicos para cada sexo, aulas de rudimentos de música, solfejo, noções gerais de canto, “regras de acompanhar e de corda”, composição e aulas de instrumento de sopro e de corda. O plano institucional de 1855 previa ainda a criação de outras aulas condicionadas à existência de recursos e às exigências para “o progresso do ensino”. Progresso cujo modelo era a Europa [...]. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 152)

A apropriação de “hábitos e condutas de civilidade e sociabilidade” tinham como influência o modelo europeu, com sua “cultura urbana e burguesa”, (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 201).

Por toda a Europa e nos Estados Unidos, mulheres das classes média e alta praticavam a música e a pintura amadoras. Poucas raparigas burguesas não aprendiam a tocar piano ou violino, a cantar, desenhar ou pintar aquarela. Tais capacidades artísticas eram consideradas habilidades que refinavam a sensibilidade de uma rapariga e a tornavam socialmente atraente. (HIGONNET, 1991, p. 306)

Outra categoria que conseguimos visualizar ao longo de alguns dos poucos relatos dos viajantes e da historiografia é a das mulheres negras. Sabendo que existiam aquelas que eram livres e aquelas que ainda eram escravas, diferença notada no ensaio estatístico utilizado por Saint-Hilaire e fornecido por Pedro Müller, nele conseguimos observar, mesmo que sem distinção de gênero, as divisões populacionais que

relacionam negros e mulatos entre livres e escravos no Distrito de Curitiba. A tabela nos mostra que entre 1818 e 1838 o número de pessoas livres aumentou tanto quanto o de escravizados, de brancos, negros e os chamados mulatos. Contudo, o número de escravizados aumentou 354 entre 1818 e 1838, e o número de negros e mulatos livres teve um aumento mais significativo se comparado a isso: foram 1.121 a mais que em 1818.

Em 1818 pouco mais de 10% da população paranaense era constituída por negros na condição de escravizados. Já em 1838 a proporção continua a ser semelhante a 10% da população. São 1000 mulatos livres a mais que em 1818.

1818	
Branco de ambos os sexos	6.140
Mulatos livres	3.036
Negros livres	251
<i>Indivíduos livres</i>	<u>9.427</u>
Mulatos escravos	544
Negros escravos	1.043
<i>Escravos</i>	<u>1.587</u>
Total	11.014
1838	
Branco de ambos os sexos	9.806
Mulatos livres	4.119
Negros livres	289
<i>Indivíduos livres</i>	<u>14.214</u>
Mulatos escravos	704
Negros escravos	1.237
<i>Escravos</i>	<u>1.941</u>
Total	16.155

Tabela 2: Comparação populacional no Distrito de Curitiba.

Fonte: Saint-Hilaire (1978).

Avé-Lallemant nos faz enxergar essa população por um outro ângulo, o da mestiçagem, fato não comentado pelos outros viajantes:

Desde a chegada do Presidente e do pessoal administrativo, Curitiba tem seu palácio. Naturalmente é um simples rés-do-chão e tem aparência

despretensiosa, modesta, mas é bonito e asseado. [...] e que devo dizer dos habitantes? Não se pode conhecê-los bem numa visita de passagem. Quanto ao que se vê na população, parece ser bastante mestiçada e em toda parte aparecem linhas nítidas de genealogia indígena e africana na multidão, se se pode chamar multidão os poucos milhares de habitantes de Curitiba. (AVÉ-LALLEMANT, 1995, p. 62)

Tais dados nos permitem imaginar que a população negra e mestiça feminina, na condição de cidadãs libertas ou ainda escravizadas, fosse muito diversa, sendo encontradas e observadas em menor quantidade nos relatos. Contudo suas condições de vida não se refletiam em direção à educação e melhores condições sociais como ocorria com as moças da elite, mesmo que de forma mais lenta.

Além do trabalho realizado pelas mulheres negras nas ruas ao venderem doces e frutas, Juarez José Tuchinski do Anjos (2016a) nos leva ao interior das casas-grandes paranaenses ao observar as amas de leite e amas secas que cuidavam dos filhos dos senhores em detrimento dos seus, como no caso por ele estudado da ama Faustina, que cuidou do filho de Leocádio Correia, em Paranaguá.

No relato de Platzman, encontramos um contraste à situação citada acima em uma família de mulheres negras libertas, que viviam na região da casa de Bertioga, onde este havia estado para aprender melhor o português:

Como sabes, temos obsequiosos vizinhos ao longo da costa norte e sul. Para lá vivem - como aqui se diz - três assentados e para o norte, uma negra-velha, Ana Lizarda, do tempo dos ingleses. Seus primeiros senhores, os quais um dia receberam enérgicas ordens de seu *Governo* para libertar imediatamente todos os escravos. A essa ordem Ana, suas duas filhas Balbiana — uma mulata casada com um robusto jovem — e Rita uma moça negra, devem sua liberdade. (PLATZMAN, 2010, p. 78)

A família não parece contar com um pai presente. O único homem mencionado é o marido de uma das filhas, sendo que a informação mais pertinente é a de que elas são libertas, entretanto, sem indicação de atividade produtiva dentro dessa sociedade.

Até aqui conseguimos reunir relatos que demonstram parcialmente como corria a vida de algumas mulheres nesse Paraná Oitocentista, assim como em algumas das outras Províncias e na capital do Império. Parcialmente, porque os relatos tratam de uma parcela pequena de mulheres nessa sociedade que, como mostramos, era diversa em condições e tratamentos recebidos e ofertados.

Os viajantes trazem impregnados em seus relatos os pontos de vista de outras nações, de outras filosofias e políticas para analisar o comportamento de nossas

mulheres. Portanto, respaldamo-nos na historiografia para confrontar alguns destes estereótipos que precisaram ser revistos ou os opusemos com outras narrativas a fim de relativizar suas informações.

Contudo, os viajantes também prenunciavam boas novas entre nossas terras, tanto quanto um dos veículos de comunicação mais modernos do período, o jornal: anunciando que o caminho ofertado às filhas da província precisava ser repensado.

Passamos agora a falar das novas representações que visavam modificar o comportamento das mulheres em nome da modernização da sociedade paranaense.

1.3 NOVA SOCIEDADE, NOVA MULHER? A IMPRENSA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOBRE A MULHER

Como vimos, o início da modernização, ocorrida com a emancipação da Comarca de Curitiba da Província de São Paulo, sinaliza uma mudança nos rumos do pensamento político-social que terá impactos nos enunciados sobre a mulher e sua educação, marco também da expansão de sua instrução formal. Tais representações, que serão difundidas pela imprensa, entram em conflito com essa realidade distinta, descrita pelos viajantes, sobre a vida das mulheres na Província do Paraná. Esses discursos almejavam transformar a condição das mulheres, demonstrando quais eram as práticas consideradas mais modernas ao espalhar que era preciso renovar pensamentos e comportamentos para atingir tal ideal.

Nesse período, a recém-criada Província do Paraná contava com uma população de cerca de 62.000 pessoas, divididas quase que igualmente entre os sexos, sendo que destes 31.219 eram homens e 31.032 mulheres, segundo o relatório do então Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos⁵⁶, do ano de 1854. O que não estava igualado era o tratamento ofertado às mulheres na região, o que chamou a atenção do Presidente e de vários outros estrangeiros que por aqui passaram.

He mui para notar-se que haja villas e municípios, como S. José e Guarapuava, onde o bello sexo não tenha escola especial para instruir-se em primeiras letras, e parece essa falta de tanto maior alcance e gravidade, quanto é conhecido que a instrução recomenda-se à attenção do legislador

⁵⁶ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, de 15 de julho de 1854.

debaixo de mais de um título, sendo um delles singularmente valioso. [...] Não deixarei o presente artigo sem informar-vos que criei nesta cidade huma segunda cadeira de primeiras letras para o sexo masculino, e outra também do 2º grão para o sexo feminino na cidade de Paranaguá, avista de mapas das escolas de ambas as cidades, que mostrarão serem ellas frequentadas por numero de alumnos e alumnas superior ao exigido por lei e para ter lugar a criação das referidas cadeiras. (VASCONCELLOS, 1854, p. 19-20)

Anunciados os problemas, o presidente da província trata de demonstrar sua boa vontade em transformar a realidade local ao ofertar a abertura de novas cadeiras de instrução para ambos os sexos, sinal do início das mudanças que viriam a se instalar ao longo da segunda metade do século XIX.

Nesse período de transformação e superação de velhos preceitos, a imprensa recebe um papel de destaque frente à grande demanda na produção de impressos, demonstrando que a sociedade moderna emergiu com o que Henri Lefebvre (1969) veio a apontar como o fetichismo do *logos*, da comunicação, do discurso, ou seja, com a necessidade de expressar que o pensamento deveria estar constantemente aberto às mudanças a serem realizadas.

Entendemos que o conceito que define a imprensa é mais amplo, não se referindo apenas ao jornal diário ou semanal, mas a outros materiais diversos produzidos de forma impressa e que serviram para divulgar conceitos⁵⁷. Contudo, uma de nossas fontes diz respeito ao primeiro e principal veículo de comunicação produzido no Paraná provincial, o jornal Dezenove de Dezembro:

Esse tipo de suporte midiático – ao contrário da imprensa confessional, científica e/ou partidária – buscou uma intervenção pública mais ampla, evitando filiações explícitas a credos e/ou ideologias. A rigor, esses meios de comunicação de massa reivindicam a representação da denominada opinião pública, expressão que tem sua história associada à história da imprensa e que visa denotar as posições que – independente de visões religiosas ou políticas, interesses públicos e comunitários. (VIEIRA, 2007, p. 14)

As matérias publicadas no jornal Dezenove de Dezembro buscavam primeiramente informar sobre os atos do governo provincial e tocar a opinião da

⁵⁷ “A imprensa, palavra datada do século XVII, encobre uma multiplicidade de meios midiáticos, ou seja, de suportes que visam à construção e à difusão de sentidos no meio social. Existem vários tipos de imprensa, uma vez que parte significativa dos grupos sociais organizados produz meios de expressão e instrumentos de persuasão. Grupos religiosos, comunidades científicas e corporativas, partidos políticos, grupos étnicos e, sobretudo, o Estado dispuseram e dispõem de meios impressos, radiofônicos, televisivos e/ou digitais para veicular suas ideias, organizar seus partidários, combater seus adversários e/ou conquistar novos adeptos” (VIEIRA, 2007, p. 14).

população sobre determinados assuntos. Então qualquer requerida isenção ante questões políticas pode ser questionada, já que o veículo foi um divulgador das ações governamentais, imperiais e provinciais, o que demonstraria uma “tendência política” mesmo que tal isenção estivesse camuflada (MIZUTA, 2012, p. 3).

Nesse período, as rupturas são percebidas, muitas vezes, através de contradições ao que era tido, anteriormente, como regra vigente, sendo possível encontrar tais exemplos no vocabulário utilizado pela imprensa que, procurando descrever novas formas de pensamento, ainda se resvalava no conservadorismo do período, ocasionando uma certa divergência sobre o que seria de fato novidade ou não na atual sociedade.

O estudo da Modernização, a partir de Norberto Bobbio (1986)⁵⁸, permite-nos que se analise os diferentes graus em que esse desenvolvimento político, social e econômico ocorreu nos continentes, países e, no nosso caso, na região do Paraná em relação às demais Províncias e à Corte.

Percebemos que no Brasil do século XIX houve um certo grau de “modernização política quanto ao desempenho do Governantes” (BOBBIO, 1986, p. 768), pois existia um interesse do governo imperial em centralizar os serviços e instituições a fim de mudar os rumos do país.

O projeto de unificação da instrução pública, concebido por D. João VI, fez do corpo dirigente desta organização um representante da unidade nacional no que tange à educação e à instrução propriamente dita. (ALMEIDA, 1989 p. 51)

Tal projeto, na prática, ocorreu de forma parcial, como no caso da instrução, que foi regulamentada de forma centralizada. Entretanto, o Ato Adicional repassou a cada Província o direito de “legislar sobre a instrução primária e secundária, nos limites de sua competência” (ALMEIDA, 1989, p. 64), o que desencadeou diferenças nas formas de administração e implantação, como no estudo da conclusão do relatório de Gonçalves Dias em 1849 e em tantos outros momentos citados por Pires de Almeida:

⁵⁸ A compreensão de modernização pode ser debatida a partir do conjunto de transformações ocorridas “nas esferas política, econômica e social que caracterizaram os dois últimos séculos” (BOBBIO, 1986, p. 768), resultado de ideias e embates, que teriam antecedido a própria Revolução Francesa de 1789, que poderia ser colocada como marco inicial, assim como a Revolução Industrial inglesa. Tais mudanças se espalharam no processo conhecido como ocidentalização, método aberto e ininterrupto de influência mútua entre as “instituições, culturas e técnicas” (BOBBIO, 1986, p. 768) que caracterizou a modernização que, por sua vez, propiciou uma variedade de formas políticas, econômicas e sociais.

A conclusão deste relatório apontava a necessidade de uma reforma urgente e radical, que assegurasse ao ensino um centro de unidade de ação e uniformizasse a instrução em todo o Império, reforma já desejada mais de uma vez, mas ainda não seriamente estudada. (ALMEIDA, 1989, p. 87)

Tanto as mudanças geográficas quanto as sociais, “a vida e o movimento”, sentidos e descritos por Pires de Almeida (1989) no Rio de Janeiro, quanto a calma descrita por Saint-Hilaire (1978) em Curitiba, e que se assemelhava a outras cidades do interior do Brasil, levam-nos a analisar as diferentes influências desses processos no Brasil.

Tais procedimentos influenciaram nossa economia e o tráfico de escravizados, por exemplo, que vai muito lentamente sendo substituído, não alterando de imediato as condições de vida da população negra. Da mesma forma vagarosa, percebemos que as representações sobre a mulher começam a assumir outro tom na fala de alguns políticos, item notado com o auxílio da imprensa, e no estranhamento ocasionado entre a realidade brasileira e o olhar europeu de alguns viajantes.

Assim, a posição e o papel da mulher no território brasileiro, tidos como atrasados por alguns dos viajantes ou políticos, também começam a ser questionados, sendo ela chamada a participar mais ativamente na transformação do ‘antigo mundo’ em outro ‘mais civilizado’. Todos estes eventos são registrados pela imprensa, veículo que, segundo Michele Perrot (1998), torna-se a principal forma de expressão e de formação da opinião pública nesse período. Portanto, pretendemos analisar esse ideário, por vezes conflitante, e resgatar trechos que remetam à representação sobre a mulher e sua condição no primeiro periódico impresso na Província do Paraná: o Jornal *Dezenove de Dezembro*⁵⁹.

Outro fato notório seriam os jornais femininos, “primeiros e principais veículos da produção letrada feminina”, segundo Constância Lima Duarte (2017, p. 96), que reuniram cerca de 143 impressos⁶⁰ femininos e feministas, produzidos no século XIX. Entre os jornais femininos também foi encontrada a participação masculina, principalmente, no início das produções, sendo que os objetivos destes impressos

⁵⁹ O Jornal "Dezenove de Dezembro" foi o primeiro jornal do Paraná, circulou durante 36 anos entre os anos de 1854 e 1890. Sendo também o primeiro jornal diário no Paraná (PEZZOLE, 2006). “Cândido Martins Lopes, tipógrafo estabelecido em Niterói, transferiu seu estabelecimento para Curitiba e fundou a Typografia Paranaense [...] foi editor do jornal O Dezenove de Dezembro até 1871, quando faleceu” (MIZUTA, 2012, p. 1).

⁶⁰ “Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX – dicionário ilustrado” (2016), Autêntica editora.

variavam, desde a busca pela emancipação política e jurídica da mulher à manutenção do *status* conservador, sem deixar de passar também pelo entretenimento (DUARTE, 2017).

Através da coluna *Annuncios*, do jornal *Dezenove de Dezembro*, encontramos sendo distribuído pela gráfica de Lopes, no ano de 1855, o carioca *Jornal das Senhoras*⁶¹. É visível, antes do anúncio de venda, uma anedota retirada do próprio *Jornal das Senhoras*, quem sabe para dar um gostinho às leitoras do que as esperava na compra da edição.

ANECDOTA.

Quando Solimão, soberano dos turcos, marchava á conquista de Belgrade no anno de 1521, uma mulher da plebe apresentou-se a elle e se queixou amargamente de que, em quanto dormira, uns soldados lhe tinham roubado os seus gados, que erão toda a sua riqueza. « Era preciso que tivesses profundamente dormido, lhe disse sorrindo-se o sultão, visto que não sentistes os ladrões.—Sim, senhor, eu dormia, respondeu ella, porem confiada em que vossa alteza velava na segurança publica. O magnanimo Solimão conheceu a força desta resposta ; ainda que atrevida, não a desaprovou, e reparou o damno que devera ter precavido,

J. das Senhoras.

ANNUNCIOS.

Subscreve-se nesta typographia para o interessante

JORNAL DAS SENHORAS

que se publica na côrte, e é redigido por uma senhora.

Alem dos seus excellentes e variados artigos, traz sempre figurinos das modas e as mais modernas peças de musicas.

Figura 5: Anúncio *Jornal da Senhoras*.

Fonte: *Dezenove de Dezembro*, 28 de março de 1855, p. 3.

⁶¹ “Periódico semanal, foi publicado no século XIX durante três anos consecutivos, de 1852 a 1855. [...] O primeiro periódico escrito por mulheres e direcionado para o público feminino. Contava com seções de Moda, Belas Artes, Teatro e Crítica, além de espaços dedicados a partituras de piano e a romances que eram publicados em forma de folhetins, como “A Dama das Camélias”, de Alexandre Dumas”. (LIMA, 2010, p. 2). “[...] levantou a bandeira que a maioria dos periódicos também vai ostentar: a causa da instrução para as meninas. O leitor pretendido era a mulher, naturalmente, mas costumava dirigir-se também ao homem como forma de convencê-lo a aceitar (e a apoiar) o novo quadro que se desenhava para as jovens” (DUARTE, 2017, p. 100).

Em 1857 a gráfica de Lopes parece anunciar o feitiço de um jornal destinado a ser um recreativo às moças da região e pede que os interessados levem textos para publicação:

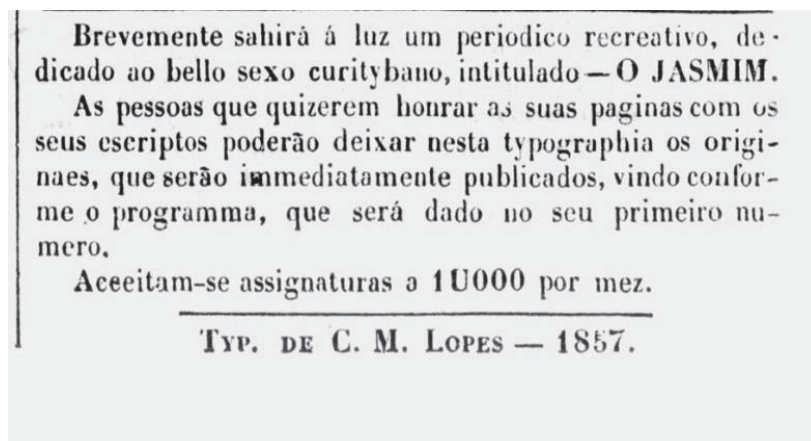


Figura 6: Anúncio Jornal *O Jasmim*.

Fonte: Jornal *Dezenove de Dezembro*, 9 de setembro de 1857, p.4.

O Jasmim foi reeditado em 1980, pelo Governo do Estado do Paraná, e dentre os poucos exemplares encontrados na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, conseguimos visualizar a seção *Prospecto* (abertura) dizendo que se destinava à distração, a *Folhetim*, textos sobre a mãe de família, poemas assinados com abreviaturas dos nomes dos autores, enigmas e charadas. Uma matéria, intitulada “Educação da mocidade”, chama-nos a atenção por fazer referências a sua importância na sociedade, assim como por exaltar que a educação deveria ocorrer, preferencialmente, segundo o editor⁶², nas escolas e não na família. Tal opinião talvez explique a relação de procura de alguns pais pela instrução dada fora da casa, pelo paranaense oitocentista mais abastado, na segunda metade do XIX, seja no âmbito das aulas ou colégios particulares quanto no da instrução pública, diferente da disputa entre a educação doméstica e a instrução em colégios que ocorreu no Rio de Janeiro, mais ao final do século XIX, conforme assinalou Vasconcelos (2005):

[...] A educação deve ser o primeiro passo para conseguir-se a boa harmonia e a grande obra de reorganização, que principiou com o século 19. A educação deve começar com o nascimento, fortificar com a idade e lançar

⁶² Segundo Carollo (1980) “A ausência de qualquer dado que permita identificar seu editor dificulta qualquer destaque ao mérito da iniciativa que, em última instância, fica a cargo da “Tipografia de C. M. Lopes”, sendo que são poucas as fontes sobre o Jasmim.”.

profundas raízes com o andar dos tempos, apagar-se um pouco da memória e do coração e imprimir-se então com tintas indeleveis, praticando e executando-a frequentemente. O regime do governo monarchico é differente do republicano; já se vê pois, que se faz mister uma educação para a mocidade, apropriada e conveniente ao caracter do governo, por isso a educação não deve ser feita em particular pelos pais; porém pela nação em geral, nas escolas communs, debaixo de um mesmo regimen, afim de lhes inspirar o amôr das letras, a obediência as leis, o gosto pela patria e pela constituição do estado em que ha de viver.”. (*O Jasmin*, domingo, 27 de setembro de 1857, 1ª série, nº 2, p. 2-3)

Ao que tudo indica, *O Jasmin* foi elaborado por homens, o que nos chama a atenção ao fato de que a imprensa Paranaense Oitocentista é masculina, e muitas das vezes não vemos menção ao nome do editor da matéria, todavia o formato do texto sugere a masculinidade do autor, o que nos leva a crer que este também esteja falando às mulheres leitoras. Não temos notícia de impressos escritos por mulheres na região do Paraná Oitocentista no período relativo a esta pesquisa.

Encontramos no ano de 1879 um anúncio do *Echo das Damas*, do Rio de Janeiro, sendo anunciado no *Dezenove de Dezembro*:

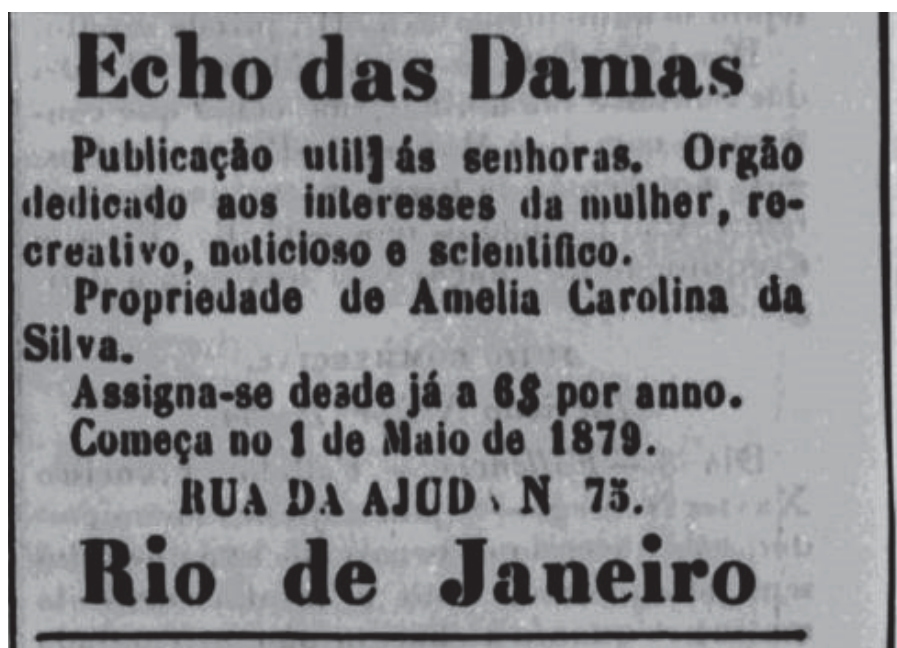


Figura 7: Anúncio *Echo das Damas*.

Fonte: Jornal *Dezenove de Dezembro*, 24 de abril de 1879, p.4.

Em 1886 também nos deparamos com o registro do recebimento do paulista *A Camélia*⁶³ na tipografia de Lopes. Aqui não sabemos se é apenas uma cortesia entre tipografias ou se uma forma de se propagandear entre outros logradouros, já que esta seria a única menção ao impresso:

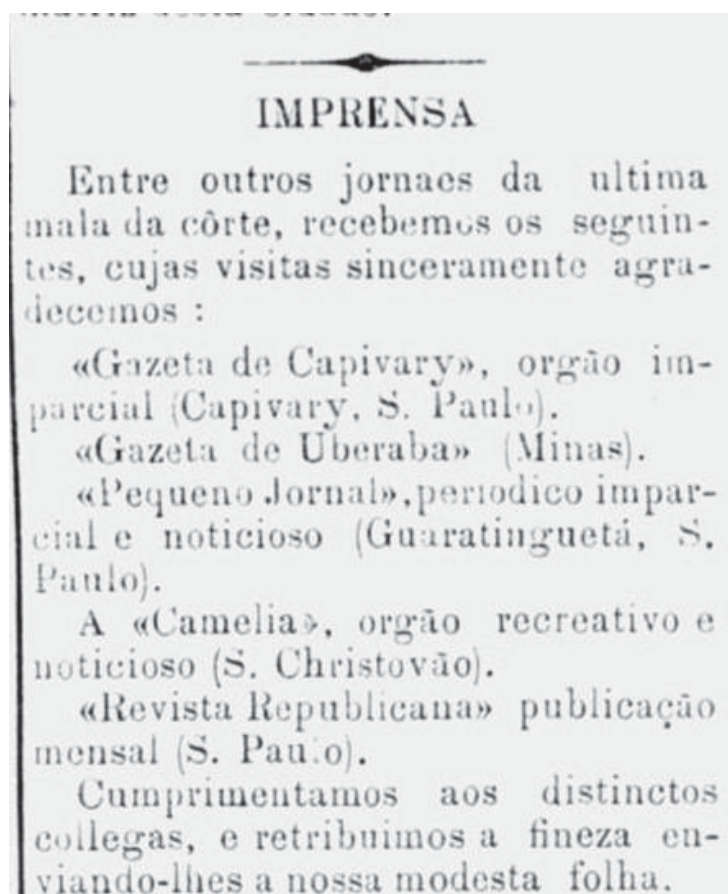


Figura 8: Anúncio *A Camélia*.

Fonte: *Dezenove de Dezembro*, 9 de julho de 1886, p. 1.

Ao longo do texto traremos muitos trechos reproduzidos no jornal *Dezenove de Dezembro* que, visando o público feminino, provavelmente foram retirados de jornais da Corte ou outras regiões. Muitas destas matérias, escritas por homens, vão tentar explicar ou encontrar o papel da mulher na atual sociedade diante daquilo que recebem de influências perante as tradições já enraizadas. Esse choque de ideias vai gerar

⁶³ “No conteúdo do jornal podem-se encontrar textos literários (a maioria voltado para a temática do amor), a programação dos bailes, charadas e notas sobre acontecimentos daquela sociedade. Destaca-se o fato de seis mulheres assinarem a colaboração ao jornal.” (CAVALCANTE, 2017, p. 12). Segundo Cavalcante (2017), “A Camélia” foi criado em 1890, contudo encontramos menção a ele no ano de 1886, na Província do Paraná, o que nos faz pensar que uma investigação mais aprofundada possa surtir bons frutos sobre o impresso.

conflitos entre o que era considerado próprio ou não como modelo às mulheres paranaenses, disputa que se torna visível nesses impressos do período.

Uma primeira percepção possível, nos artigos jornalísticos, é a disputa pelo corpo da mulher, e a discussão de moda veio incrementar ainda mais esse campo, porque “as rápidas mudanças na moda impõem ciclos cada vez mais curtos e é no século XIX que o advento da efemeridade, no uso dos vestuários, vai emergir com força” (XIMENES, 2011, p. 25).

Na matéria abaixo são convocados como argumentos modernos tanto a moda, de maneira a libertar as mulheres do peso e das velhas formas, quanto a diversão, ambos tratados como algo necessário e desejado aos povos civilizados.

A mesma mantilha preta, pezando constantemente sobre o corpo da mulher, desde o alto da cabeça até os pés, escondendo-lhe o rosto, as formas, e dando-lhe a sinistra apparencia de um bizouro, já vae sendo menos usada; e esperamos brevemente ver extinto este detestável uso, que faz desaparecer, como um negro casulo, as formas, às vezes elegantes, de um corpo de mulher. E a casaca o ligeiro peletot, o chapeo de seda, as luvas de Jouvin, as botas envernizadas; os delicados chapés de bloude, as sedas transparentes, os mateletes de variadas cores e formas; os engraçados penteados à Ziparini, a Stuart, a fantasia: tudo isto em breve dará por terra, e repellirá para o campo, para as festas da aldêa, os ponchos e as mantilhas pretas, os capotes, e toda a sua rustica comitiva. O que nos falta agora são os divertimentos, onde, como em um palco scenico, tudo isto se patentêe; as distracções, tão essenciaes à vida de um povo civilisado, como a farinha de milho e o feijão para o homem rustico. (*Jornal Dezenove de Dezembro*, Coluna *Folhetim*, 1854, ano I, n.19, p. 1)

A ânsia por uma sociedade mais moderna toma forma através do modismo e da estética que começa a ser demarcada como diferencial entre o velho e o novo, nas falas dos jornalistas, como já discutimos, sendo que eles demonstram o contato com a moda praticada na Europa e no Rio de Janeiro pela forma como enaltecem tais aparatos.



Figura 9: Aimé-Adrien Taunay⁶⁴, mantilha feminina, 1825 (aquarela e nanquim).

Fonte: arquiamicos.org.br

⁶⁴ “Aimé-Adrien Taunay nasceu em Paris em 1803, no seio de uma família de forte tradição artística. Era filho de Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830), um dos franceses que vieram ao Brasil a convite de D. João VI, na comitiva liderada por Joachim Lebreton, mais tarde conhecida como “Missão Francesa”. Como os demais membros desta colônia, chegou ao Rio de Janeiro em 1816; era então um adolescente. Seu aprendizado artístico se deu no interior da família, mais diretamente com o seu pai, um renomado pintor de paisagens” (COSTA, 2007, p. 3).

A imagem de Aimé, registrando o que parece ser uma cena do cotidiano, mostra-nos duas moças utilizando as mantilhas pretas (como na fig. 2 de Debret), uma espécie de manto transparente, rendado nas bordas, com influência portuguesa e espanhola (CAMPOS, 2010). Esse traje, como podemos notar, serviu para esconder imperfeições e doenças, para realizar várias atividades na rua com discrição, chegando a ser usado para práticas ilícitas, realizadas por ambos os sexos, sendo então proibida pelo Príncipe Regente em 1810, mas permanecendo em uso por várias décadas no século XIX (CAMARGO, 2008).

Nos outros dois trajes, da senhora de xadrez e da menina, encontramos o *saio* ou *ropa* ou *roupão*, uma espécie de casaco longo, de tecido pesado, aberto na frente, utilizado por cima dos vestidos, e normalmente por mulheres das classes mais ricas durante a noite ou para viagens (CAMPOS, 2010). Ao longo do tempo foi evoluindo e ganhando enfeites, tecidos importados e mais nobres. Como vemos na imagem de Aimé, os chapéus eram agora “toucas bufantes ao recente gosto europeu, abundantemente adornadas com plumas” (CAMPOS, 2010) e ambos os trajes deixam seus pés e sapatos baixos visíveis. A touca bufante lembra aquela usada por Sinhazinha do Cairê que, embora de costas (fig. 3), permite-nos ver alguns detalhes do seu traje. Logo, a imagem coloca dois costumes lado-a-lado, um antigo e outro novo. Embora ambos os trajes tragam a cobertura do corpo feminino, as mulheres vestidas com roupão trazem tecidos e adereços modernos, tal qual a imagem das senhoras do Império brasileiro de Debret (fig. 1), diferente da tradicional mantilha preta.

Também, o vestuário da mulher moderna aparece em discussão na coluna *Variedades* de 15 de outubro de 1859, na matéria *Saia-balão*. A peça levava esse nome pelo formato avantajado das laterais, ficando mais conhecida no universo da moda como crinolina⁶⁵.

Chovem os epigrammas sobre a zimborica rotundidade das saias, que as damas do grande tom usam actualmente. A veia de todos os poetas satyricos, a pena de todos os folhetinistas, e o lápis de todos os caricaturadores, parece, que não acham melhor assumpto para ridicularisar. Suppõe-se talvez, que esta moda é um devaneio da fantasia, ou um capricho da inconstancia feminil? Julgam, que é para dar relevo à estatura, ou auxílio a elegância

⁶⁵ “No princípio da década de 1850, surgiram as primeiras crinolinas, feitas de crina de cavalo, que inutilizaram as várias camadas de anáguas. [...] surgiu uma inovadora crinolina de armação, construída à base de oito arcos de metal ou de barbatanas de baleia. A repercussão foram os volumes incríveis que ampliaram a proporção dessas saias, que pareciam verdadeiras gaiolas ou jaulas [...]” (XIMENES, 2011, p. 59-60).

corporal? Enganam-se. A crinoline, a marinaque, a pita, os círculos de arco, de baleia e também de cordel de pião, tem um fim político e mui delicado, não de afastar as saias, mas de afastar os homens do lado das mulheres. [...] Em summa, uma dama de braço dado é uma barça a reboque [...]. Era preciso livral-as deste captiveiro e isental-as desta sujeição pondo-as na rua... soltas. Não foi necessário nenhum código civil, bastou o código do bom tom, e um figurino para operar esta obra de redempção. Oh! feliz invenção da saia balão! [...] Os maridos, os manos e os primos, gente insuportável, que não pode viver sem mando e poder, conspiram-se contra esta moda de liberdade, de civilização, de independência e até de regeneração. (Jornal *Dezenove de Dezembro*, Coluna *Variedades*, 15 de outubro de 1859, p. 2)

O autor da coluna, não identificado, parece muito favorável à atual moda, criticando aqueles que riem do aparato moderno. Para ele a saia-balão teria um caráter político de afastar os homens do lado das mulheres, dando-lhes maior liberdade no caminhar, ou obrigando-lhes a conduzi-las de forma diferenciada do que era tido como adequado pela sociedade, como dando-lhes as mãos, por exemplo, atitude que não parecia satisfazer alguns, já que o costume era a mulher andar de braços dados com os senhores de sua família.

Lembremos do traje *Bloomer*, encontrado em uma de nossas amazonas do século XIX, e que, apesar de diferente deste, tenderia a dar uma maior liberdade física à mulher. Aqui o autor nos fala de regeneração, além da independência, e remontamos aos trajes das mulheres dos fazendeiros encontradas em Carambeí, em que as pernas estavam à mostra, fato que no Rio de Janeiro ocorria com menos frequência, segundo relatos e imagens de impressos, e teremos aqui uma outra sugestão na alteração dos hábitos femininos ou, pelo menos, uma tentativa: cobrir as pernas.



Figura 10 - Imagem da Revista *Godey's Magazine*, 1855.

Fonte: *Godey's Lady's Book*.

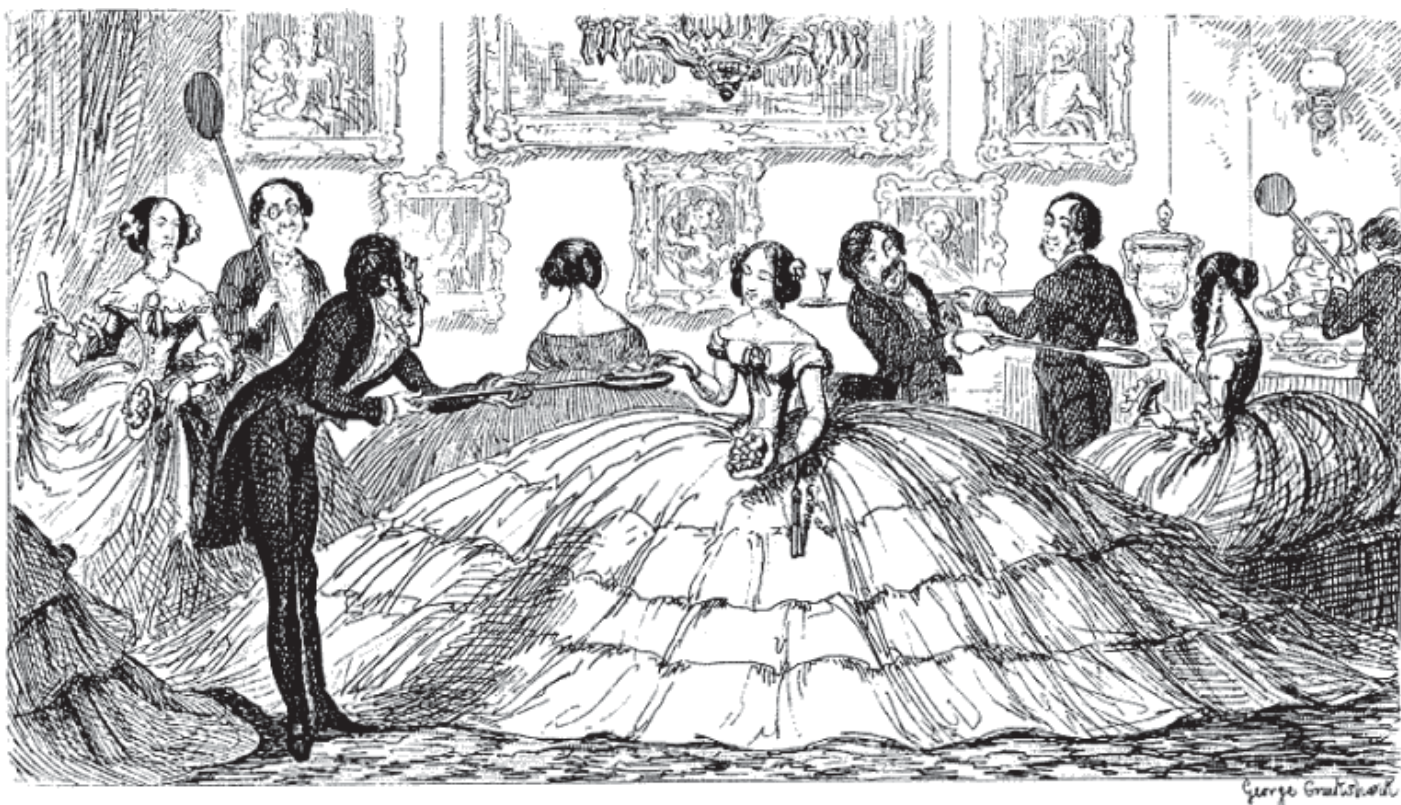


Figura 11 - Desenho do londrino George Cruikshank para The Comic Almanack, 1850.

Fonte: *George A. Smathers Library*

Não deixando de refletir sobre a metáfora de aprisionamento do corpo que o volume da saia representa, nosso foco de análise recai sobre o uso das palavras ligadas ao discurso da modernidade: liberdade, redenção e civilização, em oposição a cativo, sujeição e poder. Devemos nos perguntar se esta vestimenta seria destinada a todas as senhoras e senhoritas, já que parecia ser a última moda na Europa. O viajante Bigg-Wither nos ajuda a responder esta questão e a refletir sobre ela, e tal qual o traje assemelhado ao *Bloomerismo*, imaginamos que apenas uma parcela pequena tivesse acesso a tal vestimenta e aos próprios impressos que difundiam esses modelos. Obviamente as mulheres da camada mais rica é que fariam tais exemplares chegarem às mais pobres, por assimilação ao seu modo de vestir.

Acompanhamos sua narrativa sobre um baile na Colônia Teresa, próximo a Tibagi e Ponta Grossa:

Uma noite fomos convidados gentilmente a ir a um baile chamado de "fandango", dado por um caboclo da aldeia. Curling e eu fomos juntos, atendendo a cuidadoso convite escrito. Ao entrar na casa em que a festa ia se

realizar, encontramos-nos logo em espaçosa sala de terra batida e, em sua volta, estavam as belezas da aldeia, encostadas à parede, decente e elegantemente vestidas em algodão estampado, todas cuidadosamente preparadas para a ocasião. No centro da sala, onde não se via mobília alguma, achava-se reunido um grupo de cerca de doze rapazes do lugar, fumando e conversando de chapéu na cabeça, parecendo não se lembrarem de estar na presença de senhoras. A nossa entrada pareceu ser o sinal do começo da festa. Dois banjos (violas) principiaram a soar e então, pela primeira vez, os rapazes se voltaram para as recatadas, mas prudentes donzelas, que até o momento esperavam silenciosamente por aquele instante. Cada um dos rapazes escolheu uma comparsa, formando-se dez pares, que se dispuseram em forma de roda, no meio da sala, e a dança começou. Em passo batido e lento, mas rítmico, acompanhando as violas, os homens começaram primeiro a dançar, adiantando-se e retirando-se para o centro do círculo alternadamente, e as mulheres também batiam os pés, mas não avançavam. (BIGG-WITHER, 1974, p. 180)

O traje destas moças era elegante, porém feito de algodão estampado e não revela nenhuma semelhança com o tal aparato moderno chamado de crinolina. Notamos que as donzelas, recatadas, esperam os rapazes chamarem-nas para a dança em silêncio. A dança não demonstra ser amoral para os padrões da comunidade, contudo parecem haver certas regras para sua realização e papéis específicos para ambos os gêneros em sua composição. Os termos ‘decente’ e ‘recatada’ nos mostram o julgamento social do viajante sobre o comportamento das jovens, a partir do que ele entendia por estes adjetivos, tal qual vimos anteriormente em outros relatos. Talvez os termos tivessem, a esta altura, a mesma conotação para a sociedade local que tiveram outrora para Saint-Hilaire, já que a narrativa data de 1874.

Podemos nos questionar se no Brasil de clima tropical, de fato, um vestuário demarcado pela quantidade de tecido seria utilizado, e o *Jornal da Senhoras* (fig. 12 e 13) evidencia os figurinos de última moda, sugeridos às damas da sociedade, leitoras do impresso, incluindo as paranaenses. Apesar desta moda estar ligada a regiões mais frias, parece ter sido adaptada pela sociedade ao nosso clima na segunda metade do oitocentos:

[...] os braços e ombros que durante o dia eram totalmente cobertos pelos vestidos do dia. As mangas dos vestidos da noite de festas eram mais curtas possibilitando mostrar um pedaço dos braços que eram cobertos, agora, por luvas. Estas poderiam ser feitas de pelica, cetim, seda, porém eram itens obrigatórios da elite carioca. A mulher pudica usava a luva ao interagir com desconhecidos impossibilitando o contato dos mesmos com as suas mãos nuas. (TEIXEIRA, 2013, p. 187)



Figura 12: Figurino de Passeio.

Fonte: *Jornal das Senhoras*, 1852.

As imagens permitem que vejamos decotes trabalhados com renda, cinturas finas e bem demarcadas, cabelos presos e/ou com adereços (tocas, chapéus), a saia é longa a ponto de esconder os sapatos. Os vestidos do dia parecem mais pesados e escuros.



Figura 13: Figurino de Grande Baile.

Fonte: *Jornal das Senhoras*, 1852.

Ainda em referência ao aprisionamento do corpo, não podemos deixar de notar que o jornal *Dezenove de Dezembro* traz matérias louvando a última moda ao mesmo tempo em que publica anúncios de venda e fuga de mulheres negras, condição socioeconômica que não estava mais em vigor em outros países tidos pelos governantes como ‘avançados’, o que deixava a Província do Paraná, em 1855, inserida em uma situação de atraso, assim como o restante do Império, em relação ao tratamento ofertado a essa camada da população feminina. Tal comércio acontece em um veículo dito moderno e que pretendia promover o modo de vida mais civilizado entre as mulheres da província:

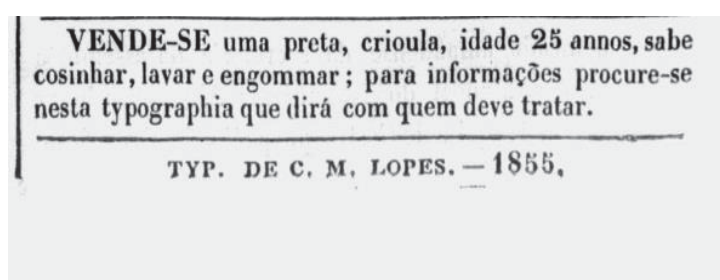


Figura 14 - Anúncio de venda de escrava.

Fonte: Jornal *Dezenove de Dezembro*, Coluna *Annuncios*, 21 de fevereiro de 1855.

Em 1858 encontramos na coluna *Variedades* um texto que foi iniciado em 09 de outubro, tendo sequência no dia 20 e sendo finalizado em 23 do mesmo mês. Tal matéria tem como assinatura apenas *Patria*, não deixando claro se era mera reprodução de outro jornal, se era uma tradução ou a quem ou o que se referia tal termo. A primeira matéria, do dia 09 de outubro, intitulada *Considerações sobre a mulher – etymologia da palavra*, inicia com uma citação, em francês, do escritor e botânico Bernardin de Saint-Pierre, conhecido por seu romance *Paul et Virginie*⁶⁶:

Les Femmes sont – elles – mêmes les fleurs de la vie, como les enfants en sont les fruits; ce sont elles que font le charme de nos sociétés, soit qu'elles

⁶⁶ O romance de Bernardin de Saint-Pierre está localizado no final do século XVIII, auge do Iluminismo, que disseminava que a sociedade ideal nasceria do respeito aos direitos humanos e o governo deveria manter a liberdade. Conceitos como “educar o homem natural longe da civilização, formando-lhe o caráter e enriquecendo-o com a honestidade e as qualidades do coração”, de Rousseau, estão presentes no romance. “Além do mais, ao objetivo de defesa de ideias filosóficas e morais, já assimilado à descrição exótica, o autor associa ainda à própria trama do romance. [...] a inocência de Paulo e Virgínia adolescentes, o idílio apaixonado do primeiro e eterno amor, o bucolismo, a tragédia da morte.” (BOAVENTURA, 1986, p. 7-8).

*forment entre elles des chœurs de danse, soit que chacune d'elles se promène avec son époux ou entourée de nombreux enfants*⁶⁷. (Jornal Dezenove de Dezembro, Coluna Variedades, 09 de outubro de 1858)

O autor busca refletir sobre o tratamento ofertado às mulheres, amparando-se no que já fora escrito anteriormente sobre elas (nas várias representações encontradas na literatura, ora santificada, ora demonizada, ora posta como obra da criação), filosofando sobre o certo e o errado, sobre mulheres sensatas e levianas, sobre a maior importância da beleza ou da virtuosidade, segundo sua opinião. A reflexão, estendida por três edições do jornal, deixa transparecer seu foco ainda no início da matéria, em 9 de outubro de 1858:

Na realidade assim acontece: e essa é a razão única porque muitos escriptores a tem pintado como um anjo e outros como um demônio, não se deixando comtudo de encontrar sempre o fundo da verdade em qualquer das duas opiniões. Não admitimos, porém, que um homem de letras tratando de um campo tão fértil como este, sobre o qual escrevemos, encare a mulher como a peor cousa do mundo [...] A belleza, as graças e o espírito perdem todo o valor à par da virtude: sabemos que as mais das vezes a formosura impressiona e cega a primeira vista; porem essa impressão é passageira, tem a duração do relâmpago, em quanto a virtude faz nascer o verdadeiro amor; e esse então é o amor que não receia a saciedade dos prazeres, o enjôo do habito, nem os caprichos da inconstancia. [...] Julgam porem alguns autores mais acertado nascer a etymologia de que tratamos do latim *femina*, que entre elles se pronuncia *hoemina*, demonstrando dessa forma não ser mais do que o termo *homo* mais ou menos modificado, em quanto que póde da mesma sorte partir do latim família que quer dizer família, de que a mulher se constitue a fonte e a séde principal. (Jornal Dezenove de Dezembro, Coluna Variedades, 9 de outubro de 1858, p. 2-3)

O escritor deixa explícito que busca respostas para as incoerências que ele mesmo iria explicar nas edições seguintes, sabendo que o tratamento dado ao gênero feminino deveria ser equiparado ao projeto de modernização requisitado na Província do Paraná. O autor tenta construir uma imagem de equilíbrio para a condição feminina. Contudo, parece ter maior apreço pela duradoura virtude que deveria se sobrepor à passageira beleza. A busca pela etimologia da palavra leva o autor a uma associação da mulher com a figura central da família, ideia que será muito difundida na sociedade.

A continuação da matéria, no dia 20 de outubro de 1858, tem o título *Considerações sobre a mulher – definição física*, apresentando as semelhanças,

⁶⁷ As mulheres são - elas mesmas - as flores da vida, como as crianças são os frutos; são elas que fazem o charme de nossas sociedades, seja que elas formam entre si coros de dança, seja que cada uma delas passeia com seu marido ou cercada por muitas crianças. (tradução livre)

corporais e psicológicas, do homem e da mulher. Entretanto, no mesmo texto o autor evidencia as possíveis diferenças dos gêneros tornando o discurso ambíguo:

A mulher, naquilo que não diz respeito ao sexo, tem os mesmos órgãos, necessidades e faculdades do homem; a machina construída da mesma maneira, iguaes as peças, e comuns as funções entre ambos e ainda não há differença alguma na organização da cabeça de um e de outro; é semelhante o cerebro, os órgãos oculares e acústicos são iguaes, conservando-se da mesma sorte as impressões dos sentidos. Comtudo o homem dispõe de proporções mais fortes, vigamento mais solido, contornos desenvolvidos e órgãos respiratorios e vocaes mais amplos; a mulher pelo contrario é de uma complecção mais delicada: as fibras de seu corpo são demasiadamente fracas e de um tecido muito mais ligeiro, o que concorre directamente para o repentino crescimento, e faz com que a mulher aos vinte annos tenha chegado ao ponto da perfeição da forma, em quanto o homem não chega senão dos vinte e cinco aos trinta. Todavia os músculos, carnes e outras partes que lhe constituem o todo, são muito menos fortes e solidas, precisando por isso mesmo de menos tempo para o perfeito desenvolvimento. O homem tem mais energia, coragem e egoísmo [...] espírito mais productivo, mais reflexão e reserva [...] Ella é mais terna, sensível, tímida e vaidosa [...] supersticiosa e mais tendente aos sentimentos de prazer e pena. Dotada de mais imaginação e artista por natureza, sente aquillo que o homem aprende [...]. (*Jornal Dezenove de Dezembro*, Coluna *Variedades*, 20 de outubro de 1858, p. 2)

As diferenças sobre as variadas representações estão presentes na fala, anunciando, primeiramente, a analogia da mulher em relação ao homem, dizendo que são dotados das mesmas qualidades, informação refutada em seguida quando o autor diz que estas não possuem algumas das características do sexo masculino, como a coragem, mas seriam dotadas de mais imaginação e sensibilidade.

Não podíamos deixar de notar que o colunista cita que a mulher seria “artista por natureza”, o que nos chama a atenção já que um dos objetivos desta pesquisa se justifica pela escassez de mulheres artistas no Paraná Oitocentista, pelo menos documentadas. Ele busca associar a arte, a sensibilidade e a imaginação a um estado feminino, dizendo que seus caminhos, mulher e homem, são diferentes: sentir e aprender. Logo se assim o fosse, a mulher seria exaltada como grande artista na sociedade neste momento, o que de fato não ocorreu. Então, sabendo que a percepção e o desenvolvimento artístico não seriam diferente entre homens e mulheres, tal fala encontra respaldo num dado determinismo biológico que teve influência nas ideias iluministas e que ajudou a fundamentar o positivismo⁶⁸. Tais conceitos influenciaram a educação de homens e

⁶⁸ “O plano positivista de instrução da mulher decorre de sua visão especial sobre as diferenças entre os sexos e dos papeis sociais que os representantes de um e outro devem desempenhar. Homem e mulher são concebidos como seres não apenas biológica, mas também mental e socialmente complementares. A uma

mulheres, portanto, tais diferenças são colocadas no âmago do pensamento da sociedade brasileira, elaborando especificamente os lugares e atividades que deveriam ser realizadas pelos dois sexos. A história da arte nos mostra outro caminho, aliás bem diferente ao que alude o comentário, mostrando que os lugares que estas poderiam ocupar lhes legavam temas e possibilidades demarcados. Portanto, foram limitadas por algumas questões sociais dentro da arte, tanto quanto seu corpo e sua instrução foram condicionados pela sociedade.

Na segunda metade do século XIX, com base em critérios essencialmente naturalistas, como a escolha do tema, a crítica procurou isolar uma categoria artística: arte feminina ou, simplesmente, pintura feminina, visto que a escultura, talvez pelo maior esforço físico que exigia, interessava menos às mulheres. Se para os homens se creem adequadas as cenas de exterior, sobretudo a paisagem, para as mulheres, dada a sua vocação fundamentalmente doméstica, consideram-se apropriadas as cenas de interior, certa pintura de gênero e, acima de tudo, a natureza-morta. O Modernismo vem introduzir algum acréscimo de liberdade, não tanto na deliberação dos temas propícios a mulheres pintoras, mas sobretudo no que se refere à expressão, aos sentimentos postos na representação do real. À mulher artista são atribuídos alguns desses sentimentos e vetados outros, mais de acordo com aquilo que se consideravam ser características psicológicas masculinas. (ESQUIVEL, 2010, p. 3)

Obviamente a escultura não interessava menos às mulheres, mas lhes era limitada, assim como as aulas de nu artístico, um dos elementos fundamentais para desenvolver o desenho e o tridimensional figurativo com qualidade. A arte, como a história demonstra, vai além dessa sensibilidade mais afluída e de imaginação, logo trata-se de aprendizado e de trabalho aplicado, a ambos os sexos⁶⁹, o que nos levará à sua aplicação no ensino desse período no próximo capítulo.

O que notamos nos impressos, de uma forma geral, é uma atitude que procura intervir na realidade da sociedade leitora do jornal, demonstrando exemplos positivos e negativos ao longo da história, da literatura e da geografia, comparando o que seriam povos mais adiantados e atrasados no que se refere ao tratamento dado à mulher naquele momento. Entretanto, o próprio autor parece manifestar as dúvidas que o levaram a pesquisar e escrever, é perceptível a confusão que emana das indagações feitas sobre o

superioridade afetiva da mulher corresponde uma superioridade de caráter do homem [...]” (SAFIOTTI, 2013, p. 297),

⁶⁹ “O fazer arte envolve uma forma própria e coerente de linguagem, mais ou menos dependente ou livre de convenções, esquemas ou noções temporalmente definidas que precisam ser aprendidos ou trabalhados através do ensino ou de um período longo de experimentação individual” (NOCHLIN, 2016).

tratamento que se deva dar às mulheres, “nem anjo nem demônio”, parece ser sua conclusão.

O texto da coluna *Variedades* traz uma dupla crítica à forma de tratamento dado à mulher, primeiro por poetas e depois por povos, tidos no discurso, como bárbaros.

Sabemos que o bello sexo, sempre lisonjeado pelos poetas, historiadores e romancistas, condemna a franqueza e imparcialidade quando se trata de moralisar seus actos e corrigir os defeitos. Porém julgamos não viver nos séculos quinze e dezesseis, em que os grandes panegyristas Valerio Maximo⁷⁰, Jacques Brantome, Plutarco⁷¹ e muitos outros encheram a França, Italia e Hespanha de obras volumosas sobre mulheres virtuosas, fazendo crer da mesma sorte que as poesias italianas, romances francezes e hespanhoes, que a mulher era um prodígio de perfeições, um aborto de beleza e uma divindade em vez de uma mulher honesta e virtuosa. Apreciamos demasiadamente a virtude, porem a mulher simplesmente virtuosa pôde ser uma furia, e portanto para que seja considerada como um prodígio de perfeições é preciso que reúna outras qualidades indispensáveis à principal. [...] Eis porque não admittimos que a mulher em geral seja considerada um anjo: é ser demasiadamente injusto. Da mesma sorte reprovamos a barbaridade com que é tratada ainda actualmente na Tartaria, em que vive presa por uma corrente; na China em que se lhe quebram os pés [...]. Está portanto demonstrado que não adoptamos o privilégio da força, mas sim o do direito; não professamos as doutrinas dos povos em que domina o paganismo, e abolindo o direito de vida e morte que entre elles o homem tem sobre a mulher [...]. (Jornal *Dezenove de Dezembro*, Coluna *Variedades*, 20 de outubro de 1858, p. 3)

O autor reconsidera a ideia de o belo sexo⁷² ter sido considerado uma obra-prima da criação ao mesmo tempo em que nos mostra sua indignação com as más condições ofertadas às mulheres em algumas regiões do mundo. Pela indicação do texto, o autor considerava que o tratamento dado à mulher na sociedade paranaense era mais civilizado em relação aos demais citados.

Esse ‘mundo civilizado’, em comparação a outros que não atingiram tal privilégio, alude ao conceito de progresso único e universal (KOSELLECK, 2012, p. 317), em que a partir disso um povo seria superior a outro.

⁷⁰ “Neste autor há vários casos onde as mulheres demonstram coragem, sacrificando-se pelos e por causa dos homens, por lealdade ou por males que estes lhe fizeram. À exemplo, tomamos a personagem grega Hippo que antes de ser violada por inimigos tira sua própria vida e as mulheres da Lacedemônia que sacrificaram suas vidas em troca da dos maridos e nisso a virtude de tais mulheres seria grande” (SILVA, 2009).

⁷¹ O autor escreveu tratados como “As virtudes das mulheres, Preceitos para o casamento e Carta de consolação à sua mulher”, onde trata da virtude feminina (SILVEIRA, 2006).

⁷² “Temos, assim, inaugurada a modernidade e o ideal do “belo sexo”, ou “a continuação da dominação masculina e da negação da mulher por outros meios”, pois este ideal de beleza a tornará mulher-objeto e em nada acrescentará em termos de direitos a ela devidos” (TIBURI *et al*, 2002, p. 42).

O autor não acredita que a mulher deva ser um modelo de perfeição pelo qual homens enfrentaram guerras, antes prefere que esta seja honesta e virtuosa, expressando assim o seu ‘ideal’ em relação à ela. Fica evidente seu incômodo com autores que ousaram delinear a mulher como ser estrategista, superior ao homem ou que “tentaram sustentar a superioridade do sexo sobre o nosso no que diz respeito à nobreza, coragem, talento, força e mais ainda tacto e tino político” (Jornal *Dezenove de Dezembro*, 20 de outubro de 1858).

Apesar disso, acredita que as mulheres não devem ser tratadas de forma cruel, o que denotaria um caráter menos civilizado por parte dos homens. Entretanto, elas não deveriam negar a direção e proteção dos homens, ou seja, a realidade requerida, baseada no direito, ainda as deixaria em posição desigual ao serem tuteladas por eles.

Na matéria, virtude é imprescindível como qualidade, mas não apenas ela. A mulher deveria ser virtuosa, honesta e asseada, deveria “impressionar, attrahir, e subjugar a imaginação e o coração do homem” (Jornal *Dezenove de Dezembro*, Coluna *Variedades*, 20 de outubro de 1858, p. 3).

Para Oliveira e Zica (2015, p. 74), a ideia de “virtude tem uma origem latina marcadamente ligada ao apreço que os romanos tinham pelo universo masculino, principais construtores do Império por meio das guerras de conquistas”. Entretanto, muitos autores, como Plutarco, também estendiam a qualidade da virtude às mulheres, ajudando a difundir tal juízo mesmo que houvesse diferenças de gênero entre elas:

A virtude é vista como única, pois se entende o conjunto das virtudes cardinais como algo unitário e, é a mesma porque tanto homens como mulheres podem dar demonstração de sua excelência. O que devemos lembrar é que dentro dos limites e das funções socioculturais do período em questão, a posse das mesmas gera comportamentos determinados: a mulher pode demonstrar sua temperança através de sua simplicidade no modo de vida [...]. Já o homem se mostra corajoso, quando enfrenta a luta e derrota o inimigo ou exerce sua sabedoria quando sabe ser comedido em relação ao luxo. (SILVEIRA, 2006, p. 121-122)

Obviamente a ideia de virtude para homens e mulheres também era diferente na sociedade paranaense do século XIX, cada qual no âmbito que a natureza os delegara. Virtude para o homem teria ligação com ações praticadas no espaço público. Já para a mulher estava relacionada com sua desenvoltura no âmbito familiar, privado.

Na finalização da matéria, no dia 23 de outubro de 1858, fica evidente o juízo do autor quanto à diferença biológica no papel dos gêneros, atribuindo a moral a algo natural e inerente à mulher:

É portanto inquestionável que a disposição das partes, que compõe o corpo da mulher, é determinada pela natureza mesmo, servindo de fundamento ao character physico e moral que a distingue. [...] Se a força é essencial ao homem, julgamos que uma certa fraqueza concorre para a perfeição da mulher. Isto é ainda mais exacto relativamente ao moral do que ao physico [...]. (Jornal *Dezenove de Dezembro*, Coluna *Variedades*, 23 de outubro de 1858, p. 3-4)

Um novo modelo de comportamento feminino começa a ser delineado pelos homens que estavam a cargo das matérias no jornal e mesmo incitando contradições entre os próprios escritores, tal exemplo se propaga, mesmo que lentamente, na sociedade leitora do jornal.

Finalizamos com uma matéria do Jornal *Dezenove de Dezembro*, do dia 16 de novembro de 1872, que chama a atenção para o cuidado que se deve ter com a educação feminina, mostrando-lhes o caminho correto a ser seguido:

[...] Eduquem-na como convém, apontem-lhe o caminho da perfeição, introduzam-na em templo de Minerva, façam chegar aos seus lábios o delicioso mel da sabedoria, dêem-lhe os conhecimentos precisos para bem dirigir a família, e ella mais se engrandecerá, resultando dahi o aperfeiçoamento dos costumes, as delicias do lar domestico, a felicidade da prole, finalmente a virtude, como um foco de luz projectando seus raios sobre a humanidade inteira! Desgraçadamente, em nosso paiz, a educação ministrada à mulher é incompleta ou melhor diremos, nenhuma! [...] É necessário que ao adorno do corpo se ajunte o adorno da inteligência; é necessário que à perfeição da matéria se associe o aperfeiçoamento do espirito; [...] Mme. De Stael, Mme. Stow, George Sand, Emilio Girardin e outros, são dignos representantes da mulher no mundo das letras [...]. (Jornal *Dezenove de Dezembro*, Coluna *Variedades*, 16 de novembro de 1872, p. 2)

A matéria, sem assinatura, aponta que era preciso moldar os costumes das mulheres a fim de que estas se focassem no seu novo papel, dentro dessa sociedade que almejava ser moderna. A revisão de sua função na sociedade a inseriu no lar, como figura central da família, sendo que esse modelo adotado foi disseminado pela educação e pela instrução que também receberam novas influências.

As representações, como conjunto de práticas sociais construídas, variaram de acordo com o período, disseminando ideias sobre como deveria ser o comportamento das mulheres na sociedade da quinta comarca de Curitiba e mais tarde na Província do

Paraná. Ao longo da pesquisa ficou evidente que o que cada viajante entendia como papel da mulher divergia ou se aproximava do que ocorria no cotidiano ao qual estes foram confrontados, variando de acordo com a região, condição econômica e/ou social do sexo feminino.

Verificamos que, com a modernização emergente na sociedade Oitocentista do Paraná, os conceitos que se tinham sobre o papel da mulher na sociedade começam a ser afetados em alguns campos, entretanto permanecem ou mudam muito pouco em outros. As representações sobre como era viver em uma sociedade mais avançada vão se disseminando através do jornal, das imagens e da convivência com os viajantes nacionais e/ou internacionais, visando e conseguindo inculcar novos hábitos nesta província, principalmente sobre a forma de construção da educação e instrução femininas, que se utilizarão de alguns destes elementos considerados modernos e civilizados para o período, como veremos a seguir.

2. EDUCANDO E INSTRUINDO O SEXO FORMOSO: REPRESENTAÇÕES E DIFERENCIAÇÕES NOS PROGRAMAS DE ENSINO

Todas as práticas realizadas em prol dos moldes a serem elaborados para o novo comportamento das mulheres, como visto nos jornais, na literatura, sugerido pelas falas dos viajantes e nas pinturas, refletem-se na construção dos regulamentos que irão pautar a educação e a instrução femininas na então Província do Paraná.

Retomando a definição de *representação* de Roger Chartier “(...) pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem a sociedade” (CHARTIER, 1991, p. 8), buscaremos demonstrar as amarrações dominantes do Estado, da família e da Igreja atuando na organização de discursos e se auxiliando mutuamente na elaboração de práticas idealizadas a serem difundidas na instrução da mulher. Tais hábitos tinham como objetivo modelar o comportamento das mulheres, e até mesmo dos homens, nessa sociedade requerida como moderna, de forma a cumprirem o papel promovido pelos idealizadores de tais projetos, o que nos leva novamente à discussão de *gênero* de Scott (1991), em que ambos os sexos recebem papéis definidos que os demarcam nessa nova sociedade que vinha sendo forjada.

Os processos simbólicos, hábitos e costumes que mantivessem a diferenciação de classe e gênero precisavam ser inculcados de alguma forma e, tanto a educação quanto a instrução, em suas variadas formas, serviram a esse propósito. Entretanto, gostaríamos de reafirmar nosso interesse no segundo elemento, foco desse capítulo.

Ao adentrarmos o tema das representações sobre a instrução, nosso olhar precisa se voltar à menina, etapa instrucional na qual vai acontecer a construção e fixação desses papéis propostos e/ou impostos pela sociedade. A infância da mulher parece merecer atenção redobrada, bem como essa construção de novas regras que visam assimilar as mudanças impostas pela modernidade e por seus benfeitores.

No século XIX, a menina sai, ainda que muito lentamente, do âmbito privado da família, sociabiliza-se não apenas de maneira primária, encontra pessoas, vivencia situações que antes eram proibidas ou impossíveis. Daí uma série de fatos que mudam o seu percurso existencial: o aprender a palavra de modo sistemático, na escola, graças a publicações para a infância, que diferenciam suas produções por sexo, através de uma familiaridade com mães que têm como bagagem uma experiência escolar e, por sua vez, aprenderam a falar, ler e escrever. A menina que trabalha, mesmo em idade precoce, não aprende mais apenas graças aos gestos, não imita somente o que deve fazer, mas recebe explicações para o seu trabalho, participa do fluxo discursivo das suas colegas de trabalho mais adultas, com estas se abre e protesta. (BECCHI, 2003, p. 45- 46)

A menina tem, no século XIX, uma mudança substancial no que era pretendido ao seu gênero, sendo aquela que deveria aprender a seguir as normas pedagógicas e de higiene, tanto para o melhoramento de sua prole como para o uso nas atividades que lhe eram permitidas e adequadas, tudo em nome da nação. Tais motivos levam os grupos influentes na sociedade (Governo, Igreja e Família) a mudarem os conceitos sobre o tratamento ofertado a ela e sobre a instrução que esta deveria receber. Essa alteração faz com que as práticas educativas realizadas no âmbito familiar se expandam em um aprendizado doméstico, intensificado no século XIX, que chega a coexistir e aos poucos vai sendo substituída pela instrução mais aos moldes do Estado (VASCONCELOS, 2005). Assim algumas moças tiveram acesso a uma instrução ocorrida na clausura, diferenciada daquelas mulheres que fariam os votos religiosos.

Na clausura, as meninas casadouras recebiam formação diferenciada das destinadas à vida religiosa. Estas se dedicavam ao estudo do latim e da Música; aquelas a ler, escrever, contar, coser e bordar. (FLEURY, 2008, p. 28)

Se não saber ler foi uma condição comum à mulher, inclusive a da elite, no período colonial, no começo do século XIX o governo imperial sugere aos Recolhimentos que se encarreguem de “educar as mulheres na condição de educandas, e não na condição de freiras” (SAFFIOTI, 2013, p. 270-271), ponto de vista que demonstra também a influência da religião nessa educação.

Com a vinda da Corte ao Brasil (1808) pouca coisa se alterou no acesso a uma instrução laica, por exemplo. Contudo começam a despontar novas formas de oferta de educação e instrução às meninas.

Outra forma de se apropriar dessas mudanças modernas, que vinham sendo inculcadas na população, como já visto no capítulo anterior, ocorria na leitura de jornais, que estava ao alcance da educação doméstica, a fim de formar a mãe, considerada, no século XIX, a “primeira mestra de seus filhos” (VASCONCELOS, 2005, p. 147), podendo ser utilizada a qualquer momento da vida das meninas e mulheres. Portanto, o jornal buscava influenciar tal educação, citando algumas das matérias do médico Dr. Carlos Costa no jornal a “Mãe de família”, que veremos neste capítulo, sobretudo ligadas à questão do higienismo que desponta na segunda metade do século XIX. Os hábitos eram inculcados na mãe que se encarregava de repassá-los às crianças.

Ao lado destas práticas educativas domésticas vemos surgir as leis que permitem a difusão da instrução pública no Brasil, ao longo da primeira metade do século XIX, que lentamente vai sendo ofertada às meninas.

A fim de dar ares de superioridade perante a sociedade, a mulher passou a ser vista como o cartão de visitas do pai, e depois do marido. Influenciadas pelos costumes da corte, as brasileiras de classe alta passaram a adotar o modelo europeu. (FLEURY, 2008, p. 28)

Como verificado no levantamento historiográfico, o etos religioso (GALVÃO e LOPES, 2010) perpassa os programas de instrução no Brasil, principalmente, das mulheres. Temos, desde o início da colonização, os jesuítas disseminando a doutrina católica e, em uma segunda leva, pós Concílio de Trento⁷³, as congregações cristãs se espalhando pelo mundo para pregar a virtude e a fé. No Brasil, isso se refletiu na propagação de colégios religiosos, derivados da França, Espanha e Itália. Estes colégios, em sua grande maioria, dedicavam-se à educação primária e estavam destinados a formar professoras que, por sua vez, propagariam a doutrina apreendida (GALVÃO e LOPES, 2010, p. 61).

O Paraná Oitocentista contou com quatro formas de ofertar essa mudança no modelo feminino através da educação doméstica e da família, assim como com aquelas instituições fiscalizadas pelo governo, a instrução pública e a dos colégios particulares. Estas instituições receberam regulamentos e programas diferenciados para meninos e meninas, os quais passaremos a analisar.

Tais modalidades implicaram em aprendizados similares por um lado e, por outro, em práticas diferenciadas. A legislação da instrução pública guiava a dos colégios particulares. Contudo, seus diretores e diretoras trataram de distinguir suas instituições daquelas de instrução pública, introduzindo diferenciações em seus programas de ensino a fim de direcioná-los a segmentos sociais específicos.

O desejo dos pais paranaenses de elaborar a carreira dos filhos homens e de arranjar um casamento adequado e, quem sabe, lucrativo para suas filhas, era guiado pelos ousados anúncios destes estabelecimentos. Tais anúncios tinham como vitrine, em

⁷³ “A partir do século XVI, quando o Concílio de Trento estabeleceu novas regras de conduta e de funcionamento para as instituições religiosas, então em profunda decadência, os conventos se reorganizaram e passaram a preparar também aquelas que se dedicariam a ensinar”. (GALVÃO e LOPES, 2010, p. 61)

geral, o Jornal *Dezenove de Dezembro*, podendo ser encontrados em outros veículos da imprensa no período estudado.

Tais anúncios ainda nos permitem analisar algumas outras situações disseminadas nos estabelecimentos de instrução particular, tal como aquelas que os diferenciavam por gênero.

Vejamos o que pregavam os modelos sobre a instrução da mulher e como estes se propagavam em meio à sociedade do Paraná Oitocentista.

2.1 AS DONZELAS E AS REPRESENTAÇÕES DE SUA INSTRUÇÃO

No Paraná Oitocentista houve quatro modalidades de acesso à educação e à instrução feminina: a educação da família (ANJOS, 2015), a educação doméstica (VASCONCELOS, 2005) e aquelas que ocorriam sob a jurisdição do Inspetor Geral da Instrução, que fiscalizava as instituições com aval do governo provincial: a instrução pública e os colégios particulares, que muito nos interessam.

Dentro da educação doméstica encontramos a distinção entre duas formas de ministrar as aulas domésticas, a primeira seriam as professoras particulares e a segunda, as preceptoras (VASCONCELOS, 2005). As primeiras não residiam na propriedade que lhes contratava para educar seus membros:

[...] também chamados de mestres particulares ou mestres que davam lições “por casas”, eram mestres específicos de primeiras letras, gramática, línguas, música, piano, artes e outros conhecimentos, que visitavam as casas ou fazendas sistematicamente, ministrando aulas a alunos membros da família, ou agregados, individualmente. (VASCONCELOS, 2005, p. 12)

Já as segundas eram contratadas, normalmente, entre pessoas de reputação ilibada, estrangeiras ou brasileiras, para viverem na casa dos contratantes:

[...] Por vezes, encontravam-se preceptores denominados de aios ou amos, aias, ou amas, principalmente quando se trata da nobreza portuguesa. [...] Os mestres preceptores caracterizam-se pelo fato de viverem na mesma casa de seus alunos, constituindo-se, assim, dentro da realidade da educação doméstica, naqueles que parecem ter o maior custo para as famílias, sendo encontrados nas classes mais abastadas. (VASCONCELOS, 2005, p. 12)

No Paraná Oitocentista, no entanto, encontramos em nossas fontes uma ação já voltada fortemente à institucionalização da parte instrucional com professores particulares, ou os chamados mestre-escola (VASCONCELOS, 2005), que ofereciam aulas em suas próprias residências a várias crianças. Muitos destes professores, na região do Paraná, iniciavam a carreira assim ou abrindo escolas/colégios particulares. Contudo, também é possível encontrá-los prestando exame para serem professores da instrução pública⁷⁴. Assim, muitos ministravam aulas nos dois âmbitos e outros optavam pela instrução pública.

O artista de Jean-Baptiste Debret em seu livro “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”, de Jean-Baptiste Debret (1972), publicado inicialmente entre 1834 e 1836, conta que este era um nicho de trabalho para senhoras estrangeiras que se prontificavam a repassar seus ensinamentos às meninas em suas próprias residências, suprimindo assim a escassez desta modalidade no momento:

Em 1816 havia apenas dois colégios particulares; pouco mais tarde, algumas senhoras portuguesas e francesas, com a ajuda de um professor, já se comprometiam a receber em suas casas, a título de pensionistas, moças que quisessem aprender noções da língua nacional, de aritmética e de religião, bem como de bordados e costura. [...] A partir de 1820 a educação começou a tomar verdadeiro impulso e os meios de ensino multiplicam-se de tal maneira de ano para ano que, já hoje, não é raro encontrar-se uma senhora capaz de manter uma correspondência em várias línguas e apreciar a leitura, como na Europa. A literatura francesa contribuiu bastante para isso, mediante uma seleção agradável de nossas obras morais traduzidas para a língua portuguesa; esses livros, que se tornaram clássicos, interessam pela sua novidade, ornem o espírito e formam o coração das jovens alunas brasileiras. os progressos a esse respeito são tão sensíveis que 16 anos antes, um brasileiro se envergonhava de mandar seu filho a uma escola pública e hoje, ao contrário, um pai já não tem escrúpulos em, ao partir para o escritório, conduzir sua filha pela mão até a porta do colégio que ela frequenta como externa. (DEBRET, 1972, p.17-18)

Indicando desta forma que, pelo menos na Corte, havia uma abertura a essa educação impulsionada por estrangeiros, ainda no primeiro quartel do século XIX, tanto quanto foi possível captar a importância que os dotes artísticos tomaram dentro desse projeto em outro trecho:

⁷⁴ “Por acto de 13 do corrente, foi nomeada D. Maria Julia da Silva para reger como professora contratada a cadeira do sexo feminino da vila de Guaratuba” (Jornal *Dezenove de Dezembro*, sab., 17 mar. 1877, ano XXIV, n. 1791, Coluna *Noticiário*, p. 3). A candidata a este cargo público lecionava em seu colégio particular (vide quadro de colégios particulares).

[...] como na Europa, encontram-se nesses colégios todos os professores de artes. Os dotes mais apreciados na sociedade são os de dança e de canto, porque permitem brilhar nas reuniões. Na alta sociedade exige-se também a música, principalmente, piano, bem como o conhecimento das línguas francesa e inglesa e do desenho. As moças aprendem com facilidade a traduzir e a escrever a língua francesa, mas encontram em geral certa timidez em fala-la. (DEBRET, 1972, p. 18)

Assim, notamos que algumas das representações sobre este novo modelo de mulher estavam presentes tanto na educação da casa quanto foram repassadas para a instrução institucionalizada.

Observemos como a instrução feminina foi pensada a partir de documentos oficiais, tais como os relatórios de Presidentes e vice-presidentes da Província, inspetores e correspondências de professoras, aliados ao que circulava na imprensa.

No primeiro *Relatório do Presidente da Província* (1854), o Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos critica a lei paulista de 16 de março de 1846, art. 8, que permitia a frequência promíscua⁷⁵ de “ambos os sexos em huma escola” em lugares onde “não existão escolas diversas para ambos”, dizendo que tal lei “[...] não ligou á instrucção do sexo feminino, o gráo de importância, a que tem direito, pois além de não determinar a criação de cadeiras de primeiras letras para esse sexo [...] descarta-se do dever de proporcionar-lhe instrucção.”.

Percebemos com isso que a instrução feminina já estava acontecendo na antiga quinta Comarca da Província de São Paulo, contudo não no formato mais moderno e/ou desejado, em que a divisão por gênero deveria ser observada e respeitada o máximo possível.

Em seu relatório, Zacarias de Góes e Vasconcellos (1854) anuncia a criação da segunda cadeira do sexo feminino na cidade de Paranaguá, dado que também nos sugere que a primeira teria sido criada previamente: “[...] creei nesta cidade huma segunda cadeira de primeiras letras para o sexo masculino, e outra também do 2º gráo para o sexo feminino na cidade de Paranaguá [...]”.

Para o presidente, misturar os sexos não era concebível como modelo de instrução, devendo cada cidade ter uma cadeira destinada ao sexo feminino, evitando-se ao máximo a frequência promíscua e se utilizando de professoras particulares para lecionar às meninas mais pobres:

⁷⁵ Escolas mistas.

E quando seja (o que não he de supor) tão miserável esse município que não tenha 12 alunas para enviar a escola pública, antes adoptaria o expediente de dar a alguma professora particular, que apparecesse, huma gratificação razoavel pelos cofres públicos para ensinar certo número de alumnas indigentes, do que autorizar a frequência promiscua dos dous sexos. (VASCONCELLOS, 15 de julho de 1854, p. 19)

No mesmo relatório de 1854, Zacarias de Góes e Vasconcellos coloca luz sobre a instrução das meninas ao dizer que estas, como mães, continuarão a propagar o que aprenderam na escola dentro de seus lares, espalhando o progresso e ajudando a civilizar a população, fator positivo para o implementar:

Com effeito, a instrucção do sexo feminino não só he huma dívida sagrada do estado para essa parte tão importante da sociedade, mas, e mui particularmente sobresahe com hum dos meios mais seguros e efficazes de derramar e generalizar pelo povo o ensino primário e o verdadeiro progresso, visto que a experiência mostra que não ha, ou he mui raro, exemplo de mãe que saiba ler e escrever, cujos filhos, embora por circumstancias deixem de frequentar as escolas, não saibam ler e escrever, ensinando-lhes ellas nas suas horas vagas, á custa de todo sacrificio aquillo que aprendeo; de sorte que pode-se dizer que instruir as meninas he de algum modo crear uma escola em cada família! (VASCONCELLOS, 15 de julho de 1854, p. 19- 20)

A fala do presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, demarca o papel que a mulher deveria assumir nesse Paraná Provincial e como a educação poderia ajudá-la a se encaixar nesse ideal propagado durante o século XIX.

Logo nas primeiras edições do jornal *Dezenove de Dezembro*, encontramos os decretos que demonstram a preocupação do governo provincial em ofertar instrução às meninas, mesmo que em pequenas proporções. Na edição número 2, de 8 de abril de 1854, encontra-se a publicação de um edital para o primeiro suprimto de cadeiras femininas de instrução pública nas vilas de Castro, Guaratuba e Príncipe e freguesias de Campo Largo, Ponta Grossa, Rio Negro, Tibagi, Guaraqueçaba e Porto de Cima. Nem todas as localidades foram beneficiadas, entretanto, não se pode negar que a educação feminina estava incluída nos planos de modernização da Província desde o seu surgimento.

Por ordem de S. Ex. o Sr. conselheiro presidente da província fica aberto o concurso para o provimento da cadeira de primeiras letras do sexo feminino das villas de Castro, Guaratuba, e Príncipe, que se achão vagas. As pretendentes deverão apresentar seus requerimentos, com os necessários documentos, n'esta data, afim de lhes ser marcado em tempo o dia do exame. – Secretaria do governo do Paraná em 7 de abril de 1854. Augusto Frederico

Segundo governantes, a instrução feminina se fazia fundamental nessa nova sociedade, pois já se apontava a influência das mulheres nesse processo de mudança social e o alcance de suas atitudes sobre a vida dos demais membros, os homens. Não era possível anular sua participação na sociedade, era preciso que elas se tornassem aliadas, de certa forma, legitimando a posição escolhida pelos grupos masculinos. Era preciso incutir uma atitude diferente, tanto nas mulheres quanto nos homens, em relação ao novo lugar que deveria ser ocupado por elas:

[...] As mulheres exercem na sociedade uma influencia muito pronunciada, para que nós nos olvidemos de proporcionar-lhes uma boa educação. Ellas actuão sobre os costumes e o progresso da razão humana. As funções de mãe e de esposa, sem fallar em funestas influencias, que a mulher póde exercer sobre a nossa sorte, impõe à sociedade o dever de associar a educação de um a outro sexo; parece mesmo que haveria impossibilidade de realizar uma sem outra. Formar mães dignas deste nome, capazes de exercer com discernimento esta primeira das funções sociaes, tal deve ser o fim da instrucção das meninas. Para esta educação os exemplos são tudo; elles produzem melhores resultados que os preceitos em theoria. A filha será sempre boa esposa se o seu coração e o seu espírito foi moldado pelo espírito e coração de uma boa mãe. Embora os papeis mudem no estado civil e o homem reclame a sua supremacia, é forçoso convir que, nas classes inferiores da sociedade, a instrucção que os paes receberão na escola não aproveita aos filhos, entretanto que a mãe, que aprendeu, é a verdadeira monitora da família. [...] Hoje, atentas as conveniencias sociaes, uma educação tal como foi traçada pela lei de 46 com o acrescimo do estudo de francez que na minha reforma indiquei, tem proporcionado os meios suficientes para edificar o espírito e o coração de uma menina, porque, segundo o Sr. Garret, não foi esse sexo destinado, como dizião nossos avós, para fazer meias e arrumar batus, mas também não nasceu para frequentar a palestra, o foro, e a tribuna. Poucas são as escolas da provincia que exercitão as meninas em trabalhos de agulha, e as que o fazem limitão-se a algumas costuras [...] Seria conveniente que esse exemplo fosse imitado por todas as professoras, porque a mulher quer nascesse em palácios, quer nas choupanas, a agulha é o seu emprego natural. Segundo Mme. Campan⁷⁶ precisão habituar-se desde a mais tenra idade a um ademan tranquilo, a um modo decente, que fica bem a modéstia, e realça ao mesmo tempo as graças. É necessário que para logo adquirão hábitos, que as facção sedentárias. (CARVALHAES, 1857 b, p. 33)

⁷⁶ Foi uma escritora e educadora francesa muito culta. Estudou inglês, italiano, canto e artes, sendo assim escolhida como leitora para os filhos do rei Louis XV. Foi camareira da rainha Maria Antonieta e, por sua proximidade com a família real, foi perseguida durante a Revolução Francesa. Tendo uma situação financeira ruim, abre o pensionato feminino *Institution Nationale de Saint-Germain*. Obtendo sucesso em instruir as filhas da burguesia, incluindo as de Napoleão, é colocada “a frente da *Maison Impériale d'Écouen*, uma instituição educacional da *Legion d'honneur* onde deveriam ser criadas as filhas dos altos oficiais da legião” durante o Império, no retorno à monarquia ela é isolada e desprezada pelo sistema que outrora servira, não voltando a lecionar. Deixou escrita as memórias sobre Maria Antonieta, publicadas após sua morte e o Livro *De L'education* (TORRES; SANTOS, 2015).

Reconhecendo o alcance da influência feminina na sociedade, o Presidente Vaz de Carvalhaes lembra que a mulher também podia influenciar de forma negativa a vida dos homens da família. Para corroborar com tal pensamento podemos relembrar o temor que Saint-Hilaire nutria pelas ‘mulheres de vida fácil’ ou que fugiam ao padrão da mãe, mulher de moral ilibada, e que começava a se delinear no Brasil pelos moldes influenciadores da cultura europeia.

Às mulheres fora prescrito o título de mães, guardiãs da família, e na incumbência de educar os filhos elas deveriam, segundo matérias de jornais da época, ser instruídas para tal papel através da leitura de “Fenelon, Rousseau, Mme. Beaumont, Mme de Genlis e Mme. de Remussat” (VASCONCELOS, 2005, p. 186).

O modelo parecia caminhar a favor das senhoras, mesmo que de formas um tanto tortuosas. Como vimos, o Conselheiro Zacarias reconhecia que o homem exigia manter sua superioridade, entretanto entendia que, no interior da família, a educação da mulher é a que surtiria maior efeito. O homem não seria um bom propagador da instrução, pelo simples fato de não ser tão próximo aos filhos quanto as mães, na função de provedor econômico do lar, por passar menos tempo em casa e por ser mais severo.

Outra análise interessante sobre a fala do Conselheiro Zacarias são os argumentos de que a mulher não nascera para “fazer meias”, ou seja, não deveria ser uma mera empregada em seu próprio lar, contudo também não estaria capacitada a frequentar lugares públicos, tais como “o foro e a tribuna”, ambientes até então masculinos e de exploração de novas ideias. Logo, sua educação e instrução foram marcadas por tais concepções. Se ela deveria ser preparada para ensinar seus filhos, então precisava saber ler e escrever. Mas se ela também recebia a incumbência da agulha, como “seu emprego natural”, segundo o Conselheiro Zacarias, então isso também deveria fazer parte do programa. Aqui são anunciados mais alguns dos conteúdos que a instrução das mesmas parecia exigir. A representação de toda a classe de mulheres, ricas ou pobres, passava pelos cuidados dedicados ao lar e à família, contudo em graus diferenciados, o que procuramos evidenciar nesse capítulo.

Vimos no relatório como o papel da mulher é definido pelo chefe de estado, em uma intervenção que parece buscar equilíbrio no tratamento (nem tanto descaso – costurar meias – nem tanto entusiasmo – participar do fórum) sem, ao que parece, contato ou participação das mesmas.

Na quarta-feira, dia 27 de agosto de 1856, o jornal *Dezenove de Dezembro* traz uma matéria sem assinatura intitulada “A educação das jovens” e iniciada com trecho

do conto de fadas “O príncipe espiritual”, de Madame Leprince de Beaumont⁷⁷, que nos ajuda a desvendar o pensamento sobre esta educação (física e moral) que estava sendo vinculada à mulher e surgirá no seio da França. Tal instrução fez parte do projeto de orientação das mulheres para o “bom caminho”, direcionando-as para o zelo com o matrimônio e os filhos, ao mesmo tempo em que era dotada de certo conhecimento para abrilhantar o convívio social.

*J'aimerais mieux cent fois épouser une femme plus laide que moi, si cela était possible, que une stupide, avec la quelle je ne pourrais avoir une conversation raisannable*⁷⁸. (Jornal *Dezenove de Dezembro*, Coluna *Variedades*, 27 de agosto de 1856, ano 3, n. 22, p. 1)⁷⁹

Essa educação “útil” era perpassada pelo ensinamento da boa conduta e da virtuosidade para serem boas esposas e mães. O homem também receberia preceitos sobre que tipo de mulheres seriam melhores para casar, relacionar-se, formar uma família aos moldes dessa nova sociedade civilizada, e a instrução parece ser um dos requisitos das esposas do período.

O texto que segue a citação não tem assinatura, mas possui o que parece ser o ponto de vista de um homem se referindo ao belo sexo, e soma duas colunas cheias de regras direcionadas às mulheres, ao mesmo tempo em que exige um novo lugar para elas na sociedade, lugar este digno de educação à altura. O autor deixa claro que seu foco seria a educação das mulheres, sobre a qual discorre, ao invés de apenas iludi-las com o que considerava futilidades, publicadas em alguns impressos da época. Para tanto, ele dita certas normas que parecem ter sido influenciadas pelas obras didáticas do período, como as de Madame Beaumont ou Madame Campan, em uma sequência que está subdividida em VII partes:

I - Em quanto outros dirigem ao bello sexo os seus álbuns galanteadores, o elegante figurino de Paris, algum número da graciosa *Marmota*⁸⁰ ou do

⁷⁷ Como preceptora seus textos “[...] demonstravam os conteúdos e métodos considerados eficazes para a preparação de suas discípulas ensinadas em suas próprias casas (VASCONCELOS, 2013, p. 233).

⁷⁸ Eu preferiria uma centena de vezes casar com uma mulher mais feia do que eu, se possível, do que com uma estúpida, com quem eu não poderia ter um conversa razoável. (tradução livre)

⁷⁹ O trecho pertence ao conto de fadas *Le Prince Spirituel* de Beaumont.

⁸⁰ Jornal de variedades fundado pelo tipógrafo-editor Francisco de Paula Brito, em 1849, no Rio de Janeiro. “[...]privilegiando assuntos supostamente mais perenes, como seriam a literatura, o entretenimento e a moralidade. Além de propor outras formas de possíveis interferências práticas na experiência do leitor pelo oferecimento de figurinos e partituras musicais” (SIMIONATO, 2009, p. 9).

*Correio das Modas*⁸¹; em quanto alguns espíritos se entretêm com chascos, epigrammas, farças indecentes, e até com peneiras nos olhos também; nós tomaremos outro turno; trataremos da – educação das jovens. O hábito de encarar a mulher como um ser antes digno de lastima do que de respeito, é velho. Não é maravilha que, Brasil, se encontre em tão grande atraso a educação do bello sexo. Os regulamentos do governo sobre a instrução primaria das meninas são eminentemente desprovidas de medidas tendentes a melhorar a sorte dellas. Além de se não encontrar, fóra das casas de caridade ou philantropicas, estabelecimentos publicos de educação que admittão educandas internas, algumas escolas entretidas pelo governo dão apenas uma instrucção que fica abaixo da mediocre! É tempo de dotar-se o paiz com estabelecimentos públicos mais regulares, destinados á grande metade do genero humano. (Jornal *Dezenove de Dezembro*, Coluna *Variedades*, 27 de agosto de 1856, ano 3, n. 22, p. 1)

Notamos que o(a) autor(a), como em outras matérias do jornal, também faz questão de criticar a educação ofertada pelo governo, dizendo que a mesma não tem qualidade ou não atinge padrões exigidos pelo mesmo.

Na parte II, o autor reflete sobre o que seria a mulher, sobre a forma de tratamento dada a ela na sociedade e que as leis deveriam cobrar um tratamento digno à mesma por parte dos maridos. Tal como em outros artigos de jornal, apesar de defender uma condição mais digna às mulheres, incutindo-lhes o apreço pelo trabalho e pelo estudo, ele não quer “[...] vel-a partilhar connosco todas as funcções publicas, civis e politicas”:

III - [...] comecemos pela educação geral de uma joven, ao sahir da infância. Há duas partes distinctas na educação de uma menina, bem como na de um menino: a educação physica ou hygienica, e a educação moral ou intelectual. [...] Quereis que vossa filha seja bella? Buscai primeiro dar-lhe uma constituição robusta, certa agilidade, e flexibilidade muscular [...]. O que importa, sobretudo, a uma mãe desvellada é incutir, desde os tenros annos, na sua prole, a coragem, a bonhomia, a complacencia, a sugeição, a temperança, a modestia, o amor ao trabalho e ao estudo. (Jornal *Dezenove de Dezembro*, Coluna *Variedades*, 27 de agosto de 1856, ano 3, n. 22, p. 2)

Na parte IV, o autor faz menção à influência da mãe, do pai e dos preceptores na educação dos jovens.

IV – Aprendemos muito de nossas mãis, pouco de nossos pais, tudo de nossos preceptores. [...] Feliz o mancebo ou a donzella quando sabe aproveitar-se dos desvelos de uma mãe discreta, das praticas de um pai austero, das doutrinas de um preceptor illustrado! Á muito pouco, entretanto, reduz-se os preceitos de uma educação. Requer-se, para o physico, saúde e força. Para o moral, os dotes do coração. Para o intelectual, espirito vivo,

⁸¹ *Correio das Modas* e *Novo Correio das Modas* foram destinados às mulheres, e, ainda que apresentem as suas materialidades distintas, ambos os periódicos apontam semelhanças para orientar suas leitoras sobre modos e formas de ser mulher nos dois lados do Atlântico (CRUZ E SENA, 2012).

juízo recto e atilado, linguagem pura. O que ganhará com isso uma menina? O seu maior tesouro que é – a estima dos homens. (Jornal *Dezenove de Dezembro*, Coluna *Variedades*, 27 de agosto de 1856, ano 3, n. 22, p. 2)

A educação de ambos os gêneros deveria ser preenchida por alguns requisitos, no entanto, a mulher é coroada apenas com o apreço dos homens, ou seja, tanto a educação do menino quanto a da menina visavam satisfazer o homem, facilitando-lhe a vida, ou seja, sua educação é destinada a cuidar e conservar os homens no bom caminho, mantendo a ordem social vigente (MUNIZ, 2003). Seriam elas as responsáveis por uma sociedade que deveria aprender a reconhecer a autoridade do Estado e cumprir o que fora traçado por este.

VI – Cuidado e muito cuidado com a educação das jovens! Para que haja bons cidadãos, cumpre que haja boas mães de família. É pois mister que, desde os tenros anos, aprendão a inspirar aos filhos o amor às instituições e às virtudes que as mantem. Para formar-se os costumes, importa saber desde o berço que a sociedade exige de nós obrigações, dando nos em recompensa certos direitos. (Jornal *Dezenove de Dezembro*, Coluna *Variedades*, 27 de agosto de 1856, ano 3, n. 22, p. 2)

Na parte V, o autor do texto nos chama a atenção para o direito e o interesse que o Estado tem sobre o desenvolvimento das faculdades físicas, morais e intelectuais dos cidadãos, todavia sem ultrapassar o direito da família, reforçando que é preciso todo cuidado com a educação nacional. Uma educação nacional que instrísse o povo a entender as novas instituições, caso da Província do Paraná, mantendo o respeito às antigas tradições, como o casamento, que também deveriam se adaptar aos novos tempos, caso quisessem manter seu *status*, flexibilizando as condições das mulheres com relação ao estudo e a possíveis trabalhos a serem realizados por elas dentro do âmbito permitido às mesmas.

Novamente vemos que a pessoa fundamental nesse processo é a mãe de família, instruída a dar continuidade e força a tais instituições, ensinando os filhos a perpetuarem conceitualmente esse legado.

O texto traz uma grande preocupação em relação às mulheres, principalmente, com a fase relacionada entre o final da infância e a preparação para a adolescência, parecendo ser essa a etapa em que se deveria introduzir alguns conhecimentos específicos, vistos na seção VII do texto:

Da idade infantil ou da inocência passa-se ao que se chama idade da puerícia, que termina, quando muito, aos dez anos. Uma menina, que, em pontos de instrução elementar, deve em tudo rivalisar com um menino, pôde ao terminar o seu primeiro decênio, achar-se sufficientemente instruída na leitura e calligrafia, na arithmetica, nos elementos de grammatica de lingua nacional, na orthografia e recta pronuncia, e no seu pouco de geografia e historia patria. Um estudo deve acompanhar todos os outros, é o cathecismo dos evangelhos. Isto, quanto á educação literária. Resta ainda aquella, que é peculiar ao sexo, como cozer, cortar, bordar, marcar, fiar, tecer, a arte culinária, &c. são misteres indispensaveis, que proporcionão meios de vida á grande numero de famílias. Mas não é só o ensino privativo da puericia, ele pode exercer-se na adolescencia, na juventude, &c. a gente da boa sociedade, convimos, não se contentará com tão pouco. Bem! concordaremos que para as filhas da corte, das grandes capitães, de abastados fazendeiros, de ricos capitalistas é conveniente ir com a educação muito além. Vença-se, porem, o mais difficil, o mais essencial. Passe-se, quando melhor convier, ao estudo da musica e do piano, ao das línguas estrangeiras, a dança, aos elementos de physica, de historia natural, a botânica e á tudo quanto o talento da educanda e as circumtancias da família o permittirem. (Jornal *Dezenove de Dezembro*, Coluna *Variedades*, 27 de agosto de 1856, ano 3, n. 22, p. 2)

Para o autor, as famílias mais ricas não deveriam se deter apenas na instrução elementar, mas ampliar ao máximo a experiência educativa de suas filhas de acordo com seu talento, tanto quanto pudessem abarcar economicamente, criando assim um modo de se diferenciar das classes mais baixas como enunciado na abertura do capítulo.

As mulheres deveriam saber os trabalhos de agulha, conforme o dito pelo Presidente Zacarias em seu relatório de 1854, porém somente algumas famílias tinham acesso a estes “misteres indispensáveis, que proporcionão meios de vida à grande número de famílias”, como veremos mais à frente, sendo que nem todas as professoras estavam aptas ou escolhiam lecionar tais habilidades, como disse o presidente Vaz de Carvalho: “Poucas são as escolas da província que exercitão as meninas em trabalhos de agulha, e as que o fazem limitão-se a algumas costuras” (CARVALHAES, 1857 b, p. 33).

É um momento em que se permite um aprendizado mais amplo, obedecida a condição econômica da família, e mantendo-se a imposição referente ao lugar social de cada sexo.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. (SAFIOTTI, 1987, p. 8)

Além da direção moral, da leitura, da escrita e de atividades relacionadas aos afazeres considerados “naturais”, os domésticos e/ou que podem gerar renda à família,

percebemos que a educação do corpo também é chamada a fazer parte destes saberes que contemplam a sua instrução. Vários foram os artigos surgidos na imprensa que fizeram menção a isso, seja na sugestão de exercícios físicos específicos para a mulher ou, mais frequentemente, no cuidado com a saúde da prole.

Outra forma de reforçar essa nova educação e instrução ofertadas às mulheres, para seu papel de mãe, está presente nos periódicos em que médicos falavam dos cuidados que a infância exigia, dando “conselhos” sobre o comportamento que as mesmas deveriam ter em relação à higiene das crianças. Na coluna *Instrução popular*, do Jornal *O Paranaense*⁸², deparamo-nos com a matéria do médico Dr. Carlos Costa, intitulada *Palestra do médico (XXIV)*, dedicada exclusivamente às mulheres, conclamadas na nota por “Minhas senhoras”:

Á marcha ou o andar já é um grande exercício gymnastico de grande utilidade. As crianças desde que começam a dar os primeiros passos manifestam logo o desejo de mover-se, de dar atividade aos seus músculos. É um acto natural que, não devendo ser embaraçado, precisa entretanto ser feito com certa regra, com algum methodo para que não se torne antes um motivo de atrazo do que de desenvolvimento de seo organismo. As mãis brasileiras, em geral são muito timoratas. Por qualquer e mais insignificante motivo estão se assustando, fazendo segurar as crianças e obrigando-as à indolência e às más attitudes e fazendo-as carregar ao collo, embora tendo seus filhos idade para se moverem por si, sem carencia de auxiliares. [...] A falta de exercício é proverbial. Às portas dos prédios e chacaras vê-em se as famílias, (adultos e crianças) sentados quasi sempre. Se as crianças correm, as mãis logo gritam pelas criadas, etc, etc. Pois bem, neste procedimento, minhas senhoras, há grandes inconvenientes. Como dissemos, a marcha ou andar é um exercício gymnastico muito util. [...] Fica entendido que estes exercícios devem ser em relação às idades das crianças. Assim, com effeito as crianças de 2 a 4 annos, ainda com pouca elasticidade dos musculos e das articulações, não devem dar carreiras, que podem produzir accidentes serios, que os aleijão, como debes ter observado. Por hoje ficamos aqui e na próxima palestra trataremos do *salto* e dos *exercícios militares* chamados. Dr. Carlos Costa. (COSTA, 1880, p. 03)

Essa era uma das vozes com autoridade no período para disseminar as regras tidas como “modernas”, pautadas na ciência e destinadas a quem deveria aprender o melhor para seus filhos: a mulher.

⁸² Sua primeira publicação data de 09 de dezembro de 1877 e sua última edição, a de número 175, data de 25 de fevereiro de 1882. Autointitulada como “órgão do partido conservador”, era impressa na Typographia Paranaense. Vários foram os editores e gerentes do jornal em seus anos de duração (Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

As palestras eram constantes no jornal *O Paranaense* e novamente podemos nos deparar com a coluna *Instrução popular* e sua *Palestra do médico (XXVI)*, agora dedicada aos benefícios do banho frio às crianças a partir das novas regras higiênicas⁸³:

[...] Como todos sabem os *banhos frios* são excelentes para a saúde e não há quem não reconheça as suas virtudes hygienicas e therapeuticas nas crianças. Entretanto os *banhos frios* são em geral usados sem methodo e é indispensável que as senhoras observem as regras que a *hygiene* prescreve a tal respeito. [...] Ora a pelle, minhas senhoras, é um órgão importante onde se dão diversos actos physiologicos que por serem desconhecidos das pessoas estranhas á sciencia, imprudencias mesmo se praticam que compromettem a *saúde geral*. (COSTA, 1880, p. 3)

O homem ensina um pouco do seu conhecimento científico e orienta as mães e/ou futuras mães no melhoramento de sua “nova/velha” função, criando novos hábitos e costumes na sociedade através do comportamento perpetuado nas mulheres.

O hábito de mandar as crianças à escola, principalmente as meninas, desenvolve-se lentamente e nem sempre da forma imaginada como “correta”, isso é o que conta a professora pública Emília Erichsen, em carta enviada ao Inspetor Geral da Instrução Pública Ernesto Francisco de Santos Lima, no ano de 1866:

Todavia, força é dizê-lo, o desejado que as filhas tomem parte nesse festim intelectual, que a civilização e o progresso tem posto ao alcance da mocidade de ambos os sexos, e de todas as classes, debaixo das formas do ensino público gratuito, não é ainda a frase poderosa nos pais porque subordinem eles a esse grande fim, seus interesses pessoais ou mesmo suas comodidades, e eis a razão porque, se tem de vir à cidade 15 ou 20 dias antes de se fecharem as aulas, levam suas filhas a férias mais grado as observações da professora. E, o que mais é, muitas vezes achando-as bastante adiantadas em leitura e caligrafia, entendem que já tem aprendido quanto basta, e não mandam mais à escola. É este um dos mais fortes impecilhos a que se obtenham alunas preparadas a exames, em todas as matérias do ensino. (ERICHSEN, *apud* MIGUEL, 2013, p. 190-191)

O espírito da reflexão crítica sobre as reformas que deveriam ser feitas na sociedade, para fazer valer o que constava na Constituição, também brotou em discursos proferidos na Câmara dos Deputados (1869), como no caso de outro médico, professor de ciências naturais e deputado provincial do Paraná, Joaquim Dias da Rocha, em cuja

⁸³ “A medicina, ao final do século XIX, início do século XX, legitimara-se por meio de novos conhecimentos científicos, que conferiram aos discursos médicos diferentes bases de fundamentação.” (LARROCA, 2009, p. 13).

fala a educação da mulher e a busca por um equilíbrio no tratamento dado a ela eram os focos principais:

A educação moral é descurada, e a intelectual é dada a um número muito insignificante. (...) para que haja liberdade de ensino e que o ensino seja obrigatório, isto é, ensine a quem quiser, tendo a quem, mas seja a maioria sujeita a aprender. (...) sobretudo a mulher exige muito maior somma de cuidados. Em geral, é nula ou viciada da educação que se lhe dá: ou sobrecarregam-na com trabalhos pesados desde os mais tenros anos, desprezando a cultura do espírito e do coração, ou apenas preparam-na para as frivolidades dos salões. (ROCHA, 1869, p. 2)

Para o deputado, somente através da educação o povo teria capacidade de ser totalmente livre, compreendendo as leis, fazendo delas uso e respeitando as instituições criadoras das mesmas. Nessa fala vemos a importância da moral⁸⁴ para o bom funcionamento do progresso na Província. Era preciso ensinar os cidadãos a respeitar o conjunto de leis criadas pelo Governo ou não se conseguiria combater “a ignorância, a má fé, [...] sendo negativo o resultado” (ROCHA, 1869, p. 2). Sua condição na sociedade precisava mudar: nem sobrecarregada de trabalho e nem frívola demais, ou seja, ter trabalho de menos.

A mulher é chamada, pelo político, a uma missão: alavancar, moral e educacionalmente, essa nova sociedade tão sonhada pelos governantes:

Precisamos, pois, educar a mulher para o exercício da missão sublime, incomparável, grandiosíssima que tem de desempenhar na sociedade, a qual, sujeita a sua influencia poderosa, será boa ou má, conforme a direção que ella lhe imprimir. (ROCHA, 1869, p. 2)

Somados ao cargo de boa mãe e esposa, o fervor religioso e a obediência aos pais configuravam parte dessa moral cristã pregada na maior parte dos colégios particulares e na instrução pública; tão importante quanto incutir tais hábitos nas mulheres era o de as transformá-las em “reprodutoras desses mesmos valores” (ALVES, 2014, p. 107), forma de a Igreja manter seu *status* entre os fiéis.

⁸⁴ “A criação era tarefa dos pais ou responsáveis. Consistia no cuidado no físico e moral. Em outras palavras, era o cuidado com o corpo e com o espírito. O cuidado com o corpo visava a conservar a vida, saúde e vitalidade. O cuidado espiritual era a moral e objetivava a direção da conduta e o estudo das obrigações próprias. [...] Moral entendida como orientação possivelmente correta da conduta e conhecimento das obrigações da pessoa. A educação abrangia a moral e a instrução. A instrução supunha outros princípios mais elevados, ideias mais extensas, regras metódicas para ilustrar a razão, adornar o entendimento, aperfeiçoar o coração e suavizar os costumes. Portanto, a instrução era uma parte da educação” (ROCHA, 2008, p. 22).

No chamamento de Dias da Rocha estava presente a ideia, compartilhada por outros homens, de encarar a mulher como mensageira “do novo, da possibilidade da construção de uma sociedade mais justa e igualitária” (OLIVEIRA; ZICA, 2015, p. 64). Para tanto, o político indica algumas chaves para a educação da mulher, presentes nos materiais anteriores: “a educação moral e religiosa, a educação intelectual e a física. [...] Dest’arte diminuirão os perigos que por toda a parte cercam a mulher”, logo seguiria pelo bom caminho traçado pelas instâncias que criaram seus modelos educacionais e instrucionais, comportando-se bem e ajudando na propagação de tais comportamentos.

Nas páginas dos jornais encontramos histórias que visam educar moral e religiosamente as senhoras das classes mais altas. No dia 03 de agosto de 1872, a matéria, sem assinatura, da coluna *Transcrição: A esmola (conclusão) V*, localizada logo após a parte governamental, antes da coluna Variedades, traz os preparativos e a vivência de uma festa, elaborados por uma dama da sociedade. Ao final da festa, a moça sobe para dormir no mesmo horário que um pai de família humilde sai para trabalhar:

A ti, mulher, a ti me dirigo agora, a ti que mais sacrificas no altar do luxo e da vaidade. Tú é que não tens com que socorrer o pobre, porque nada te sobra. E como não havia ser assim, se todas as semanas queres um vestido novo para satisfazer as exigências da moda [...]. Às seis da manhã acaba a festa. Retiram-se os convivas; os olhos pisados, as faces pallidas, o aborrecimento estampado no rosto. É a essa mesma hora que o operário sahe do seu pobre albergue para ir ganhar por um duro trabalho o pão negro de seus filhos! [...] Mulher que vives na opulência, que pisas ricos tapetes, que reclinas em fofos leitos, que trajas custosos vestidos, que te banqueteeas com opíparos manjares, lembra-te de que há milhares de infelizes que tem fome e sede, que andam nus, e que não possuem um misero grabato para repouzarem o corpo fatigado. Comprehende quanto importa à tua alma não desafiar a cólera de Deus, mas attrahir sobre ti as bênçãos do céu e nas misericórdias do Senhor. (*Dezenove de Dezembro*, Coluna *Transcrição*, 03 de agosto de 1872, p. 2)

Avistamos nessa matéria, como em outras, a elaboração de um perfil representativo da mulher como alguém altruísta, que não deveria gastar dinheiro com moda, festas, comidas caras, um tanto quanto oposto ao que se delineava em outras matérias/autores que elogiavam tais aparatos. O perfil moral exalta essa mulher que favorece os demais e não a si mesma, que parece se anular em favor do bem comum. Essa representação, atrelada à moral, incutida na história, apela à caridade das moças da alta sociedade, mostrando que sua educação deve passar pela prática de fazer o bem ao

próximo, conter gastos consigo mesma e direcioná-los a atitudes do bem-estar social da comunidade.

[...] Sejam justos. Se a mulher sacrifica-se largamente no altar do luxo e da vaidade, também ella, muitas vezes mais ainda que o homem, abriga em seu coração o nobre sentimento de compaixão pela miseria e pratica o santo preceito do amor do proximo. Acontece isso quando a mulher é verdadeiramente christã. [...] Vêde-a, criança ainda, mas tendo já abrigado no coração o santo amor dos pobres de Jesus, fructos dos ensinos christãos de sua mãe. Quando o pobre entra em casa de seus paes, já lhe conhece os passos. Ainda elle não tem pedido, e já ella corre para a mãe dizendo: está ahi o pobre, e recebe das mãos maternas o obolo santo. Depois toda alegre e saltando, vae deposita-lo no seio da indigencia; e elle, o pobrinho com os olhos arrassados de lagrimas, à mingoa de palavras, abençoa no íntimo de coração. Filha, olha que a benção do pobre é a benção de Deus. (*Dezenove de Dezembro*, Coluna *Transcrição*, 03 de agosto de 1872, p. 3)

A educação moral na criança pretende contribuir para a formação de uma jovem esposa pronta a cuidar do marido, a estender essa mesma educação moral aos filhos, ou seja, sua educação moral é destinada a agradar os outros, ocupando seu tempo, ao máximo, para boas ações sem pensar em nada além do reconhecimento por seus atos caridosos ou com o cuidado dispensado à família:

[...] já não é criança; ella donzella de desessete annos. Que gravidade em seu porte! Que modestia em seus olhares! Que singela simplicidade em seu vestir! É o thesouro dos seus e a inveja dos estranhos: é a alegria da casa paterna... Não desperdiça o tempo na ociosidade, que gera todos os vícios, nem observa da janela os que passam; emprega-o santamente na oração e no trabalho. [...] o tempo vae correndo, e eis-a mulher. Seus paes destinam-lhe um marido, ella acceita-o. É esposa, e em breve mãe de família. Que intima satisfação reina em sua casa! Que cuidados subministra ao esposo! Que santa educação que dá a seus filhos! É o anjo do lar doméstico. Não há quem ali esteja descontente, tudo respira a alegria santa da felicidade. [...] Todos os pobres dos arredores a conhecem, todos a bemdizem, todos lhe chamam anjo da providencia. E anjo da providencia és tu, mulher, que te abraza no fogo da caridade que é a religião de Jesus! (*Dezenove de Dezembro*, Coluna *Transcrição*, 03 de agosto de 1872, p. 3)

A matéria ainda incentiva a mulher a não ser ociosa, sendo chamada a ocupar seu tempo, dedicando-se aos demais ou empregando-o na oração, traço da educação religiosa vigente.

Resgatamos, com os relatos dos viajantes, algumas referências dessa educação, dita civilizada, que começara a ser disseminada na sociedade paranaense Oitocentista e, como em condições adversas, pessoas de famílias menos abastadas procuravam adaptar seus currículos instrucionais àqueles mais sofisticados, obtidos a um alto custo

monetário dos pais com aulas particulares ou pagas a parte mesmo nos colégios particulares. Também notamos que pessoas tidas como mais civilizadas, estrangeiros ou não, vão introduzindo um outro tratamento às mulheres da região do Paraná Oitocentista, normalmente em contato com famílias que estão atentas e abertas a esses novos costumes.

Em visita à família da noiva de seu amigo Mercer, o estrangeiro Bigg-Whiter nos mostra que o mesmo havia trazido maior civilidade ao tratamento dado às mulheres na casa, acontecimento que levou as damas a se sentarem à mesa para comer, algo que antes parecia não ocorrer. O viajante também nos oferece um parecer dos dotes dominados por estas senhoras, que além de aumentar a renda familiar, também eram de grande valia na construção do enxoval da filha:

Mercer tinha cumprido o seu dever com a família da futura esposa, ensinando alguns hábitos mais comuns e costumes da vida civilizada. Por exemplo: a esposa e as filhas sentaram conosco à mesa para jantar, embora fosse evidente que o novo regime não lhes parecia muito cômodo. [...] A senhora orgulhava-se muito de sua habilidade na manufatura de todos esses artigos de necessidade doméstica. Deu-se ao trabalho de demonstrar-me vários processos de como ela e as filhas produziam os artigos, isto é, o tecido e a renda [...]. Ofereci-me para comprar o que pudessem ceder-me, mas só o fizeram com algumas jardas de artigo comparativamente estreito e grosseiro, pois precisavam do restante para fazer o enxoval da noiva. [...] as moças dessa casa se sobressaíam na prenda feminina da rendaria. (BIGG-WHITER, 1974, p. 399)

Há neste relato um contraponto ao que vimos no relato de Bigg-Witther sobre o ocorrido na fazenda do Sr. Andrade, no Vale do Tibagi, lugar onde a esposa acompanhava o marido e não era privada da presença dos homens, diferente de suas filhas solteiras, participando ativamente da conversa. Aqui as senhoras estão aprendendo a participar de um novo costume. Temos, portanto, duas situações que destoam, apesar de ocorrerem em épocas similares na mesma Província, o que somente demonstra as variadas maneiras que coexistiam ou as mudanças que começaram a despontar em nome desta dita “vida civilizada”.

O ofício familiar exercido por ambas, no interior de seu lar, também é demonstrativo da valorização do trabalho permitido à mulher, mesmo que realizado no interior do seu lar.

A educação e a instrução da mulher adotam um valor simbólico nas classes mais abastadas e nas mais baixas remetem a ajuda econômica que seu saber pode ter. As atividades diferenciadas, aprendidas por cada uma delas, poderiam ser moeda de troca

para a família na hora de arranjar um casamento ou no sustento da casa, e vemos que no caso do noivo também haviam algumas contribuições no contrato, como visto acima. Falamos até aqui de classes mais ricas e mais pobres, no entanto não podemos desconsiderar que entre uma e outra haveriam famílias, como esta aqui citada, com situações econômicas variadas, em que esses saberes eram interpretados e aprendidos de outras maneiras do que as sugeridas até aqui. Mencionamos o caso de meninas que, não sendo miseráveis e nem de famílias ricas, podiam cursar aulas na instrução pública, tendo acesso às prendas domésticas e recebendo em casa de algum professor particular aulas de desenho, canto, pintura, línguas ou ainda sendo autodidata, tamanha a estima de tais habilidades nessa sociedade.

Essa prática de valorização das prendas domésticas e dos dotes artísticos nos lares era percebida até mesmo na forma como o modelo burguês era repassado às famílias mais simples, de maneira a incrementar os dotes das filhas aos moldes do que era tido como pré-requisito nessa sociedade, normalmente, a fim de ajeitar um bom enlace matrimonial.

Em uma visita à irmã de Naninha, na região de Barigui (Paranaguá), o viajante Platzman consegue observar a valorização dessa instrução artística no rol de habilidades que as meninas deveriam possuir. A observação do viajante, de que a menina deveria ser autodidata, assim como o apreço de sua família pelo conhecimento adquirido, dão-nos pistas sobre a importância da arte na vida dessa sociedade, mesmo as mais afastadas da urbanização:

A filha da casa, que certamente nunca teve aulas de desenho, traçava tão bem como muitas moças que despenderam muito dinheiro com lições. Por isso, era tida em alta consideração pela família. Seus irmãos, falando dela, contam que poderia reproduzir cada pessoa ou animal que tivesse visto. Sua mãe nos mostrou bordados da filha que representavam rara tendência para arabescos e pareciam-se muito com rendas embora elaboradas com linhas tiradas de sobras. A porta toda era coberta com suas pinturas, as tintas provavelmente foram obtidas na mata⁸⁵. Fornilhos de cachimbos, por ela mesmo modelados, queimados e pintados com hauras as mais diversas, seus confeitos representando pássaros, corujas etc, peça por peça diferentes, uma da outra,

⁸⁵ Quanto à produção de tinta artesanal, encontramos suporte sobre plantas que legavam uma boa pigmentação no dicionário de Ermelino de Leão (1926). A exemplo o “**Ocre:** Terra ou argilla cuja coloração amarela é devida a presença do óxido de ferro. E' muito abundante no litoral e no município da Lapa. Tem muita aplicação industrial, servindo para o fabrico de tintas em pó, lápis, papeis pintados, etc. Existe em Antonina o ocre vermelho de excelente qualidade e bem assim nos demais municípios da marinha” e o “**Pao de S. João:** A madeira deste Arbusto produz excelente tinta amarela, principalmente a raiz que imita o ouro” (LEÃO, 1926, p. 141-199).

possuíam características americanas tão profundas que delas me lembrei quando há anos olhei antiguidades mexicanas. (PLATZMAN, 2010, p. 103)

Seu autodidatismo mostra que aprendeu a desenhar, pintar, trabalhar com cerâmica, além de bordar. Seus temas vinham da natureza que cercava a região em que vivia a família, algo que nos leva a refletir sobre como esse fator deve ter sido determinante para tantas outras mulheres que pintavam o mundo que lhes era acessível.

Encontramos muitas representações da mulher nessa sociedade paranaense, do século XIX, ou ainda sobre os ideais que a educação feminina deveria contemplar e como esta estava sendo encarada nesse período.

O grande papel desenhado em conjunto pela sociedade paranaense para a mulher Oitocentista foi o de mãe e esposa exemplar. Em sua educação esteve depositado o desenvolvimento futuro da Província. Foi preciso cuidado com sua moral, com os afazeres da casa, com um certo intelecto sendo desenvolvido, o que foi dosado de acordo com a classe social. Tudo isso moldou os corpos e as mentes das mulheres por um longo período.

Percebemos, portanto, que a instrução voltada à mulher se deu com foco na diferença de papéis sociais, tanto na instituição religiosa quanto na laica (SAFFIOTI, 2013), buscando moldar corpos e mentes para que aceitassem muito bem as regras elaboradas para esse novo convívio civilizado rumo ao progresso.

Percebemos que, no período que antecede à criação da Província e a partir de sua instalação, a educação da mulher passa a ser pauta de uma discussão pública sobre as benfeitorias que ela geraria na sociedade. Tais discussões irão ter tons diferenciados em relação ao que deveria ser ensinado aos meninos e meninas, às meninas ricas e pobres, sem deixar de contar com aquelas que se encontravam entre estas duas situações, as de uma classe média.

Para finalizar esta seção, atemo-nos às palavras do Presidente da Província Antonio Luiz Affonso de Carvalho, no seu Relatório de 5 de fevereiro de 1870, publicado no jornal *Dezenove de Dezembro* (16 de março de 1870), defendendo a instrução da mulher e sugestionando uma subvenção, como outrora já houvera, para um possível novo colégio particular de meninas:

[...] Não devo concluir sem chamar a vossa atenção para uma necessidade cuja satisfação é reclamada. A posição da mulher na sociedade é summamente importante pela máxima influencia que exerce na educação. A mãe de família é o futuro da sociedade. Cuidar pois em desenvolver a

instrução da mulher recebida nas escolas primárias, aumentando-lhes o cultivo do espírito e dotando-a de certas prendas indispensáveis para o uso domestico, é um dever, à que se deve attender com a convicção de que qualquer sacrificio que se faça produzirá vantagens inapreciáveis. Aqui já houve um collegio ao qual muitas senhoras devem a instrução e as prendas que possuem e sem duvida grande parte de sua educação. [...] Agora mesmo uma das alumnas deste collegio está à frente de uma das cadeiras de instrucção primaria prestando valiosos serviços. Porque não se há de conceder a mesma subvenção a quem melhores vantagens offereça para o estabelecimento de um collegio em que os pais de família possam confiar a educação de suas filhas? Fallando a uma assembléia illustrada dispensa-me de maiores desenvolvimentos, porque sabeis que a educação depende a sorte da família e desta o bem estar e a prosperidade do Estado. A família é em ponto pequeno o que representa o Estado em Maiores proporções. Não pode ser feliz a nação que desconhecendo o destino elevado da mulher deixa-a reduzida à educação elementar e defectiva. (CARVALHO, 1870, p. 01)

Tal justificativa seria plausível para o apoio ofertado a essa espécie de instituição e seria, portanto, demonstrativo das mudanças efetivas, iniciadas há décadas, no tratamento ofertado às senhoras, apesar do reforço de que os seus conhecimentos primordiais seriam o de âmbito doméstico. Também menciona que o colégio particular, que outrora houve na capital, era o responsável pela formação de várias mulheres da sociedade e que foi disseminada entre seus filhos e/ou alunos.

Analisemos como esses conceitos sobre a mulher atingem os colégios, públicos e particulares, bem como seus programas de disciplinas.

2.2 A DIFERENCIAÇÃO DE PROGRAMAS NOS COLÉGIOS PARTICULARES

Para que possamos prosseguir nossa análise sobre os colégios particulares, devemos remontar ao histórico da instrução francesa, que serviu de base para a distribuição das matérias a serem ministradas, tanto na instrução pública quanto nos colégios particulares, o que veremos como ensino elementar.

Os estudos feitos sobre essa modalidade de ensino demonstram que esta, em geral, era uma fase preparatória para o desenvolvimento de outras mais complexas, um aprendizado prévio para atender certas demandas dos métodos de ensino posteriores⁸⁶.

⁸⁶ “Desde hace dos siglos, los saberes elementales se identifican con las prácticas básicas de la cultura. Todos comprenden la necesaria mediación que exigen estos aprendizajes. Adquirir el uso de la palabra y del lenguaje, de los gestos cotidianos de la convivencia, de la memoria inherente al grupo familiar, a las pautas sociales del barrio o de la profesión, otro aprendizaje que se hace «naturalmente» en el ejercicio

Tal ensino era deixado para os novos professores que estavam chegando às escolas e quando ocorria em casa era, normalmente, legado às mães ou aos preceptores (HÉBRARD, 1989):

Entre las élites urbanas que consideraban un deber asegurar a sus hijos un mínimo de educación y de alfabetización previas a la escolarización, era frecuente encomendar a la madre de familia la responsabilidad de estos aprendizajes. Cuando se recurría a un especialista, sus competencias no derivaban tanto de una tecnicidad pedagógica reconocida cuanto de la simple habilidad práctica que todo buen preceptor sabía emplear para iniciar sin dificultades una educación concreta. Así, los lugares de los primeros aprendizajes eran tanto no escolares como escolares y en las escuelas tales aprendizajes se impartían diversamente según las trayectorias futuras de los niños [...]. (HÉBRARD, 1989, p. 64)

No caso dos preceptores a aptidão exigida era que soubessem repassar às crianças tais conhecimentos sem necessidade, muitas vezes, de ter diploma ou habilidade pedagógica. Aos cargos de preceptoria, normalmente, eram solicitadas viúvas ou moças solteiras que, necessitando do dinheiro, utilizavam os dotes adquiridos em seu auxílio econômico (VASCONCELOS, 2005). E quais eram e para que serviriam esses conhecimentos elementares no século XIX?

¿Qué son, pues, estos primeros aprendizajes? [...] Leer-escribir-contar eran, sin duda, los preámbulos de una instrucción basada en el manejo asiduo de los manuales escolares, en la utilización diaria del cuaderno y en una batería de ejercicios (copia, dictado, análisis gramática, problema de aritmética, redacción) que se repetían con toda regularidad a lo largo de un ciclo ordenado. (HÉBRARD, 1989, p. 64)

Tais conhecimentos, desde o século XVIII, também estavam ligados aos processos de cristianização ou catequização da Igreja, já que seus fiéis precisavam se apropriar dos primeiros saberes, “sin los cuales un cristiano era ‘una especie de animal’” (HÉBRARD, 1989, p. 67), que somente diminuíram, na França, com a introdução das leis de laicidade de 1882. Logo, entendemos que esse era um reconhecimento sobre a necessidade de ensinar uma base, ou o chamado elementar, às pessoas para que

mismo de las actividades cotidianas y en la mezcla permanente de las generaciones (5). Aprender a leer-escribir-contar supone, al menos, un tiempo y un espacio específicos, a menudo, también una persona a la que se reconoce la capacidad para instruir y a la que se remunera e instrumentos imprescindibles para la transmisión. [...] Estas culturas profesionales, transformadas en cultura escolar de las élites urbanas fueron, sin duda, uno de los estratos que constituyeron los aprendizajes elementales del siglo XIX (HÉBRARD, 1989, p. 66).

pudessem entender as novas leis formuladas para regulamentar as mudanças ocorridas na sociedade.

Em uma das propostas recebidas pelo inspetor geral da instrução pública, para abertura de um colégio para meninos na capital da província no ano de 1869, examinamos o texto em que se mostra que um dos proponentes era habilitado a lecionar, via faculdade, e o outro pelo conhecimento e tempo de serviço adquirido em instituições similares.

Casimiro da Motta Pacheco, bacharel formado pela faculdade de S. Paulo e Eduardo Abbadie, ex professor por muito anos de francês, mathematicas elementares, historia e geografia na Província de Minas Gerais, [...] se offerecem à fundar na cidade de Coritiba, capital do Paraná um collegio particular [...]. (ABADIE, 1869, AP 0300, v. 03, p. 154)

Ou ainda no Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública, Joaquim Ignacio Silveira da Motta, de 1859, já mencionado ao falar das condições mínimas de aprendizado dos mestres da instrução na província: [...] possuem em geral alguma instrução; se não completa, para o exercício satisfatório do ensino, ao menos bastante, para transmittir o mais elementar [...] (MOTA, 1859, p. 8). No Brasil, o ensino elementar esteve ligado ao mundo do trabalho, pelo qual se inseria condicionadamente crianças e jovens carentes, tal como em outros lugares do mundo (GONDRA e SCHUELER, 2008), iniciados em uma formação básica para que pudessem entender o funcionamento dos trabalhos que lhes aguardavam nesse período. O que outrora haviam sido as aulas de primeiras letras e as de humanidades, durante as aulas régias, haviam se tornado então, “as de instrução primária e as de instrução secundária” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 167).

Evidente que se a instrução se fixa como necessária ao desenvolvimento de uma sociedade moderna e para a administração da mesma, os primeiros a perceberem e internalizarem tais eventos foram os membros da elite, seja no que se refere ao estudo dos meninos quanto das meninas. Primeiro porque, tendo acesso às informações das constantes mudanças ocorridas fora do país, buscaram se atualizar, o que impulsionou de certa forma o início da implementação de mudanças em que estava inserida a instrução.

Uma aura foi construída em torno do professor, que veio a substituir a figura religiosa, ao receber a incumbência de difundir “determinados ideais de moralidade, de civilidade e de pertencimento à pátria” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 173).

Antes de iniciar a análise dos colégios particulares, passaremos pelas leis que regiam a instrução pública e que, em alguns casos, serviram para pautar a base inicial de trabalho da instrução particular, já que estes trataram de diferenciar seus programas como evidenciaremos mais adiante.

Muitos dos colégios e das aulas particulares ministradas nesse período foram um campo suprido por estrangeiros, que aportavam no país buscando se estabelecer e encontravam nas famílias abastadas o desejo de instruir e educar seus filhos, como forma de *status*. No Paraná, os imigrantes recém-chegados abriram as primeiras escolas particulares, incentivados pela elite curitibana que desejava educar os filhos e que sofria com a falta de cadeiras públicas de instrução para o número de alunos em idade escolar (VECHIA, 2000).

Alguns destes colégios podem ser mapeados nos Relatórios da Inspeção Pública, nos dos presidentes e vice-presidentes da província, bem como no nosso veículo cotejador: o jornal. A legislação também nos deixa observar como estariam dispostas, fisicamente, tais escolas, como poderiam entrar em funcionamento e como procederia a fiscalização sobre tais estabelecimentos.

Através destes documentos oficiais podemos perceber que o início da instrução, pública ou particular, foi um desafio para as poucas professoras das classes de meninas, pois os pais não achavam necessário enviar as filhas para a escola e, por vezes, as deixavam faltar as aulas ou almejavam que estudassem somente as prendas domésticas para ajudar em casa ou favorecer o casamento. Esse fato é narrado pela professora da cadeira pública de Castro, Emília Erichsen, em carta ao Inspetor Geral Ernesto Francisco de Santos Lima, no ano de 1866, lembrando como era o ensino por volta de 1856:

[...] a grande, ou antes, a total, falta de instrução que reinava nesta Província, há 10 anos atrás o fazia com que os habitantes dela, nem reinassem sequer, que a altura do entendimento é uma necessidade, e que é um dos mais graves deveres de um pai procurá-la seus filhos, mesmo tendo a superar para esse fim poderosos obstáculos. Entendiam eles que, as meninas, sobretudo dispensavam profissional de todo o cultivo intelectual, bastava que, para poderem casar aos 13 anos, soubessem de cor um pouco da doutrina cristã, e assim quantas casavam sem saber nem isso! (ERICHSEN, *apud* MIGUEL, 2013, p. 190-191)

Conta-nos ainda a professora Emília Erichsen que as meninas tinham medo de ir às aulas, pelo imaginário assustador criado em torno da escola, que a relacionava com a antiga prática de castigos físicos.

Quanto às meninas, quando comecei a reger esta escola, vinham-se elas cheias de preconceitos, temores e acanhamento: imbuídas de ideias aterradoras a respeito da mestra, da palmatória, hoje entram cheias de prazer, espontaneamente e com a vontade de frequentarem a escola como suas irmãs, ou camaradas o tem feito antes delas. Isto a meu ver é uma prova de melhoramentos em mais de um sentido, os pais, ou antes, tem hoje ideias menos acanhadas e errôneas; as crianças se ressentem desde o berço das ideias de suas mães, estão pois menos atrasadas mesmo antes de entrarem na escola, e o professor cumpre dizê-lo semeia em terreno muito menos ingrato do que há 10 anos atrás. (ERICHSEN, *apud* MIGUEL, 2013, p. 190-191)

A vontade das meninas frequentarem a escola estava aumentando e a professora atribuía tal fator à assimilação das mães de certas ideias que tornavam o juízo sobre a instituição menos amedrontador, considerando-a mais necessária à sociedade, porém, isso também se devesse ao fato dos pais serem punidos⁸⁷ caso não se responsabilizassem pela instrução dos filhos menores de 14 anos.

Em 1854, o sistema de legislação da instrução primária se dividia em elementar e superior, para ambos os sexos, sendo que nas de 1ª ordem do sexo masculino se ensinava:

[...] leitura, calligrafia, arithmetica (theoria e pratica) até proporções, inclusive as noções mais geraes da geometria pratica, grammatica da língua nacional e princípios de moral christã, e da doutrina da religião do Estado. [...] A 2ª ordem adiciona a essas materiais o ensino de noções geraes de historia, de geografia, especialmente a historia e geografia do Brasil e noções de sciencias physicas applicadas aos usos da vida. (MOTA, 1856, p. 16-17)

Já para as escolas do sexo feminino havia alguns diferenciais com relação ao que era ensinado aos meninos, como um ensino mais sucinto na área da matemática, sem as noções de geometria prática, entretanto com ensino das prendas domésticas e da música, que não faziam parte do programa do sexo masculino, conforme o Relatório do Inspetor Joaquim Ignácio da Silveira Motta:

⁸⁷ “Art. 12 – O ensino primário é obrigatório em um círculo de uma légua das escolas públicas, os pais, os tutores, curadores e protetores, que dentro dele morarem e tiverem em sua companhia meninos maiores de 7 anos e menores de 14, e meninas maiores de 7 anos e menores de 10 são obrigados a dar-lhe à instrução primária, exceto se provarem pobreza, sob pena de incorrerem na multa de 10\$000 a 15\$000, conforme as circunstâncias”. (Zacarias de Goes e Vasconcellos, Lei nº 17 – de 14 de setembro de 1874).

Para o sexo feminino as de 1ª ordem ensinão as mesmas materias menos as noções de geometria, e limitão a arithmetica ao estudo das quatro operações, addicionando o ensino das prendas domesticas. A de 2ª ordem addiciona ao ensino da 1ª historia, geographia e musica. (MOTA, 1856, p. 16-17)

Aqui conseguimos perceber algumas diferenciações programáticas entre os sexos que nos interessam muito: a geometria prática para eles e as prendas domésticas para elas, nas de segunda ordem acréscimo de ciências físicas para os meninos e de música para as meninas.

No *Diccionario da língua Portuguesa Recopilado*, de Antonio de Moraes (1813), encontramos menção ao que seria compreendido como geometria no período estudado: “Geometria, s. f. Parte da Mathematica, que ensina a conhecer a grandeza, razões, e proporções das grandezas continuas, ou sejam linhas, ou figuras, ou sólidos, ou superficies.” (MORAIS, 1813, p. 86).

Isto é, a geometria prática trataria de familiarizar os meninos com o vocabulário e traçados iniciais de figuras geométricas entre outros elementos básicos, estudados em teoria na Geometria, parte dos estudos da matemática.

Assim o ensino do desenho, que até então tivera uma influência Classicista⁸⁸, vai dividir espaço com aquele que surge direcionado a áreas mais técnicas, ligado à geometria (geométrico, linear, plano).

Os cursos profissionalizantes, escolas militares e de artesãos é que vão redirecionar o uso do desenho a essa função mais prática. Nesse contexto temos o surgimento da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816), no Rio de Janeiro: “O saber em Desenho inserido nesses espaços era voltado para o saber técnico, sem o desenvolvimento de atividades de livre expressão artística” (TRINCHÃO, 2004, p. 137).

Logo, entendemos que o ensino da geometria para os meninos se pautava na ideia de que alguns deles seriam direcionados a carreiras técnicas (engenheiros, arquitetos, militares, indústria) e as meninas, sendo figuras privadas, aprenderiam

⁸⁸ No final do século XVIII e início do XIX a ideia de Desenho que permeava as artes no Brasil advinha de uma noção Classicista: “[...] ligada à ideia Renascentista da Pintura, Escultura e Arquitetura como as três *artes do desenho*. Concepção que, não tomando o Desenho apenas enquanto ferramenta artística ou técnica, compreendia-o como, senão uma ciência em si mesma, ao menos como meio possível de um conhecimento *elevado*, ligado a saberes matemáticos e ópticos, e através do qual tentava-se deduzir e estabelecer leis gerais para a organização e representação das formas e do espaço” (DÓRIA, 2004, p. 379).

atividades a serem exercidas no cuidado e no abrigamento do seu lar, ou seja, as prendas domésticas e a música.

Já o caráter artístico no ensino do desenho tomou novos rumos com a criação da Academia Imperial de Belas Artes (1826), em que ele começou a ser pensado a partir de uma metodologia para o ensino de variadas áreas artísticas: “[...] o Desenho entrava com conhecimento necessário e compreendia Desenho Linear e de Figura, Desenho de Modelagem, Desenho de Modelo Vivo, Geometria Descritiva e Geometria” (TRINCHÃO, 2004, p. 139).

Dessa forma, o desenho foi requisitado tanto como base das manifestações artísticas como para “o desenvolvimento de habilidades técnicas e gráficas” (TRINCHÃO, 2004, p. 141) necessárias à indústria.

Segundo Glaucia Trinchão (2004), esse conhecimento do Desenho, antes direcionado a segmentos específicos e fechados da sociedade, como escolas militares e oficinas de mestres artesãos, começou a ser socializado a fim de promover sua difusão entre outras camadas da sociedade por meio de tratados ou compêndios para serem inseridos na instrução,

[...] elementar e secundário, a partir de uma transposição de conteúdos mais amplos que faziam parte da Matemática, como os elementos básicos da Geometria Descritiva: o estudo do ponto, da reta, do plano e das formas geométricas, conforme será demonstrado mais adiante. (TRINCHÃO, 2004, p. 240)

A crescente onda de industrialização na França influenciou na criação da Lei Guizot (1833), que tornou necessário o ensino do desenho linear, inicialmente, nas escolas (elementares) primárias superiores de meninos, tal como no Brasil. Os métodos e materiais didáticos⁸⁹ franceses foram também adotados tanto por Portugal como pelo Brasil (TRINCHÃO, 2004, p. 285).

Já as prendas domésticas, normalmente, referiam-se ao aprendizado das costuras, do bordado, do cuidado com a família (GARCIA, 2000), e, em geral, encontramos como sinônimo de prendas domésticas as prendas de agulha, trabalhos de agulha sugerindo que este se refere a conhecimentos manuais. Os relatórios e ofícios da

⁸⁹ Em 1824 chegava ao Rio de Janeiro um dos manuais de L. B. Francouer destinado à Escola Mútua e, em 1829, A. F. de P. e Hollanda Cavalcanti Albuquerque se inspirou no manual francês para criar o “Princípios do Desenho Linear compreendendo os de Geometria Prática, pelo método de ensino mútuo” que seria utilizado pelos professores das escolas primárias (TRINCHÃO, 2004, p. 286-87).

instrução pública do Paraná registram uma falha quanto ao ensino dos trabalhos de agulha e como a mesma pôde ser solucionada, através do relato da carta do professor Carlos Moricofer (1862), da Colônia de Assunguí, remetida ao Inspetor Geral, José Lourenço de Sá Ribas:

2. Escola de costura. No ano passado, como lembrei no último relatório, faltava inteiramente o ensino para os trabalhos de agulha. A necessidade para isto é maior do que parece, porque as mulheres dos colonos com pouca exceção, não sabem costurar nada, por conseguinte não podem ensinar as suas meninas neste ramo tão importante da educação feminina. Neste ano então sujeitou-se minha mulher que está bastante possibilitada para isto, há neste trabalho e estavam as meninas três dias da tarde por semana frequentando esta escola de costura, até agora. Porém, para ser continuada no ano seguinte, a mestra está pedindo alguma gratificação. (MORICOFER *apud* MIGUEL, 2013, p. 103)

Sobre a música, que também deveria fazer parte dessa instrução, não encontramos nenhuma menção nas fontes verificadas sobre a instrução pública, seja no relato das professoras ou em possíveis pedidos de compra de instrumentos musicais feitos ao Governo Provincial.

Também, no “Regulamento de Ordem geral para as escolas de instrução primária, preparação, organização do professorado, condições e normas para o ensino particular, primário e secundário”, de 08 de abril de 1857, encontramos as disposições espaciais para as salas de aula masculinas e femininas, sendo que seus formatos eram diferenciados por gênero, como veremos abaixo:

CAPÍTULO III- Do material das escolas

Artigo 44 – Cada escola do sexo masculino deve ter os seguintes objetos: uma mesa com gaveta e uma cadeira de braços para o professor sobre um estrado, com gavetas destinadas a guardar as coisas do uso da escola; duas cadeiras para os visitantes; bancos em anfiteatros com três ordens, mesas inclinadas nas costas dos bancos da 1ª e de 2ª ordem e sobre elas caixilhos para traslados caligráficos e tinteiros fixos, sendo um para cada três alunos; um banco ao lado do professor para castigos; um quadro preto de madeira para exercício de leitura, escrita e contas; um quadro com sistema geral de pesos e medidas do império e valores das moedas na parede lateral; penas, lápis, esponjas, giz, réguas, papel e livros para os meninos pobres, cartões com as letras do abecedário, dois ponteiros longos, cabides para chapéus, talha para a água e dois copos ou canecas.

Artigo 45 – As escolas para o sexo feminino terão os mesmos objetos, com a diferença que os bancos formarão um quadro fechado pela cadeira da professora e que entre eles e as paredes estarão colocadas mesas com os competentes traslados e tinteiros fixos. (MOTA, 1857, p. 57)

Das exigências para ser admitido como professor(a) na instrução pública, ressaltamos aquelas que se referem à condição feminina, sendo que a moral das mulheres precisava ser comprovada com certidões referidas por homens: marido, pai, irmão.

CAPÍTULO VII – Condições para o magistério público, nomeação, demissão, vantagens e penalidade

Art. 67 – só podem ser professores públicos os cidadãos brasileiros que se mostrarem nas condições seguintes:

1ª Idade de 18 anos.

2ª Moralidade.

3ª Capacidade profissional

Art. 68 – Prova-se a primeira condição com certidão de batismo ou justificação.

Art. 69 – A prova de moralidade será exibida perante o inspetor geral apresentando o impetrante folha corrida dos lugares aonde haja residido nos últimos 3 anos, e atestado dos párocos e inspetor dos distritos.

Art. 70 – As professoras devem exhibir, de mais, as que forem casadas, certidão de casamento, as que forem viúvas certidão de óbito dos maridos; as divorciadas a sentença que julgou o divórcio⁹⁰; e as solteiras consentimento paterno, com a cláusula de viver em companhia de seus pais, porque aliás deverão provar idade de 25 anos. (CARVALHAES, 1857, p. 60)

Também, para a abertura de um colégio particular e regulamentação de seu funcionamento, temos as mesmas exigências de moral para as professoras que desejassem se estabelecer na região:

CAPÍTULO VIII – Do ensino particular

Art. 95 – Ninguém poderá abrir uma escola ou qualquer outro estabelecimento de educação e instrução primária e secundária sem prévia licença do inspetor geral, que exigirá dos pretendentes as provas necessárias de capacidade profissional, comportamento civil e moral conforme o que dispõe os art. 67 até 74, podendo conceder o inspetor geral prazos para as provas de capacidade. A falta de licença sujeita o professor ou diretor do estabelecimento à multa de 100\$000réis e a ser fechada a escola ou qualquer estabelecimento.

Art. 96 – o diretor de qualquer estabelecimento de instrução e educação, além das condições já definidas, deve provar idade maior de 21 anos, e declarar:

1º - o programa de estudos e projeto de regulamento interno de seu estabelecimento

2º - A localidade com modo e situação da casa aonde tem de ser fundada.

Art. 97 - Todo estrangeiro que estiver nas condições exigidas para os nacionais poderá ter licença para dirigir qualquer estabelecimento de instrução.

⁹⁰ Sobre os processos de divórcio no século XIX, ver a tese de doutoramento em História: SOARES, Ubirathan Rogerio. *Os processos de divórcio perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre o sistema de alianças e o regime da sexualidade*, 2006, PUC – Rio Grande do Sul.

Art. 98 – Todos os estabelecimentos particulares de um e de outro sexo, são sujeitos à inspeção e fiscalização. Não só quanto ao ensino como quanto à higiene.

Art. 99- A infração destes deveres sujeita a multa de 20 a 60\$000réis, imposta pelo inspetor geral, e do dobro nas reincidências.

Art. 100 – Na mesma multa incorrem os que receberem, em casa à domicílio fixo, outras pessoas além dos mestres, de pessoas declaradas para o serviço, bem como as diretoras de colégios de meninas que conservem no estabelecimento como alunos, ou por qualquer pretexto, pessoas do sexo masculino maiores de 10 anos.

Art. 103 – Não podem ser diretoras de colégios do sexo feminino, senão aquelas senhoras que estiverem nas condições exigidas para as professoras públicas. (CARVALHAES, 1857, p. 64)

A partir do regulamento e de uma instrução de 1856, ANJOS e SOUZA (2016b) montam um esquema que nos faz visualizar a planta baixa das classes de meninos e meninas, na instrução pública do Paraná Oitocentista, o que somente confirma algumas das questões já levantadas na pesquisa e que tratam de demarcar diferenças na instrução entre os gêneros.

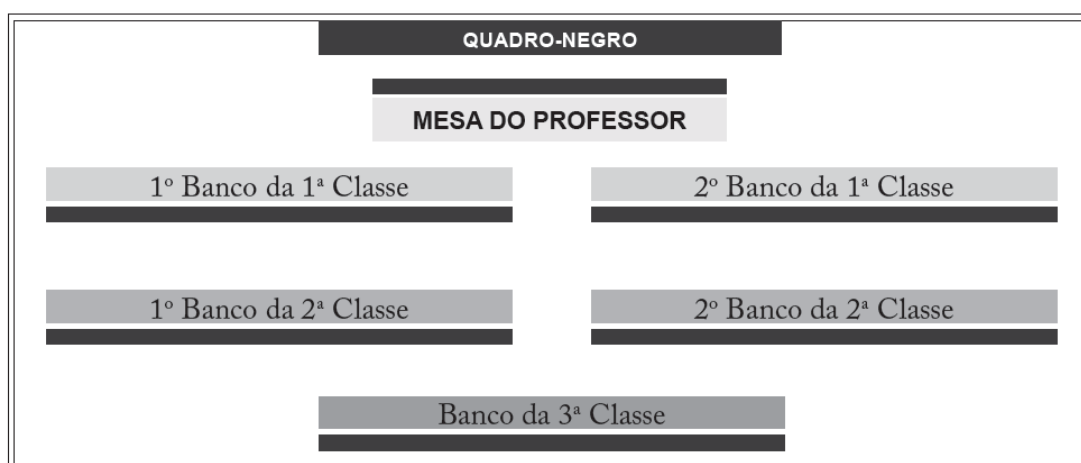


Figura 15 - Simulação da planta baixa do interior de uma escola de meninos proposta pela legislação da Província do Paraná, de 1856 e 1857.

Fonte: ANJOS e SOUZA (2016b).

Observamos que esta sala de aula se assemelha ao formato tradicional, tão criticado atualmente, em que o professor e o quadro ficam à frente, sendo o principal foco do aluno, pois seu olhar é direcionado fisicamente a isso. Cada banco era demarcado pelo estudo de matérias específicas ligadas ao ciclo que seus alunos estavam cursando.

Para observarmos as diferenças ocorridas na construção do planejamento do ambiente onde as meninas receberiam sua instrução, trazemos a figura apresentada por

ANJOS e SOUZA (2016b) a partir das informações contidas na legislação paranaense Oitocentista:

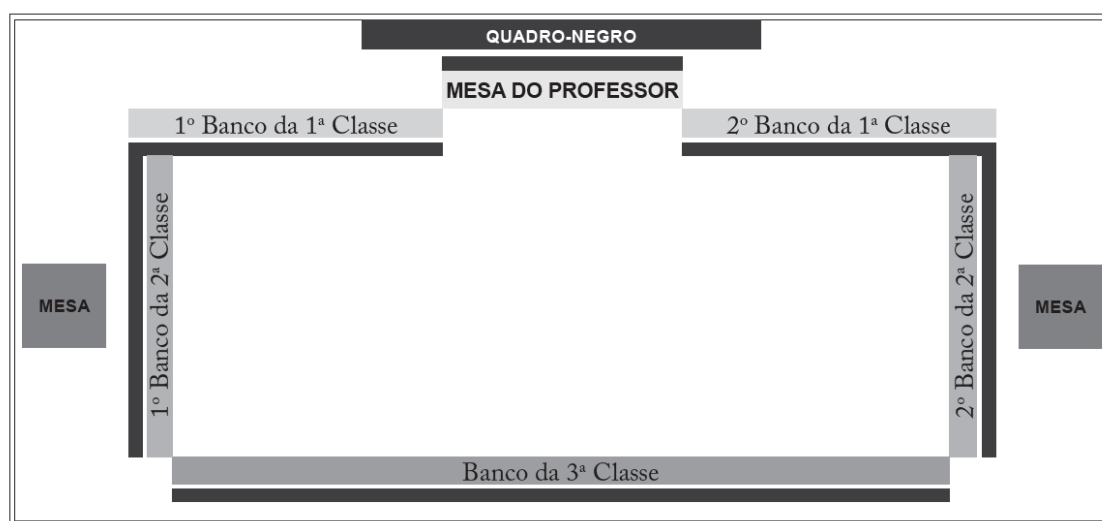


Figura 16 - Simulação da planta baixa do interior de uma escola de meninas proposta pela legislação da Província do Paraná, de 1856 e 1857.

Fonte: ANJOS e SOUZA (2016b).

Fica evidenciado pelas imagens que até mesmo o local físico e suas disposições de mobiliário tratavam de incutir diferenciações de gênero na instrução de meninos e de meninas. Enquanto os meninos tinham como foco único o quadro e o mestre à sua frente, as meninas tinham suas mesas colocadas em um formato que lembra a disposição espacial das salas de estar, onde se poderiam realizar os trabalhos de agulha no coletivo, tanto quanto receber e ofertar olhares vigilantes sobre suas atividades:

Possivelmente a (in)disposição da escola de meninas visava deixá-las livres nos bancos para o ensino de uma matéria exclusiva do seu sexo: os trabalhos de agulha, fazendo com que o espaço assim disposto se tornasse lugar para a vivência de relações consideradas próprias do universo da mulher, ao contrário das que se queria estabelecer na sala de aula do sexo masculino. (ANJOS; SOUZA, 2016b, p. 85)

A partir do que já sabemos da disposição da instrução pública, seja quanto ao seu funcionamento ou ambientação, podemos discutir algumas questões que fizeram o ensino particular se disseminar em solo paranaense.

O inspetor geral da instrução pública da Província do Paraná, Joaquim Ignacio Silveira de Motta, em seu Relatório de 1859, computa que havia doze professores vitalícios com aptidão ao ensino e 9 professoras na mesma condição, com alguma

instrução para ensinar o elementar, referindo-se à formação de outros mestres e da situação da instrução pública:

[...] que os 12 actuaes professores vitalícios hão provado aptidão para o ensino, e que as 9 professoras no mesmo character, possuem em geral, alguma instrução; se não completa, para o exercício satisfatório do ensino, ao menos bastante, para trasmitir o mais elementar; digo em geral, porque duas das actuaes professoras, a da 2^a cadeira de 1^o ordem desta capital e a de 1^a de 2^a ordem de Castro, são Senhoras de espirito elevado e de uma cultura fôra do commum. Mesmo nos contractados, temos professores que, pelo menos, offerecem presumpções de aptidão, poucos infelizmente; porque a essa classe não pretendem pessoas com habilitações; que só se poderiam achar se o ensino particular estivesse em outro pé, que podesse vir em auxilio do ensino publico, em prol dos indigentes, fim especial da creação dessas entidades. (MOTA, 1859, p. 8)

Compreendemos assim que a instrução pública, por vezes, não parecia preencher os requisitos básicos exigidos inclusive para a educação das classes mais baixas, deixando incompleto até mesmo esse programa mais simples, fato que certamente não agradava aos pais mais ricos. Assim se reforçavam as necessidades de outras formas para se ministrar a educação feminina: os colégios particulares. Contudo, não se deixa de tecer uma crítica ao ensino particular realizado na Província, sugerindo que poderia estar “em outro pé”.

Os próprios legisladores reconheciam que não havia escolas para todos e o Estado Imperial, representado pelo poder provincial que, desde o Ato Adicional de 1834, foi encarregado da instrução elementar e secundária, passou a defender a ação privada associada à política de instrução pública, favorecendo a subvenção de colégios particulares. Esta relação era turbulenta, gerando uma disputa em torno das ações que melhor iriam viabilizar a educação, “bem como sobre o que, quem e quando educar e/ou instruir” (LIMEIRA, 1997, p. 137).

No início da Província havia pouco incentivo e procura pela instrução de ambos os sexos e os colégios particulares foram uma alternativa viável, como outrora mencionamos, a quem podia pagar:

Em 1854, para aproximadamente 5.000 habitantes, havia em Curitiba apenas três cadeiras de primeiras letras, duas do sexo masculino, frequentadas por 89 alunos e uma do sexo feminino, frequentada por 28 alunas, sendo que o ensino secundário era inexistente. Havia falta de recursos; falta de escolas e de professores habilitados, e baixa frequência escolar, motivada pela apatia da população, em geral, em relação à educação de seus filhos. (VECHIA, 2000, p. 1)

A divisão entre escolas públicas e particulares, no Paraná Oitocentista, é demonstrada no relatório do inspetor geral da instrução pública, Joaquim Ignacio Silveira de Motta:

A instrução primaria se divide em pública e particular; a 1ª é fundada à custa dos cofres provinciaes, e seus funcionarios tomão o caracter de empregados publicos; uma e outra estão sujeitas à inspeção e fiscalização do governo de ensino tanto para a sua installação, como na sua marcha. (MOTTA, 1857, p. 16)

Vimos no relatório do presidente, Antonio Luiz Affonso de Carvalho, a sugestão da subvenção, como forma de atender a demanda da instrução feminina:

Porque não se há de conceder a mesma subvenção a quem melhores vantagens offereça para o estabelecimento de um collegio em que os pais de família possam confiar a educação de suas filhas? (CARVALHO, 1870, p. 13)

Sendo que os processos de subvenção eram concedidos pelo governo provincial a colégios e/ou professores particulares, como uma forma de garantir o acesso à instrução em localidades distantes:

Ainda persistia nas disposições do Regulamento a contratação de professores particulares para o ensino de meninos e meninas, todavia este só poderia ser contratado caso o número de alunos na localidade fosse inferior a 40 crianças, estes professores receberiam a metade do valor ao qual recebia um professor de povoado, ou seja, 300\$000 (trezentos mil) réis, além disso, a mudança estava nas nomeações dadas para esse tipo de contrato – a escola particular seria “auxiliada” com uma “subvenção” para receberem os alunos em idade escolar, assim estas escolas particulares passaram para a condição de escolas e/ou professores subvencionados. (FRANÇA, 2014, p. 54)

Esse processo, segundo Relatório da Inspeção Pública (1859), tinha certas regras que eram ignoradas, em casos de comunidades muito longínquas, já que estavam prestando auxílio às mesmas na falta da mão provincial:

Duas licenças foram caçadas; o resto dos professores licenciados deixaram de mandar notícias das suas escolas, sobre as quaes difficilmente será exercida inspeção com regularidade, visto como nos mencionados casos são licenças para logares aonde nem existe sub-inspectores. Temos adoptado a regra de não conceder taes licenças sem exame para prova de capacidade profissional, senão para logares em distancia de mais de uma legoa das escolas providas definitivamente; porque assim tomando esses improvisados pedagogos o trabalho de ensinar o alphabeto, as syllabas, e de fazer os primeiros traços de

escripta, proporcionam o ensino da 1ª classe, e talvez lhes va incutindo o desejo de aceitar o plano de ensino em alguma escola [...]. (MOTA, 1859)

Podemos nos perguntar: quem seriam as pessoas interessadas em exercer tal ofício na Província do Paraná? Para responder à questão apresentamos um quadro com o nome das instituições particulares que levantamos através dos anúncios do jornal *Dezenove de Dezembro*, dos Relatórios e Ofícios da Instrução Pública (AP's) e dos relatos do memorialista Antônio Vieira dos Santos (2001), com indicação do período, nome da instituição, local e direção:

Quadro 1 - Colégios Particulares femininos no Paraná Oitocentista (1849 – 1886)

Ano	Nome	Diretora	Local
1849	Colégio das James	Jessica James	Rua da Boa Vista, Paranaguá.
1856	Colégio Paranaguense	Madame Zoé F. Taulois junto com as filhas: Gabriella Jeanne e Eugenie V. Cadeac	Paranaguá.
1857	Colégio de Mme. Gabriella Jeanne	Mme. Gabiella Jeanne	Curitiba.
1857	Collegio de Paranaguá de Mme. Cadeac (1857)	Mme. Eugene Cadeac	Paranaguá.
1858	Collegio de Meninas	Madame Mariette	No sobrado do Sr. Antonio Franco Engenho Velho, Curitiba.
1872	Colégio de Santa Catharina	D. Maria Carolina de Araújo	Paranaguá
1874	Collegio de Meninas	D.M.C. D'Azambuja Parigot	Rua Direita – Curitiba
1874	Colégio Particular de Meninas Paranaguense	D. Maria Julia da Silva	Paranaguá.
1878 e 1884	Colégio Inglez do sexo feminino	Miss Bessi Braund	Curitiba.
Menção em 1884	Externato Santa Theresa	D. Presciliana Vieira da Costa	Curitiba.
1886	Colégio de meninas de Francisca Amélia Correia de Menezes	Francisca Amélia Correia de Menezes	Largo de D. Pedro II, nº 6, Curitiba.
1886	Colégio Saldanha	Luiza Candida Saldanha (aceitava meninos menores de 8 anos)	Praça de Pedro II, nº 28, Curitiba.
1886	Externato Santa Roza	Joaquim Serapião do Nascimento, aos cuidados e vigilância de sua mulher (aceita meninos menores)	Rua do Serrito, Curitiba.
1886	Collegio Santa Luiza	Luiza Netto Côrrea de Freitas (aceitava meninos até 9 anos)	Rua Direita, nº 35 Curitiba.

Quadro 2 - Colégios Particulares masculinos no Paraná Oitocentista (1849-1886)

Ano	Nome	Diretor	Local
1859	Collegio Francez	J. B. Clement (professor pela academia de Paris)	Largo da Matriz, casa nº 17, Curitiba.
1857	Collegio de educação para o sexo masculino	Germano Laisten	Rua da Entrada, nº 15, Curitiba
1858	Instituto Litterario de Castro	Chaves e Mello	Castro.
1869	Collegio de Meninos	Jacob Muller (do mesmo Col. de Joinville)	Curitiba.
1874	Collegio Serapião	Joaquim Serapião do Nascimento e Gabriel José do Nascimento Junior	Paranaguá.
1874	Colégio Nossa Senhora da Luz	Joaquim Serapião do Nascimento Misto (1875)	Curitiba.
1878	Colégio Curitybano	Nivaldo Teixeira Braga	Curitiba.
1882	Collegio Lapeano	Libero Teixeira Braga (misto)	Lapa.
1883	Parthenon Paranaense	Dr. Laurentino Argio de Azambuja	Edifício na rua de Matto Grosso (depois na rua do Rosário), Curitiba.
1884	Reabertura Collegio Externato São José	José Cupertino da Silva Costa	Rua do Aquidaban, Curitiba.
1884	Collegio Sant'Anna do Iapó	Conego Sezinando da Cruz Dias e Joaquim Serapião do Nascimento	Rua do Matto Grosso, n. 12, Castro.
1886	Novo Collegio Allemão	Augusto Herzberg. (Misto nas classes inferiores)	Rua do Serrito (casa do sr. Guilherme Weigert), Curitiba.

Os dois quadros nos indicam que, inicialmente, o primeiro colégio particular a ser aberto na região foi feminino⁹¹, antes mesmo do surgimento da Província do Paraná, e que, ao longo do período pesquisado, o número de instituições masculinas não foi muito maior em relação às femininas. O inspetor da instrução pública, Ignácio da Silveira Motta comenta, em seu relatório de 1857, que os meninos, de fato, necessitavam de colégio que os atendesse com qualidade:

⁹¹ “O cidadão Francisco Félix da Silva abriu a sua para o sexo masculino e nela admitia meninas debaixo do ensino de uma filha esta aula particular tem existido efetivamente até ao presente, porque esse mestre é incansável, ativo e cuidadoso do adiantamento de seus discípulos, por isso sempre muito frequentada, em 1831 andavam nela aprendendo 46 meninos e 8 meninas; em 1835 tinha 39 meninos e 19 meninas; em 1836, 34 meninos e 15 meninas.” (SANTOS, 2001, p. 289). Também na Vila de Morretes se registra o pedido de cadeira pública feminina com aviso de que já havia “[...] nesta Villa já tem Escola Particular dirigida pela Mestra Dona Senhorinha Francisca das Neves, pessoa de reconhecida honestidade, religião, e bons costumes, aonde ao prezente contem o numero de 25 discipulas, como consta do Mappa incluzo, mas he porque, recebe de seus Paes certos pagamentos mensais sendo portanto só frequentada pelas famílias das pessoas mais abastadas [...]” (SANTOS, 1951, p. 387-388).

A capital da província e Paranaguá podem porem ufanar-se do pé lisonjeiro em que se acha a educação do bello sexo, que lhe não deixa a invejar outros lugares mais adiantados nos meios de instruir a mocidade. Bem fadados sejam esses meios de preparar boas esposas e boas mães de família que tantos benefícios podem trazer a província. A necessidade de um estabelecimento dessa ordem para o sexo masculino, ia cada vez mais se fazendo sentir. Parece mesmo que os meninos, cujas irmãs voltavam do collegio animadas do gosto pelo estudo, forão-se envergonhando e como que receando que se aniquilasse a supremacia varonil e que a era se tornasse degenerada, como nos passados tempos, em épocas em que o homem pela timidez se assimilhara a mulher. (MOTTA, 1856, p. 41-42)

Em geral, os colégios particulares estiveram presentes nas principais regiões do Paraná Oitocentista, Curitiba, Paranaguá e também nos Campos Gerais, nas localidades da Lapa e Castro.

Observamos que nas décadas de 1870 e 1880 teremos, tanto nos colégios masculinos quanto femininos, a indicação de que no curso primário ou até a idade de 8/9 anos, alguns colégios aceitavam que o sexo oposto frequentasse as aulas nas instituições. Sendo que o advento da feminização do magistério, provavelmente, foi um dos motivos da equiparação de alguns dos conteúdos nas escolas masculinas e femininas nesse período, garantindo “por meio do acesso à escolarização na infância, os conhecimentos mínimos para futuro ingresso no magistério, tanto em cadeiras femininas como promíscuas” (ANJOS; SOUZA, 2016b) e influenciando na aceitação do sexo oposto, como visto nos quadros, em colégios masculinos e femininos.

No bojo deste paradigma de formação de mulheres para o exercício da docência, já no final do século XIX, proliferaram debates em torno da coeducação dos sexos e da implantação das escolas mistas no Império, propostas que em grande medida foram inspiradas no modelo educacional dos Estados Unidos da América, país pioneiro no desenvolvimento da experiência da coeducação. (GONDRA; SCHUEELER, 2008, p. 210)

Assim, é possível perceber outra influência além da europeia aportando no modelo de instrução brasileiro.

Na década de 1860, na França, surgiam algumas iniciativas para a instrução das moças, como a dos cursos baseados no modelo de Victor Duruy, de cunho laico, bem como aquelas que buscavam ofertar uma instrução que focalizava o lado profissionalizante, como a da protestante Elisa Lemonier (MAYEUR, 1991). Tais ações, apesar de falhas em alguns pontos e/ou de não durarem muito tempo, serviriam de influência para os cursos secundários da década de 1870 (MAYEUR, 1991).

No Brasil, ao final da década de 1870, a reforma Leôncio Correia implementa mudanças que também remetem às francesas, de cunho liberal e anticlerical, trazendo a voga no ensino feminino a ginástica e a economia doméstica, e no masculino a física, a química, a horticultura e a agricultura, bem como oportunizando que as aulas fossem mistas para menores de dez anos (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 210), elementos que nos permitem entender os colégios que ofertam instrução mista, como visto nas tabelas.

Nas décadas de 1850 a 1860 os colégios eram bem demarcados entre feminino e masculino, sendo que as cadeiras promíscuas, que existiram anteriormente à formação da Província, não foram bem vistas nem mesmo pelos governantes, o que relembramos na fala do Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos, ao dizer que seria melhor pagar uma professora particular às alunas pobres “do que autorizar a frequência promíscua dos dous sexos” (VASCOCNCELLOS, 1854, p. 19).

No pós-Revolução francesa, o pensamento, ainda com influências iluministas, era de que todos deveriam ter acesso à instrução. Contudo, a das meninas deveria se voltar ao plano privado, em que a “educação materna” toma um pouco o espaço do que teria sido, outrora, a clerical. Na instrução de meninos e meninas, ao longo do século XIX, buscou-se uma instrução laica⁹². No entanto, isso de fato não ocorreu de pronto, já que a religião continuou a coexistir com práticas educativas ditas “profanas” (MAYEUR, 1991), como as humanidades clássicas. Seja na França ou em outros países europeus, buscou-se afastar a educação religiosa da instrução ou diminui-la, de alguma forma, o que não eximiu as mulheres de continuarem a receber sua grande influência. As práticas diferenciavam a instrução masculina⁹³, que se voltava às matemáticas e à geografia, daquela ofertada às meninas que, após receber os tais “rudimentos”, aprendiam a fiar, a costurar, a cozinhar e as artes recreativas (MAYEUR, 1991).

Ainda no que tange à questão da diferenciação por sexo, sabemos que gênero é “[...] um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1990, p. 14), sendo possível relacioná-lo com

⁹² As leis de 1833 e 1850, na França, transformaram o ensino religioso em instrução moral e religiosa (MAYEUR, 1991, p. 284).

⁹³ Nos textos do político francês Mirabeau, que tratam da educação feminina, ele requer apenas os primeiros rudimentos educacionais e o seu aspecto prático, utilitário: aulas de leitura, de escrita e de aritmética, ou seja, que esteja voltado ao lar. Sendo que, para o religioso e político francês Talleyrand, as meninas deveriam estudar em escolas somente até os 8 anos, recebendo sua continuidade educacional da família, em casa (MAYEUR, 1991).

questões de dominação, assim os programas de colégios masculinos e femininos são passíveis de análise acerca de como se formavam as diferenças sociais a partir do que fora pensado para a instrução de meninos e meninas. Essas diferenças são percebidas nos programas ofertados em cada instituição particular de ensino Oitocentista do Paraná.

Observemos o quadro de disciplinas ofertadas em tais estabelecimentos particulares, femininos e masculinos:

Quadro 3 - Programas dos colégios particulares femininos.

Fonte: Jornal *Dezenove de Dezembro*.

Colégios particulares femininos	Disciplinas
Colégio das James (1849)	Doutrina cristã, leitura, caligrafia, aritmética, línguas portuguesa, francesa e inglesa gramaticalmente, geografia, história, música, piano, dança, <u>desenho</u> e bordado em todo o gênero e o que mais faz parte de uma completa educação. (SANTOS, 2001, p. 290)
Colégio Francez de meninas e/ou Paranaguense, de Madame Taulois (1856)	Leitura, escripta, grammatica nacional, língua franceza e inglesa, elementos de arithmetica, princípios geraes de historia e geografia universal com desenvolvimento especial concernente á historia sagrada, e historia e geografia do Brazil, musica, canto, piano, dansa, <u>desenho</u> , <u>pintura</u> e prendas domesticas, comprehendendo todos os trabalhos de agulha, tapeçaria, bordados e crochet. (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 02 de abril de 1856)
Colégio de Mme. Gabriella Jeanne (1857)	Primeiras letras (leitura, gramatica, catecismo), noções de geografia e língua franceza.
Collegio de Paranaguá de Mme. Cadeac (1857)	Mesmas matérias do de Mme. Gabriella Jeanne.
Colégio de Madame Mariette (1858)	Bordados (ouro, seda, lã), costuras e trabalhos a crochê, francês (e qualquer outra língua que se queira aprender).
Colégio de Meninas de Azambuja Parigot (1874)	Doutrina cristã, português, francês ou allemão, história, geografia, aritmética, caligrafia e trabalhos de agulha, <u>desenho</u> e piano (pago em separado). (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 24 de agosto de 1874, p. 4)
Colégio de Santa Catharina de Paranaguá, de D. Maria Carolina (1872)	Português, francês, inglês, alemão, italiano, <u>desenho</u> , piano, canto, <u>pintura</u> , dança, geografia, aritmética, história antiga, história moral e moderna, mitologia. (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 17 de agosto de 1872, p. 4)
Colégio Paranaguense de Maria Julia da Silva (1874)	Nada consta.
Colegio Inglez de Miss Braund (1877)	Doutrina cristã, caligrafia, geografia, aritmética, história do Brasil e universal, as línguas inglesa, francesa, alemã, portuguesa e todos os trabalhos de agulha. (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 16 de janeiro de 1879)
Externato Santa Roza 1886 (da mulher de Serapião)	Português, francês, geografia e dança, las letras, caligrafia, religião, português, aritmética, geografia, retórica e francês.

Colégio de meninas de Francisca Amélia Correia de Menezes (1886)	Nada consta. (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 3 de dezembro de 1886)
Colégio Saldanha (1886) de Luiza Candida Saldanha	Francês, inglês, aritmética, <u>desenho linear</u> , geografia, história, doutrina e moral cristã, "couzas", prendas de agulha, etc.
Colégio Santa Luiza (1886)	Todas as matérias do ensino primário.

Quadro 4 - Programas dos colégios particulares masculinos.

Fonte: Jornal *Dezenove de Dezembro*.

Colégios particulares masculinos	Disciplinas
Colégio Francez de J. B. Clement (1857)	Fala dos alunos que seguiram carreira nas ciências e outros em cargos públicos.
Colégio de Germano Laisten (1857)	Completa educação physica, moral e intelectual, a saber: religião christã, leitura, calligraphia, grammatica nacional, arithmetica e geometria, geographia e historia, especialmente a geographia, historia do Brasil e historia natural; línguas latina, franceza e allemã. Logo que o estabelecimento tenha adquirido um numero tal de alunos que assegure a sua duração, o plano de estudos será augmentado com a abertura de aulas de inglez, rhetorica, filosofia, musica, <u>desenho</u> e gymnastica. (<i>Dezenove de Dezembro, Annuncios</i> , 17 de dezembro de 1856, p. 4)
Colégio de meninos em Curityba, de Jacob Muller (1869)	Religião, língua nacional, caligrafia, gramática filosófica, latim, francês, inglês, alemão, grego, história universal, geografia, aritmética, geometria, álgebra, trigonometria, filosofia racional e moral, <u>desenho</u> , música vocal e instrumental e ginástica. (<i>Dezenove de Dezembro, Annuncios</i> , 06 de fevereiro de 1869, p. 4)
Instituto Literário de Castro (1858)	O curso de instrução primária divide-se em: elementar e superior. O curso secundário compõe-se das disciplinas exigidas como preparatórias nas faculdades do império.
Colégio Curitybano de Nivaldo Braga (1879)	Caligrafia, leitura, gramática, latim, francês, aritmética, doutrina cristã, noções de álgebra, geometria, geografia, história, <u>desenho linear</u> e escrituração mercantil. (<i>O Paranaense, Annuncios</i> , 11 de janeiro de 1880, ano 3, n. 99, p. 4)
Colégio Nossa Senhora da Luz, de Joaquim Serapião do Nascimento (1874)	Primeiras letras, português, geografia, aritmética, escrituração mercantil, francês e latim (se abre alemão e inglês se houver número de alunos suficiente). Primeiras letras constam de leitura, caligrafia, doutrina cristã, aritmética pratica e noções de história sagrada e pátria e de gramática portuguesa. (<i>Dezenove de Dezembro, Annuncios</i> , 10 de outubro de 1874). Em 1877 anuncia aula de <u>desenho</u> .
Colégio Serapião para meninos em Paranaguá, de Joaquim Serapião do Nascimento e Gabriel José do Nascimento Júnior (1874)	Primeiras letras, português, geografia, aritmética, escrituração mercantil, francês e latim. As primeiras letras constam de leitura, caligrafia, doutrina cristã, aritmética prática e noções de história sagrada e pátria e de gramática portuguesa. (<i>Dezenove de Dezembro, Annuncios</i> , 20 de abril de 1874)
Collegio Lapeano (1882)	Português ou língua vernácula, instrução religiosa e moral, aritmética elementar, inclusive sistema métrico decimal, geometria elementar, <u>desenho linear</u> (...), ginástica prática, francês, geografia e história pátria, latim retórica e poética. (<i>Dezenove de Dezembro, Annuncios</i> , 27 de dezembro de 1882, ano 29, n. 98)
Colégio Parthenon Paranaense, de Laurentino de Azambuja (1883)	Matérias constantes do respectivo programa: português, francês, inglês, latim, alemão, geografia, história, aritmética, álgebra, geometria, filosofia, retórica, religião, elementos de física, de química, de botânica, de zoologia e de higiene, música, <u>desenho</u> e ginástica. (<i>Dezenove de Dezembro, Noticiario</i> , 21 de novembro de 1883, p. 3)

Collegio Sant'Anna do Iapó (1884)	Nada consta.
Reabertura Collegio Externato São José (1884)	Primeiras letras (leitura, gramática e aritmética), português, francês, geografia e história universal, aritmética. (<i>Dezenove de Dezembro, Annuncios</i> , 30 de dezembro de 1884, p. 4)
Novo Collegio Allemão (1886)	Línguas portugueza, allemã, franceza, inglesa, latina e mais tarde geographia, historia natural e universal, <u>desenho</u> , arithmetica, mathematica, physica, gymnastica e finalmente retorica e philosophia. (Nas classes inferiores só se ensina as matérias elementares, nelas unicamente serão admitidas também meninas). (<i>Dezenove de Dezembro, Annuncios</i> , 30 de abril de 1886, ano 33, n. 94)

Notemos que alguns colégios masculinos ofertam filosofia em seu currículo e que a história não foi um consenso na feminina, contudo a área artística nos parece mais diversa e constante na instrução feminina.

Assim, a primeira relação que constatamos em relação ao texto de Jean Hébrard (1989), tratado no início do capítulo, é que no ensino elementar anunciado no Paraná Oitocentista, em ambos os colégios, trabalha-se com aquela vertente religiosa⁹⁴, intitulada como: doutrina cristã, ou religião, ou moral cristã, ou instrução religiosa e moral, salvo dois ou três colégios que não anunciam a disciplina em seus regulamentos e/ou anúncios, mais para o final do século XIX.

O desenvolvimento da moralidade voltava-se não apenas para os alunos, e esses deveriam irradiar valores aprendidos nas escolas nos seus meios de origem. Tal aprendizado fundava-se na transmissão de normas sociais e principalmente religiosas na matéria doutrina cristã, bem como no uso de textos morais na disciplina Língua portuguesa. (GOUVÊA, 2003, p. 215)

Em geral, era necessário que a conduta das professoras fosse examinada a fim de poderem obter o cargo, sendo fundamental os atestados de conduta moral emitidos pelos párocos e delegados da região, como visto, anteriormente, na lei. Como exemplo, temos o caso da professora particular Luisa Huy que, já ministrando aulas particulares às meninas de sua região, pleiteia uma vaga na instrução pública, buscando junto ao vigário de sua Freguesia, Domingos L. Mesquita, tal certificado:

Attesto e faço certo onde ou a quem convir, que Dona Luisa Huy, filha legítima de Jacob Huy e de sua mulher Dona Anna Eufrasia hé minha Freguesa, vive em companhia de seus pobres pais, tem se conduzido com

⁹⁴ Jean Hébrard (1989, p. 84) explica como a doutrina cristã se tornou um saber elementar, no século XVI, sendo que anteriormente não era mais do que um conjunto de práticas ou crenças. Já no Brasil, da relação de cumplicidade entre Igreja e Império, surgiram concessões à primeira, culminando na imposição do ensino religioso nas escolas (GONDRA; SCHUELLER, 2008, p. 58).

toda a dignidade e honradez [...] hi digna credora de estima geral. [...] Morretes, 4 de outubro de 1861. (Ap. 129, 1861, v. 4, p. 63)

Já as primeiras letras, ou elementares, eram lecionadas como se fossem, atualmente, as séries iniciais, e o ensino secundário era ofertado, geralmente, nos colégios masculinos, enquanto que para as meninas os estudos eram acrescidos de algumas outras disciplinas como as prendas domésticas e disciplinas relacionadas às habilidades artísticas e pagas à parte (pintura, desenho, dança, canto). Relembrando que, da década de 1870 em diante, quando alguns colégios aceitam meninas, esta condição se refere apenas às classes inferiores (elementares), fato que acontece também inversamente.

Para as meninas, uma redução no campo da matemática e uma inclusão no campo da “ciência da casa”. Ao definir o repertório de saberes da escola primária, o Estado explicita o que pretende: agir sobre meninos e meninas. Ação que busca unificar a língua, selar ainda mais os vínculos do Estado com a Igreja católica e criar uma história para o Brasil, sendo o texto da Constituição uma peça-chave neste projeto, a ponto de ser recomendada, no corpo da lei, como leitura para as escolas de primeiras letras. (GONDRA; SCHUELLER, 2008, p. 54)

Logo, o núcleo comum inicial são a leitura, a escrita, noções de matemática e as aulas de religião, e variando de acordo com o colégio noções de geografia, história e o francês, já para os meninos, o acréscimo do latim. Algumas outras línguas são oferecidas, mas somente no caso de uma quantidade específica de alunos para sua abertura.

Nos anúncios destes colégios é possível captar o currículo das(os) professoras(es), normalmente, citando sua nacionalidade e lugares onde estudaram, possivelmente como forma de angariar mais alunos para suas aulas. Observemos os dois anúncios para efeito de comparação:

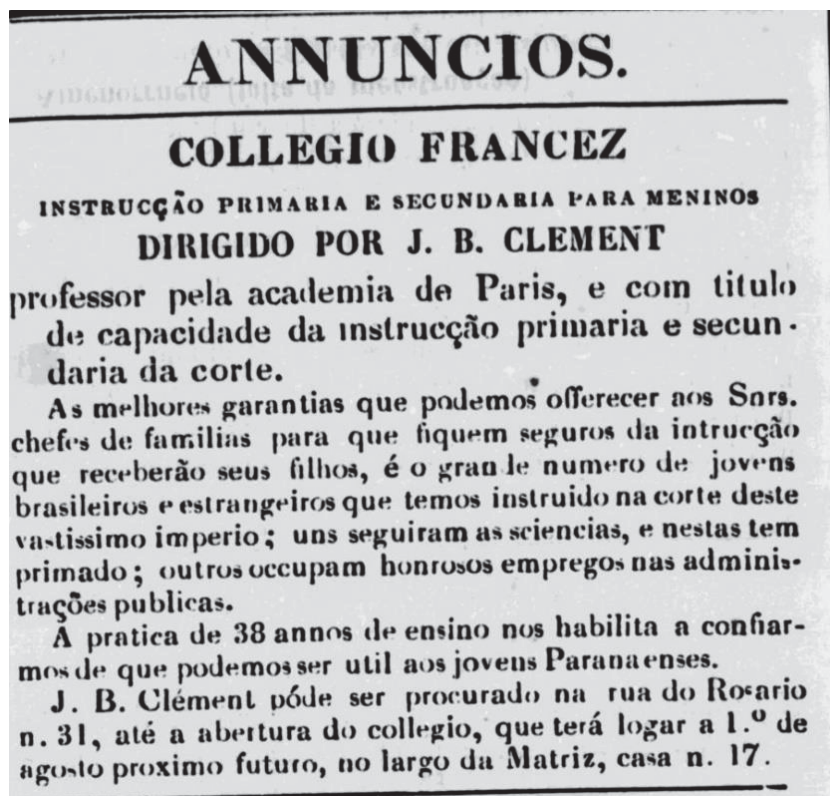


Figura 17 - Anúncio de jornal do Collegio Francez.

Fonte: *Jornal Dezenove de Dezembro*, 30 de julho de 1859.

Tomemos para análise inicial, por exemplo, o que nos diz o anúncio do Colégio masculino Francez, de J.B. Clement, que traz junto à habilitação francesa de professor o selo de autorização da corte para o cargo, uma espécie de demonstração do seu currículo.

O diretor fala diretamente aos pais, os chefes da família, e busca garantir que seus filhos sairão bem em qualquer colocação, seja no uso das ciências ou em cargos públicos, ocupações que não são mencionadas nos anúncios para moças. Tal informação nos deixa a par da diferenciação de objetivos contidos nos dois formatos de instrução ofertados. Então, boa parte de nossa análise será perpassada por tal informação, aos meninos uma educação que visasse a formação profissional ou o ensino superior⁹⁵, logo encontramos referências à escrituração mercantil ou ensino do desenho linear, do qual voltaremos a falar mais à frente, retórica e filosofia, por exemplo.

⁹⁵ “Somente em 1865, a Universidade de Cambridge irá abrir seus exames às moças, não ofertando ainda o grau acadêmico e, somente em 1875, surge uma lei que permite às universidades outorgarem a elas tal reconhecimento” (MAYEUR, 1991, p. 285).

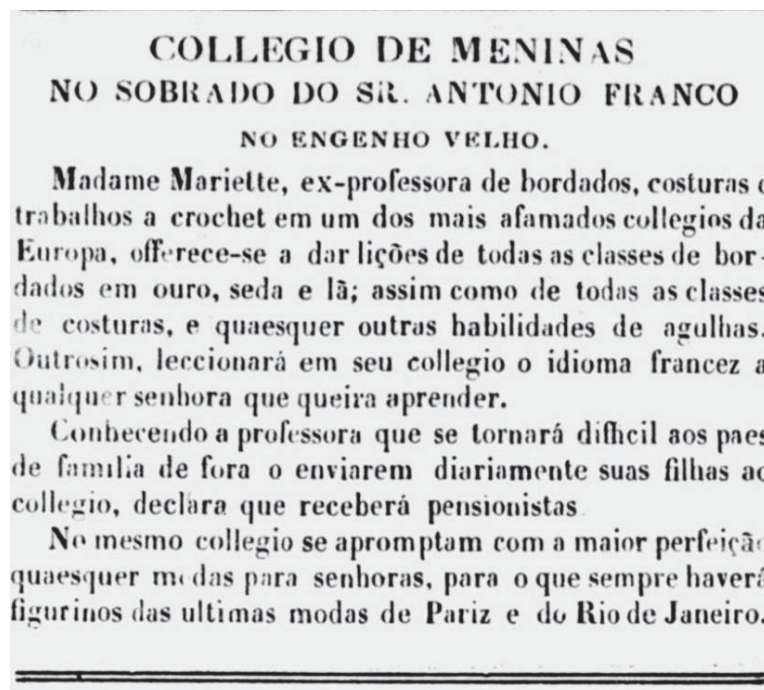


Figura 18 - Anúncio de jornal do Collegio de Meninas de Mde. Mariette.

Fonte: Jornal *Dezenove de Dezembro*, 11 de setembro de 1858.

Já Madame Mariette fora professora dos trabalhos de agulha em muitos colégios da Europa, não mencionando quais, porém atrelando ao seu currículo o nato francês, idioma desejado pela elite brasileira do período. Neste colégio de meninas o mote era outro, nada que remetesse às ocupações públicas e sim àquilo que estaria associado aos conhecimentos do lar, tal como bordados de todas as classes, o francês e ainda, no mesmo local, como anunciado, modelavam-se qualquer espécie de figurinos para as damas da sociedade, tomando como referências Paris e Rio de Janeiro. Essas referências nos revelam os espaços a que se destinava tal instrução ofertada no colégio: ao lar e aos locais recreativos em que as festas ocorriam.

Os discursos elaborados são claramente destinados a públicos distintos, para pais e mães, para filhos e filhas, para aspirantes a cargos públicos e, de outro lado, de afazeres do lar. O mundo social e seus engendramentos de poder, no que diz respeito a gênero, podem ser vistos nestes dois microcosmos, anunciados pelos colégios. Os trabalhos manuais ou de agulha são aclamados na instrução feminina, já na masculina as ciências e a carreira são o ponto diferencial, o público e o privado implicam em tarefas diferenciadas dentro da sociedade Oitocentista.

Para as meninas e mulheres das elites, o modelo de formação predominante consistia na aprendizagem de saberes dirigidos à administração da vida

familiar, bem como a aquisição de norma de condutas e hábitos de civilidade e sociabilidade, cujos paradigmas eram apropriados da cultura urbana e burguesa europeia, o que resultava na valorização da aprendizagem de línguas estrangeiras, sobretudo a francesa, além da música, do canto e da dança de salão. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 201)

Em geral, os trabalhos de agulha eram adjetivados de várias formas, como vemos no quadro: “bordado em todo o gênero”, “prendas domesticas, compreendendo todos os trabalhos de agulha, tapeçaria, bordados e crochet”, “bordados (ouro, seda, lã), costuras e trabalhos a crochê”, “Couzas, prendas de agulha”.

O fato de a instrução das meninas das classes mais altas ter um objetivo levemente mais amplo daquela destinada às camadas populares implica no uso diverso que o ensino dos trabalhos de agulha tinha na vida de cada uma.

Apesar de ambas terem acesso ao ensino das prendas domésticas, pelo menos, no que se refere aos programas das instituições públicas ou particulares, reforçamos que havia diferenças nas aplicações dos conteúdos, que variavam de acordo com o formato e com o espaço de aplicação dessa instrução. Como nos mostra o cronograma de Madame Taulois (fig. 20) as habilidades artísticas eram ministradas em horários diferenciados dos trabalhos com agulha, demonstrativo de que eram consideradas duas categorias distintas, tratadas de formas diversas nas negociações monetárias: “pintura e prendas domésticas”. Nas instituições voltadas a elite, as prendas domésticas não eram as únicas estrelas do programa feminino, já que as meninas tinham acesso aos dotes artísticos, se a família pudesse pagar. Nas instituições voltadas as famílias mais simples, uma educação pautada na possibilidade do cuidado com a casa e que também poderia ser usado para auxiliar economicamente a família. Entretanto, as moças de famílias mais ricas também se viram, em alguns casos, dirigentes de negócios familiares ou falidas e precisando se utilizar dos dotes alcançados para sobreviver.

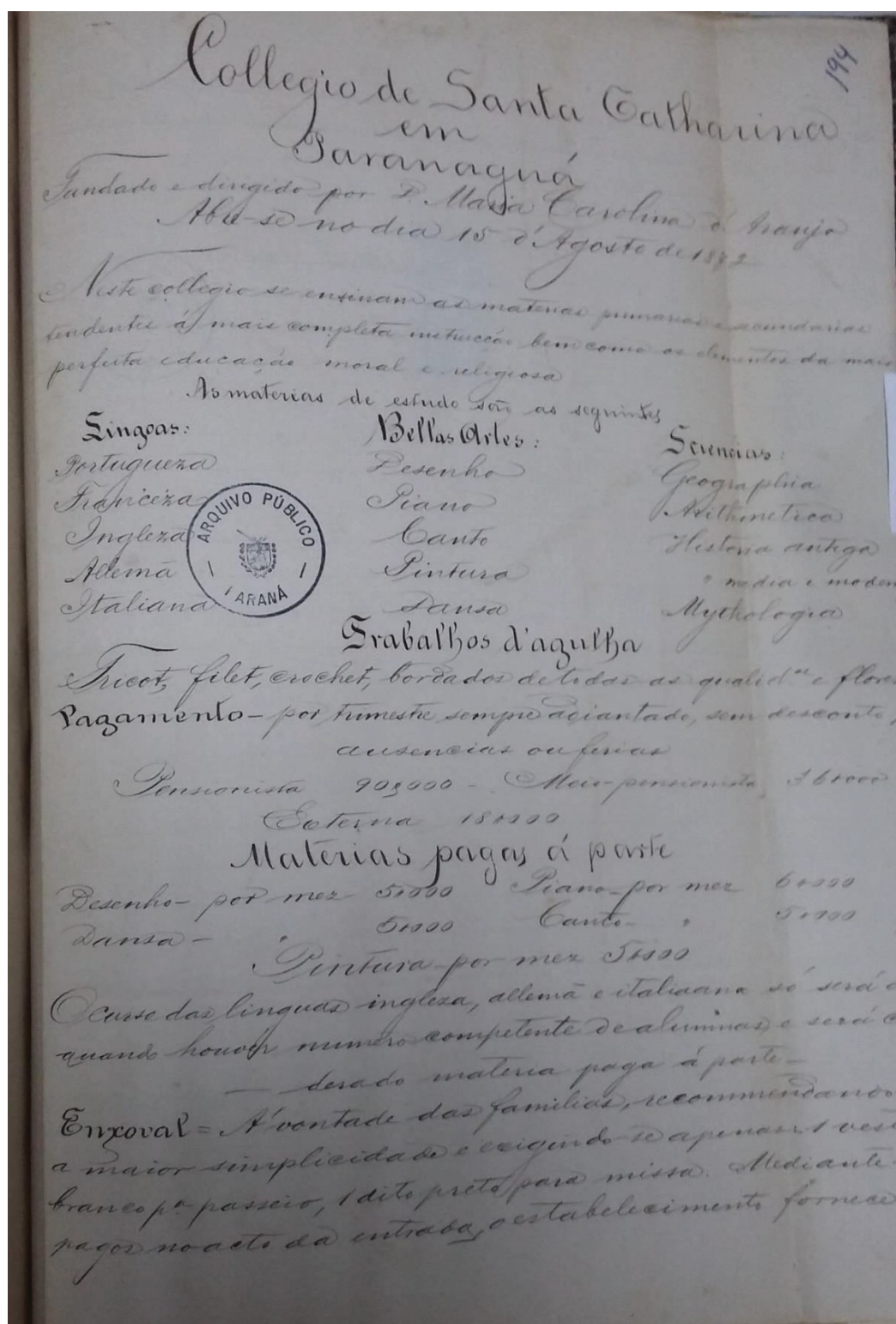


Figura 19: Regimento do Collegio Santa Catharina, 1872, Paranaguá.

Fonte: Arquivo Público.

O Collegio Santa Catharina, aqui regimentado nitidamente por D. Maria Carolina de Araújo, proprietária e diretora, apresenta-nos seus blocos de matérias: línguas, belas-artes, ciências e trabalhos de agulha. Ela deixa explícito, neste programa, que o campo de *bellas-artes* era diferenciado dos trabalhos de agulha, devendo cada uma das habilidades artísticas ser paga a parte pelos pais das meninas interessadas que pudessem arcar com tais gastos extras. Outra informação é que os trabalhos de agulha, como os de Madame Mariette são bem variados, além do bordado, o tricot e o crochet, o que deveria agradar aos pais. Ela pede simplicidade nos trajes a serem trazidos pelas alunas, um branco para passeio e um preto para a missa.

Outra observação que podemos tecer acerca dos programas e que perpassa a questão de gênero, diz respeito à importância dada à língua francesa na maior parte dos colégios particulares femininos e alguns masculinos, onde também se lecionavam latim, língua não ofertada às meninas e moças.

O latim e as demais disciplinas humanísticas, no Brasil imperial, tinham relação direta com a instrução preparatória exigida para ingresso na educação superior, geralmente nas faculdades de direito e medicina⁹⁶, e foi somente quando o Português entrou para o rol de matérias exigidas nos exames que este passou a figurar entre as disciplinas obrigatórias no ensino secundário, por exemplo (RAZZINI, 2000).

Obviamente, se nossa instrução foi pautada no modelo francês, suas marcas, mesmo que diluídas, estiveram presentes no seu desenvolvimento, como no caso do ensino das humanidades clássicas, que segundo André Chervel e Marie-Madeleine Compère (1999, p. 150)⁹⁷, no século XIX, iriam além da instrução e buscavam educar o espírito, a inteligência e a alma.

Educação liberal, mantém uma distância em relação a toda especialização. Nos colégios, não se aprende nada que seja diretamente útil às profissões que serão exercidas em seguida. A formação recebida por grupos de crianças e

⁹⁶ Vemos que as disciplinas determinadas nos exames para ambos os cursos, em 1831 e 1832, eram quase idênticas: “**Direito:** Latim, Francês, Inglês, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria, História e Geografia e Retórica. **Medicina:** Latim, Francês, Inglês, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria” (RAZZINI, 2000, p. 29).

⁹⁷ “As humanidades têm ligação com o modelo grego, de Isócrates (séc. IV a. C.), sendo utilizado também pelos romanos. Normalmente, os “autores romanos e os exercícios de composição em latim” eram essenciais, sendo que os textos gregos eram “considerados um ensino de luxo”. Aos poucos o ensino do francês adentra as escolas, contudo ainda ligado aos textos clássicos. “[...] A expressão humanidades clássicas só aparece no fim do século, época em que os partidários de uma modernização do ensino secundário falam de humanidades modernas, francesas e mesmo científicas. Os defensores do ensino tradicional opõem-nas, então, às humanidades clássicas, lembrando, assim, que esse modelo fora, durante muito tempo, hegemônico” (CHERVEL; COMPÈRE, 1999, p. 150).

jovens, nos estabelecimentos reservados a um pequeno grupo, pretende-se fundamentalmente gratuita, no significado moral do termo, desinteressada, desprovida de qualquer preocupação imediatista. Assim, o latim almeja ter um caráter eminentemente simbólico. Essa formação confere, àqueles que dela participam, uma marca indelével de pertencer à elite, sendo um signo de reconhecimento, se não pelo desempenho ou gosto pelas línguas antigas, pelo menos por uma certa familiaridade com frases ou citações latinas. Porém, liberal no sentido amplo do termo é, principalmente, preparação de homens livres, fazendo-os ascender, desde sua juventude, ao nível mais alto da criação e do pensamento humanos.

Aos jovens e futuros dirigentes da sociedade era prevista uma formação diferenciada daquela aplicada nas escolas de instrução pública, para além do domínio da língua nacional e das operações básicas na matemática. Ou seja, as humanidades impulsionariam a formulação de um pensamento mais complexo, abstrato e com fundamentos morais, levando a uma formação mais abrangente do que aquela destinada somente ao trabalho. A formação para uma profissão, nas classes mais ricas, viria no ensino superior.

Já o ensino do francês para as meninas da elite também estava ligado à sociabilidade que deveria fazer parte de sua instrução, no caso dos colégios particulares: “além do canto, da dança e da música, o estudo do francês e da literatura instruíam as jovens para o mundo dos eventos sociais: exigia-se desenvoltura e brilho nos salões” (CAMPOI, 2011).

O Colégio das James, em 1849, ou seja, antes da criação da Província do Paraná, propunha uma instrução feminina diferenciada daquela que viria a ser sugerida na instrução pública, trazendo, por exemplo, o estudo trilingue: língua nacional, o francês e o inglês.

Segundo Tânia Soares da Silva (2011) muitos imigrantes americanos vieram ao Brasil, na década de 1860, por meio de uma iniciativa do Ministério da Agricultura brasileira, na figura do ministro Paulo Souza, para conseguir fazer a indústria brasileira progredir, recebendo, assim, incentivos para imigrar e tendo apoio de grupos que entendiam que sua “religião e cultura anglo-americana” eram propícias ao “desenvolvimento econômico e político”. Contudo, os mais tradicionalistas os consideram ameaça ao “costume religioso católico brasileiro” (SILVA, 2011, p. 12), já que tinham ideias mais progressistas.

Apesar dos grupos de imigrantes serem, em geral, trabalhadores do campo, entre eles se encontraram aqueles considerados pelo governo aptos a serem utilizados na função de professores (OLIVEIRA, 1986). Se anteriormente à fundação da província a

valorização da instrução das crianças era pequena por parte dos pais brasileiros, a introdução de tal necessidade parece ter surgido lentamente dos hábitos trazidos pelos estrangeiros que, por sua vez, já valorizavam a educação de seus filhos.

As James, portanto, teriam sido as primeiras a ofertar tais costumes na região portuária de Paranaguá, dando início aquilo que viria a prosperar nos anos seguintes: a educação da elite nos colégios particulares.

Quando o Collegio Paranaguense (1856), de Madame Taulois, anuncia-se nas páginas do *Dezenove de Dezembro* é possível notar que o anúncio do ensino da língua francesa seria um chamariz aos pais da elite de Paranaguá, já que se falaria tal idioma todo o tempo, tanto quanto o ensino de conhecimentos ligados à arte que serão, em maior ou menor grau, ensinados às meninas. Percebemos que o Collegio Paranaguense tem uma oferta maior de matérias, justamente por acomodar três professoras, Madame Taulois e suas filhas, sendo que em colégios menores, atendidos por uma professora, o ensino contava com um programa mais enxuto, como no de Madame Mariette, por exemplo.

Ao final da década de 1870 alguns cursos voltados à educação feminina, na França, trabalhavam com disciplinas que consideravam uma benfeitoria em sua formação profissional, ficando, pois, a filosofia de fora dessa concepção, tanto quanto as matemáticas aplicadas e a ciência, posto que as mulheres não seriam as especialistas de tais áreas (MAYEUR, 1991).

Assim se revela que a mulher francesa continuou a ser educada sob a égide da “mãe educadora”, sendo instruída, por vezes, no grego a fim de ler para sua prole.

Impõe-se a tradição que pretende dar às raparigas um ensino sobretudo literário: tal como nos bons pensionatos a partir da Monarquia em Julho, estudava-se a língua francesa e pelo menos uma língua viva, a literatura francesa, as literaturas clássicas a partir de traduções, e as literaturas “modernas”, entenda-se, estrangeiras. (MAYEUR, 1991, p. 290)

No Brasil e no Paraná Oitocentista esta também foi a marca da instrução, em geral, ofertada às meninas. Sabemos que, inicialmente, as escolas secundárias estavam destinadas aos meninos, salvo raríssimas exceções na Corte ou em algumas capitais, e que as grandes dificuldades para funcionarem tornavam seus programas mais flexíveis, ensinando o francês e os trabalhos manuais (CUNHA; SILVA, 2010). Poucas ousaram ofertar uma educação mais similar ao modelo masculino, como Nísia Floresta. Porém, é possível visualizar que alguns destes colégios particulares femininos não anunciavam as

prendas domésticas, a exemplo de Mme Gabrielle Jeanne (1857) e da irmã Mme. Cadeac (1857), do Colégio de Santa Catharina (1872) e do Externato Santa Roza (1886).

A educação superior era ainda um sonho distante e que somente chegaria após muita insistência, por parte de algumas moças, como vimos na petição da aspirante Ernestina de Sá Ferreira, ao tentar ingressar nos cursos regulares da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA).

Para ambos os sexos, a instrução baseada no sistema francês de humanidades tinha um caráter moralizante, seja pelo viés dos textos clássicos, seja por não ter suprimido a influência religiosa, buscando formar o cidadão apto a se encaixar no novo mundo e que se tornaria propagador de tais ideais.

Dessa forma, vemos as representações tomarem forma no corpo das instituições de instrução particulares, masculinas e femininas, diferenciando seus programas de acordo com o que a sociedade entendia como funções a serem construídas para ambos os papéis, de homens e mulheres. Um deles, o masculino, seria público, o homem seguiria uma carreira, teria seu ganha pão para sustentar aquela que cuidaria, instruiria e guardaria sua família: a mulher. Ele poderia escolher seguir uma carreira que englobasse a administração pública, como o direito, ou ainda se utilizar das ciências, como na medicina.

Além do diferencial de gênero, a instrução nos colégios particulares trazia outra marca, a econômica, relativa à classe social. Todos os colégios exigiam de seus pensionistas que trouxessem um enxoval, o que encarecia ainda mais o custo para as famílias. Tanto é que existiam dois formatos para aceitação destes alunos, em regime de pensionato ou externato, o que mostrava que nem todos poderiam pagar tais valores.

Abaixo trazemos o anúncio com o regulamento da instituição de Madame Taulois, no Jornal *Dezenove de Dezembro*, em que podem ser observadas as diferenças de horários entre os pensionistas e os externos (que somente assistiriam às aulas), além do enxoval exigido das alunas no primeiro formato:

REGULAMENTO DO COLLEGIO.

PENSIONISTAS.

As segundas, quartas e sextas.

- Às 6 horas, levantar-se, vestir-se e rezar.
 7 " estudar as lições do dia.
 8 " almoço de garfo.
 9 " ler, escrever, contar, grammatica portugueza.
 11 " desenhar e pintar.
 12 " segundo almoço ligeiro, dança.
 1 " trabalho de agulha, crochet.
 3 1/2 " jantar.
 repouso ou passeio.
 6 " estudar as lições do dia seguinte.
 7 " cear.
 8 " rezar e deitar-se.

As terças, quintas e sabbados.

- Às 6 horas, levantar-se, vestir-se e rezar.
 7 " estudar as lições do dia.
 8 " almoço de garfo.
 9 " ler o francez, escrever, contar.
 11 " geographia e historia.
 12 " segundo almoço ligeiro, dança.
 1 " trabalhos de agulha e bordados.
 3 1/2 " jantar.
 repouso ou passeio.
 6 " estudar as lições do dia seguinte.
 7 " cear.
 8 " rezar e deitar-se.

O piano é constantemente leccionado.

EXTERNAS.

Estas seguirão o mesmo regulamento, unicamente virão para o collegio ás 9 horas e sairão ás 3 e meia.

Cada materia ensinada separadamente no collegio se pagará:— por doze lições 6\$000, sendo só occupada a hora que se convencionar.

As pessoas que desejarem tomar lições particulares em suas casas pagarão 1\$500 por hora.

As meninas que dormirem no collegio devem trazer:— sua roupa e um vestido preto para ir á missa, roupa de cama, colchão e travesseiro, um espelho, pente fino, dito de alizar, escova de dentes, dita de unhas, banha para o cabello, e sabonete.

Pavanaguá, 20 de março de 1856.— *Joé F. Taulois, Gabrielle Jeanne, Eugénie V. Cadeac.*

EDITAL

Figura 20: Regulamento do Colégio de Madame Taulois.

Fonte: *Jornal Dezenove de Dezembro*, 04 de abril de 1856.

No anuncio do colégio de meninos de Jacob Mueller encontramos, além dos itens exigidos no enxoval, os valores que seriam pagos por aquelas famílias que desejassem o serviço de lavanderia, para os pensionistas que aprenderiam apenas as

primeiras letras e o valor de acréscimo para cada curso de línguas ofertado no programa. Caso o aluno ficasse doente, as despesas correriam por conta da família.

Não podemos deixar de salientar a abertura do anúncio que faz menção às questões de higiene do estabelecimento, condição que começara a ser apreendida e apreciada pela sociedade do período.

COLLEGIO DE MENINOS
EM
CURITYBA.

O director do collegio de meninos em Joinville, na colonia D. Francisca, faz publico que mudou o seu estabelecimento para esta capital. As aulas hão de principiar a funcceonar no dia 15 do corrente mez. A boa moral e a saude dos alumnos são vigiadas paternalmente. Ensinase as primeiras letras, doutrina christã, grammatica portugueza, allemão, latim, grego, francez, inglez, arithmetica, algebra, geometria, trigonometria, stereometria, escripturação mercantil, geographia, Historia Sagrada, geral e patria, historia natural, physica, calligraphia e desenho, musica vocal e gymnastica. Recebem-se alumnos pensionistas e externos. Para os pensionistas, que aprendem só as primeiras letras, paga-se 360\$000, e para os discipulos mais adiantados 420\$000 annuaes. Alem disso paga-se 40\$000 por anno para os alumnos, cuja roupa se lava, concerta e engomma no collegio. As pensões serão pagas trimensalmente adiantadas sem desconto algum pela retirada do alumno, quer temporaria, quer definitivamente. O piano e a rabeca ensina-se no collegio mediante 1\$000 por lição de uma hora, pagando-se alem disso 20\$000 por anno para o uso do piano. Para os alumnos externos de primeiras letras paga-se 3\$000 e para os discipulos já mais adiantados 4\$000 mensaes. Cada pensionista trará cama, colxão, lençoes, fronhas, cobertor, colxa, bacia, toalhas, pente, e guardanapos. No caso de doença que puder ser tratada no collegio, os pais pagarão o medico e mais despesas.

Sendo o abaixo assignado, director, acompanhado por todos os discipulos pensionistas, que tinha no seu collegio em Joinville no findo anno lectivo, de maneira que abrirá as aulas deste novo collegio com 17 alumnos internos, pôde provar por essa circumstancia, que bem mereceu a confiança dos pais que o conhecem e sabem apreciar o seu zelo e aptidão profissional. Por isso espera encontrar nesta capital a mesma confiança, promettendo desempenhar conscienciosamente as funcções do seu difficil magisterio.

Curityba, em 5 de Fevereiro de 1869.

O director—*Jacob Mueller.*

CURITYBA.—TYP. DE C. M. LOPES.

Figura 21: Anúncio do Collegio de Meninos de Jacob Mueller.

Fonte: Jornal *Dezenove de Dezembro*, 1869.

O enxoval dizia respeito ao material de higiene pessoal, como as roupas utilizadas no colégio e nas saídas externas, geralmente para ir à missa, como mencionado no de Madame Taulois. O colégio Saldanha também anuncia seu uniforme: “Consistirá em um vestido branco com avental preto, e que será usado quando as alumnas tiverem de sahir incorporadas com a respectiva Directora” (Jornal *Dezenove de Dezembro*, Coluna *Annuncios*, 30 de dezembro de 1886).

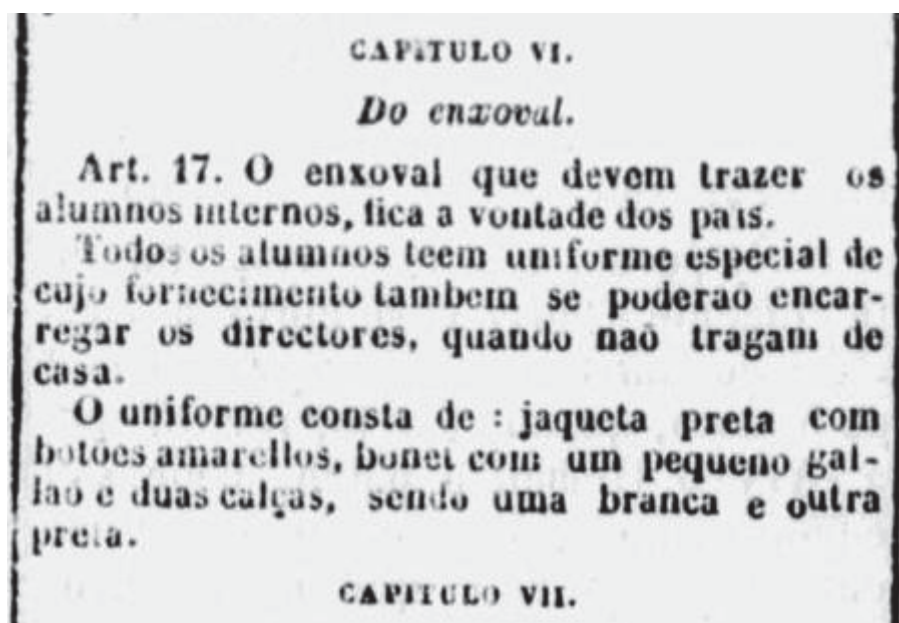


Figura 22: Uniforme do Collegio Serapião.

Fonte: Jornal *Dezenove de Dezembro*, 8 de julho de 1874.

Em alguns dos colégios havia a descrição de um uniforme mais específico, como no anúncio do Collegio Serapião: “jaqueta preta com botões amarelos, boné com um pequeno *gallao*, uma calça preta e uma branca”.

Os anúncios dos colégios particulares nos trazem outras informações além destas até aqui exploradas. Seria aquele referente a um conhecimento que extrapola o elementar, o das humanidades e o estudo das línguas, aparecendo ora de forma discreta, ora de forma a ser notado como diferencial entre os programas: as habilidades artísticas, que aparecem em 1849 no programa do colégio das James, em Paranaguá:

Doutrina cristã, leitura, caligrafia, aritmética, línguas portuguesa, francesa e inglesa gramaticalmente, geografia, história, música, piano, dança, desenho e bordado em todo o gênero e o que mais faz parte de uma completa educação. (SANTOS, 2001, p. 290)

Na década seguinte torna a aparecer nos anúncios de tais colégios, femininos e masculinos, observados aqui os de Madame Taulois (fig. 20) e, abaixo, no de Germano Lainsten (1856):

GERMANO Lainsten participa aos paes de familias, que no dia 1.º de janeiro vindouro abrira um collegio de educa-ção para o sexo masculino na casa n. 15 da rua da Entra-da desta cidade.

No collegio receberão os alumnos uma completa educa-ção physica, moral e intellectual, a saber: religião christa, leitura, calligraphia, grammatica nacional, arithmetica e geometria, geographia e historia, especialmente a geogra-phia, historia do Brasil e historia natural; linguas latina, franceza e allemã. Logo que o estabelecimento tenha adquirido um numero tal de alumnos que assegure a sua duração, o plano de estudos será augmentado com a aber-tura de aulas de inglez, rhetorica, philosophia, musica, desenho e gymnastica.

O collegio terá pensionistas internos, meios pensionistas e alumnos externos. Os 1.ºs pagarao 20\$000 mensaes, os 2.ºs 15\$000, e os 3.ºs 10\$000; tomando lições das mate-rias contidas no plano actual, e logo que se queira matri-cular nas aulas que se forem estabelecendo pagarao mais 4\$000 mensaes por cada uma. Os pagamentos effectuam-se todos os mezes adiantados.

Não se recebem pensionistas internos maiores de 15 annos. Os pensionistas internos sao obrigados a trazerem o enxoval e objectos que consta do regulamento do col-legio.

Estando o director do estabelecimento habilitado com a competente licença da inspectoría geral de instrucção pu-blica pôde ser procurado na casa de sua residencia para prestar todas as informações ácerca da admissão de alum-nos.

Figura 23: Anúncio do Collegio de Germano Lainsten.

Fonte: Jornal *Dezenove de Dezembro*, 17 de dezembro de 1856.

No programa dos meninos, de Germano Lainsten e de Jacob Mueller (fig. 21), a valorização da educação física e, nos de Joaquim Serapião do Nascimento (vide quadro de disciplinas), a escrituração mercantil⁹⁸, nos colégios de meninas, as prendas domésticas e os dotes artísticos.

⁹⁸ O Instituto Comercial do Rio de Janeiro, buscando formar profissionais na área da escrituração contábil, cria uma disciplina para o seu ensino em 1863. (SEVERO, Fernanda. *A Evolução da Escrituração Contábil no Brasil*. Trabalho de conclusão do curso de bacharel em Ciências contábeis, UFRS, 2010)

Contudo, as prendas domésticas, seja no colégio particular ou público, assumiam o modelo social escolhido para as futuras mães de família, seja ela rica ou pobre: “a mulher pela sua atividade doméstica, contribui para a ‘felicidade do lar’” (MAYEUR, p. 286).

Dentro dos colégios particulares femininos se encontravam, às vezes, algumas meninas que, de fato, encarariam o conhecimento recebido como profissão, recebendo o auxílio do governo provincial para estudar. Após receberem uma formação completa, retornariam o investimento sendo professoras da instrução pública.

[...] a providencia que com toda a sabedoria tomou a patriótica assembléa provincial, de subvencionar a um estabelecimento de educação n’esta capital, foi uma provocação muito eficaz, que determinou, como já disse, a Mme. Gabriella Jeane estabelecer um collegio, aonde ensina primeiras letras, noções de geographia e lingua franceza. Neste collegio, por contracto celebrado com o digno antecessor de V. Ex.^a, forão admittidas como pensionistas da provincia e com obrigação de se sujeitarem ao magistério publico, três meninas, as duas pobres seguintes: Leocadia pupila do comendador Manoel Gonçalves de Moares Rozeira e Francisca filha do continuo da Thesouraria Candido Gonçalves de Guimarães. A terceira Anardina, é filha do professor de 1^a letras d’esta capital e foi admittida em retribuição dos serviços prestados pelo pai que exerce o magistério desde o anno de 1835. (CARVALHAES, 1857b, p. 40-41)

A maior das possibilidades, além do casamento, ofertada a estas mulheres que estudaram nos colégios particulares foi o magistério, fosse ele público ou na forma de aulas particulares. Essa seria uma forma de continuar a disseminar os conhecimentos obtidos e receber uma renda em uma profissão considerada condizente com a condição feminina no Paraná Oitocentista, assim como em outras províncias.

Verificamos até aqui que a instrução realizada dentro dos colégios particulares buscava modelar as ações das meninas (e meninos) dentro de uma cultura previamente elaborada e esperada pelas famílias mais abastadas, já que isso influenciaria a vida de todos eles. Nossa percepção é de que, nos colégios particulares femininos, não eram apenas as prendas domésticas o foco da variação curricular em relação ao sexo masculino. Nos colégios particulares femininos também foi dada grande ênfase aos conhecimentos artísticos: dança, canto, desenho, pintura.

Então, o primeiro dos dotes artísticos que observamos presente, como conteúdo, nos programas das escolas particulares, masculinas e femininas, é a música, que assumira papel importante na sociedade brasileira, como em outras regiões do mundo. Percebemos que a música estava presente nas aulas de piano tanto quanto nas de canto

vocal e de dança. A apropriação de modelos de conduta estrangeiros aparece nos programas ofertados aos jovens, na valorização do ensino das línguas ou da arte (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 201).

O ensino de tais dotes artísticos, no Brasil, foi um campo propenso à aceitação feminina, absorvendo, em um primeiro momento, mulheres estrangeiras, e, mais tarde, já difundido entre as senhoras paranaenses, propagando-se internamente.

Refiro-me, neste caso, a essa categoria profissional, por assim dizer, formada por mulheres europeias, principalmente alemãs e inglesas, que se espalhou pelas principais capitais do Brasil, entre as quais destacamos Curitiba, cidade onde Caroline Tamplin estabeleceu-se como professora de piano, desenho, pintura e línguas. Ou seja, Caroline, ver-se diante de circunstâncias difíceis, valeu-se dos atributos que uma educação esmerada lhe concedera. (GILLIES, 2007, p. 83)

A atividade musical entre meninas e meninos fomentou até mesmo o mercado de venda de instrumentos, por exemplo:

Até 1850, mesmo famílias importantes de senhores de engenho do interior baiano não tinham jamais visto um piano. Harpa, rabeca e violão eram os instrumentos europeus mais comuns até meados do século XIX, bem como cítara e cravo, estes menos conhecidos. Instrumentos que foram, no Brasil, pautados por ritmos afro-brasileiros, onipresentes por causa da onipresença da escravidão afro-brasileira. Esse quadro sofreu alteração a partir de 1850, com o aumento das importações de pianos, que se transformou em mercadoria fetiche dessa fase econômica e cultural. Desenvolveu-se um importante mercado para esse instrumento. Pianos de todo jeito eram comprados à vista, de segunda mão, a prazo, alugados. (GILLIES, 2007, p. 88)

Os instrumentos apareciam para venda ou leilões e, quase sempre, nos folhetins dos jornais e na literatura as senhoras e senhoritas eram retratadas como distintas pianistas, balizando que a elas esta era atividade quase indispensável ao convívio social:

Leilões – Terão lugar hoje os seguintes: de moveis, piano, espelhos, relógio e ornamentos á rua Engenho Velho n. 103. E, ás 4 horas da tarde. (Jornal *Dezesseis de Julho: Orgão Conservador*, 22 de novembro de 1869, ano I, n. 36, p. 3)

As terras paranaenses, no ano de 1880, receberam um ilustre viajante, D. Pedro II, que foi acompanhado pelo jornalismo da época. Ao registrar seu itinerário, captou-se também sutilezas da cultura artística já disseminada, observada na convivência dessa camada social e, por isso, imaginamos que este seria mais um fato que justificaria sua inserção nos programas dos colégios particulares.

A vida pública tomaria uma importância muito maior do que já tivera anteriormente, os eventos modernos exigiam a participação de homens e mulheres: concertos, saraus, exposições, peças de teatro. Um pouco dessa arte compartilhada publicamente, em Curitiba, é visualizada através da narrativa da visita do casal imperial:

[...] Às 8 horas da noite, dignando-se aceitar o convite que lhes fizera a comissão de recepção, foram SS.MM. e distinta comitiva ao salão do Museu assistir ao concerto musical e sarão dansante, em que se demoraram, retirando-se à meia noite, depois de servido o chá. Esteve animada essa reunião, a que compareceram cerca de 200 cavalheiros e senhoras. [...] Ao acabar a missa, foram suas majestades ao vasto salão da inauguração ao oeste da capela, onde um outro docel estava preparado para este ato. Nesse salão artisticamente decorado via-se o retrato em tamanho natural de sua majestade o imperador e das paredes desprendiam vários quadros, escudos elegantes, com as expressões latinas. (Jornal *Dezenove de Dezembro*, 29 de maio de 1880, ano 27, n. 2050, p. 1-2)

Na despedida de Dom Pedro II, novamente, a música se indica como atividade presente na vida das mulheres da elite, já que todas as damas que acompanhavam a comitiva tiveram a oportunidade de demonstrar o que suas famílias lhes proporcionaram:

Dia 5: Como disséramos no último número, Sua Magestade o Imperador fizera o exame do porto de Antonina, concluído o qual regressou à terra. [...] Grande numero de pessoas das mais gradas dessa cidade, contando-se alguma senhoras, acompanharam SS. MM. a Paranaguá, tomando a bordo do <<Rio Grande>>. [...] A' Exma. Sra D. Rosalda cunhada do Dr. Grillo, a convite de S.M. o Imperador, foi mais de uma vez ao bello piano, que tem a bordo o <<Rio Grande>>, e ahi fez ouvir a sua extensa e melodiosa voz, em vários trechos escolhidos que cantou, sendo unanime e vivamente apreciada. Tocaram e cantaram também outras senhoras, sendo assim divinizadas as horas de tão pittoresca e bella travessia. (Jornal *Dezenove de Dezembro*, 9 de junho de 1880, ano 27, n. 2053, p. 1)

Assim são reafirmadas as razões de nossa busca nos colégios particulares: os conhecimentos ou dotes artísticos. Esses conhecimentos artísticos demonstram quanto o ideal de mulher burguesa foi pautado por tal aprendizagem, justamente por lhes atrelar um valor simbólico, sendo que o investimento de seus pais seria válido, provavelmente, na hora de um vantajoso enlace matrimonial, devidamente planejado:

O casamento entre famílias ricas e burguesas era usado como um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do *status* (ainda que os romances alentassem, muitas vezes, uniões “por amor”). Mulheres casadas ganhavam uma nova função: contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriãs e na vida cotidiana,

em geral, como esposas modelares e boas mães. [...] Num certo sentido, os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. Em outras palavras, significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido. Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas (e serviçais) cuidavam da imagem do homem público [...]. (D'INCAO, 2015, p. 229)

Tais saberes também tinham importância fundamental no convívio social entre as famílias, fomentando o entretenimento caseiro e da própria comunidade:

No Rio de Janeiro, como em Curitiba e certamente em outras cidades, a noite comum em família podia ter um ar de festa. Mesmo sem motivo especial o grupo doméstico reunido improvisava distrações: recitavam poesias, representavam e dançavam, mas principalmente desfrutavam os prazeres da música, tocando e cantando, porque a música era o grande entretenimento nas noites domésticas. O piano era muito nobre e apreciado, mas, sendo mais caro, era um instrumento comum nas casas das famílias mais abastadas; quanto à maioria da população, em cujas moradias a música não era menos apreciada, tocavam e cantavam ao som do violão e dos instrumentos de percussão. (GILLIES, 2007, p. 223-224)

Os programas de tais estabelecimentos vão buscar acatar esses ideais, que perpassam a figura da esposa (virtuosa, mas também boa anfitriã), fixando os dotes artísticos como uma das condições para atingir ou manter o prestígio das famílias nesse período, ocasionando uma maior valorização sobre os mesmos, de forma que notamos seu uso como diferencial dos colégios particulares em relação à instrução pública.

A arte⁹⁹ também é um dos meios em que vemos reproduzidas as relações de gênero e poder no Paraná Oitocentista, assim como em outras regiões, e na qual encontramos visualmente as representações da mulher e de seus papéis nessa sociedade.

As mulheres apareceram na arte, na maior parte das vezes, como representadas do que como criadoras, e cabiam dentro de alguns modelos, entendidos como

⁹⁹ Duas podem ser as ideias que permeiam a arte com relação ao termo moderno: a primeira é exaltar o antigo como expressão de algo moderno (LE GOFF, 2003), usando referências a povos da Antiguidade e que vieram a servir como modelo no Renascimento, por exemplo, e depois para o Humanismo que se faz presente na arte do final do XVIII e parte do XIX, na Europa. A segunda ideia de moderno está ligada a essa mesma querela de antigos/modernos, agora sob a égide de românticos/clássicos que vai se desenrolar, em grande parte, durante o século XIX e que desemboca “na luta contra o academicismo e o tema da arte para todos” (LE GOFF, 2003, p. 188), pontapé inicial do moderno na arte. Logo, no antigo a obra-prima estava ligada à elite e no moderno deveria ter um cunho mais social, de onde os termos, artes maiores e menores, seriam abolidos (LE GOFF, 2003). Por consequência, tais discussões influenciam, mesmo que tardiamente, a produção no Brasil.

arquétipos, ou seja, muitas delas eram encaixadas em padrões de comportamento que condiziam com o que os artistas homens pintavam: “a madona, a sedutora, a musa” (HIGONNET, 1991, p. 297).

Dentro dos modelos representados para as mulheres, na Europa, havia duas posições possíveis, aquela tida como “normal”, em que cabiam a vida doméstica e domesticada, e outra “desviante” e ameaçadora, na qual os homens encaixavam mulheres que não se enquadravam no padrão clássico das madonas: “prostitutas, profissionais, ativistas, parte das trabalhadoras e as negras” (HIGONNET, 1991, p. 299). Logo temos mulheres que, apesar de ousarem ao exercer uma atividade artística entre os homens, muitas vezes não ousavam nos temas, além daqueles permitidos pela sociedade da época. Já outras ousaram assumir uma produção mais ousada, fora dos modelos para mulheres, e foram censuradas (HIGONNET, 1991).

Os temas trabalhados eram aqueles que estavam ao alcance do mundo que lhes era permitido, o doméstico. E algumas se destacaram em suas pinturas mesmo sendo discretas, outras ousaram atravessar a linha que as separava do mundo “normal” do considerado “desviante”, seja por ímpeto artístico ou por necessidade.

O binarismo, masculino/feminino, dotava apenas o primeiro do espírito de gênio, ou seja, o homem era criador e a mulher somente se encaixava na arte como imitadora/copiadora ou ainda como intérprete, nunca como aquela que orquestrava algo original (HIGONNET, 1991).

Então, dentro desses padrões impostos até mesmo à criação artística, houve mulheres que se sobressaíram ao questionar o padrão imposto a elas, mesmo sofrendo sanções, como a pintora Mary Cassatt¹⁰⁰, ao não se casar, apoiar as sufragistas e pintar um mural sobre a “mulher moderna”. A artista, de família abastada, pode estudar na França, ter contato com variadas obras no Museu do Louvre, participando do círculo de pintores impressionistas franceses. É possível ver em suas pinturas uma tendência mais modernista em relação ao formato, mesmo que seus temas ainda circulassem em torno de temas permitidos as mulheres.

¹⁰⁰ Mary Stevenson Cassatt (1844-1926) nasceu em Allegheny, Pensilvânia (EUA), sua família era favorecida economicamente. Viveu boa parte de sua vida na França. Torna-se amiga de Edgar Degas, faz parte do grupo dos impressionistas, o que a impulsionou a pintar cenas externas. Seus trabalhos reproduzem a vida social e privada das mulheres, com ênfase nos laços íntimos entre mães e filhos. Disponível em: <marycassatt.org>. Contudo temos o mural produzido para a exposição Colombiana Mundial de Chicago em 1893. Nesse mural ela exaltou a mulher moderna, que não usava espartilhos e ainda passava adiante os “frutos do conhecimento”. As críticas não foram boas e o mural sumiu logo após o término da exposição. O mural tinha em torno de 17m X 3m. (WHITE, 2011).

Houve ainda aquelas que exerceram a pintura dentro dos padrões mais tradicionais da época, como no caso da pintora vitoriana Kate Dickens Perugini¹⁰¹ (sobrenome do segundo marido), que trabalhava pintando a família e o mundo privado, entretanto com uma vida social agitada. Ou seja, sua pintura demonstrava a forma de viver das mulheres mais tradicionais de sua classe, contudo ela era uma moça de elite com privilégio de participar ativamente de um círculo artístico de elite da Grã-Bretanha, o que lhe possibilitou, tanto quanto a Mary Cassatt, ser uma mulher pintora e com acesso aos meios para isso: educação, visita a museus, rede de sociabilidades, entendimento por parte da família.

Já o nosso maior interesse, agora, está voltado ao ensino do desenho e da pintura anunciado nos programas dos colégios femininos.

Inicialmente, tais conteúdos estiveram presentes no programa de ensino dos colégios particulares masculinos (desenho) e femininos (desenho e pintura), mas com o tempo isso também foi se alterando.

Entre as profissões que se firmavam como necessárias ao progresso da Província, seja pela criação dos cursos superiores e profissionais, seja pelos viajantes já formados que aqui vieram trabalhar, muitas delas passavam pelo estudo do desenho, que iremos explicar primeiro.

Assim, encontramos menção ao desenho no programa feminino dos colégios particulares. Logo, se somente aos meninos era destinado o desenho ligado à geometria, o que poderia significar este “desenho” indicado no programa dos colégios particulares femininos?

Como mencionado anteriormente, a Lei Guizot (1833) torna obrigatório o ensino do desenho linear¹⁰² nas escolas primárias superiores para meninos na França. Já para as meninas, somente entrou em vigor em 1836, momento em que virou ferramenta fundamental e obrigatória, presente nos níveis elementar e superior (TRINCHÃO, 2004, p. 201).

¹⁰¹ Filha de Charles Dickens, teve educação privilegiada assim como os irmãos, somada a muitas viagens. Sua afinidade pelo desenho levou-a a ser matriculada em aulas de arte no Bedford College, na Grã-Bretanha. Seus trabalhos se concentraram em torno de retratos, exibidos na Royal Academy, na Society Watercolor Painters e na Society of Lady Artists. (HAWKSLEY, 2017).

¹⁰² O desenho linear nesta perspectiva seria “interpretado como uma transposição, à escala do operário, da geometria descritiva de Gaspard Monge”, isto é, uma forma de tornar mais acessível a comunicação e o entendimento entre operários e superiores, como engenheiros (D’ENFERT, 2007, p. 37).

Em Portugal, foram dois os caminhos do desenho na instrução, um “de conhecimento rudimentar elementar” e outro de “caráter científico embutido nas ciências exatas”¹⁰³ (TRINCHÃO, 2004, p. 167).

No Brasil Oitocentista, quando o Estado começa a elaborar o formato da instrução pública, o desenho adquire uma posição nesse novo sistema e, ao fazer parte do programa dos Liceus (1836), é abraçado

[...] como saber importante ao ensino público nacional, nos moldes de disseminador de cultura geral, e como um saber necessário à formação profissional do cidadão, à indústria, e à economia do país e, também na formação do educador. (TRINCHÃO, 2004, p. 175)

Nossa instrução foi elaborada aos moldes franceses e portugueses, sendo que uma outra pista sobre o ensino feminino nos é apresentada na publicação portuguesa “Elementos de Desenho Linear” de O.D.C. (1853), dedicada aos princípios do desenho linear utilizados nos bordados e atividades das meninas (TRINCHÃO, 2004, p. 289).

O desenho linear teria sido usado como parte dos procedimentos para os trabalhos de agulha, por exemplo, tendo tais princípios sido seguidos nas “Escolas Normais Brasileiras, inclusive a da Bahia” (TRINCHÃO, 2004, p. 202), contudo, no Paraná Oitocentista isso só veio a ser aplicado mais tarde na instrução pública, na década de 1870, aparecendo inicialmente nos colégios particulares que, por sua vez, traziam muitas mestras e mestres franceses que deviam adaptar seu programa ao exigido em solo brasileiro, de forma a torná-lo atraente para os pais.

Imaginamos que ambos os gêneros tinham um contato inicial com o desenho linear, que como vimos acima se trata da base, ou dos rudimentos do desenho (vindos da Geometria), e imaginamos que esta tenha sido comum aos programas nos quais aparece, ou seja, meninos e meninas nos colégios particulares, possivelmente, tiveram acesso a esse formato, como indicou a historiografia da educação de Portugal e da França. Pressupomos que, no caso dos meninos, isso se daria introduzindo, gradualmente, um desenho mais elaborado e voltado ao ensino técnico, e às meninas propondo um uso para seus trabalhos de agulha e/ou servindo de base para suas pinturas.

¹⁰³ “[...] noções elementares do Desenho – Desenho Linear – e do seu viés científico que sempre apareceu embutido nas ciências exatas – a Geometria, como no caso da geometria plana, da Geometria Espacial [...]” (TRINCHÃO, p. 167).

Na cartilha *Princípios do Desenho Linear – Compreendendo os de Geometria Prática, pelo methodo do ensino mutuo* (1829), de D’ Albuquerque e A. F. P. e Hollanda Cavalcanti, são ensinadas ao professor as finalidades do ensino do desenho linear, já que a própria escrita se faz de traçados, familiarizando os alunos dos anos finais com palavras ligadas à geometria (diâmetro, retângulo, paralelas), e o friso de não se utilizar instrumentos para habituar as mãos e olhos ao desenho:

Não he sómente a mão, que convem exercitar, a vista deve adquirir a exactidão, e preciso na estima das distancias das linhas dos contornos. [...] Os discipulos não se servem de regoa esquadro, nem compasso: convem que o habito baste a formar as figuras com maior regularidade. Estes instrumentos não estão nas mãos dos Decuriões senão para delles se servirem-nas verificações: a experiencia tem mostrado, que a não ser hum menino inteiramente estúpido, vem assim a traçar linhas rectas, circulos, ellipses e diversas dessas figuras, com huma correcção singular. (D’ALBUQUERQUE; A.F.P.; CAVALCANTI, 1826, p. 5)

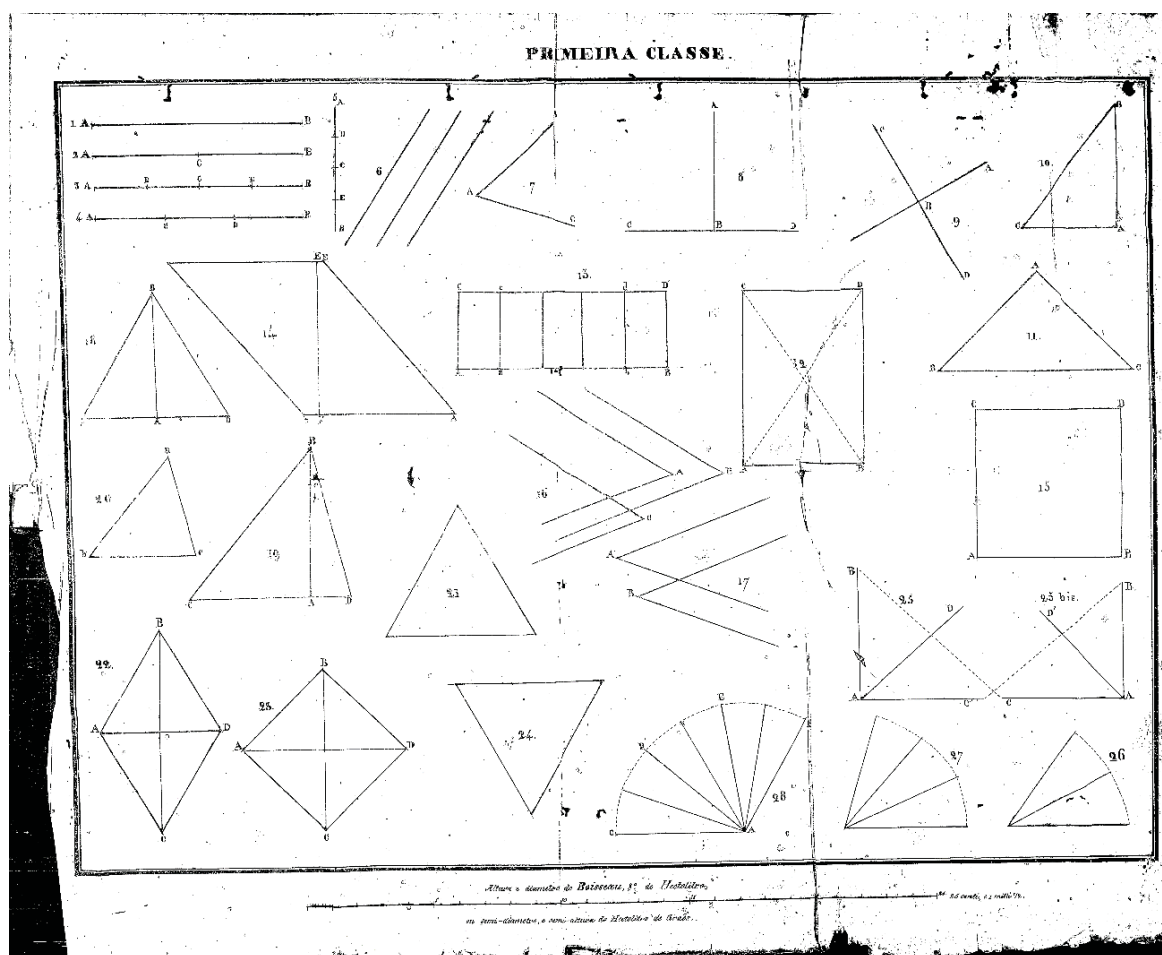


Figura 24: Conteúdos a serem ensinados na 1ª classe.

Fonte: D’ALBUQUERQUE; A.F.P.; CAVALCANTI, 1826.

A figura acima demonstra de onde se partia no desenho linear, do traçado das variadas linhas e da sua utilização para compor as figuras geométricas.

Utilizamos também o decreto que criava a Escola Normal na Província do Paraná, década de 1860, que por sua vez seria a formadora de professores primários, para mostrar algumas das diferenças no ensino do desenho linear para ambos os gêneros e dos conteúdos que seriam ensinados na instrução elementar:

Art.1º. Fica desde já creada nesta capital uma escola normal constituída em externato, na qual se preparem mestres e mestras para ensinar as primeiras letras.

Art. 2º. O curso desta escola será de dous annos, e comprehenderá: [...]

6º Geometria plana para o sexo masculino.

7º Desenho linear, até jarros, para o sexo feminino. (*Dezenove de Dezembro*, coluna *Assembléa Provincial*, 31 de março de 1866, p. 3)

No desenho de jarros, contudo, presume-se um certo conhecimento dos tipos de linhas (retas, curvas), das figuras geométricas, assim como de volume para sua construção. Os vasos compreendem o uso de todos estes elementos básicos do desenho, como podemos ver na figura:

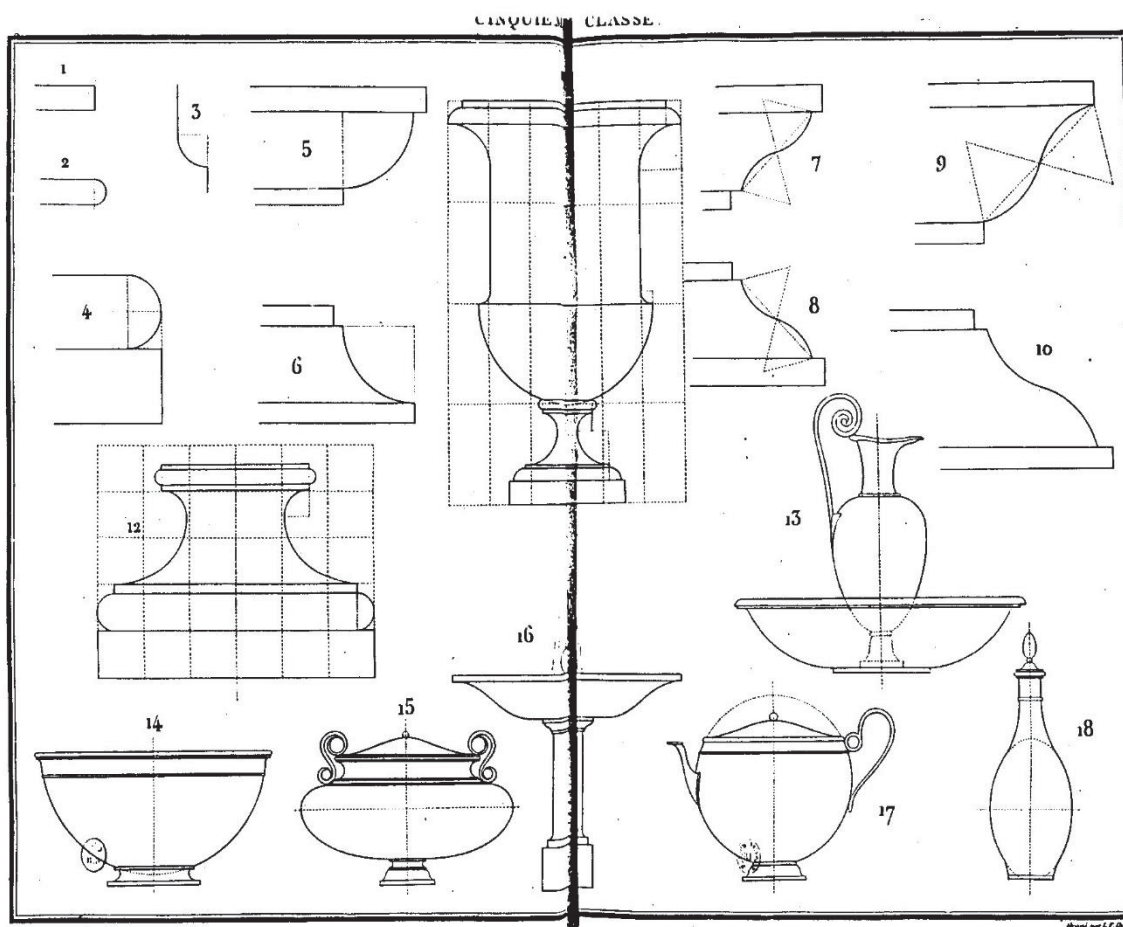


Figura 25: Desenho de jarros, Louis-Benjamin Francœur, Paris, 1827.

Fonte: D'ENFERT, 2007.

A partir da década de 1870 o desenho começa a ser intitulado de desenho linear nos programas dos meninos. Já nos das meninas somente aparece assim denominado no Colégio Saldanha (1886), de Luiza Candida Saldanha: “Francês, inglês, aritmética, desenho linear, geografia, história, doutrina e moral cristã, “couzas”, prendas de agulha, etc.” (*Dezenove de Dezembro*, Coluna *Annuncios*, 30 de dezembro de 1886, p. 4).

O desenho linear se propunha a trabalhar desde figuras mais simples a algumas consideradas mais elaboradas, como vimos com os vasos, e permitindo também, “eventualmente”, a construção da figura humana (D'ENFERT, 2007, p. 49).

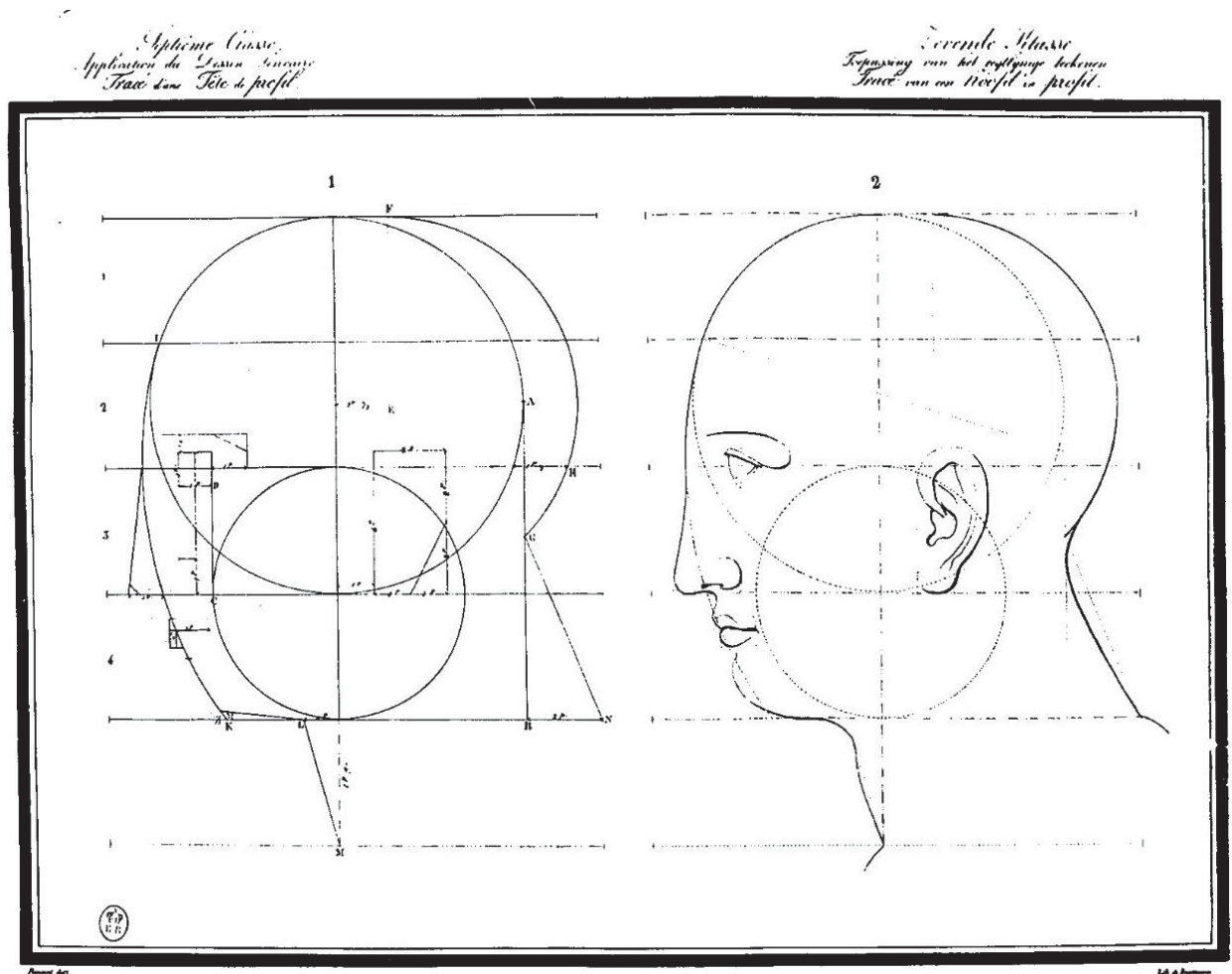


Figura 26: Aplicação do desenho linear. Traçado de uma cabeça de perfil, Paris, *Lithographie d'Engelmann et Cie.*, 1828.

Fonte: D'ENFERT, 2007.

Deduzimos que esse tipo de desenho também serviu como porta de entrada para a possibilidade de um desenho mais artístico e para a pintura amadora nos colégios onde as professoras tinham tais habilitações, sendo que esta foi ofertada apenas em algumas instituições.

No caso do ensino do desenho artístico, aquele desenvolvido nas academias de arte, também havia uma metodologia a ser seguida até que o aluno chegasse às aulas de modelo vivo, e nessa descrição do método encontramos o que seriam as estampas que serviam de modelo à instrução elementar:

O ensino acadêmico da AIBA tinha como um de seus objetivos a compreensão da tradição clássica, através dos métodos de ensino de desenho. Assim, anterior ao estudo do desenho de modelo vivo, como visto através dos estatutos, havia o processo pedagógico exercitado através do estudo do

desenho, que, como dito, compreendia as cópias de estampas metodológicas, seguido da cópia dos gessos. As estampas didáticas consistiam em litografias compostas basicamente de imagens de estudos do corpo humano, de esculturas clássicas, de elementos arquitetônicos e de cópias de pinturas dos grandes mestres. (SILVA, 2016, p. 264)

Assim, abordaremos os dois usos que o desenho poderia ter na instrução de ambos os gêneros e apontamos que este também serviria de base para a pintura amadora.

Em três dos colégios particulares femininos do Paraná Oitocentista (no colégio das James, no Collegio Francez e/ou Paranaguense e no Collegio Santa Catharina) encontramos um outro diferencial nos programas de ensino que corrobora com nossa hipótese, a pintura. Tal diferença parece ser um pequeno, mas significativo, indício da metodologia e da finalidade do ensino do desenho destinado às meninas que tiveram acesso a esses programas, que inclui um saber diferenciado daquele inicial, de adestrar olhar e mãos, assim como do técnico, que direcionava carreiras masculinas, como a de engenheiro e/ou afins. Esta outra formação que propomos era destinada à ocupação do tempo da mulher no lar, visando o desenho e a pintura artística, haja visto que: “A maior parte das mulheres que empreenderam uma carreira artística no século XIX eram de origem burguesa [...]” (HIGONNET, 1991. p. 302) e, por vezes, direcionando-a àquela profissão que seria digna de uma mulher respeitável no período: a professora.

Deste modo, tais dados nos sugerem um provável caminho no qual houve mulheres que foram educadas sob essa égide mais artística, dentro do que fora determinado por sua condição e/ou que se utilizaram de tais conteúdos para elaborar propostas que transcendiam os limites estabelecidos para sua classe, como é caso de Iria Correia que será analisada no terceiro capítulo.

Enunciadas as diferenças encontradas nos programas dos colégios particulares, masculinos e femininos, e como a utilização de tais saberes ocorreu no Paraná Oitocentista, buscamos demonstrar como a atividade de desenho e pintura - através da vida de uma senhora - estava impregnada das representações elaboradas para as mulheres no período.

3. A PEQUENA GRANDE ARTE NA EDUCAÇÃO DE UMA MULHER PINTORA: IRIA CORREIA

Sabemos, a partir do que foi analisado nos capítulos anteriores, que as mulheres no Paraná Oitocentista eram educadas dentro do permitido pela sociedade ao seu gênero. A mulher recebeu educação da família (ANJOS, 2015) e instrução doméstica através de preceptores ou professores particulares (VASCONCELOS, 2005). Contudo, foi nos colégios particulares que encontramos menção, além da instrução elementar, aos conhecimentos artísticos no Paraná Oitocentista.

No comando destes colégios, modelos de mulheres diferenciadas daquelas do convívio no lar se apresentaram às meninas da elite paranaense no período em questão. No interior dessas instituições de ensino, as alunas, por sua vez, puderam exercer variadas atividades que tinham relação com essa dimensão artística com a qual fora dotada a instrução das moças no Oitocentos, principalmente, no segundo quartel do século XIX. Mesmo que essa formação recebida não estivesse diretamente interessada na criação de profissionais ou artistas mulheres, algumas nasceram destas relações. Na Europa e nos EUA, as que decidiram utilizar tal saber a serviço de outras finalidades, que não apenas a de ornar e aperfeiçoar os dotes de esposa, mãe e rainha do lar, foram ilustradoras, designers e pintoras, sendo hoje reconhecidas (HIGGONET, 1991) tanto no Brasil (SIMIONI, 2008) quanto no Paraná Oitocentista, como buscamos demonstrar neste capítulo final. Em muitos casos, os conhecimentos artísticos foram utilizados por mulheres em uma atividade profissional que gerou reconhecimento e disputa por um lugar ao lado dos homens, como na pintura profissional. Em outros, elas exerceram seu ofício de forma a não chamar muita atenção para si, exigências que a sociedade lhes fazia em troca da ousadia do *métier* exercido.

Para Linda Nochlin (2016) os gêneros da pintura¹⁰⁴ da chamada arte feminina, em que vários artistas homens também se destacaram, servem para nos indagarmos

¹⁰⁴ O viés acadêmico tratado a partir do que era desenvolvido na AIBA, assim como sua influência na arte brasileira e, portanto, no seu ensino, traz uma categorização do que seriam os temas mais aclamados ou considerados de primeira linha no período: a pintura e/ou escultura voltada ao tema histórico e indianista, dentro do papel que a instituição teve no “projeto político do Império de construção da nação e da sua identidade cultural, liderado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (PEREIRA, 2012, p. 95). “Em ordem decrescente, a hierarquia dos gêneros de pintura estava desta forma estabelecida: pintura histórica, pintura de paisagem, de retrato e de gênero; temas oriundos da imaginação, ligados a temáticas populares. Com o advento de movimentos como o Realismo, por exemplo, essa hierarquia foi invertida, e temas do cotidiano se valorizaram”. (CASTRO, 2005, p. 340)

sobre uma questão pertinente: o que difere a arte feminina e masculina, a chamada grande arte das menores? Sendo que suas respostas nos levam a crer que não foi o tema que variou de artista mulher para artista mulher, assim como ocorreu com os homens, ou seja, a nomenclatura poderia servir para justificar valores e lugares demarcados perante um competitivo mercado ou que as diferenças sociais entre gêneros, de fato, deixaram-nas do lado da história adotada pela sociedade (NOCHLIN, 2016).

Em todas as instâncias, mulheres artistas e escritoras parecem estar mais perto de outros artistas e escritores de seu próprio período e perspectiva do que delas mesmas. De qualquer forma, a mera escolha por determinado tema, ou a restrição por determinados assuntos, não pode equiparar-se a um estilo, muito menos a um estilo feminino quintessencial. (NOCHLIN, 2016)

Na procura por sublimar o que em outras cartilhas fora chamado de artes menores ou arte feminina, buscamos localizar, analisar e comparar o trabalho da artista parnanguara Iria Cândida Correia, através de questões reformuladas sobre suas pinturas e desenhos, afirmando que no Paraná Oitocentista houve sim uma arte feita por mulheres, da qual resgatamos um nome.

Utilizaremos também neste capítulo a ideia de apropriação a partir de Chartier que “tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscrito nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1991, p. 27), a fim de analisar como os modelos de educação feminina e suas construções influenciaram a educação de uma moça da elite no Paraná Oitocentista e como a mesma, apropriando-se de dotes artísticos e modelos de comportamento, legou-nos imagens sobre as condições sociais de homens e mulheres, do seu período, em relação à produção nacional e internacional de arte.

São poucas as fontes para a escrita dessa história da pintura feminina no Paraná Oitocentista. Contudo, é possível cotejá-las, manuseando-as conforme a luz acesa, outrora, pela historiografia, seja no cruzamento de informações advindas de estudos sobre a arte e o seu ensino em países de referência ou em outras províncias do Brasil, seja tomando indícios encontrados em catálogos de exposições e/ou textos de historiadores locais, viajantes ou memorialistas, movimento que faremos nesta última etapa da pesquisa. A partir do que levantamos sobre os colégios particulares no Paraná

Oitocentista e a especificidade de alguns deles quanto ao desenvolvimento de habilidades artísticas – principalmente dois deles em que a pintura era anunciada – é que tramamos este capítulo.

Cruzando informações dos colégios, da historiografia da arte e do seu ensino, da história de vida e das pinturas de Iria Cândida Corrêa (1839 – 1887), que estudou em dois destes estabelecimentos – o Colégio das James e o Colégio de Madame Taulois –, além de se tornar uma professora particular de meninas, é que nos propomos a investigar o papel que o modelo de educação feminina, perpassado pelo ensino do desenho e da pintura amadora proposto nessas instituições, pode ter ocupado na vida e na história das mulheres do Paraná Oitocentista, usando suas obras para tal leitura.

3.1 O PAPEL DA PINTURA NA EDUCAÇÃO E NA VIDA DE UMA MULHER



Figura 27: Fotografia de Iria Correia a partir de um daguerreótipo¹⁰⁵.

Fonte: MENEZES, 2010.

¹⁰⁵ Apesar de nenhuma das fotos de daguerreotipo possuir data, imaginamos que a jovem feição de Iria Correia aparente algo em torno de 20 e 30 anos, aproximando as imagens das décadas de 1850 e 1860.

Iria Cândida Correia, segunda filha do Ten. Cel. Joaquim Cândido Correia e de D. Damiana Rosa Correia, nascida em uma das famílias abastadas da região de Paranaguá, estudou em dois colégios particulares, participou das festas elaboradas por e para esta elite, no Teatro, nas *soirées* ou nas reuniões religiosas (MENEZES, 2010). Seu figurino demonstra bem a pompa a que estavam acostumados os membros da família Correia, posto que seus trajes poderiam muito bem nos mostrar uma senhora francesa em seus trajes bem alinhados com a moda vigente. Conseguimos duas fotografias suas, algo raro para a população em geral, dado o fato de o daguerreótipo¹⁰⁶ ser, inicialmente, um aparato pouco acessível, mas que rapidamente se popularizou, “se tornando uma demanda de status” e que seduziu boa parte da população pela ideia de se ter um retrato seu para a posteridade (KOUTSOUKOS, 2007). Esse novo costume também legou algumas poses clássicas às fotografias, vindas diretamente da pintura.

¹⁰⁶ “Um daguerreótipo consiste em uma imagem única e positiva, formada diretamente sobre placa de cobre, revestida com prata e, em seguida, polida e sensibilizada por vapores de iodo. Depois de exposta na câmera escura, a imagem é revelada por vapores de mercúrio e fixada por uma solução salina”. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/>>.



Figura 28: Retrato de Iria Correia.

Fonte: MENEZES, 2010.

Teriam sido Iria Correa, nossa personagem artista, juntamente com Fernando Amaro¹⁰⁷ e Julia da Costa¹⁰⁸ (MARTINS, 1934; SANTOS, 1972), nossos primeiros artistas. Enquanto o desenvolvimento artístico das duas moças foi, ao menos em parte, fruto da educação nos primeiros colégios particulares femininos, ele teria vindo de família pobre e teve de se esmerar sozinho para criar suas poesias (SANTOS, 1972). Fernando e Júlia foram poetas com influências do Romantismo (SANTOS, 1972), assim

¹⁰⁷ Nasceu em 1831 e faleceu em 1857. Morou próximo ao Rio Nhundiaquara onde “cantou as belezas de nossa terra, hoje consagradas através de poemas admiráveis [...] Celebrou a paisagem; mas imprimiu em sua poesia, principalmente, seus anseios, sua inquietação”. Humilde, teve uma formação mais autodidata (SANTOS, 1948, p. 125).

¹⁰⁸ Nasce em 1 de julho de 1844, estuda no Colégio das James, suas poesias então divididas em dois períodos: o sonho (1867-1868) e o desencanto (1880-1883). De família de posses, teve contato com escritores europeus, na biblioteca do tio paterno e no colégio das James (SANTOS, 1972, p. 129).

como Iria se aventurou pela pintura e pela música. Em um período em que se iniciara um pequeno burburinho em relação à mudança da condição das mulheres de elite, a ida aos colégios era um momento memorável e o pouco, mas expressivo, registro da criação de qualquer arte nesse cenário se faz reluzente para a pesquisa.

Havia extrema monotonia nas ruas. Não havia movimento. Os chefes de família passavam suas horas de lazeres no convívio caseiro. As senhoras – só excepcionalmente – saíam de casa. As compras eram entregues a domicílio. As jovens faziam apenas o trajeto de casa ao colégio e vice-versa; geralmente acompanhadas pelas amas¹⁰⁹; isso, quando não tinham aulas particulares em casa. Quando faziam alguma visita, era em companhia de suas mães. Quando iam à igreja, era com toda a família e vestidas com esmero. Na intimidade, tocavam piano, o que se tornou prenda obrigatória. Liam coisa leve que abeirava pelos contos de fadas. (SANTOS, 1972, p. 125)

Há muito contestamos o lugar das variadas mulheres desta sociedade, e muitas das versões corroboram para uma vigilância disfarçada de carinho com as moças mais ricas, como era o caso do pai de Iria, conhecido como figura rígida em Paranaguá. Assim, imaginamos o papel das artes na vida destes homens e mulheres e como era fundamental desenvolver, de alguma forma, suas expressões com a música, a pintura e a poesia, nessa espécie de exílio em que viviam boa parte de suas vidas. Não se admira que não se tenha produzido ou registrado mais sobre tais dados na sociedade Oitocentista paranaense.

Segundo Alfredo Romário Martins, Iria Côrrea teria deixado um álbum artístico com suas memórias que fora arrematado por Milton Munhoz, ao qual tivemos acesso apenas através da narrativa de 1934:

Tem a capa esplendidamente vinhetada a ouro sobre veludo azul. Aí, Iria Correia poz, com delicadas mãos, em cada página um ramalhete de flores cultivadas no seu tempo. As fuquécias, os monsenhores, as dalias roxas e vermelhas, as cravinas, a rosa maxixe, as glórias brancas e amarelas, as bocas de leão, os cordões de frade, as flores da mata regional, as folhagens nativas. (MARTINS, 1934)

Tal descrição nos faz lembrar um trabalho de documentador como tantos viajantes fizeram ao registrar nossa fauna e flora, tanto que na relação de suas obras, encontradas no setor de pesquisa do Museu de Arte Contemporânea do Paraná,

¹⁰⁹ A família de Iria tinha uma escravizada sobre suas posses, Juvência, que depois da abolição trabalhava em casas de família (VIANA, 1971).

encontramos a indicação que Milton Munhoz teria uma aquarela na qual a mesma registrou também os “pássaros do litoral paranaense”.

Muitos são os historiadores da arte e da história do Paraná (ARAÚJO, 2015; CARNEIRO, 1985; HOERNER JR., 2006; LEÃO, 1926, MENEZES, 2010; MARTINS, 1934; SANTOS, 1972), que referenciam a artista Iria Corrêa como a primeira pintora de nossa história, ainda no século XIX, reconhecida em vida e muito pouco posteriormente. São dela as pinturas que nos chegam conservadas pelo antigo Museu David Carneiro e hoje custodiadas pelo Museu Paranaense, as quais podemos utilizar para fazer leituras sobre o período em questão.

Iria Correia, [...] revelando desde a primeira mocidade grande pendor para as artes plásticas, principalmente para a pintura. Pode-se dizer que coube a joven paranaguense, D. Iria, a prioridade do cultivo da pintura a óleo no Paraná. A distinta patricia, embora vivendo em um meio acanhado, sem poder aperfeiçoar-se com lições de bons professores, com a contemplação de boas obras d'arte, que de per si servissem de modelo e ensino, fez, com o seu dom natural, o que se poderia esperar dos seus talentos. Deixou alguns quadros de natureza morta bem apreciáveis: as flores despertaram sua preferência. Falleceu joven, ainda, solteira, certamente envolvida em um sonho de beleza. (LEÃO, 1926. v. 02, p. 877)

Poucas eram as referências em arte no Paraná Oitocentista, justamente porque haviam poucos artistas na região. Mesmo Alfredo Andersen, o mais conhecido dentre os pintores do século XIX, só pisaria em solo paranaense em 1893. A síntese de Amélia Siegel Côrrea (2009) resume quase todo o movimento que tem relação com a arte Oitocentista paranaense, reforçando nosso marco final de pesquisa, no parágrafo abaixo:

São poucos os estudos realizados sobre as artes no Paraná até meados do século XIX, especialmente porque antes do estabelecimento do pintor português Mariano de Lima, em 1886 e de Andersen, alguns anos depois, poucos artistas fixaram-se no Paraná e ali desenvolveram uma obra duradoura. Por isso, a arte paranaense desse período é classificada como “itinerante,” pelas primeiras imagens da região terem sido elaboradas por viajantes. O valor dessas obras varia entre sua importância documental e o seu valor pictórico. Jean-Baptiste Debret supostamente esteve no Paraná na década de 1820, quando colhia esboços para o seu livro, e deixou registros de Paranaguá, da Lapa, de Guarapuava e de Curitiba. Em 1832 emigra para o Brasil o alemão Frederico Guilherme Virmond, radicando-se na Lapa. Também médico e naturalista, foi o primeiro artista a fixar-se no que então era a 5ª comarca de São Paulo (a emancipação da política do Paraná ocorre apenas em 1853). Produziu miniaturas, retratos e algumas paisagens. Como não assinava suas obras, é difícil ter uma ideia do seu acervo. Um pouco mais tarde, passa pela província o cartógrafo John Henry Elliot, seguido pelo pintor João Leão Pallière, Joseph e Frans Keller (que realizam um importante trabalho iconográfico sobre os indígenas) nos anos 1860 e o suíço William Michaud, que se fixa no Paraná, mais especificamente na colônia de Superagui. Deixou um acervo considerável especialmente de aquarelas,

que atualmente pode ser apreciado no Museu de Vevey, na Suíça. (CÔRREA, 2009)

Outro marco fixado pela historiadora é que, em geral, as artes plásticas têm relação com registros paisagísticos, retratos e miniaturas, o que nos guia um pouco mais sobre a situação ocupada pela arte aqui difundida neste período a que a nossa pintora possa ter tido acesso de alguma forma.

Em relação ao contexto em que viveu Iria, alguns estudos resgatam escassos fatos sobre a vida artística no Paraná Oitocentista, dentre eles que o francês Noel Guillet teria sido o primeiro artista a abrir aulas para meninas na cidade de Paranaguá, no ano de 1846 (SALTURI, 2011; CÔRREA, 2009; CARNEIRO, 1980), chegando a pintar um retrato do cronista Antonio Vieira dos Santos em 1853.

Anteriormente à sua passagem, é registrada por Antonio Vieira dos Santos a chegada do professor de primeiras letras, Francisco Ignácio do Amaral Gurgel, de 1791 a 1808 (SANTOS, 1922, p. 177), e que, segundo Newton Carneiro, teria lecionado desenho sem menção ao ensino de mulheres (CARNEIRO, 1975). Na sequência, teríamos os colégios das James e de Taulois, já constantes de nosso quadro.

Entretanto, segundo Antonio Vieira dos Santos, na Paranaguá de 1850 já havia um movimento diferenciado de estrangeiros em função do porto, influenciando assim os costumes e a cultura local, como o teatro e o interesse pela moda: “Té mesmo as fermozas damas paranaguenses tem realçado mais a fermozura do seu bello sexo, com os costumes da moda, e os adornos do grande luxo Europeo” (SANTOS, 1952, p. 11).

Estes pequenos fatores reforçam novamente nosso foco sobre a mudança nas representações femininas que passam a receber influências d’além mar e da Corte, tanto na moda, na cultura, e porque não dizer que o contato com artistas que por aqui passaram legou às famílias de elite, provavelmente com quem tiveram contato, um maior frenesi por tais elementos, o que tornaria mais importante a difusão de tais saberes.

D. Iria Cândida Correia, pertenceu a uma família que pôde ofertar aos filhos (nove irmãos, no total) uma educação aos moldes do que até aqui explanamos (VIANA, 1971).

Segundo Adalice Araújo (1980), Iria não produziu apenas naturezas-mortas, mas ousou ao retratar familiares e membros das famílias mais ricas da região, provavelmente, tendo acesso e liberdade para tanto no círculo de relações e influências

que sua própria família lhe fornecera, já que seu pai assumiu vários cargos políticos na época.

Não sendo apenas pintora e desenhista, foi também educadora e maestrina:

[...] instruiu mais de uma geração de moças paranaguenses e a quase todas as jovens das margens do Itiberê. Compunha, executava e fazia executar. E de tal forma seu método de ensino era uniforme e hábil, que houve na época, em Paranaguá, em que se tinha a impressão de que todos os pianos eram tocados pelas mesmas mãos. (CORREIA, 1942)

Sua família tinha grande participação na vida social e cultural da cidade, haja visto os materiais encontrados de posse do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá (IHGP), pertencentes à Iria, dentre os quais um binóculo, muito utilizado no teatro ou para observação de pássaros e da paisagem, assim como um daguerreótipo (negativo que antecede a fotografia) e outros itens que demonstram a ligação dos Correia com aparatos considerados modernos no período em questão.

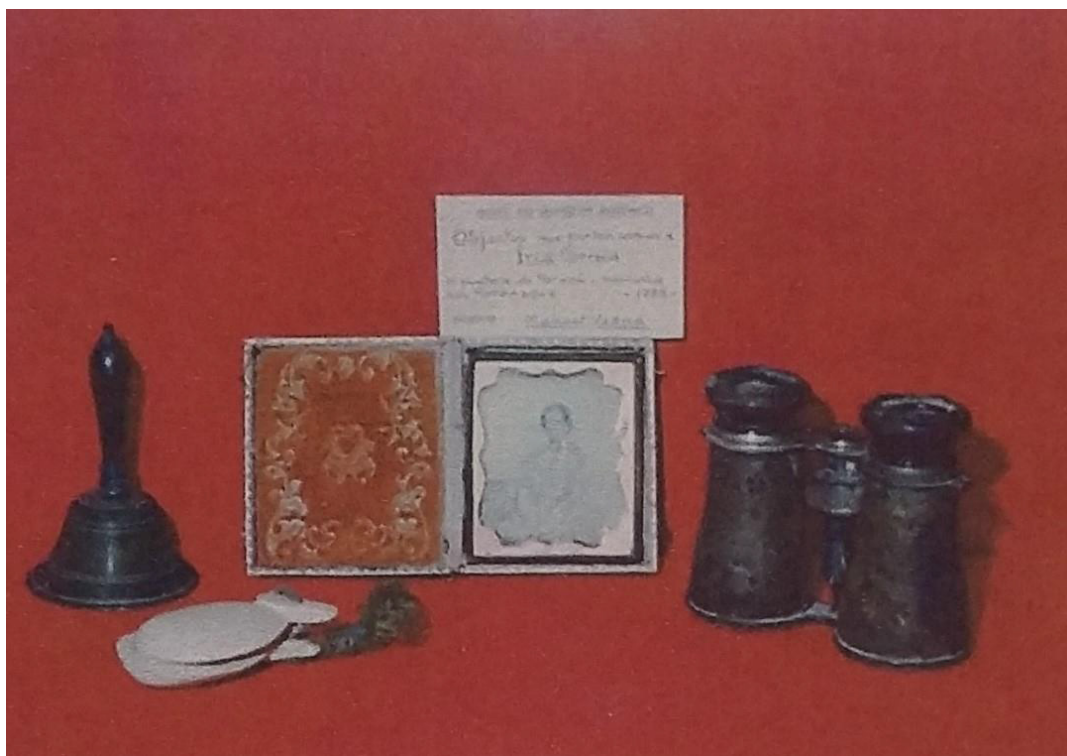


Figura 29: Objetos de Iria Correia.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá.

Iria Correia, segunda filha do coronel, teria sido mulher extremamente instruída, tendo contado com grande apreço da própria família:

Cultivava música e pintura com dedicado esmero; conhecia todas as prendas domésticas; ali estão cuidadosamente guardados por suas distintas irmãs Maria Correia e Carolina Candida Correia, em Paranaguá, que conservam como preciosas relíquias, os seus quadros, mostrando o conhecimento da autora, dos diversos gêneros da pintura, e inúmeros trabalhos de grande valor. (NEGRÃO, 1928, p. 306)

Nesse trecho percebemos novamente a diferença, embora tênue, traçada entre os dotes artísticos e as prendas domésticas, que eram tratados como atividades distintas pela sociedade e pela família de Iria que guardava com muito cuidado o fruto do seu trabalho.

Dessa produção, como dito, temos notícia porque David Carneiro conservou alguns de seus quadros e itens que aqui utilizaremos, conhecidos atualmente como Coleção David Carneiro e acondicionados no Museu Paranaense:

Das preciosas relíquias que suas irmãs puderam conservar, o museu David Carneiro possui a sua palheta de porcelana, um sinete de marfim e alguns quadros e desenhos, retratos e miniaturas que atestam a capacidade de Iria Correia. (LOBO, 1990, p. 192)

O início da sua educação, ou seja, o contato com as primeiras letras, teria sido doméstico, sendo que aos 10 anos de idade fora matriculada no colégio particular de Jessica e Willie James¹¹⁰ (MENEZES, 2010, p. 153), o que reforça a ideia de que seu contato com a pintura se deu, inicialmente, com as professoras estrangeiras que aportaram na cidade.

Delas Iria foi aluna distinguida e concluiu o curso com especial atenção, com visível e extraordinário aproveitamento à música e à pintura, muito embora, o currículo do Colégio fosse muito extenso para a época - onze matérias. (MENEZES, 2010, p. 153)

Mais tarde, em 1855, quando os Taulois chegam a Paranaguá ela é matriculada no Colégio Paranaense (vide quadro de colégios), de Madame Taulois:

[...] Iria prosseguiu os ensinamentos de piano e pintura. Foi o período em que a pintora hauriu maior técnica e adquirindo melhor conhecimento, pode expandir seu potencial, tanto como pianista e professora de piano, como habilidade e domínio da arte pictorial, no trato com o pincel. (MENEZES, 2010, p. 154)

¹¹⁰ Vide quadro de colégios com as disciplinas ofertadas pelas James e por Taulois.

Sua instrução permitiu que lecionasse para as moças da região, principalmente, o piano, contudo também há menções às alunas de pintura, ou seja, os dotes artísticos lhe renderam um suporte econômico:

[...] uma grande educadora e uma inspirada maestrina. Educou e instruiu mais de uma geração de moças paranaguenses, e a quase todas as jovens das margens do Itiberê. Compunha, executava e fazia executar. E de tal forma o seu método de ensino era uniforme e hábil, que houve época em Paranaguá em que se tinha a impressão de que todos os pianos eram tocados pelas mesmas mãos. (CORREIA, 1954)

Sua instrução também permitiu que sustentasse a mãe e as irmãs através da venda de seus quadros e louças, após o falecimento do pai, até então fonte econômica da família (NICOLAS, 1977).

Já quando Iria vem a falecer, suas irmãs passaram a vender bonecas e balas para sustento de uma família que outrora havia sido umas das mais resplandescentes de Paranaguá (LOBO, 1990). Sobre essa produção que garantiu o sustento das irmãs Correia, relata a memorialista Elfrida Marcondes Lobo:

Recordo-me muito bem das suas irmãs Carolina e Damiana e da preta Juvência, muitas vezes quando bem menina ia visitá-las com minha avó Elfrida. Elas moravam num sobradinho na rua Cons. Barradas, hoje Arthur de Abreu, onde se acham as lojas Hermes Macedo. Minha avó costumava ajudá-las, comprando bonecas de pano ou bruxas como chamavam naquele tempo. Estes trabalhos eram feitos com uma perfeição incrível. Os cabelos eram de fios de retrós, e as mãozinhas com dedinhos perfeitos. Minha avó comprava todo o estoque que elas tinham em casa, para presentear as netas. Eu sempre fui bem aquinhoadada, porque era fascinada pelas bruxinhas. Além dessa habilidade, elas possuíam grande variedade de louças pintadas pela irmã Iria. Minha avó adquiriu belas peças inclusive um jogo de lavatório completo. (LOBO, 1990, p. 192-193)

O trecho acima indica que todas tiveram uma instrução esmerada, na qual as prendas domésticas foram valorizadas e serviram, posteriormente e diante dos revezes da vida, para o sustento das mesmas. Mas no que a instrução de Iria parece se diferenciar da de suas irmãs? A passagem por dois colégios que ministravam pintura e desenho formaram a primeira artista do Paraná, diferentemente de suas irmãs, das quais não temos registro sobre onde estudaram e nem da prática da pintura, embora possamos perceber o uso da categoria de prendas domésticas na confecção das bonecas, por exemplo. De Iria ainda restavam algumas louças pintadas às quais não tivemos acesso de nenhum modo, além dos relatos, e que nos mostram o uso da pintura para as “artes menores” ou artesanato, como conhecemos atualmente.

Quando Pompília Lopes dos Santos (1972, p. 125) afirma que as famílias mais progressistas proporcionaram a criação de um colégio para meninas, colocando as James como professoras, percebemos que assim se delimitava um pensamento mais atento às mudanças, que eram trazidas via porto, por parte de tais famílias.

Jessica James, segundo informações do movimento dos navios de passageiros obtidas no jornal fluminense *Correio Mercantil*, comprou passagens em Hamburgo, onde se registrou sua nacionalidade como inglesa, portanto, refutando muitas de nossas fontes que sempre a consideraram norte-americana. Ela adentra o Brasil, juntamente com dois filhos, pelo porto do Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1848.

ENTRADAS NO DIA 12.	
Gele — 76 ds., brig. sueco <i>Freya</i> , 250 tons., m. Hendtman, equip. 11: c. madeira a ordem.	
New Castle — 67 ds., barca ing. <i>Jane</i> , 303 tons., m. Reoch, equip. 13: c. carvão a viuva Ferreira e filhos.	
Londres — 60 ds., barca ing. <i>Mari Elisabeth</i> , 338 tons., m. P. Thom, equip. 14: c. varios generos a Frieland.	
Liverpool — 56 ds., barca ing. <i>John Patchett</i> , 262 tons., m. W. Capon, equip. 11. c, varios generos a Roston Dutton e comp.; passag. o ing. John Bradshaw Wanklyn.	
Cadis — 44 ds., esc. bremense <i>Henriett</i> , 150 tons., m. Haesloop, equip. 7: c. sal a Saportas.	
Hamburgo — 74 ds., brig. lubq. <i>Nautilus</i> , 300 tons., m. Stephen, equip. 9: c. varios generos a Bartels; passags. a ing. Jessica James e 2 filhos.	
New York — 54 ds. barca amer. <i>Barrington</i>	

Figura 30: Registro de Entrada dos James no Brasil.

Fonte: Jornal *Correio Mercantil*, 1848.

Sabe-se que um ano depois estaria ministrando aulas em Paranaguá, como visto anteriormente. Não temos notícias de sua chegada e nem de sua saída, via porto de Paranaguá. Sabe-se pelo Jornal *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro, que em 18 de outubro de 1856 estava partindo da capital do Império para Santos e, novamente,

registra-se sua volta à cidade com uma filha e três escravos, em 7 de novembro de 1856. Nota-se que esta vai a Campos em 1857. Por último, há registrado o que parece ser uma concessão de visto para passaporte com destino a Europa, na coluna “Pessoas legitimadas para obterem passaporte”, em 02 de fevereiro de 1857, e a publicação se repete mais uma vez em 27 de fevereiro para Jessica James e sua filha Amelia Clara.

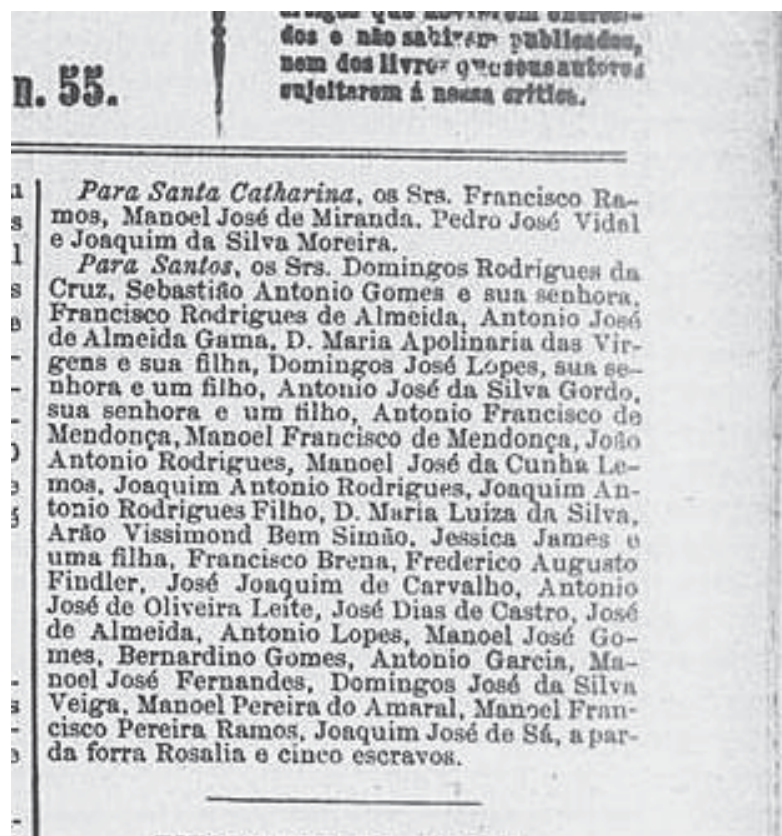


Figura 31: Saída de Jessica James para Santos.

Fonte: Jornal *Correio Mercantil*, 1856.

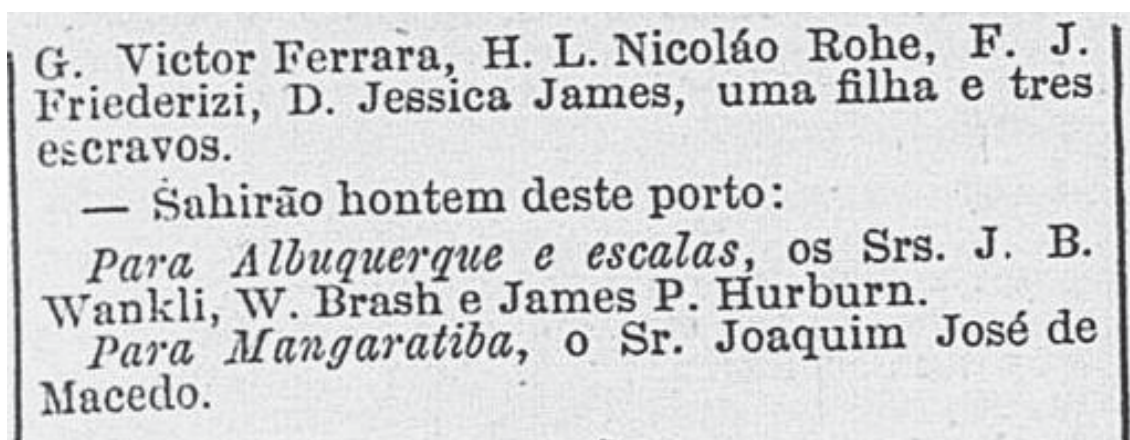


Figura 32: Entrada de Jessica James no Rio de Janeiro.

Fonte: Jornal *Correio Mercantil*, 1856.

— Sahirão hontem deste porto :

Para o Rio-Grande, os Srs. José Lopes Morgado, D. Anna Julia da Cruz e um escravo.

Para Jerumirim, os Srs. Manoel José Ferreira e Januario Augusto de Carvalho e Castro.

Para Campos, os Srs. major João Martins de Moura e sua senhora, Antonio José da Silva Castro, sua senhora e seis filhos, Antonio Joaquim de Senna e sua senhora, Joaquim Luiz Machado, Manoel Joaquim da Costa Junior, João Antonio de Lima, Pedro Telles, padre Manoel Pinto de Azevedo, Antonio da Silva Mello Guimarães, José Rodrigues da Cruz, Antonio José Gonçalves, Joaquim José Pinto, Antonio Luiz de Siqueira, Emil Feydit, Jessica James e uma filha, Paulo Lecler, Bernard Léon, Eduard Maurice e escravos.

Figura 33: Saída de Jessica James para Campos.

Fonte: Jornal *Correio Mercantil*, 1857.

REPARTIÇÃO DA POLICIA.

PORTE DO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 1857.

Pela policia forão presos, á ordem do respectivo chefe, os Africanos Fructuoso e Malaquias, os crioulos Aristides, escravo, e Luiz Themaz, liberto, todos por capoeiras.

O subdelegado da freguezia de Sant'Anna visitou 34 casas de negocio, e multou algumas por venderem generos deteriorados, que se mandou lançar fóra.

PESSOAS LEGITIMADAS PARA OBTEREM PASSAPORTE.

Dia 24 de fevereiro.

Montevideo — Francisco Canessa, Italiano, e seu filho Cesar Canessa.

Dia 25.

Porto — Manoel Gonçalves Ferreira, Português, e Francisco José Fernandes.

Buenos-Ayres — Ramos Lopez, Hespanhol.

Dia 26.

Europa — Jessica James, Ingleza, e sua filha menor Amelia Clara, Brasileira.

Milão por Genova — Angela Cordelle, Austriaca.

Figura 34: Registro para obtenção de passaporte de Jessica James.

Fonte: Jornal *Correio Mercantil*, 1857.

Da inglesa, sabemos que adentra o Brasil com dois filhos. Um deles seria a jovem Willie James, que também teria dado aulas em Paranaguá com a mãe, o segundo não possui indicativo nenhum de nome, sexo ou idade. Porém, em seu pedido de passaporte para a Europa, temos a indicação de apenas uma filha, menor de idade e brasileira, Amelia Clara. Ao que tudo indica, esta teria tido uma filha em solo brasileiro, já que a menina Amelia é dada como brasileira. Não mais encontramos registros de Willie James, a não ser por um retrato atribuído a ela e feito na região do Paraná.

Então temos, até aqui, a indicação de duas linhas metodológicas iniciais nos colégios particulares regidos por estrangeiras no Paraná Oitocentista. Um, provavelmente, associado aos internatos ingleses, com as James, e o outro ligado a uma instrução feminina francesa, com as Taulois. Como já comentado, o modelo de colégio que pautou nossa instrução particular foi o internato:

O modelo colégio-internato entrou em declínio na França a partir da segunda metade do século XIX, pois já não se atribuía a ele, como no século XVIII, o valor de formação moral e humana. Recorria-se ao internato a partir daí apenas nos casos de distância da residência do colégio, devido a dificuldades na família ou com o objetivo de possibilitar uma melhor preparação para o ingresso nas grandes escolas. [...] no Brasil o internato continuaria sendo utilizado, sobretudo na instrução particular. (CONCEIÇÃO, 2012, p. 33)

Sendo Jessica James inglesa ou americana, o protestantismo parece ter pautado, de alguma forma, seu modelo de formação instrucional já que este esteve fortemente presente no meio social de várias regiões da Europa (Inglaterra, Escócia, Alemanha, França) e mesmo em algumas regiões do “Novo Mundo”, ou seja, dos Estados Unidos (BAUBERÓT, 1991). Foi através do protestantismo que muitas mulheres puderam ser mais ativas, ajudando a fomentar a importância da educação e até a possibilidade da discussão do retardamento do casamento entre os jovens (BAUBÉROT, 1991, p. 250).

Inclusive uma pauta do feminismo, mesmo que sobre a insígnia do conhecido “feminismo feminino”, é chamado a fazer parte da educação das moças do período, em que o “cuidado de não se marginalizar e de conservar a sua respeitabilidade marca, portanto com frequência as protestantes” (BAUBÉROT, 1991, p. 250).

Aqui relembremos as obras pedagógicas vistas no capítulo 2 e que, de certo, influenciaram estas mestras que por aqui passaram. A criadora de um estabelecimento de educação moderno para os moldes da época, Madame Necker de Saussure, escreve *L'Éducation progressive* (1828) que, segundo Baubérot (1991, p. 250):

Frequentemente reeditada, esta obra preconiza uma pedagogia da autonomia, para as raparigas como para os rapazes, e insiste na necessidade de retardar a idade do casamento das jovens para que elas possam tornar-se ‘espíritos esclarecidos’ e ‘criaturas inteligentes’. (BAUBÉROT, 1991, p. 250)

As mulheres protestantes, que orbitavam em torno dos pastores, eram bastante ativas socialmente, exercendo um certo tipo de “poder feminino” (BAUBÉROT, 1991, p. 243):

Para a mulher do pastor, ensinar e cuidar das pessoas são atividades ainda mais habituais do que garantir-lhes a assistência religiosa. Quer possua ou não um diploma de professora, ela dá com frequência aulas às crianças, mas dirige também, em certos lugares, a instrução de mulheres adultas. [...] Assim, o facto de as escolas não serem mistas e o seu carácter geralmente confessional leva um certo número de jovens protestantes, em particular filhas de pastores, a tornarem-se professoras.

Demonstra-se assim a influência positiva do protestantismo na instrução ou no incentivo à instrução das meninas, da qual Jessica James parece ser um fruto, dada a autonomia que conseguimos captar em sua trajetória. Ou seja, o protestantismo abre caminho para que as meninas ousem estudar e retardem o matrimônio, mas tudo isso acatando a representação que lhes era exigida: o respeito que uma moça de família deveria ter.

No caso de Iria Correia, que não se casou, provavelmente por opção e por um suporte econômico dado pelo pai, já que nenhum dos outros irmãos veio a se casar também, vivendo todos no mesmo casarão, imaginamos que o papel destas mulheres fortes também tenha influenciado a visão das moças sobre o casamento ou permitido que observassem outras opções. Casar, para Iria, talvez significasse alterar a dedicação ao seu trabalho com a pintura e com as aulas que ministrava em caráter particular às moças da cidade.

A participação na vida social de Paranaguá, que era muitas vezes agitada pelas reuniões promovidas pela esposa e filhas do Visconde de Nacar, de nome real Manoel Antônio Guimarães (MENEZES, 2010, p. 156), faz-nos imaginar que estas famílias estavam vivendo e criando essa modernidade tão especulada pela pesquisa de forma singular. A arte, a moda e a instrução faziam parte deste rol de atividades destinadas à classe dirigente, como pudemos comprovar.

Até fins do século passado, a vida social de Paranaguá se resumia nas festas religiosas, no Teatro e nas reuniões familiares (os serões do passado). O teatro, em Paranaguá, teve sua fase áurea em 1840. De fato, a fundação do

Teatro Paranaguense data de 1839. [...] Nas festividades nacionais, as senhoras se apresentavam com trajes de luxo. Os homens, muito bem trajados, procuravam imitar a Corte. Levavam enfim, uma vida de ostentação e grandeza. (VIANA, 1971, p. 96)

Segundo David Carneiro (1985), a pintora teria ido várias vezes ao Rio de Janeiro, dada a ligação familiar materna, contudo não encontramos registro de sua saída ou chegada via porto. Sua veia artística e cultural foi de certo fomentada por ângulos variados e isso se reflete em suas pinturas.

Na instrução da elite, seja à francesa ou à inglesa, a arte toma um papel fundamental para a mulher. Contudo, como profissão, essa atividade ainda era domínio masculino. Sendo assim, alguns dos ramos da pintura, por exemplo, não eram vistos como campos de livre criação permitidos e/ou ofertados às moças, como a “pintura e escultura de caráter histórico, mitológico ou religioso”, que tomava uma posição central na história da arte (HIGGONET, 1991, p. 302).

Na primeira metade do século, as mulheres abastadas tinham tendência a dedicar-se à pintura amadora, enquanto as que tinham de ganhar a vida gravitavam à volta do que se chamava indiferentemente artesanato, artes decorativas ou design. As profissões femininas estavam divididas de maneira algo diferente das masculinas nos domínios interligados da música, da dança e do teatro. (HIGONNET, 1991, p. 305)

Por mais que brilhassem em suas áreas de trabalho, as mulheres nunca chegariam à categoria de gênio, pois seriam sempre “intérpretes e não as criadoras” (HIGONNET, 1991, p. 306), como já comentado.

Segundo Adalice Araújo (2015), Iria Correia se dedicou, no seu primeiro contato com a arte, aos temas bíblicos, naturezas-mortas e miniaturas, os famosos temas de pintura destinados às mulheres, salvo o religioso, como o registro da pintura abaixo, realizada quando estava com 18 anos.



Figura 35: Iria C. Correia, natureza-morta, 1857, pintura, Coleção David Carneiro¹¹¹.

Fonte: Setor de Pesquisa/MAC-PR.

Esta natureza morta de sua autoria, foi realizada a partir da observação de objetos inanimados e que podiam ser manuseados para exercícios relativos a incidência da luz e sombra sobre os mesmos, demonstrando seus estudos sobre a técnica de claro/escuro. Na imagem, flores, frutas e um vaso sobre a mesa, características de tais pinturas, parecem-nos bem definidos pela linha que separa objetos do espaço. Já a pintura de pratos, indicada como fonte de renda da família, parece ter origem na arte decorativa ou a chamada “artes menores”.

Lembremo-nos da americana Mary Cassat, nascida apenas 5 anos depois de Iria Correia e que, mesmo trabalhando com temas considerados femininos, já estava

¹¹¹ A pintura de natureza-morta é indicada como pertencente à Coleção Davi Carneiro, contudo não consta no acervo do Museu Paranaense, assim como duas pinturas de Santa Tereza de Ávila. Imagina-se que tenham sido vendidas a particulares antes do acervo ser tutelado pelo Governo do Estado do Paraná, conforme conversa com os historiadores do Museu Paranaense. A pintura era colorida, mas a única reprodução razoável da mesma é esta foto em preto e branco.

influenciada pelo meio vanguardista, realizando pinturas impressionistas, onde os experimentos de luz foram muito importantes.



Figura 36: Mary Cassatt, Lilases na janela II, 1879, óleo sobre tela.

Fonte: marycassatt.org.

Trazemos uma natureza-morta impressionista¹¹² (fig. 35) de sua autoria para demonstrar que mesmo o tema não define o estilo das artistas, que têm traço completamente diferente, assim como as influências que embasam seus trabalhos. Sua pintura se constrói diretamente no pincel, já que os impressionistas não se utilizavam do desenho e das linhas que delimitavam bem os objetos. Ela também nos demonstra o efeito da luz solar nos objetos e suas sombras, que não são negras, antes assumem apenas um tom mais escuro nos objetos que incidem. Apesar de viverem no mesmo período, pertencerem às elites de suas regiões, percebemos que a influência do meio teve grande poder sobre as construções das artistas que criaram dentro de um mesmo ambiente permitido ao seu gênero, porém conseguiram resultados diversos.

Outra atribuição dos trabalhos iniciais de Iria foi o de executar pinturas de santos, já que a família era extremamente religiosa e possuía tais relíquias em casa¹¹³, servindo assim de inspiração para desenhos e pinturas de observação. Vemos na imagem o detalhamento na construção, não apenas na figura humana e na perspectiva do ambiente em que se encontra, como na construção das dobras dos variados tecidos pertencentes à indumentária da santa. Certamente sua referência se centra nas buscas clássicas e harmoniosas que tem na Antiguidade Clássica e especialmente no Renascimento¹¹⁴ suporte teórico e técnico.

Sua Santa Tereza de Ávila nos parece ser um mostruário dos conhecimentos artísticos aprendidos nas lições que tomou: perspectiva, luz e sombra para dar volume, construção de tecidos, figura humana e conhecimento de arquitetura clássica, tudo isso no uso da tradicional pintura a óleo.

¹¹² “Ele surgiu da pintura de paisagem ao ar livre executada com velocidade e se valeu de inovações na produção industrial de tinta a óleo durante o século XIX. Os pintores impressionistas passaram a considerar seus quadros executados no calor da hora como obras acabadas, deixando visível a tinta grossa aplicada com gestos rápidos”. (CHAIMOVICH, 2017)

¹¹³ O IHGP possui em seu acervo a escultura do Anjo São Miguel, datada do século XVIII, que pertenceu à família Correia.

¹¹⁴ “Não será, pois, a pintura outra coisa que a intersecção da pirâmide visual representada com arte por linhas e cores numa dada superfície, de acordo com uma certa distância e posição do centro e o estabelecimento de luzes” (ALBERTI, p. 88).



Figura 37: Iria C. Correia, Santa Tereza de Ávila, pintura a óleo, s/d, Coleção David Carneiro.

Fonte: Calendário Fundepar, SEEC, 1973.



Figura 38: Atribuído a Willie James, Joaquim Américo Guimarães (Comendador), óleo sobre tela, s/d, Coleção David Carneiro.

Fonte: Museu Paranaense.

Da relação com o trabalho realizado pelas James, temos a atribuição, a Willie James, de uma pintura do Museu Paranaense, do Comendador Joaquim Américo Guimarães¹¹⁵ que, tal qual as pinturas sociais e políticas do período, traz um ar de

¹¹⁵ Filho do Major Claro Américo Guimarães e de Pórcia de Abreu Guimarães, neto do Visconde de Nacar. Estudou Humanidades no Rio de Janeiro, comerciante, presidente do Banco do Estado do Paraná,

solenidade, pois tem atreladas à figura suas insígnias de comendador, na qual se identifica a da Ordem Imperial da Rosa¹¹⁶, além de associá-lo a uma certa intelectualidade com os livros colocados sobre a mesa, em segundo plano. Ao fundo, escuro, bem ao estilo das pinturas de Corte (Debret e Taunay), apenas uma cortina e uma parede de fundo. Percebemos o uso da luz e da sombra na pintura do rosto e que sua pele traz dois tons diferentes, um mais avermelhado e outro que se torna mais claro próximo a região da testa. Em suas mãos um jornal da região de Paranaguá, *O Commercio*, demonstrativo dos tempos de progresso. Tais dados servem para nos mostrar a proximidade destas pessoas, em seus hábitos civilizados ou na tentativa de estarem em consonância com o que acontecia na Corte. Deparamo-nos, então, com um único trabalho que sabemos poder ter sido, de fato, referência visual para nossa pintora, o de uma de suas professoras, Willie James, no qual veremos as semelhanças na construção da figura, na pose da personagem e nas escolhas de fundo.

Em 1866, Iria Correia, então com cerca de 28 anos de idade, apresenta vários trabalhos à Exposição Provincial de 1866. A organização de tal evento começa a ser divulgada em 1866, no jornal Dezenove de Dezembro, onde encontramos as instruções para participação na “exposição de produtos agrícolas e industriais e de obras de arte nas províncias do império” (REGO, 1865, p. 1):

Art. 1º Far-se-há no proximo anno de 1866, uma exposição dos productos agrícolas e industriaes, e de obras de arte, em todas as capitães das províncias do império, á exceção da do Rio de Janeiro, cuja exposição se effectuará juntamente cm a do corte, e daquellas onde por circumstancias especiaes não puder realisar-se, o que fica a juízo e deliberação do respectivo presidente.

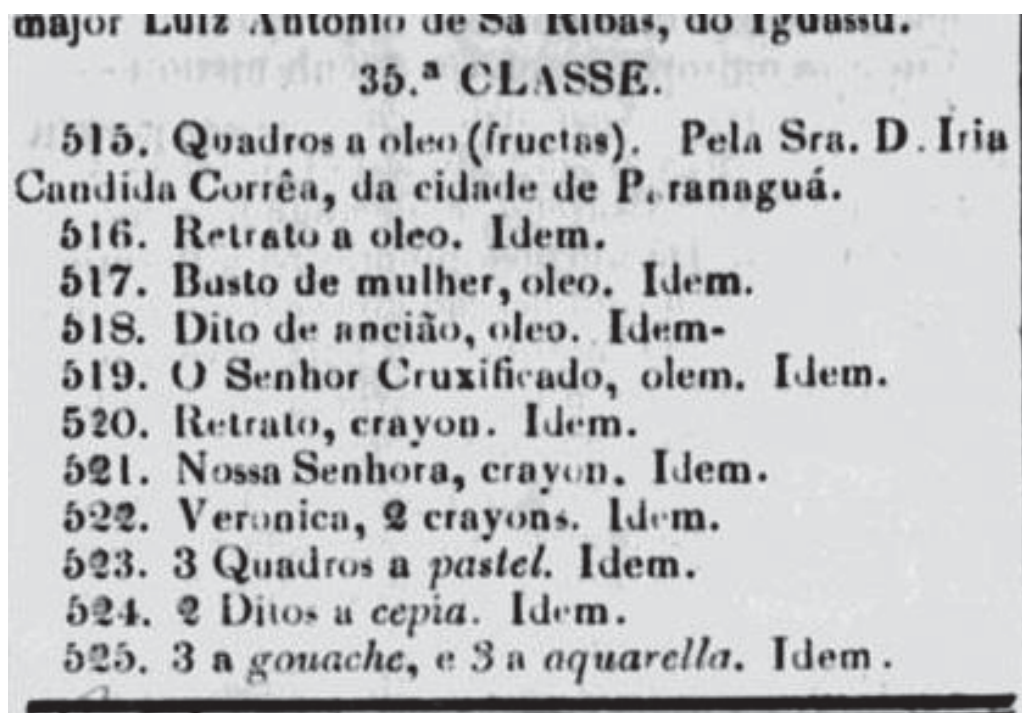
Art. 7º § 11. Escolher d’entre os objetos expostos aquelles que devam ser remetidos para a exposição nacional, onde se deverão achar até o fim do mez de Agosto de 1866. (REGO, 1865, p. 1)

A divulgação dos participantes na Exposição Provincial nos permite visualizar (tabela 3) parte das técnicas e materiais manuseados por Iria Correia. A exposição

vereador, presidente do Jôquei Clube e um dos fundadores da Sociedade Hípica Paranaense. Fundou o Clube Internacional, o qual fez fusão com o América para originar o Clube Atlético Paranaense.

¹¹⁶ Em 1829, para perpetuar a memória de seu matrimônio com D. Amélia de Leuchtenberg e Eischstaedt, D. Pedro I criou a Imperial Ordem da Rosa. Foi também um trabalho realizado por Jean-Baptiste Debret que, segundo alguns historiadores, teria se inspirado nos motivos de rosas que ornavam o vestido de D. Amélia em retrato enviado da Europa, ou com o qual teria desembarcado no Rio de Janeiro. Esta Ordem servia para premiar militares e civis, nacionais e estrangeiros, que se distinguissem por sua fidelidade à pessoa do imperador e por serviços prestados ao Estado, e comportava um número de graus superior às outras ordens brasileiras e portuguesas, então existentes. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/museu-espacos/condecoracoes/ImperioRosa.asp>>.

também demonstra sinal de reconhecimento profissional da sua qualidade como artista na região onde vivia.



major Luiz Antonio de Sa Ribas, do Iguaçu.

35.^a CLASSE.

515. Quadros a óleo (fructas). Pela Sra. D. Iria Candida Corrêa, da cidade de Paranaguá.

516. Retrato a óleo. Idem.

517. Basto de mulher, óleo. Idem.

518. Dito de ancião, óleo. Idem.

519. O Senhor Crucificado, óleo. Idem.

520. Retrato, crayon. Idem.

521. Nossa Senhora, crayon. Idem.

522. Veronica, 2 crayons. Idem.

523. 3 Quadros a pastel. Idem.

524. 2 Ditos a cépia. Idem.

525. 3 a gouache, e 3 a aquarella. Idem.

Tabela 3 - Obras de Iria Correia na Exposição Provincial, 1866.

Fonte: Jornal *Dezenove de Dezembro* (Agosto, 1866).

Com o anúncio de seus trabalhos, temos a visualização de algumas de suas tintas: “cépia¹¹⁷”, óleo¹¹⁸, pastel e o crayon¹¹⁹, altamente difundidos na Europa entre os pintores, no período.

¹¹⁷ “Sépia. Preparada a partir das bolsas de tinta de vários animais cefalópodes, principalmente da siba. Semitransparente, marrom escuro, intenso; pode ser diluída num grande número de tonalidades e matizes. Usada somente como aquarela ou tinta de impressão. Não é inteiramente permanente quando exposta à luz”. (MAYER, 1996, p. 62)

¹¹⁸ “A tinta é feita com a mistura de pigmentos (cores em pó) com um líquido que lhes serve de veículo” (MAYER, 1996, p. 5). Logo a tinta a óleo tem como veículo aglutinante as gorduras vegetais que são somadas ao pigmento (MAYER, 1996, p. 192). O pastel seco ou crayon seco, tem no “aglutinante utilizado para moldar os pigmentos em forma de creions ou bastões seja uma solução muito fraca, de potência apenas suficiente para o propósito” e não deixa marca sobre as pinturas (MAYER, 1996, p. 379). “A técnica da pintura a aquarela é baseada no sistema de pigmentação transparente ou velaturas; isto é, utiliza o branco brilhante do papel para seus tons brancos e pálidos, e os pigmentos que normalmente não são transparentes são aplicados com consistência tão diluída, que seus efeitos se tornam quase tão brilhantes quanto aqueles naturalmente transparentes [...] as tintas de aquarela são basicamente compostas de pigmentos transparentes triturados até adquirirem uma textura extremamente fina numa solução aquosa de goma”, assim se dilui este composto em água para se obter as transparências sobre o papel. (MAYER, 1996, p. 357-358). “O guache é uma aquarela opaca [...] têm (ou devem ter) um poder de cobertura total; além disso não se tornam progressivamente transparentes com o tempo [...]” (MAYER, 1996, p. 369).

Da artista temos documentado como pertencente à coleção do extinto Museu David Carneiro a sua paleta de porcelana, ainda com restos de tintas. O material de pintura demonstra que teria sido comprado e não adaptado, o que reforça a imagem do uso de material especializado pela artista e/ou família, demonstração da dedicação de sua parte e confiança da família em seu trabalho.



Figura 39: Paleta de porcelana, com carimbo da empresa francesa Creil et Montereau, de D. Iria Corrêa.

Fonte: Museu Paranaense.

Anne Higonnet (1991) afirma que as habilidades artísticas eram, em boa parte da Europa, quase inerentes à condição das meninas e moças da burguesia, sendo praticadas por uma ou mais delas dentro das famílias mais abastadas, o que veio a ocorrer na instrução de nossa artista com ajuda dos saberes adquiridos nos colégios particulares

¹¹⁹ *Crayon*: Termo utilizado para designar um material composto por pigmento, argila e crê, produzido em pequenas barras, para desenhar. Por ser a marca mais popular, acabou ficando conhecido como *crayon* Conte e é comercializado até hoje nas cores preto, branco, sépia, bistre e sanguínea. É utilizado como o carvão e, nos dois casos, o resultado são traços mais negros e aveludados que os do grafite (Glossário de técnicas e processos gráficos e fotográficos do século XIX, Instituto Moreira Salles, 2014).

que frequentou, podendo ter havido outras pintoras paranaenses casuais das quais a história não tratou de registrar pela própria condição da mulher:

Por exemplo, enquanto Jane Austen (inglesa, 1775-1817) escrevia, a sua irmã Cassandra (inglesa, 1773-1845) pintava. As pinturas eram expostas nas salas de estar [...]. Nas suas pinturas, as mulheres burguesas representavam ambientes domésticos: membros da família e amigos íntimos, a casa, passeios nas redondezas, locais de férias, cenas de viagens com a família. (HIGONNET, 1991, p. 306)

Nos colégios femininos particulares paranaenses Oitocentistas o desenho esteve presente em boa parte dos programas, sendo que a partir da década de 1870, com a prática da coeducação, ele aparece como desenho linear, em ambos os sexos. Já a pintura figurou em alguns deles, ampliando-se a partir de 1886, quando a Escola de Mariano de Lima é criada.

Como vimos no início do capítulo, na Paranaguá Oitocentista a arte ofertada à sociedade era de cunho documental, paisagística e retratista. Sendo Iria Correia mulher, sua produção se restringia àquela que poderia ser realizada no âmbito feminino, o interior da casa ou das casas de pessoas conhecidas, ficando a paisagem restrita ao que via de sua janela.

3.2 A PINTURA RETRATÍSTICA NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO DA ELITE PARNANGUARA NOS RETRATOS DE IRIA CÔRREA

O Neoclassicismo tardio, praticado naquela que seria a maior influenciadora da arte com padrões europeus no Brasil, a Academia Imperial de Belas Artes, assim como pelos próprios artistas da Missão Artística Francesa, tiveram grande influência sobre o que o século XIX viria a entender como arte.

Se o Barroco brasileiro, com suas ligações religiosas, produziu uma arte mais autoral ou mais livre, outros dirão até amadora, no que diz respeito a regras acadêmicas, a produção do século XIX passou a retirar esses elementos de autenticidade ou de afinidade com o Brasil de até então, inculcando-lhes a reverência aos cânones clássicos que aludiam aos gregos e romanos (ZANINI, 1983).

Nessa nova padronização surgida alguns elementos irão desaparecer, tais como aqueles que representavam a religiosidade, trazendo elementos autênticos como santos e anjinhos barrocos, negros e mulatos, ao estilo de mestre Ataíde, como vemos em suas linhas sinuosas e cheias de movimento, no plano central tanto quanto ao fundo.



Figura 40: Manoel da Costa Ataíde, Nossa Senhora rodeada de anjos músicos. Forro da Igreja de São Francisco, Ouro Preto.

Fonte: Itaú Cultural.

Entretanto, outros elementos ganham espaço, como as poses clássicas e a tez cada vez mais esbranquiçada das peles, tudo isso advindo das regras pautadas no classicismo que começara a reinar. Obviamente que nosso Neoclássico não se deu exatamente como na Europa, ocorrendo tardiamente e se mostrando mais eclético, dadas

as influências de outros movimentos franceses, como o Romantismo e o Realismo, todos “apropriados” ou adaptados às necessidades e interpretações dos artistas locais (ZANINI, 1983).

O movimento Romântico¹²⁰ também se estendeu à pintura e se opôs, de certa forma, ao neoclassicismo¹²¹, deslocando os interesses dos artistas do antigo sistema que viabilizava/financiava a produção da arte, mas também a prendia a certas regras, ou seja, buscava-se uma libertação.

Para Arnold Hauser (1972) tanto o classicismo de David quanto o romantismo tiveram origem na Revolução Francesa, entretanto, uma maior delimitação entre eles somente viria a acontecer entre 1820 e 1830, “quando o romantismo passa a ser o estilo dos artisticamente evoluídos” (HAUSER, 1972, p. 804). Mesmo após a refutação estética do classicismo, outros embates continuaram acontecendo no campo artístico e entram para a disputa movimentos mais engajados socialmente, como o Naturalismo e o Realismo, que se opõem a estética subjetiva do Romantismo¹²² (HAUSER, 1972). Teoricamente a arte passou a fazer parte da vida de uma população mais ampla e não mais apenas dos dirigentes da elite, sendo ensinada para além da Academia, a instrução artística começou a figurar nas escolas particulares e nas escolas técnicas, por exemplo (HAUSER, 1972).

¹²⁰ “O Romantismo pós-revolucionário reflete uma nova maneira de conceber a vida e o mundo, e, principalmente, cria uma nova interpretação de liberdade artística. Esta liberdade deixa de ser um privilégio do gênio para ser a prerrogativa nata de cada artista e de cada pessoa dotada de talento. [...] Toda forma de expressão individual é única, insubstituível, e contém em si as suas próprias leis e padrões, e esta é a grande aquisição que a Revolução doou à arte. O movimento romântico passa, agora, a ser uma luta de libertação, não só contra academias, igrejas, cortes, patronos, amadores, críticos e mestres, mas também contra o próprio princípio da tradição, da autoridade e da norma. [...] Toda a arte moderna é, até certo ponto, o resultado deste combate romântico pela liberdade” (HAUSER, 1972, p. 803).

¹²¹ “O novo classicismo, tanto como o movimento pré-romântico dirigem-se contra a frivolidade e a falta de simplicidade intelectual do rococó; ambos se inspiram na mesma concepção burguesa da vida. A concepção renascentista da antiguidade clássica era condicionada pela ideologia dos humanistas e anticlericais da camada intelectual; a arte do século XVII interpretava o mundo dos gregos e dos romanos à luz dos padrões feudais de moralidade professados pela Monarquia absoluta; o classicismo do período revolucionário filia-se nos ideais estoicos da classe média progressiva e republicana, e mantém-se-lhes fiel em todas as suas manifestações.” (HAUSER, 1972, p. 793-794). Na França, a arte praticada pela escola de Jacques Louis David, artista oficial da corte de Napoleão e que “de fato, veio a ser a escola do classicismo europeu em geral, e o seu fundador, a que se chamou o ‘Napoleão da pintura’, exerce, por isso, uma influência que, na sua esfera, pode realmente comparar-se à do conquistador do mundo” (HAUSER, 1972, p. 798), em que os ideais de harmonia se encontram ligados diretamente a um utilitarismo político, pintando a glória dos combates do regime em voga. Durante o neoclássico a arte era “atividade social orientada por critérios objetivos e convencionais”, ofertada pelo artista a um determinado grupo.

¹²² No Romantismo a arte passa a ser auto expressão possibilitando a criação de novos padrões, não está determinada a ser lida por somente um grupo de pessoas conhecedoras de regras implícitas e sim estão a formar um novo público, assim aparecem nas composições a natureza, o lado sentimental, inclusive temas religiosos, antes suprimidos pelos classicistas, ressurgem (HAUSER, 1972).

Com a vinda da Missão Artística ao Brasil, a pintura de retrato deixa o tom devoto de lado para assumir uma característica relacionada às pessoas influentes, política e socialmente (DIAS, 2006).

Relembramos também o fato de que o ensino das Academias de arte e do ensino mais técnico, como vimos na história do desenho linear, tiveram influência sobre os métodos que seriam aplicados nas escolas elementares francesas, sobre os compêndios portugueses e por consequência sobre os métodos de ensino que aqui aportaram no século XIX.

A importância do academicismo se estende através dos artistas viajantes que, em geral, tinham algum aprendizado acadêmico em desenho e/ou pintura para seguir as expedições, documentando a fauna e a flora brasileiras. Sendo assim, o seu contato com pessoas de várias regiões também influenciou na sua difusão (ZANINI, 1983).

Já a construção de uma nação mais modernizada teve nas artes plásticas um reforço, donde primeiro nos chega o Neoclássico, que depois irá se emaranhar às premissas do movimento Romântico em prol de uma arte mais nacionalista (ZANINI, 1983).

Atentamos para esse que fora chamado de ecletismo brasileiro, fruto de transposição da cultura europeia:

Outro aspecto igualmente sugestivo é que a diluição do dogmatismo neoclássico e sua transformação em academismo eclético eivado de tendências românticas e realistas coincidem, no plano histórico, com os nossos primeiros e incertos passos no caminho da industrialização. [...] Será, portanto, através dos movimentos artísticos europeus da época, que se poderá acompanhar, com maior nitidez, guardados os anacronismos, o desenvolvimento do que aqui se fez no campo das artes. (CAVALCANTI, 1969, s/p.)

A influência das pinturas europeias, como discutimos anteriormente, trouxe incutida uma hierarquia: pintura histórica, pintura de paisagem, de retrato e de gênero (CASTRO, 2005, p.340). Sendo que os retratos e paisagens já estavam no gosto dos mais nobres, tratando a AIBA de incutir temas mais históricos e alegóricos, que foram a base do Neoclassicismo (ZANINI, 1983).

Com relação aos retratos da realeza, Eliane Dias (2006) nos diz que o modelo aplicado à pintura,

[...] indica as características de cada indivíduo, tanto no que diz respeito à sua descrição física, geralmente feita de maneira realística, quanto na representação política, de acordo com o papel que lhe cabia na sociedade da

corte. Mediante atributos iconográficos, relata as diferenças sociais e hierárquicas, esclarecendo por meio do instrumento visual o período político vivenciado pelo Brasil. (DIAS, 2006)

Assim, o tema retrato muito nos interessa, dado que a maior parte dos quadros de Iria Côrrea, que resistiram até nosso tempo, foram realizados nesse formato. Tal tema não se assemelhou às coloridas aquarelas com tom mais cronista de Debret, nas quais ele se libertou um pouco do engessamento clássico, contudo é um de seus retratos que nos ajuda a iniciar uma leitura desta tradição utilizada no Brasil.



Figura 41: Jean-Baptiste Debret, retrato de D. Leopoldina, óleo sobre tela, s/d.

Fonte: DRUMMOND NETO, 2016.

No retrato de perfil de D. Leopoldina, um fundo escuro, joias que deixam clara a posição social da figura, as roupas e o penteado com a coroa nos mostram um pouco dos hábitos e da construção deste tipo de retratos na época. Agora a insígnia ao alto, do reino de Portugal, Brasil e Algarves (1816), situa-nos quanto à sua condição, já que a retratada não era qualquer dama da alta sociedade.

Da retratística do século XIX, com suas poses, referências à moda, adereços, olhares e cenários, parece-nos vir uma certa inspiração para a construção da composição de alguns dos trabalhos de Iria Côrrea.



Figura 42: Antoine Nicolas-Taunay, retrato de Maria Francisca, 1816, óleo sobre tela.

Fonte: DIAS, 2011.

Para Zanini, a pintura e a escultura floresceram muito durante o século XIX, graças a todas as influências recebidas, tendo sua força ampliada através das “exposições gerais” da AIBA, que propiciou uma maior difusão cultural durante o Oitocentos. Também os pintores “itinerantes” ou viajantes, como dissemos antes, legaram as imagens do nosso país ao mundo, e disseminaram por nosso território, através de sua pintura, certos ideais românticos (ZANINI, 1983). Ou seja, foi daí que se ditou o tom daquilo que seria analisado como arte por todo o território.

A academia deu inicialmente mais importância ao que se denominava ‘pintura histórica’, incluindo a retratística em geral. [...] os estudos de anatomia artística cresciam de interesse e a representação da figura humana tornava-se o centro das artes, numa época de hierarquia dos gêneros, que inferiorizava conceitualmente a pintura de paisagens, que realmente se desenvolveu muito lentamente no país, até a década de 1870, em que vai se expandir, com o apoio notável do alemão Jorge Grimm (1846-87). (ZANINI, 1983, p. 403)



Figura 43: Ferdinand Krumholz, retrato de Manuel de Araújo Porto-Alegre, 1848, óleo sobre tela.

Fonte: ZANINI, 1983.

Para Zanini (1983) muitos de nossos pintores eram perpassados por um certo clima romântico¹²³. Tais características se misturavam a pintura de cunho nacionalista

¹²³ “Ao contrário do que se pensou algum tempo na historiografia artística brasileira, o movimento romântico, em várias de suas coordenadas e dentro de certas limitações, atuou na arte brasileira em pleno Oitocentos. Para isso contribuíram evidentemente a vinda de artistas europeus itinerantes ou se radicando entre nós, e a importação de obras, desde pinturas até livros ilustrados e encadernações marcadas pelo novo gosto. [...] Mesmo um Ferdinand Krumholz (1810-1878), retratista de alto mérito, autor dos retratos de Araújo Porto-Alegre e da condessa de Iguaçu (ambos do Museu Nacional de Belas-Artes, Rio), estava imbuído da atmosfera romântica [...]”(ZANINI, 1983, p. 413).

que prevalecia no momento, do qual foi representante o artista Manuel de Araújo Porto Alegre¹²⁴.

O termo "arte brasileira" caberia as obras que preferencialmente representassem temáticas da história nacional, o que pressupunha a apropriação de elementos do passado para a construção de uma identidade que habilitasse os trópicos a comungar dos mesmos valores dos países europeus. Dessa forma, o estilo artístico deveria ser de inspiração europeia, para marcar esse pertencimento junto as nações civilizadas, mas os motivos deveriam valorizar a paisagem e os feitos históricos do Império. (CASTRO, 2005, p. 339).

O pintor Ferdinand Krumholz¹²⁵ (1810-1878), nascido em Duorce (hoje República Tcheca), estudou em Viena, passou por Paris e se instalou como pintor da corte de Lisboa em 1844, chegando ao Brasil em 1848. Do pintor, no retrato de Manuel de Araújo Porto-Alegre, vemos a substituição dos sisudos e escuros fundos de retratos pela paisagem nacional, demonstrando tanto a possibilidade de encantamento do pintor com a exuberância local, quanto o feitiço de uma menção ao trabalho do pintor retratado, ou seja, identificando-o com o local e/ou a temática. O retratado está sentado em meio à paisagem litorânea, com trajes de gala, apoio de uma bengala, tendo à sua direita um livro, referência a sua poesia, e à esquerda uma cartola, um homem certamente culto e elegante.

As exposições de arte, realizadas na corte, haviam tomado grande importância e proporcionavam ao público o contato com pinturas de técnicas e temas variados. O gosto pelas exposições se espalhava por algumas das outras províncias, como no trecho sobre a visita de D. Pedro II a região do Paraná em 1880, do qual tratamos no capítulo 2. Na exposição, citada anteriormente, há a descrição de um retrato do imperador assim como outros vários quadros e escudos, montados em “salão artisticamente decorado” (Jornal *Dezenove de Dezembro*, 29 de maio de 1880, ano 27, n. 2050, p. 1-2).

A menção a esta exposição nos ajuda a entender um pouco mais do clima político-social do período pesquisado na região do Paraná e que dê certo motivou as

¹²⁴ Nascido no Rio Grande do Sul, foi aluno de Debret na Academia Imperial de Belas-Artes e viajou junto com o mestre para a França em 1831. Teve contato com o Romantismo realizando esboços de florestas e até mesmo cenários de teatro com referências ao movimento romântico. Foi diretor da Academia em 1854, tentou mudar os métodos de ensino, buscando valorizar a flora brasileira na decoração (ZANINI, p. 405). “Com vida intelectual intensa, assumiu posições de destaque nas duas instituições mais importantes do Império: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Academia Imperial de Belas Artes (AIAB), lugares de produção de símbolos nacionais, que mantinham diálogo intenso entre suas produções” (CASTRO, 2005, p. 336).

¹²⁵ Enciclopédia Itaú Cultural.

composições retratísticas de D. Iria Correia que evoluíram para além do uso das habilidades artísticas. Por meio da citação abaixo, acreditamos que nossa artista, reconhecida em vida como tal, figurava em um rol de poucas, mas visionárias, mulheres que ousaram criar arte, ultrapassando mesmo que sutilmente as fronteiras dos dotes artísticos para uso decorativo na função da mulher.

A *Revista Musical e de Bellas Artes*, editada por Arthur Napoleão e Miguéz (1879), discorre sobre a diferença dos usos das habilidades artísticas e da arte, assim como do seu uso por parte de algumas mulheres. Sua posição é a de que as mulheres deveriam ter seu tempo investido no aprendizado da arte (aquarela, pastel, modelação em cera, desenho, pintura) e não apenas nas habilidades que teriam um foco maior nos trabalhos com linha (bordados em geral).

É o caso que o velho tinha razão, nada há de mais indigno do que estas *habilidades* que bem iriam n'um circulo; mas que nunca terão cabida perante a seriedade da arte e a dignidade do artista. [...] É na educação das nossas mulheres que o ensino d'estas habilidades se tem desenvolvido em maior escala. A maior parte dos trabalhos que se lhes ensina nos collegios, têm por norte não a arte, mas as *habilidades*. Os bordados a *froco*, *matiz*, *lã*, *canivete*, são processo demorado, imperfeitos, ridículos e anti-artísticos, que poderiam ser substituídos com vantagem de effeito e de economia de tempo, pela aquarella, pelo pastel e até pela modelação em cêra. Todos estes trabalhos que fazem as senhoras são em geral verdadeiras monstruosidades artísticas. Quem poderá ver, sem dó e repugnância, um bordado a lã sobre talagarça onde um rosto humano é contornado em escadinhas, em que os olhos são quadrados e em que o claro-escuro sem esbatimento representa as mais estupendas orgias da fôrma e da côr. Pelo que respeita á morosidade dos processos há alguns que são verdadeiros prodigios de paciência. [...] Ora, qualquer d'estes bordados, faziam o mesmo effeito que um desenho á penna em que o artista dispendesse apenas dez ou quinze dias de trabalho útil. É por pensarmos assim que nunca nos cançaremos de elogiar as distinctas senhoras que apresentaram os seus desenhos e pinturas na actual exposição da Academia. E assim desejariamos vêr todas as mais, applicando o seu talento e tempos d'ócio em trabalhos onde a arte tem cotação e em que as *habilidades* são postas inteiramente de lado. [...] Arte, gosto e propriedade é o que se vê nos estudos a que nos referimos. (MIGUÉZ, 1878, p. 1)

A crítica de Miguéz (1879) demonstra que havia uma hierarquização nesse conjunto, entre as habilidades e a arte propriamente dita. Entretanto, alguns homens como ele incentivavam as mulheres a pisarem em solo mais fértil produzindo desenhos e pinturas ao invés do bordado, por exemplo.

Nossa artista foi reconhecida em vida ao enviar suas pinturas para a Exposição Provincial de 1866, tanto quanto décadas depois de seu falecimento, ao receber uma medalha de homenagem no V Salão Paranaense de Belas Artes (1948). Tal honraria

atesta seu reconhecimento como artista, mas devemos salientar o pouco investimento em pesquisas para desvendar sua obra, ou ainda esforços para reunir suas obras que, em grande parte, devem fazer parte de acervos particulares não catalogados.



Figura 44: Medalha de homenagem a Iria C. Correia.

Fonte: Museu Paranaense.

A maior parte das pinturas que nos foram legadas de Iria Correia são de retratos, gênero muito utilizado ao longo da história da arte e que agrega informações além daquelas retiradas da técnica e do material empregado. Os retratos da artista demonstram seu conhecimento das técnicas clássicas do *sfumato*¹²⁶ e do claro-escuro,

¹²⁶ “A suavidade buscada na claridade diáfana que esse espalha sobre os corpos, gerada pela vitória da luz contra as trevas envolventes, correspondia à suavidade interior de Da Vinci (PEDROSA, 2013). A palavra

advindas da arte clássica renascentista e em suas retomadas, como no caso do Neoclássico, movimento ainda em voga no Brasil daquele período.

Para Eliane Dias (2011), o retrato não apresenta somente a trajetória de um cidadão ao público, mas deve ser tomado como demonstrativo das tradições enraizadas naquela sociedade a qual pertenceu. A história dos retratos da realeza, que veio a se instalar no Brasil do século XIX, serviria para ensinar e/ou reforçar ideias ligadas à moral, virtude e poder que tem sua origem no Renascimento¹²⁷.

A leitura de um retrato passa por aspectos simbólicos e funcionais, em cujas entrelinhas encontramos informações sobre a condição social, econômica e representativa que a pessoa ocupava na sociedade, além de nos permitir adentrar questões relativas à condição social do próprio artista (DIAS, 2011).

Propomo-nos a interpretar a condição feminina no Paraná Oitocentista utilizando como recurso as obras de D. Iria Côrrea.

Seus retratos, em geral, de membros da elite parnanguara, têm também poses muito semelhantes, dando-nos a apreciar a condição em que se encontravam tanto quanto atendiam às representações vigentes sobre as mulheres desta classe. Em geral, fitam o espectador nos olhos e estão em semiperfil (3/4), ou seja, a maioria não pousou completamente de frente. Sendo que este gênero de pintura, além de nos revelar muitas nuances da história, teria tido a função de:

[...] transmitir os valores do retratado, de modo não somente a preservar sua memória mas igualmente com o intuito de educar aqueles que o contemplam, que o prestigiam, que aprendem com os retratados e seu papel no mundo. (DIAS, 2011)

O primeiro retrato a analisarmos é o do seu avô, Manoel Francisco Correia, ou Côrrea (1783-1849), como dizem ser a grafia correta (MENEZES, 2010), pintado após sua morte, pela indicação da data do quadro. O avô de Iria Correia foi figura importante na região de Paranaguá,

Natural de Portugal, ainda jovem emigrou para o Brasil em companhia de seus irmãos nos fins do século XVIII. Dedicou-se ao commercio e desde logo interveio nos negócios públicos de Paranaguá, onde fixara a sua residência.

“Sfumato” deriva da italiana “Sfumare” e no desenho consiste no fato de diluir a cor ou o tom, criando diferentes nuances. Para Leonardo da Vinci as sombras fortes tornam possível os relevos (DA VINCI, 1944, *apud* PEDROSA, 2013).

¹²⁷ “O chamado retrato de Estado tem lugar de destaque nesta função, onde as características públicas e os símbolos do retratado em sua função política assumem grandes significados, muitas vezes relacionados a virtudes do mundo antigo. Essa fórmula encontra terreno fértil ainda no Renascimento, com pintores como Rafael e Tiziano[...]” (DIAS, 2011, p. 8).

Começou a carreira pública servindo os postos da polícia [...] e finalmente a Tenente-Coronel. Foi agraciado com o Grau de Cavaleiro da Ordem de Christo...[e] com o hábito da Imperial Ordem do Cruzeiro em 1829. No commercio contrahiu grande fortuna, em relação à época... Manoel Francisco Correia, o Velho, concorreu não só para a educação de seus filhos, mas para a dos seus nettos, Senador Correia e Dr. Francisco Ferreira Correia, adiantando as importâncias precisas para continuarem os seus estudos. Homem de valor, Correia Velho conquistou pelos seus próprios merecimentos a posição elevada que ocupou em Paranaguá, tendo sido um grande armador e activo industrial de herva matte, arroz, etc. (Revista *O Itiberê*, *Galeria Nobre*, n. 44, 1922)

Sabemos que a família Correia teve acesso aos daguerreótipos, então, provavelmente, a artista trabalhou a partir de um retrato fotográfico, de memória ou o iniciou enquanto o avô ainda estava vivo.

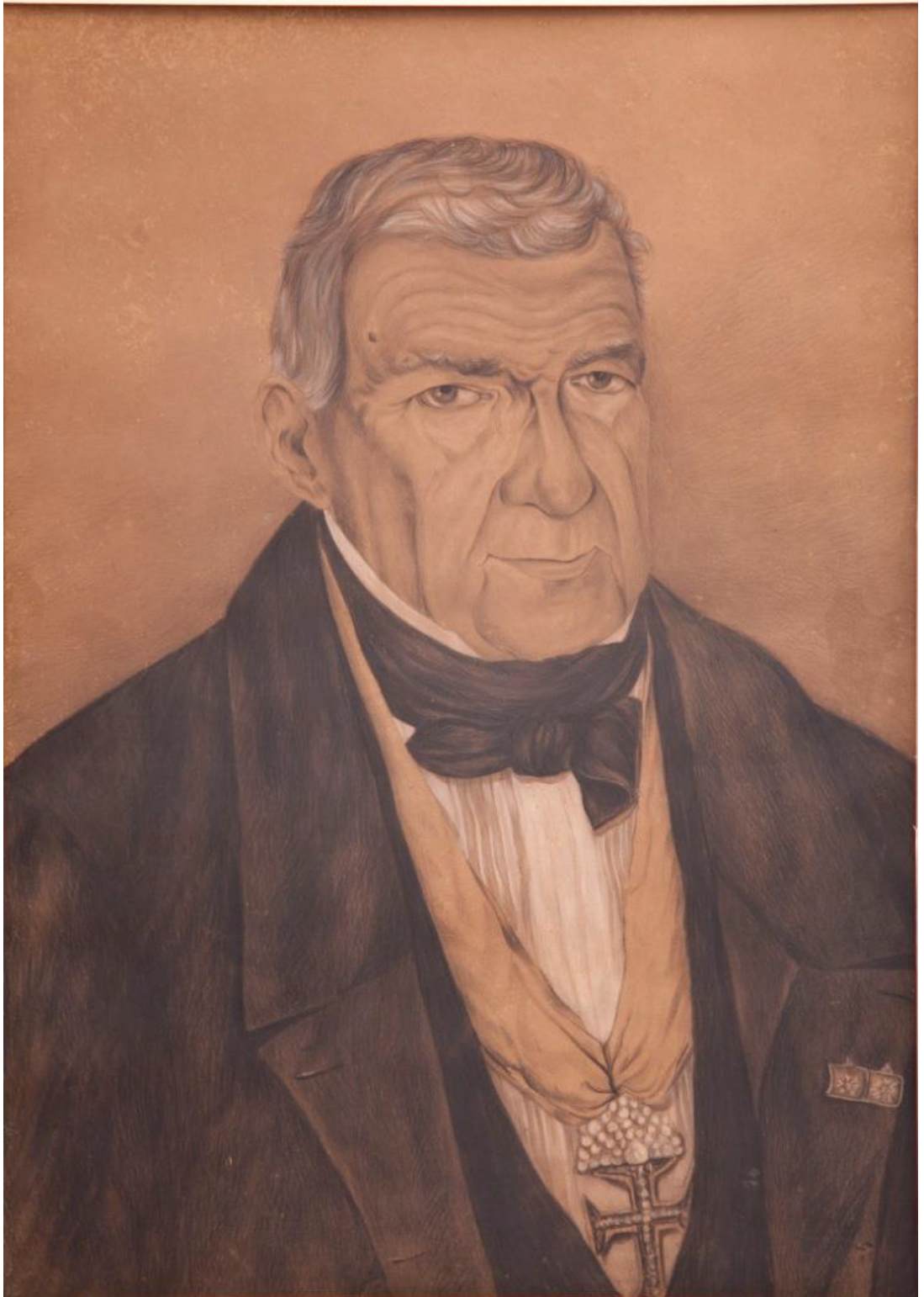


Figura 45: Iria C. Correia, 1860, Manoel Francisco Correia, o velho, crayon/pastel sobre papel madeira, 61X45cm, Coleção David Carneiro.

Fonte: Museu Paranaense.

Nossa opção em apresentá-lo antes das pinturas seria pela construção do desenho realizado em crayon¹²⁸ e que demonstra como se daria sua construção de estrutura antes da pintura. É possível notar as linhas que estruturam o nariz, que demarcam as rugas e expressões faciais criando volume junto ao uso do *sfumato* e do uso da luz e sombra¹²⁹, demonstrando conhecimento e domínio de tais técnicas. O papel escuro ajuda a iluminar ainda mais o pastel branco aplicado na camisa, nos cabelos brancos e na iluminação da parte interna de suas rugas.

Do dicionário de Antonio de Moraes Silva (1813), utilizamos o conceito de desenho: “A ideya, ou traça, que o Pintor tem na fantezia; o debuxo della no papel”, que nos serve para retomar questões ligadas às Academias que tinham na técnica do mesmo uma prévia da pintura, seja no ensino ou na prática. Logo, aprendia-se a desenhar antes de pintar, dominava-se o contorno das figuras, o volume construído com luzes e sombras para somente então iniciar o trabalho de coloração com uso de tintas¹³⁰. Também este serviria para estampar os cadernos ou em desenhos com papel mais barato em uma espécie de “Ideya, molde, modelo” (SILVA, 1813) do que se queria fazer em uma possível e futura pintura utilizando o lápis, nesse caso o crayon branco ajuda a iluminar partes do rosto, do olho, esbranquiça o cabelo, dá o tom da camisa alva que ele veste, tanto quanto o cordão bege que segura sua cruz, o lenço, a casaca e o colete recebem diferentes nuances de cinza. A joia, em formato de cruz, que carrega é uma insígnia, já que se trata de um Comendador da Ordem de Cristo¹³¹, outro marco visível é

¹²⁸ Na França de 1795, Nicolas-Jacques Conté já havia criado sua empresa para vender material específico para desenho e esboços. “Os Crayons Conté são produzidos com uma mistura de pigmentos naturais, caulim e grafite”. Os Crayons Conté foram usados por muitos artistas como Picasso, Delacroix e Degas (FERRARI, 2018).

¹²⁹ “Parece-me evidente que as cores variam em razão da luz, uma vez que toda cor colocada na sombra não parece ser o que é na claridade. A sombra torna a cor escura, e a luz faz claro o lugar onde se projeta.” (ALBERTI, p. 83).

¹³⁰ “30. Divide-se a pintura em três partes; essa divisão nós a tiramos da própria natureza. Como a pintura se dedica a representar as coisas vistas, procuremos notar como são vistas as coisas. Em primeiro lugar, ao ver uma coisa, dizemos que ela ocupa um lugar. Neste ponto, o pintor, descrevendo um espaço, dirá que percorrer uma orla com linha é uma circunscrição. Logo em seguida, olhando esse espaço, fica sabendo que muitas superfícies desse corpo visto convém entre si, e então o artista, marcando-as em seus lugares, dirá que está fazendo uma composição. Por último, discernimos mais distintamente as cores e as qualidades das superfícies e, como toda diferença se origina da luz, com propriedade podemos chamar sua representação de recepção de luzes. 31. Portanto, a pintura resulta da circunscrição, composição e recepção da luz.” (ALBERTI, p. 108).

¹³¹ O distintivo da Ordem militar de Cristo é uma cruz latina, pátea, de esmalte vermelho, perfilada de ouro, carregada de cruz latina de esmalte branco. A cor da ordem é o vermelho. A ordem militar de Cristo foi instituída pelo Rei D. Dinis em 1318 e confirmada pela Bula *Ad ea ex quibus* dada pelo Papa João XXII em *Avignon*, em março de 1319 e veio a suceder a Ordem do Templo, extinto em 1311 pelo Papa Clemente V. Muitos retratos de reis portugueses trazem-nos com as insígnias da Ordem de Cristo,

que ele também foi Comendador da Ordem da Rosa (CARNEIRO JUNIOR, 2014), da qual não carrega o adorno que teria a forma de uma estrela, como na pintura de Willie James (fig. 38). Sua tez idosa é suavizada pelo levíssimo sorriso que esboça a sua própria neta, demonstrando a familiaridade e uma certa cumplicidade entre eles.

Seu uso do desenho parece estar pautado no uso do papel escuro e em três cores de crayons, o branco, a sépia e o carvão (que pode dar tonalidades mais escuras) e quem sabe até mesmo um lápis de desenho possa ter dado o tom acinzentado.

A possibilidade que se mostra plausível é que este material tenha sido trazido da Europa a pedido da família Côrrea, via comércio local, a outra é que as professoras James e Taulois tenham trazido materiais possíveis para venda, probabilidades anteriores à abertura da tipografia de Cândido Lopes, que vendia muitos materiais técnicos e artísticos, como anunciado.

ATENÇÃO.

NESTA TYPOGRAPHIA ACHA-SE :

Papel imperial de todos os formatos.
Dito de peso superior liso e pautado.
Dito de maquina de todas as qualidades
Dito de peso in 4.^o, liso, pautado, de cores e de fantasia.
Dito, dito tarjado de preto.
Dito marmore.
Dito de cores, em grande formato.
Enveloppes de todos os formatos, lisos, de cores, rendados e de fantasia.
Pennas de metal de muitos padrões e qualidades.
Ditas de ave.
Canetas de diversas qualidades.
Lapis, de desenho, finos e ordinarios.
Reguas.
Tiralinhas, compassos e raspadeiras.
Lacre encarnado e preto muito fino.
Obrêas em pasta, preta e encarnada.
Borracha.
Nankin e carmin.
Pinceis.
Canivetes inglezes, muito finos.
Estojos mathematicos.
Pautas, procurações, credits, cartas de enterro, taboadas, catecismos, cartas de 1.^{as} lettras, Grammatica da lingua nacional, etc., etc., etc.

CURITYBA—TYP. DE C. M. LOPES —1859.

Figura 46: Anúncio de venda de materiais.

Fonte: *Jornal Dezenove de Dezembro*, Coluna *Annuncios*, 19 de novembro de 1859, ano VI, n. 170, p. 4.

Na sequência trazemos para análise a imagem do pai de Iria Correia, o tenente-coronel Joaquim Cândido Correia (Paranaguá, 1815-1884), que ocupou muitos cargos públicos na cidade, fazendo parte de uma das famílias da elite do Oitocentos (LEÃO, 1926). Filho do terceiro casamento de Manoel, o velho, com a cunhada D. Joaquina Maria de Ascensão Correia, este teria se casado com Dona Damiana Vieira do Nascimento, fruto de Sebastião Vieira do Nascimento, de Santa Catarina, e de Anna Vieira do Nascimento, do Rio de Janeiro, tendo os filhos muito bem-educados: Tácito

Correia, Iria Cândida Correia, Deoclesiano Correia, Carlos Correia, Maria Cândida Correia, Carolina Cândida Correia, Sérgio Correia, Virgílio Correia e Sophia Correia. Alguns dos filhos não chegaram à idade adulta. Joaquim faleceu aos 68 anos de idade sem causa definida do falecimento (MENEZES, 2010).



Figura 47: Iria C. Correia, Coronel Joaquim Cândido Correia, s/d, óleo sobre tela, 65,5X49 cm, Coleção David Carneiro.

Fonte: Museu Paranaense.

Novamente podemos visualizar o uso de *sfumato*, da luz e sombra no côncavo dos olhos, no sombreamento do nariz, a iluminação das pupilas, e o alto das têmporas.

Nesta pintura, em que a pose é muito similar à do desenho do avô, notamos uma joia que não dá sinais de ser uma insígnia militar e que não distinguimos seu significado. A relação simbólica nos chega pela caneta que segura, demonstrando parte de seus atributos na sociedade do período, de caráter intelectual e política. O fundo é simples e escuro, o que destaca a figura do tenente coronel Joaquim. Sua pele não traz tantas rugas quanto a do pai, sua tez é levemente avermelhada nas bochechas, olhos e boca, em atitude solene, séria, condizente com a posição. Os trajes também denunciam sua posição político-social, ocupante de cargos importantes, como documentam variadas edições do *Jornal Dezenove de Dezembro*¹³²: curador geral dos órfãos (1854), suplente do subdelegado (1856), comissão censitária (1872), Administrador da Mesa de Rendas de Antonina (1876).

Dos retratos de homens podemos destacar que a posição austera e o semblante fechado demonstram um pouco do papel dos mesmos perante a sociedade. Desta forma são apresentados ao público e assim devem ser lembrados na posteridade, como pessoas sérias, idôneas e com tais referências atreladas à sua imagem, a qual outro membro dessa pequena elite Oitocentista, conhecedora de seus códigos, registra com intimidade e respeito, incutindo tal simbologia na obra.

O caráter de intimidade da artista com quase todas as personagens de suas pinturas vem das relações em que estas estavam envolvidas, de uma ou outra forma, em filiação, casamento ou amizade com a própria família da artista.

Tanto quanto Manoel Francisco, o velho, o Visconde de Nacar¹³³ é parte essencial desta história paranaense Oitocentista, justamente pela relação de afinidade com a família Correia e pelos retratos que Iria Correia fez de membros de sua família.

¹³² *Jornal Dezenove de Dezembro*: sábado, 28 de outubro de 1854, Ano 1, n. 31, p. 3; quarta, 20 de fevereiro de 1856, ano II, nº 47, p. 3; sábado, 15 de junho 1872, ano XIX, nº 1310, p. 1; quarta, 16 de agosto de 1876, ano XXIII, nº 1733, p. 2.

¹³³ Manoel Antonio Guimarães, ou o Visconde de Nacar (1813-1893), fez carreira comercial, casou com D. Maria Clara Correia, filha de Manoel Francisco Correia, o velho (avô de Iria C. Correia), tendo 9 filhos. Foi um dos “fundadores da maçonaria, do Hospital de Caridade, o constructor do Mercado, e de tantos outros melhoramentos locais” (LEÃO, 1926, p. 2526). Político influente da ala conservadora, apoiador da escravidão monárquica, foi também vice-presidente da Província do Paraná, delegado, deputado provincial, Comandante superior da Guarda Nacional da Marinha. Viúvo, casou-se ainda com a cunhada Dona Rosa Correia, com quem teve 4 filhos, vindo a ter ainda uma terceira esposa, D. Joaquina Maria de Ascensão, da qual não encontramos registro de filhos. Hospedou ilustres figuras em sua propriedade, como D. Pedro II e a Imperatriz e, depois, os Condes d’Eu (LEÃO, 1926, p. 2525-2528).

Assim traremos outras relações entre estas duas famílias da elite que se entrelaçavam nos graus de parentesco.

Nosso próximo retratado, José Mathias Ferreira de Abreu, paulista e bacharel em Direito, era casado com Joaquina Correia Guimarães, uma das filhas do conhecido Visconde de Nacar, sendo também “deputado por São Paulo por ocasião do ‘Ato Adicional à Constituição do Império’” (CARNEIRO JÚNIOR, 2014, p. 126).



Figura 48: Iria C. Correia, José Mathias Ferreira de Abreu, s/d, óleo sobre tela, coleção David Carneiro.

Fonte: Museu Paranaense.

Em seu retrato vemos a marca de um profundo conhecedor da lei, as coleções de livros, dentre eles um dicionário de História. Numa das capas das coleções conseguimos identificar na capa um sobrenome, Troplong, que nos leva a Raymond Theodore Troplong¹³⁴, logo poderia se tratar do livro “Da influência do Christianismo sobre o direito civil dos Romanos, referência no direito do século XIX”, obra que circulou entre os bachareis em Direito do período.

A pena parece tornar tudo mais imponente do que a caneta que o retratado anterior segura. O figurino é muito semelhante entre todos os retratados homens: casacos escuros com camisa branca, lenço ou gravata, em forma de borboleta, pretos. Nesse caso temos o que parece ser um relógio de bolso na parte de baixo do traje, já que vemos a corrente que tradicionalmente segurava tais artefatos. O fundo da pintura é escuro. As mesmas construções são identificadas na composição técnica da pintura: linhas que demonstram um certo envelhecimento abaixo dos olhos e nas marcas de expressão da boca. A tez tem um leve avermelhado, as pupilas estão iluminadas com a luz, assim como os cabelos demonstram o início dos primeiros cabelos grisalhos, deixando-o com o aspecto ainda mais sensato. Seu rosto está de frente para o público, posto que vemos as duas orelhas com tamanho similar.

Para não nos atermos apenas aos homens, tratemos de analisar os traços simbólicos encontrados na pintura de D. Damiana Correia, progenitora da artista, seu pai foi Sebastião Vieira do Nascimento, natural de Santa Catarina, e sua mãe Anna Vieira do Nascimento, natural do Rio de Janeiro. Alguns documentos dizem que D. Damiana teria nascido em Paranaguá e outros no Rio de Janeiro, embora saibamos que sua família materna era carioca.

¹³⁴ Nasceu em 8 de outubro de 1795 em *Saint-Gaudens*, e faleceu em março de 1869. Foi um jurista e político francês do século XIX. Conselheiro do Tribunal de Cassação, Oficial da Ordem da legião D'Honra, membro do *Institut de France, Académie des Sciences morales et politiques*, co-redator do texto inicial da Constituição francesa e senador foram algumas das posições ocupadas por este eminente jurisconsulto (Biblioteca Digital jurídica, Superior Tribunal de Justiça). Disponível em: <<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/11430>>.



Figura 49: Iria C. Correia, Damiana Correia, s/d, óleo sobre tela, 65x49 cm, Coleção David Carneiro.

Fonte: Museu Paranaense.

O primeiro ponto que nos chama a atenção é que o já conhecido fundo escuro da pintura recebe a sombra de D. Damiana, localizada à nossa esquerda, em que a parede cinza recebe um acréscimo de sombreado, diferente dos demais retratos. A posição de semiperfil (3/4) também é similar aos demais retratados da família, as bochechas

receberam um avermelhado a mais do que a dos homens, certamente por conta da maquiagem. Notamos que ela usa duas joias, os brincos e um broche entre as partes da gola rendada, sinal que parece anunciar a forma de utilização de tal aparato no período.

As golas parecem ter alguma referência ao que outrora a realeza utilizara de forma mais exacerbada, como no retrato de Maria Francisca, de Taunay (fig.42), tanto quanto o fundo escuro. Se o homem trazia suas insígnias, signos de sua relação com a sociedade, as mulheres nos dão ares de recato, no uso do traje negro e de sua colocação social, no uso de algumas poucas joias, situação que deveria ser comedida pela moral religiosa de não ostentar. O vestuário, aparentemente simples, traz uma riqueza de detalhes na aplicação da gola e alude à moda Vitoriana¹³⁵.

Os cabelos têm um penteado muito similar em todas as damas que iremos explorar, são repartidos ao meio e levemente enrolados e presos de forma a esconder as orelhas, deixando à mostra apenas a ponta do brinco, tendência que encontramos em outras representações, como na *Jornal das Senhoras* (fig. 12 e 13) e nos daguerreótipos da época, incluindo os da Imperatriz Theresa Christina (fig. 50), que traz um traje bem similar ao de D. Damiana, em que a gola difere apenas por ser preta.

¹³⁵ O moralismo vigente na era vitoriana exige da moda recato, trazido nas camadas de roupas e na quantidade de peças a serem usadas pelas mulheres: calções, coletes, camisas, corpetes de renda, toucas, golas, mangas e punhos (KNIBIEHLER, 1991). Como vimos anteriormente, o colo feminino era evidenciado apenas nos figurinos de festas.



Figura 50: Daguerreótipo da Imperatriz Teresa Christina, 1855, *Buvelot e Prat*.

Fonte: TOREZANI, 2015.

A conduta e o comportamento femininos, tendo influência da cultura feminina difundida pelos impressos destinados a elas, ora irão se pautar na moral, no recato, e ora irão buscar um corpo mais apelativo sexualmente de acordo com o gosto masculino (XIMENES, 2011, p 28). Ou seja, de dia o decoro dos trajes mais fechados e nas festas e eventos sociais um deslumbre mais aberto das formas femininas de acordo com o entendimento do período, como veremos nos vestidos utilizados nas festas noturnas, que mostram partes do corpo como o colo e os braços, por exemplo.

Então, ao analisarmos as poses e trajes femininos na pintura de Iria estamos extrapolando a análise da técnica clássica, que como vemos ela dominava, para nos determos, além disso, nas representações que estas imagens carregam sobre a condição

da mulher da elite na sociedade. Podemos entender que muitas das situações que pareciam estar sendo apresentadas nos jornais já estavam em exercício nesta sociedade em questão, pelo menos, entre estas famílias às quais tivemos acesso. O recato ou a seriedade nos fitam nos olhos, de acordo com o gênero.

Outro ponto de atenção em suas pinturas é de que o rosto se torna a imagem central e mais clara da composição, talvez a escolha da roupa e do fundo escuro fosse proposital para essa iluminação nada casual. Sua composição é triangular, ou seja, a base (tronco e braços) é mais larga que a cabeça, que se torna o alto da pirâmide.

Na sequência temos a prima de Iria, Delfica Guimarães, filha do Visconde de Nacar e de Maria Clara Correia Guimarães. Fora casada primeiro com José Mathias Gonçalves Guimarães, tendo três filhos: Theodorico Gonçalves, Manoel Antonio e Eugenia. Do segundo casamento, com Manoel Ricardo Carneiro, nasceram: Manoel Bicudo, Anibal Guimarães, Haydée e Abdon Petit, este último homenageado ao receber uma rua com seu nome (CARNEIRO JÚNIOR, 2014, p. 158).



Figura 51: Iria C. Correia, Delfica Guimarães, 1860, óleo sobre tela, 73x59 cm, Coleção David Carneiro.

Fonte: Museu Paranaense.

O retrato de semiperfil de Delfica Guimarães traz muitos detalhes já encontrados no de D. Damiana: a pose e a roupa que, inclusive, parece ter sido confeccionada pela mesma modista, trazendo no detalhe da gola um arredondamento diferente do formato pontiagudo da renda anterior. Delfica também mira firmemente o público nos olhos, entretanto está mais corada do que Damiana, talvez por ser mais jovem e tímida, quem sabe por excessos na toalete. Mais adereços demonstram essa mocidade: uma pulseira que parece combinar com o broche, além de seu braço nos mostrar, ao final da manga do vestido, um detalhe delicado com laços e renda. O penteado é semelhante ao

anterior, seu cabelo é levemente mais claro e a textura dos fios difere de D. Damiana, assim como seu rosto é mais arredondado. A sombra do seu lado esquerdo escurece o pescoço e parte do rosto, assim como a luz mais aparente à sua direita ilumina bem a testa e os braços, apesar do fundo e do vestido serem escuros, notamos que a cintura é bem marcada e fina, um possível indicativo do uso de espartilhos.

Nossa próxima imagem é de Joaquina Correia Guimarães, também filha do Visconde de Nacar com Maria Clara Correia Guimarães, portanto prima de Iria. Fora casada com José Mathias Ferreira de Abreu, tendo como filhos Arthur, Mucio e Elfrida (CARNEIRO JÚNIOR, 2014, p. 166).



Figura 52: Iria C. Correia, Joaquina Correia Guimarães (Sra. José Mathias Ferreira de Abreu), s/d, óleo sobre tela, 72,5x58,5 cm, Coleção David Carneiro.

Fonte: Museu Paranaense.

Na pintura de Joaquina notamos além de um leve sorriso, sinal da intimidade entre as senhoras, uma pintura em miniatura usada como adereço em seu pescoço, um retrato dentro do retrato, recurso utilizado por Taunay na pintura da princesa Maria Francisca (fig. 42). Eliane Dias (2011), em estudo interessante sobre o tema, mostra-nos os variados usos da metalinguagem na pintura. No caso de princesas e rainhas, deixava-

se clara a aceitação do homem da família (pai, irmão, marido), a respeito de seu governo. O retrato do homem da família demarcava sua presença e aprovação no reinado de uma mulher.

Outro caso seria o envio de retratos para futuros candidatos a marido, em sinal de compromisso. Talvez, no caso de nossa retratada, arriscamos que tivesse a permissão para ser pintada para a posteridade ou como um demonstrativo do fato de ser casada.

O gênero do retrato contribuirá, nesse sentido, para estabelecer não somente o vínculo familiar mas também para mostrar a hierarquia entre os retratados e sua dimensão na esfera do poder europeu, além de evidenciar o valor e a virtude dos retratados, tornando-os duplamente um exemplo a ser admirado. Tais retratos fornecem, assim, um modelo precioso, possivelmente retomado por Taunay em 1816, sobretudo no que concerne à tipologia do “retrato dentro do retrato. (DIAS, 2011)

Ou seja, a posição da mulher precisava ser reafirmada pelo familiar homem mais próximo. O delineamento da hierarquia familiar e/ou de gênero é representado, visivelmente, nesta tela de Iria C. Correia.

Ainda vemos a similaridade com as pinturas anteriores na gola que nos parece combinar com a ponta das mangas delicadas do traje negro, o brinco e um xale ou lenço de cor salmão. Nem o fundo acinzentado nem os trajes trazem referências a atividades notáveis, diferente dos símbolos atrelados aos retratos dos homens.

Iria assume um lugar interessante junto aos seus, demonstrando que esta sociedade tinha valores e regras a serem reverenciadas e simbologias resultantes destas relações destacadas. A própria artista foi fruto dos avanços e restrições dadas a seus membros, como no caso das novas práticas que colocavam na educação e na instrução de algumas damas o acesso a tais conhecimentos artísticos, tanto quanto o entretenimento, por exemplo. Contudo, os limites dados à mulher são registrados aqui também: o recato das roupas, a relação hierárquica com homens da família, os objetos a que ambos os gêneros são associados em suas telas. Toda esta conotação simbólica nos apresenta as preocupações da época ou características que já estavam intrínsecas nestas relações, assim como tratava de propagar para a posteridade modelos sociais e de poder.

O fundo cinza, o traje, a pose e as referências simbólicas parecem ser parte fundamental no repertório de retratos da pintora. No do retrato da Senhora M. G. Marques (Rita Loyola Marques), o traje destoa dos demais, remetendo ao figurino de festa, tal qual vimos na imagem no *Jornal das Senhoras* (fig. 13). Rita era esposa do coronel Manoel Gonçalves Marques com quem teve “Izabel Gonçalves Marques de

Castro; Coronel Cícero Gonçalves Marques; Dr. Acrízio Gonçalves Marques; Anna Gonçalves Marques Lago; José Gonçalves Marques” (CARNEIRO JÚNIOR, 2014, p. 171).



Figura 53: Iria C. Correia, Rita Loyola Marques, s/d, óleo sobre tela, 71,5x58cm, Coleção David Carneiro.

Fonte: Museu Paranaense.

As festas seriam os únicos momentos em que se era permitido mostrar o colo e as costas, ou que seria de “bom tom”, para uma dama da sociedade pertencente a estas famílias, posto que vimos em outros momentos que as mulheres se vestiam de formas variadas. Rita nos mostra um leque em descanso em sua mão direita, além de suas joias: brincos, pulseira e corrente com pingente. O pingente coloca sua moral presente na tela, confissão simbólica da religiosidade católica em formato de adereço, isto é, apesar do vestido de noite, temos à nossa frente uma bela e jovem senhora devota. Seu vestido é tão acinturado quanto o de Delfica, novamente trazendo a impressão de ser estruturado pelo uso de um espartilho.

Sua pose em semiperfil traz no rosto um leve sorriso, as bochechas rosadas por maquiagem, os olhos iluminados e que se desviam delicadamente do público.

Os retratos de Iria deixam em evidência seu universo, de acesso a pequenos entretenimentos mesmo em uma cidade pequena, promoção da instrução para as damas incluindo as artes (literatura, pintura, música) e que tornavam a vida mais animada para este grupo social. Os retratos nos mostram que seu acesso era restrito a pessoas do círculo familiar e de amizade e, em geral, todos neste contexto tinham alguma ligação mais íntima entre si, mantendo o poder em poucas e conhecidas mãos:

[...] poucos grupos familiares detinham o grande negócio comercial no litoral. A família Correia, Guimarães, Pereira e Gonçalves Cordeiro, todos com parentesco entre eles. (OLIVEIRA, 2001, p. 55)

Logo, estas mulheres foram pintadas com autorização dos homens da família para demonstrar seu legado ao público. As joias, as roupas, as poses e, arriscamos dizer, que talvez até mesmo a escolha da pintora fosse legar à posteridade o modo de vida e as escolhas de um grupo de influência considerável no Paraná do Oitocentos.

Esse era um modo de vida similar ao que conhecemos como burguês. Tal modo de vida, juntamente com algumas destas pessoas registradas, os homens em geral, é que determinavam o que as meninas iriam aprender e ter acesso, elas o reproduziam, como no caso de Iria, na pintura, outras na poesia, na música. Assim como vimos um avanço no acesso à instrução, consideramos que a realização de pinturas, mesmo que em um ambiente doméstico, tal qual acontecia na Europa, também dão conta de uma modificação no que era esperado das moças do período.

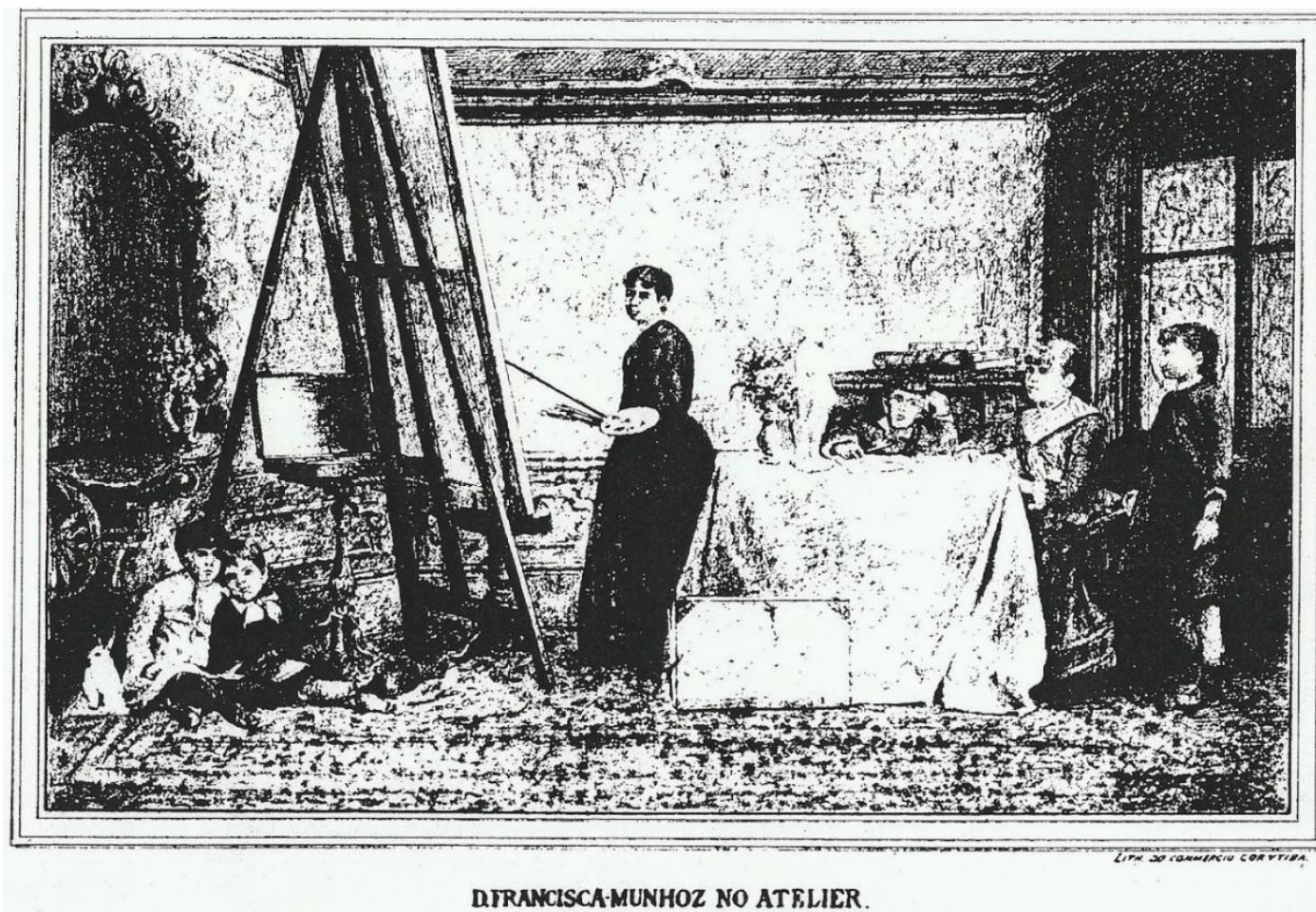


Figura 54: Narciso Figueiras, D. Francisca Munhoz no atelier, litografia, 1887.

Fonte: *Revista do Paraná*.

A litografia¹³⁶ de Narciso Figueras, feita em 1887, demonstra bem o ambiente de que tanto falamos nesta pesquisa e no qual deve D. Iria ter realizado suas pinturas dos membros das famílias abastadas de Paranaguá: lugar privado, onde as atividades eram realizadas com vigilância, seja em casa ou nos colégios. A pintura, realizada em ambiente doméstico e não em um atelier, era acompanhada de outros membros da família, seja do retratado ou da artista, era um ambiente para várias pessoas que

¹³⁶ “Trata-se de um método de impressão a partir de imagem desenhada sobre base, em geral de calcário especial, conhecida como “pedra litográfica”. Após desenho feito com materiais gordurosos (lápiz, bastão, pasta etc.), a pedra é tratada com soluções químicas e água que fixam as áreas oleosas do desenho sobre a superfície. A impressão da imagem é obtida por meio de uma prensa litográfica que desliza sobre o papel” (Enciclopédia Itaú Cultural).

observavam o trabalho, pelo menos inicial, ser realizado. Não podemos deixar de notar que o artista, Figueiras, colocou uma tela imensa que parece nem sequer caber na composição litográfica. Além disso, a litografia nos traz o nome de mais uma artista: Francisca Munhoz.

Assim anunciamos que houve outras artistas mulheres que podem ser pesquisadas, datando para além de nosso limite cronológico, e seguem anunciadas para interesses futuros.

Mais ao final do Oitocentos vemos figurar outros nomes que nos indicam, pelos menos, a ideia do acesso das mulheres à pintura, como parte de suas representações aceitas nestas terras. Temos no jornal o nome de D. Francisca Munhoz da Rocha, no anúncio dos exames em diversas matérias aparecendo no jornal *Dezenove de Dezembro* de 1884 (8 de julho, 1884, ano XXI, n. 159, p. 4). Em 1885 (15 de julho de 1885, p. 2), ela aparece plenamente aprovada em Inglês, sendo chamada para o teste de Aritmética. Também no *Dezenove de Dezembro* aparecem felicitações por retrato a óleo feito de Hyppolito José Alves (21 de abril de 1887). Encontramos charadas que eram trocadas entre as damas da sociedade, incluindo conceitos relativos à arte (Jornal *Dezenove de Dezembro*, 17 de julho de 1885, ano XXXI, n. 160, p. 3), algumas atribuídas à D. Chiquinha Munhoz. Francisca Munhoz no atelier (1887) é anunciada como uma estudiosa, prática e teórica, da pintura, teria estudado com Mariano de Lima, assim como Polixena Correia e Maria Aguiar, tem registradas algumas imagens de seus trabalhos na revista *A Arte* (1895, p. 50).

A já tratada Carolina Tamplin foi pintora. Contudo, sendo imigrante, trouxe esta bagagem cultural de fora do país. Foi professora em Colônia Assunguy e, mudando-se para Curitiba, ofereceu seus serviços como professora particular na seção de Anúncios do jornal:

[...] dá lições de piano, canto, francez, inglez, geographia, desenho e prendas domésticas, em casas particulares. Póde ser procurada a rua do Sottomaior, em casa de seu filho, o negociante Alberto Tamplin. (Jornal *Dezenove de Dezembro*, 4 de setembro de 1880, p. 4)

Segundo Adalice Araújo (2015), Iria Correia deixou inclusive alunas, como Irmina Guimarães Miró, que fez um retrato da esposa do Comendador Ricardo Carneiro (Coleção David Carneiro). Todavia, assim como os alunos de Virmond, suas discípulas

não teriam prosseguido com seus trabalhos, o que inviabilizou o conhecimento mais aprofundado dos mesmos.

Outra pintura de Iria também nos chama a atenção por trazer uma paisagem ao fundo, ao invés do tom escuro tão característico, aproximando-a da pintura de Ferdinand Krumholz, na realização do retrato de Manuel de Araújo Porto-Alegre (fig. 43). A paisagem nos surpreende, tendo ao fundo um céu azul com nuvens brancas e acinzentadas, que lhe dão certo movimento, assim como uma vegetação verde nas laterais.



Figura 55: Iria C. Correia, retrato de mulher desconhecida, s/d, óleo sobre tela.

Fonte: Museu Paranaense.

Temos o mesmo penteado das outras damas, um vestido de festa com capa ou manto, o brinco, a pele ruborizada levemente, uma flor na mão esquerda, parecendo ela estar sentada sobre um divã.

Apenas dois dos retratos de Iria são datados, sendo do ano de 1860, quando teria por volta de 21 anos, mostrando-nos uma maturidade em relação à construção da figura e do uso da luz e sombra mesmo com tenra idade.

Trazemos abaixo uma pintura de Kate Perugini (1839-1929), da qual já falamos anteriormente, para efeito comparativo com a última pintura de Iria. A imagem é de uma criança sentada, nela vemos o vestuário similar aos trajes paranaenses, fator que novamente demonstra a influência estrangeira, seja na moda ou na forma de pintar.



Figura 56: Kate Perugini, Eric Hawkesley, s/d.

Fonte: HAWKSLEY, 2017.

Finalizamos a análise de imagens com um retrato feminino infantil, de Iria Correia, em contrapartida ao de Kate Perugini. Percebemos que, apesar da distância geográfica, a roupa infantil desta parcela da população não trazia grandes distinções de gênero. Podemos espiar que uma parte da moda destinada às senhoras se estendia às crianças: a gola demonstra que sua inspiração é baseada no recato adulto. O menino de Perugini traja preto, a menina de Correia o azul. Ambos têm cabelos curtos, apesar da segunda ser uma menina. O fundo desta pintura de Iria Correia é mais claro, diferente do dos adultos. A menina não usa joias e segura, o que parece ser, uma caixa, talvez de música ou para guardar pertences. Seu olhar claramente estava fixo na pintora e por

consequência no espectador, a pose é muito semelhante à dos adultos, sinal de que esta imperava como regra no ambiente retratístico.



Figura 57: Iria C. Correia, retrato infantil feminino, 1854, aquarela sobre papel.

Fonte: Museu Paranaense.

Neste capítulo procuramos traçar um paralelo com a formalização e os temas da pintura de alguns artistas reconhecidos como referência para a história da arte brasileira no período com os trabalhos da nossa artista Iria Cândida Correia. Buscamos respaldo em duas aristas internacionais para analisar os temas ditos femininos e/ou amadores no

período em outras localidades do mundo para também relacionarmos com o trabalho de Iria Correia.

O cenário brasileiro investigado demonstra que o Neoclássico e suas simbologias influenciaram não somente nas poses dos retratos como naquilo que os retratados tinham atrelados a si: joias, roupa, objetos, símbolos.

As pinturas da primeira pintora do Paraná nos deixam perceber um pouco mais da intimidade das famílias abastadas de Paranaguá, de onde as moças que estudaram nos colégios particulares, em geral, saíam. O meio em que viviam era tanto influência quanto influenciador do restante da sociedade.

Seus hábitos de recado em determinados momentos e de pequenas ousadias em outros são registrados por Iria Correia, permitindo que hoje entendamos um pouco mais das representações que fizeram parte da construção dos currículos dos colégios particulares analisados, tanto quanto da extensão dos mesmos na forma de vida destas mulheres.

Assim esperamos ter contribuído para trazer à tona um pouco de reflexão sobre os conhecimentos artísticos, desenvolvidos nos colégios particulares e aplicados na praticidade, a partir de algumas poucas obras de D. Iria C. Correia, considerada a primeira pintora do Paraná Oitocentista.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa identificou que a imprensa tratou de auxiliar na procura de um novo lugar para as mulheres da recém-criada Província do Paraná, buscando ligá-la mais fortemente à maternidade e ao zelo com o lar, inculcando-lhes preceitos religiosos e de higiene, sendo, dessa forma, produtora de parte das representações de gênero então em circulação. Contudo, essa representação de gênero chocava-se com outras, como as identificadas pelos viajantes estrangeiros que passaram pelo Paraná e pelo Brasil (como vendedoras, viúvas que trabalhavam fora, mulheres de fazendeiros que tocavam os negócios na ausência dos maridos, prostitutas, amazonas). Foi aí que a instrução feminina, a ser dada em colégios particulares, tornou-se importante ferramenta para a produção de um novo modelo de mulher, mais condizente com a realidade que se queria em vigor na então recente Província do Império.

No que diz respeito a essa instrução feminina, analisou-se que a mulher paranaense Oitocentista recebeu em casa a educação da família (ANJOS, 2015), a educação doméstica, com preceptores e/ou professores particulares (VASCONCELOS, 2005), e na instrução pública teve, como diferencial de gênero, o ensino das prendas domésticas. Contudo, foi nos colégios particulares que encontramos efetivamente a busca por uma instrução que produzisse, de modo mais completo, o novo modelo de mulher almejado pela modernidade Oitocentista da qual o Paraná também participou: a menção aos dotes artísticos, habilidades com as quais fora dotada a instrução de algumas das moças das famílias mais abastadas.

Por ser o conceito de gênero uma categoria de análise histórica relacional, foi possível perceber, pelo contraste com os programas de ensino dos colégios particulares masculinos assim como com aqueles da instrução pública, que houve diferenças na educação dada a meninos e meninas, abastados ou não. No caso da educação masculina, a ênfase recaía sobre um ensino voltado à futura profissionalização do homem, portanto mais técnica (ensino do latim, desenho voltado à geometria, retórica, escrituração mercantil) em relação à feminina. Já na educação das meninas as diferenças ficavam por conta do ensino das prendas domésticas (ensino dos trabalhos de agulhas: costura, bordados variados, tricô, crochê) e dos dotes artísticos (dança, música – geralmente piano – canto, desenho e pintura), visando agregar valor simbólico às meninas, facilitando os enlaces matrimoniais. Porém, até onde foi possível observar, nem todos os colégios particulares ofertavam os dotes artísticos e/ou apresentavam à população

somente uma parcela destas atividades, de acordo com o currículo acumulado pelas mestras e diretoras.

Neste rol de meninas que tiveram acesso a este tipo de instrução encontramos aquela que é considerada por muitos historiadores a primeira artista paranaense, D. Iria Cândida Correia, que nos legou retratos de personagens de ilustres famílias de Paranaguá, sua cidade natal, demonstrando em suas telas a condição feminina e masculina desta casta: costumes, moda, aspectos físicos e sociais, dentre outros elementos simbólicos das relações de gênero no período, uma micro-história desta parcela da sociedade.

As relações de gênero, vigentes na sociedade e na educação do período, diferenciavam homens e mulheres, demarcando muito bem seus papéis. Contudo, o que também ocorreu é que homens e mulheres foram representados e viveram em condições variadas, sendo que as oportunidades e conhecimentos, mais ou menos elitizados, fizeram diferença desta parcela privilegiada da população. Tal educação lhes proporcionou apropriação de técnicas, arte e cultura, além da manutenção ou aumento do seu capital econômico e *status* social, os quais estão registrados nas telas de D. Iria Correia.

Algumas pistas apontam que houve outras moças que realizaram atividades relacionadas aos dotes artísticos, e que devem ter sido iniciadas no interior dos colégios, mas seus nomes aparecem localizados fora do nosso limite temporal, ligadas à Escola de Artes e Indústrias de Mariano de Lima, portanto, para além de 1886, ficando, pois, à espera de novas pesquisas que elucidem mais sobre quem eram, que tipo de instrução tiveram e que imagens legaram à posteridade. A metodologia das aulas relacionadas aos dotes artísticos (desenho, dança, canto, música) é um campo que deve ser mais explorado, mesmo que as fontes apenas nos sussurrem dados iniciais.

O ensino do francês para as meninas, atrelado aos livros que chegaram ao Paraná Oitocentista, também pode oferecer uma leitura mais ampla das representações as quais estavam sujeitas as mulheres nesta sociedade.

Outra lacuna percebida trata da metodologia do ensino dos meninos, que buscava direcioná-los à profissionalização, na ocupação de cargos administrativos (escrituração mercantil, por exemplo) ou em carreiras científicas (ensino superior). A especificidade do desenho relacionado à geometria, ou geometria prática, na instrução pública ou nos colégios particulares, acena outro escopo de pesquisa no Paraná Oitocentista.

Os anúncios dos colégios particulares versam sobre a moral e a saúde em seus programas, no que vemos o cerne do higienismo que se desenvolveu mais profundamente no final do século XIX e início do XX, sendo uma possibilidade de ampliação da pesquisa do tema em um período mais remoto.

Algumas disciplinas também podem oferecer material de análise se investigadas mais a fundo, como no caso dos processos de trabalho realizados em filosofia, história, latim e geografia.

O trabalho, com fontes tão raras e de difícil acesso, tornou a pesquisa por vezes frustrante e, por outras, a descoberta de pequenos fragmentos da vida destas pessoas que aqui viveram iluminava novos caminhos, tornando a tarefa novamente vibrante.

Estas moças mortas acenaram tímidas, através dos documentos, como que dizendo: “- Foi preciso muito trabalho, às vezes sem reconhecimento e de registro quase escasso, para que tivéssemos você, mocinha, formada em uma universidade e trabalhando, hoje, nesta pesquisa sobre as mulheres no século XIX!”.

Aqui contamos uma história possível sobre a educação feminina. É possível construir muitas outras, ouçamos o que mais nos dizem as fontes do Paraná Oitocentista.

REFERÊNCIAS

JORNAIS

EDUCAÇÃO DA MOCIDADE. O Jasmin, 27 de setembro de 1857, 1ª série, nº 2, p. 2-3.

CARVALHO, Antonio Luiz Affonso de. Coluna Parte Oficial, *Jornal Dezenove de Dezembro*, 16 de março de 1870, p. 1.

COSTA, Carlos. Instrução Popular, *Jornal O Paranaense*, 11 de janeiro de 1880, ano III, n. 99, p. 4.

COSTA, Carlos. Instrução Popular, *Jornal O Paranaense*, 01 de fevereiro de 1880, número n. 102, p. 3.

REGO, Antonio José de Sousa. Coluna Parte oficial, *Jornal Dezenove de Dezembro*, 24 de março de 1865, ano XII, n. 670, p. 1 e 2.

ROCHA, Joaquim Dias da. Coluna Câmara dos Deputados, *Jornal Dezenove de Dezembro*, 22 de setembro de 1869, p. 2.

Jornal Correio Mercantil, Movimento do Porto, 15 de outubro de 1848, ano 5, n. 280.

_____ Movimento do Porto, 29 de outubro de 1856.

_____ Movimento do Porto, 08 de novembro de 1856.

_____ Movimento do Porto, 02 de fevereiro de 1857.

_____ Movimento do Porto, 27 de fevereiro de 1857.

Jornal Dezenove de Dezembro, Annuncios administrativos, 08 de abril de 1854, p. 4.

_____ Edital, 07 de outubro de 1854, Ano 1, nº 28, p. 4.

_____ Coluna Folhetim, 05 de agosto de 1854, ano 1, nº 19, p. 1.

_____ Coluna Annuncios, 21 de fevereiro de 1855, ano 1, nº 48, p. 4.

_____ Coluna Annuncios, 28 de março de 1855, ano 1, nº 53, p. 4.

_____ Coluna Annuncios, 02 de abril de 1856, ano 3, nº 01, p. 3 e 4.

_____ Coluna Variedades, 27 de agosto de 1856, ano 3, nº 22, p. 1.

_____ Coluna Annuncios, 17 de dezembro de 1856, Ano 3, nº 38, p. 04.

- _____ Coluna Annuncios, 9 de setembro de 1857, Ano IV, nº 39, p. 4.
- _____ Coluna Annuncios, 27 de setembro de 1857, nº 2, p. 2-3.
- _____ Coluna Variedades, 09 de outubro de 1858, p. 2-3.
- _____ Coluna Variedades, 20 de outubro de 1858, p. 2.
- _____ Coluna Variedades, 23 de outubro de 1858, p. 3 e 4
- _____ Coluna Annuncios, 11 de setembro de 1858, p. 4.
- _____ Coluna Annuncios, 30 de julho de 1859, p. 4.
- _____ Coluna Variedades, 15 de outubro de 1859, p. 2.
- _____ Coluna Annuncios, 06 de fevereiro de 1869, p. 4.
- _____ Coluna Câmara dos Deputados, 22 de setembro de 1869, p. 2.
- _____ Governo Provincial, ano XVI, nº1079, 16 de março de 1870, p. 1.
- _____ Coluna Variedades, 16 de novembro de 1872, p. 2.
- _____ Coluna Annuncios, Ano XIX, nº 1328, 17 de agosto de 1872, p. 4
- _____ Coluna Transcrição, 03 de agosto de 1872, p. 2.
- _____ Coluna Annuncios, 20 de abril de 1874.
- _____ Coluna Annuncios, 8 de julho de 1874.
- _____ Coluna Annuncios, 24 de agosto de 1874, p. 4.
- _____ Coluna Annuncios, 10 de outubro de 1874, p. 4.
- _____ Governo Provincial, 17 de novembro de 1874, p. 2.
- _____ Coluna Annuncios, 16 de janeiro de 1879, p. 4.
- _____ Coluna Annuncios, 24 de abril de 1879, p.4.
- _____ Coluna Annuncios, 29 de maio de 1880, ano 27, n. 2050, p. 1-2.
- _____ Coluna Annuncios, 9 de junho de 1880, ano 27, n. 2053, p. 1.
- _____ Coluna Annuncios, 27 de dezembro de 1882, ano 29, n. 98.
- _____ Coluna Noticiário, 21 de novembro de 1883, p. 3.
- _____ Coluna Annuncios, 30 de dezembro de 1884, p. 4.
- _____ Coluna Annuncios, 30 de abril de 1886, ano 33, n. 94, p. 2.
- _____ Coluna Imprensa, 9 de julho de 1886, ano XXXIII, nº 151, p 1.
- _____ Coluna Annuncios, 31 de dezembro de 1886, ano 33, nº 254 p. 3.

Jornal Dezesesseis de Julho: Órgão Conservador, 22 de novembro de 1869, ano I, nº 36, p. 3.

Jornal das *Senhoras*, 01 de agosto de 1852.

_____, 15 de agosto de 1852.

REVISTAS

MIGUÉZ, Arthur Napoleão. Revista *A Arte*, órgão da Escola de Desenho e Pintura. Curitiba, 15 de abril de 1895, ano 1, n. 5.

Coluna “Galeria Nobre”, Revista *O Itiberê*, n. 44, 1922, s/p, Paranaguá.

SITES

ARAÚJO, Adalice Maria de. *Dicionário das Artes Plásticas no Paraná, Artes na Web*. Curitiba, 2015. Disponível em <http://www.artesnaweb.com.br/index.php?pagina=home&abrir=lista&letra=a>.

DEBRET, Jean Baptiste. Grand costume de cour. L’Archi-Duchesse Leopoldine, 1e. Impératrice du Brasil : Femme de D. Pedro. La Reine Carlota : Mère de D. Pedro, 1839, Biblioteca Brasileira, Acervo digital. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3574?locale=en>.

_____. Une matinée du Mercredi Saint, à l’église, 1839, Acervo digital. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3263>.

Dia internacional da fotografia. Efemérides, Brasileira fotográfica, 19 de agosto de 2015. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=1987>.

História da Ordem Militar de Cristo. Ordens honoríficas portuguesas, Presidência da República Portuguesa. Disponível em: <www.ordens.presidencia.pt>.

KRUMHOLZ. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Culturas Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23517/krumholz>. ISBN: 978-85-7979-060-7

LITOGRAFIA. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo5086/litografia>>. ISBN: 978-85-7979-060-7

MARY CASSATT. The Complete Works, 2017. Disponível em <http://www.marycassatt.org>.

Ordem Imperial da Rosa. Condecorações, Banco Central do Brasil. Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/htms/museu-espacos/condecoracoes/ImperioRosa.asp>>.

TROPLONG. Biblioteca Digital Jurídica, Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/11430>>.

Constituição (1824) da República Federativa do Brasil. Constituições Brasileiras Anteriores a 1988. Guia do Direito Constitucional. Supremo Tribunal Regional. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaGuiaDC&pagina=constituicaoanterior1988>>, acesso em: 27/10/16.

Lei de 15 de outubro de 1827. Site do Planalto. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm>, acesso em: 27/10/16.

RELATÓRIOS OFICIAIS

CARVALHAES, Vaz de. *Relatório do Vice-Presidente da Província do Paraná*, 1857 a/b.

MOTA, Joaquim Ignácio da Silveira. *Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública ao Presidente da Província Francisco Liberato de Mattos*, 1859.

MOTA, Joaquim Ignácio da Silveira. *Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública ao Vice-Presidente da Província do Paraná José Antonio Vaz de Carvalhaes*, em 21 de Dezembro de 1856.

SILVA, Gonçalves. Relatório do Vice-Presidente da Província do Paraná, 21 de fevereiro de 1864a.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. *Relatório do Presidente da Província do Paraná*, 1854.

ARQUIVO PÚBLICO

DEAP-PR. *Proposta de abertura de colégio efetuada por ABADIE, Eduardo*. AP 0300, v. 03, 1869, p. 154.

DEAP-PR. *Informe sobre a escola que regia efetuada por ERICHSEN, Emília de Faria*. AP n. 244, 1866, p.74-78.

DEAP-PR. *Carta de HUY, JACOB atestando a capacidade da sua filha a lecionar*. Ap 129, 1861, v. 4, p. 63.

DEAP-PR. *Colégio de Santa Catharina em Paranaguá*. Ap 396, 1872, v. 3, p. 193-194.

MEMÓRIAS: OBRAS COMPLETAS, FRAGMENTOS, DIÁRIOS

LACERDA, Francisco Brito de. *Três Mulheres*. Curitiba, SECE, 1986.

RELATOS DE VIAJANTES

AVE-LALLEMANT, Robert. *1858, Viagem pelo Paraná*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

BIGG-WITHER, Thomas P. *Novo caminho no Brasil meridional: a Província do Paraná, 3 anos em suas florestas e campos (1872/1875)*. Tradução, introdução e notas de Temístocles Linhares, nota biográfica de Newton Carneiro. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974.

COELHO, Salvador José Correia. *Passeio à minha Terra*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

PLATZMANN, Julius. *Da Baía de Paranaguá*. Tradução, comentários e ilustração de Francisco Lothar Lange. Curitiba: Edição do tradutor, 2010.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Curitiba e Santa Catarina*. Prefácio Mário G. Ferri; tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.

TREVISAN, Edilberto. *Visitantes Estrangeiros no Paraná*. Curitiba: Gráfica Vicentina Editora, 2002.

IMAGENS

CRUIKSHANK, George. *The Comic Almanack*, 1855. University of Florida: George A. Smathers Library. Disponível em: <<http://ufdc.ufl.edu/UF00078634/00016/22j?search=crinoline>>. Acesso em: 07/07/16.

ISAACS, Rebecca. *I want to be a bloomer*, 1854. Getty Images. Disponível em: <<http://www.gettyimages.com/detail/news-photo/rebecca-isaacs-singer-of-the-lovely-song-i-want-to-be-a-news-photo/3399458#circa-1855-rebecca-isaacs-singer-of-the-lovely-song-i-want-to-be-a-picture-id3399458>>. Acesso em: 20/01/17.

Godey's Magazine, 1855. Godey's Lady's Book, University of Vermont. Disponível em: <<http://www.uvm.edu/~hag/godey/images/picscolor.html>>. Acesso em: 07/07/16.

MULATO, João Pedro. *Sinhazinha do Cairê dando passeio para a missa de Curitiba*, 1817. Site da Câmara Municipal de Curitiba. Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=23799#&panel1-1>, Acesso em: 20/01/17.

TAUNAY, Aimé-Adrien, mantilha feminina, 1825 (aquarela e nanquim). Disponível em <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info27/img/indu30b.jpg>>, Acesso em: 20/01/17.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.
- ABRANTES, Elizabeth Sousa. A educação feminina em São Luís no século XIX. *ANPUH – SIMPÓSIO DE HISTÓRIA*, 22, João Pessoa, 2003.
- ADAMS, Percy G. *Travel Literature and the Evolution of the Novel*. Lexington University of Kentucky, 1983
- ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: Mulheres da Colônia* (Estudos sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste – 1750 – 1822). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo, 1992.
- ALMEIDA, Bernardo Domingos de. Portal da antiga Academia Imperial de Belas Artes: A entrada do Neoclassicismo no Brasil. *19&20*, Rio de Janeiro, v. III, n. 1, jan. 2008. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_portalaiba.htm>.
- ALMEIDA, Jane Soares. Professoras virtuosas; mães educadas; retratos de mulheres nos tempos da República brasileira (Séculos XIX/XX). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 42, p. 143-156, jun. 2011.
- ALVES, Alessandro Cavassin. Políticos Paranaenses no período provincial (1853-1889): a análise genealógica e a prosopográfica. *Repocs*, v. 13, n. 25, jan./jun. 2016.
- ALVES, Hercules Alfredo Batista. *A educação feminina na região de Campanha (MG): o Collegio Marianno (1867-1907)*. Tese de Doutorado apresentada ao setor de Educação da Universidade Francisco. Itatiba, 2014.

ANJOS, Juarez José Tuchinski. No regaço da mãe Faustina: uma ama escrava e a educação da criança pela família no século XIX. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 60, p. 199-214, abr./jun. 2016a.

_____. Teorizando e apresentando fontes para a pesquisa sobre a história da escola e da escolarização no Paraná. In: SILVA, Eliane Paganini; SILVA, Sandra Arlete de Camargo (Org.). *Metodologia da pesquisa científica em educação: dos desafios emergentes a resultados eminentes*. Curitiba: Ithala, 2016c, p. 100-113.

_____. Um balanço da produção recente sobre a institucionalização da escola primária na Província do Paraná (2000-2015): Temas e possibilidades de pesquisa. *Revista Práxis Educativa*, v. 12, n. 3, Ponta Grossa, 2017.

ARAÚJO, Adalice Maria de. *Arte Paranaense Moderna e Contemporânea / Em Questão 3.000 Anos de Arte Paranaense*. Tese (Concurso de Livre Docência) - Setor de Ciências Humanas Letras e Artes. Curitiba, 424 f. Universidade Federal do Paraná, 1974.

_____. *Dicionário das Artes Plásticas no Paraná, Artes na Web*. Curitiba, 2015.

_____. *Revista “Referência em Planejamento” – Plásticas – Arte no Paraná I-B*, 1980, Curitiba.

ARAÚJO, Maria Marta de. Educação de escola para meninos e meninas (São Paulo e Rio Grande do Norte, 1890-1930). *Anais completos da 34ª reunião da ANPED*, 2011.

ARAÚJO, Roberta Maíra de Melo. O ensino de arte em uma escola de mulheres. In: BARBOSA, Ana Mae (Org.). *Ensino da arte: memória e história*. Editora Perspectiva, 2014.

ARCE, Alessandra. A imagem da mulher nas ideias educacionais de Pestalozzi: o aprisionamento ao âmbito privado (doméstico) e à maternidade angelical. *Anais completos da 24ª reunião da ANPED*, 2001.

BACELAR, Jonildo. *Os nomes da terra que chamamos Brasil*. Site: Guia Geográfico História do Brasil. Disponível em: <<http://www.historia-brasil.com/nomes-brasil.htm>>. Acesso em: 26/05/2016.

BARBOSA, Ana Mae. *A imagem no ensino da arte*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

_____. *Arte-Educação no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

BASTOS, Maria Helena Câmara. O que é a História da Educação no Brasil hoje? Tempos de reflexão. *Revista Espacio, tempo y education*, v. 3, n. 1, jan./jul. 2016.

BAUBÉROT, Jean. Da mulher Protestante. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 4: o século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

BEAUMONT, Jeanne-Marie Leprince de. *Le Prince Spirituel*. Disponível em: <<https://litterature-libre.com/nouvelles-contes/1112-contes.html?start=4>>. Acesso em: 23/11/2017.

BECCHI, Egli. Ser menina ontem e hoje: notas para uma pré-história do feminino. *Revista Pro-Posições*, v. 14, n. 3 (42), set./dez. 2003.

BENCOSTTA, Marcus Levy; VIDAL, Diana Gonçalves. A historiografia da educação paranaense no cenário da História da Educação Brasileira: 10 anos de pesquisa na Universidade Federal do Paraná (1999-2008). *Educar em Revista*, n. 38, 2010.

BENCOSTTA, Marcus Levy; BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos. *Uma cartografia da pesquisa em história da educação brasileira na região sul: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul* (1998-2000). Anped, 2003.

BERMAN, Marshall. Baudelaire: o modernismo nas ruas. In: *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. Tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERTUCCI, Liane Maria. Educação da mulher trabalhadora para a manutenção da saúde de seus filhos. Teses médicas e jornais operários de São Paulo, início do século XX. *Anais do IX CBHE: História Global, Regional e Local*, Paraíba, 2017.

BITTAR, Marisa. *O estado da arte em História da Educação brasileira após 1985: um campo em disputa*. Campinas: HISTEDBR/UNICAMP, 2005.

BOAVENTURA, Rosa Maria. Introdução. In: SAINT-PIERRE, Bernardin de. *Paulo e Virginia*. Tradução de Rosa Maria Boaventura. São Paulo: Icone, 1986.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11^a e. Brasília: UNB, 1998.

BUFFA, Ester. Os 30 anos do GT de História da Educação: sua contribuição para a constituição do campo. *RBHE*, v. 16, n. 4, 2016.

CAMARGO, Luís Soares. Dom João VI e o cotidiano das mulheres em São Paulo: um reflexo na moda. *Informativo Arquivo Histórico Municipal*, Seção Manuscritos, São Paulo, mar./abr. 2008, ano 3, n. 17.

CAMPOI, Isabela Candeloro. Educação de meninas no século XIX através dos exemplos da brasileira Nísia Floresta e da alemã Mathilde Anneke. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 3, n. 5, ago./dez. 2011.

CAMPOS, Eudes. Pequena contribuição para o estudo da indumentária dos primeiros paulistanos. *Informativo Arquivo Histórico Municipal*, São Paulo, Seção de Estudos e Pesquisas, out. 2010, ano 5, n. 27.

CAMPOS, Nívio de. Flávio Suplicy de Lacerda: genealogia de um integrante da elite paranaense. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, ISSN 1678-9873, Curitiba, 2013.

CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Editora Humanitas, USP, 2002.

CARNEIRO, David. *A propósito de D. Iria Correia*. Coluna Veterana Verba, Gazeta do Povo, 23/10/1985.

CARNEIRO JUNIOR, Renato Augusto. *Personagens da história do Paraná*: acervo do Museu paranaense / Coordenador Renato Augusto Carneiro Junior ; textos de Renato Augusto Carneiro Junior, Maria Luzia Ferreira, Cíntia M. S. Braga Carneiro. — Curitiba: SAMP, Museu Paranaense, 2014.

CARNEIRO, Newton. *O Paraná e a caricatura*. Coleção Memória Cultural do Paraná – 1 UFPR/Fundação Teatro Guaíra. Curitiba: Grafipar, 1975.

CAROLLO, Cassiana Lacerda. Apêndice. O Dezenove de Dezembro, Nota Informativa. In: *O Dezenove de Dezembro*. Edição fac-similar – Ano II. Curitiba: Paraná - Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1980.

CASTRO, Isis Pimentel. Pintura, memória e história: a pintura histórica e a construção de uma memória nacional. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, n. 38, p. 335-352, 2005.

CATANI, Denice Barbara; SILVA, Katiene Nogueira. A produção histórico educacional – elementos e comparação. *Encontro da Sociedade Brasileira de Educação Comparada*, n. 6, Anais, Porto Alegre, 2014.

CATANI, Denice Barbara. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPED (1985-2000). *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, 2001.

CAVALCANTE, Caroline Pazini. *Hemeroteca do ignoto*: as vozes das mulheres nos jornais A família e A camélia. Trabalho de conclusão do curso de especialização em Mídia, Informação e Cultura, USP, 2017.

CAVALCANTI, Carlos. O predomínio do Academicismo Neoclássico. In: PONTUAL, Roberto. *Dicionário das artes plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1969.

CHAIMOVICH, Felipe. O Impressionismo e o Brasil. Museu de Arte moderna de São Paulo, 2017. Disponível em <http://mam.org.br/exposicao/o-impresionismo-e-o-brasil/>.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel: difusão editorial, 1993, (Memória e Sociedade).

CINTRA, Mariana de Paula. Modas e Modistas: O comércio de roupas francesas no Rio de Janeiro na primeira metade do Oitocentos. *Anais do XXIII Encontro Estadual de História de São Paulo*, 2016.

COELHO, Salvador José Correia. *Passeio à minha terra*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. Coleção Farol do Saber.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *Internar para educar: colégios-internatos no Brasil (1840-1950)*. Tese de Doutorado apresentada ao PPGH/UFBA, 2001.

CÔRREA, Amélia Siegel. Alfredo Andersen: um pai para a pintura paranaense. *Revista 19&20*, Rio de Janeiro, v. IV, n. 2, abr. 2009.

CORREIA, Leoncio. *Revista Marinha: Revista do litoral paranaense*. Ano VI, n. 54, Paranaguá: 1942.

CRUZ, Antonio Roberto Seixas; SENA, Fabiana. Correio das Modas e Novo Correio das Modas: modos de ser mulher em Lisboa e no Rio de Janeiro do Século XIX. *Revista Graphos*, v. 14, n. 2, 2012.

CRUZ E ZICA, Matheus; OLIVEIRA, Patrícia Barros de. Notas a partir da análise do léxico sobre modernidade, gênero e educação mobilizado na Paraíba oitocentista. In: MESQUITA, Ilka Miglio de; et al (Org.). *Moderno, modernidade e modernização: a*

educação nos projetos de Brasil – Séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

CUNHA, Washington D. dos Santos; SILVA, Rosemaria J. Vieira. A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. *Revista Gênero*, v. 11, n. 1, p. 97-106, 2 sem, Niterói, 2010.

D'ALBUQUERQUE; A. F. P.; CAVALCANTI, Hollanda. *Princípios do Desenho Linear* – Compreendendo os de Geometria Prática, pelo methodo do ensino mutuo (1829).

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins; Ed. das Universidades de São Paulo, 1972.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. Tese de Doutorado apresentada ao setor de História da Universidade de São Paulo, 1990.

_____. *História das Mulheres no Brasil*. 10ª ed, 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *História do amor no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Mulheres de açúcar: fazendeiras, roceiras e escravas*. Site: História Hoje, 2017.

D'ENFERT, Renaud. Uma nova forma de ensino de desenho na França no início do século XIX: o desenho linear. Tradução de Maria Helena Camara Bastos. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 22, p. 31-60, mai./ago. 2007.

DIAS, Eliane. A representação da realeza no Brasil: uma análise dos retratos de D. João VI e D. Pedro I, de Jean-Baptiste Debret. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 14, n. 1, São Paulo, jan./jun. 2006.

_____. Os retratos de Maria Isabel e Maria Francisca de Bragança, de Nicolas-Antoine Taunay. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 19, n. 2, São Paulo, jul./dec. 2011.

D'INCAO, Maria Ângela. Amor e família no Brasil. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. 10ª ed, 3ª impressão.

DRUMMOND NETO, Renato. *Rainhas Trágicas*. Portugal: Vogais Editora, 2016.

DUARTE, Constância Lima. Imprensa feminina e feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação. *Revista XIX: Artes e técnicas em transformação*, v. 1, n. 4, 2017.

ESQUIVEL, Patrícia. Mulheres artistas na Idade da Razão. Arte e Crítica na década de 1960 em Portugal. *Ex aequo*, n. 21, Vila Franca de Xira, 2010.

FALCI, Miriam Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. 10ª ed, 3ª impressão.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; DUARTE, Regina Horta; *et al.* A Legislação como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FERRARI, Caetano. Conte lápis crayon ou carrés crayon. In: *Manual do artista*. 2018. Disponível em: <<http://manualdoartista.com.br/>>. Acesso em: 05/02/2018.

FERREIRA, Vanessa Barbosa Leite. *Granbery*: um colégio americano no Brasil. A prática do modelo americano de ensino em Juiz de Fora (1889 – 1930). Dissertação

apresentada ao curso de mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

FLEURY, Karina de Rezende Tavares. *O papel da mulher e a mulher de papel: vida e obra de Maria Antonieta Tatagiba*. Editora Opção, 2008.

FONSECA, Márcio Alves da. A época da norma. *Revista Cult*, 2010, edição 134, Editora Bragantini.

FRANÇA, Franciele F. *A arte de ensinar: meandros do ofício de mestre de primeiras letras na província do Paraná (1857-1884)*. Dissertação apresentada como critério para o grau de Mestre em Educação, na linha de História e Historiografia da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, 2014.

FURET, François. *O Homem Romântico*. Lisboa: Editorial Presença. 1ª ed., 1999.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; *et al.* Difusão, apropriação e produção do saber histórico. A Revista brasileira de História da Educação (2001-2007). *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 16, jan./abr. 2008.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Território Plural: a pesquisa em história da educação*. São Paulo: Ática, 2010.

GARCIA, Rodolfo. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1939*, v. LX, Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Ministério da Educação, 1940.

GARCIA, Tania Elisa Morales. A Educação na construção de gênero. *Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação*, 2000.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GILLIES, Ana Maria Rufino. *O diário de uma imigrante britânica no Paraná (1860-1890): memórias, trabalho e sociabilidade*. Curitiba: SAMP, 2014.

Glossário de técnicas e processos gráficos e fotográficos do século XIX. Site do Instituto Moreira Salles. Disponível em: <<http://www.ims.com.br/ims/explore/acervo/noticias/glossario-de-tecnicas-e-processos-graficos-e-fotograficos-do-seculo-xix>>. Acesso em: 28/08/2017.

GOMES, Calil de Siqueira. *Mulheres Plurais: a educação feminina à luz da missão educativa da Igreja Católica*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, na linha de pesquisa em História e Historiografia: Políticas e Práticas Escolares, Sorocaba, 2015.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. Os fios de Penélope: a mulher e a educação feminina no século XX. *Anais completos da 26ª reunião da ANPED*, 2003.

_____. A escolarização da “meninice” nas Minas oitocentista: a individualização do aluno. In: FONSECA, Thais de Lima; VEIGA, Cintia Greive. *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 215.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1923*. Tradução de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

GUIMARÃES, Marcos Denilson. O Desenho a ensinar em Rui Barbosa: elementos ou rudimentos? *3º Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática*, Espírito Santo, 2016.

HAUSER, Arnold. *História Social da Literatura e da Arte*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.

HAWKSLEY, Lucinda. *Katey: The Life and Loves of Dicken’s Daughter*, New York, 2017. Disponível em: <<http://www.lucindahawksley.com/>>. Acesso em: 02/12/17.

HÉBRARD, Jean. La escolarización de los saberes elementares em la época moderna, *Revista de Educación*, n. 288 (1989), p. 63-104.

HIGONNET, Anne. Mulheres e imagens. Aparências, lazer, subsistência. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*, v. 4: o século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

HISTÓRIA DA ORDEM MILITAR DECRISTO. In: *Ordens Honoríficas Portuguesas*. Disponível em: <<http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=120>>. Acesso em: 05/02/2018.

HUNT, Lyn. Revolução Francesa e vida privada. In: PERROT, Michelle. *História da vida privada*, v. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bortman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HUYGHE, René. O poder da imagem. Coleção Arte e Comunicação. Portugal: Edições 70, 2009.

KATO, Allan Thomas Tadashi. Paranaguá, Antonina e Curitiba, início do século XIX: reconstruindo espaços e a lógica de sua organização social. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 283-320. jan.- jun. 2012.

KNIBIEHLER, Yvonne. Corpos e corações. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres – O Século XIX*. Edições Afrontamento, 1991.

KOSELLECK, Reinhart. Modernidade – sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. No estúdio do photographo, o rito da pose Brasil, segunda metade do século XIX. *Revista Ágora*, Vitória, n. 5, 2007, p. 1-25.

LAGE, Ana Cristina Pereira. *Conexões Vicentinas*: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas. Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação – Conhecimento e Inclusão social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2010.

LARROCA, Liliana Müller. *Higienizar, Cuidar e Civilizar*: o discurso médico para a escola paranaense (1886-1947). Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Educação, área temática de História e Historiografia da Educação, PPGE/UFPR, 2009.

LAVALLE, Aída. Nos tempos da Província: Emília Ricksen e o ensino em Castro. *Portal Anped Sul*, 1999.

LAVER, James. *A roupa e a moda*: uma história concisa. Tradução de Glória M. de Mello Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEÃO, Ermelino Agostinho. *Dicionário do Paraná*. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1926.

LEFEBVRE, Henri. *O que é a Modernidade*. Introdução à modernidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994, p. 535-549.

LEITE, Miriam L. Moreira. O Óbvio e o contraditório da Roda. In: PRIORE, M. D. *História da Criança no Brasil*. 5a ed. São Paulo: Contexto; 1998.

_____. Retratos de família: leitura da fotografia histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. (Texto e Arte, v. 9).

_____. Leitura da fotografia. UFSC, Revista Estudos feministas, ano 2, 2º semestre, volume especial, 1994.

LIBÂNEA, Nacif Xavier. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. *Revista de História da Educação*, n. 5, jan./jun. 2003.

LIMA, Joelma Varão. “Jornal das Senhoras”: as mulheres e a urbanização na Corte. *CADERNOS CERU*, série 2, v. 21, n. 2, dez. 2010.

LIMEIRA, Aline de Moraes. Espaços mistos: o público e o privado na instrução do século XIX. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 11, n. 3, set./dez. 2011.

LOBO, Elfrida Marcondes. Retalhos de uma vida. Paranaguá: 1990.

LOURO, Guacira Lopes. Epistemologia feminista e teorização social desafios, subversões e alianças. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. (Orgs). *Coletânea Gênero Plural*. Curitiba: Editora UFPR, 2002, p. 11-22.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MACIEL, Patricia Daniela. O ensino privado feminino em Pelotas no século XIX através dos anúncios dos jornais pelotenses (1875-1890). Dissertação de Mestrado apresentada ao setor de Educação da Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2007. *Revista Educação em Questão*, v. 28, n. 14, 2007.

MANOEL, Ivan A. *Igreja e educação feminina, 1859-1919: uma face do conservadorismo*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista; Prismas, 1996.

MARIANO, Andre Luiz Sena; SILVA, Romeu Adriano da. A categoria de gênero no GT História da Educação da Anped: um exercício de crítica marxista. *Revista HISTEDBR Online*.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Robert Avé-Lallemant: Viajantes e a Febre Amarela no Rio de Janeiro. In: *Simpósio Nacional de História*, 23. Londrina: ANPUH, 2005.

MARTINEZ, Alessandra. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 1997.

MARTINS, Alfredo Romário. *Relíquias de uma pintora*. Gazeta do povo, 03 de agosto de 1934.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MARTINS, Wilson. *A invenção do Paraná* - Estudo sobre a presidência de Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999.

MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MAYEUR, Françoise. A educação das raparigas: o modelo laico. In: DUBY, George. *História das Mulheres no Ocidente*. v. 4: O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

MENDES, Melissa Rosa Teixeira. *Maternidade e submissão, características naturais da mulher oitocentista: uma análise das personagens femininas do romance Úrsula de Maria Firmina dos Reis*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social.

MESQUITA, Ilka Miglio de; BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; NOGUEIRA, Vera Lúcia (Orgs.). *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – Séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015, v. 3.

MICHAUD, Stéphane. A Mulher. In: FURET, François. *O Homem Romântico*. Lisboa: Editorial Presença, 1999, 1ª ed.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. *Relatórios e ofícios da instrução pública do Paraná Provincial (1854-1869) e (1870-1884)*. Vitória: SBHE; Virtual Livros, 2013.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; MARTIN, Sonia Dorotea. Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889. Coleção Documentos da Educação Brasileira, Brasília, INEP, 2004.

MIZUTA, Celina Midori Murasse. Imprensa e educação no Paraná durante o Governo de Zacarias de Góes e Vasconcellos, 1853-1855. *IX Seminário de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"*, Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, 2012. Anais eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5.

MONTEIRO, Ivanilde Alves; GATI, Hajnalka Halasz. A educação da mulher em Pernambuco no século XIX: recortes sobre a Escola Normal da Sociedade Propagadora. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 14, n. 1, jan./abr. 2014.

MUNIZ, Diva Couto Gontijo. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: Editora Finatec, 2003.

NATSUME, Marina. Mulheres em sala de aula: um estudo acerca da feminização do magistério primário na corte (1879-1885). *Anais completos da 30ª reunião da ANPED*, 2007.

NICOLAS, Maria. *Pioneiras do Brasil*. Estado do Paraná, 1977.

NOCHLIN, Linda. *Por que não houveram grandes mulheres artistas* (originalmente publicado em 1971). São Paulo: Edições Aurora, 2016, 2ª ed.

OLIVEIRA, Marcolino Gomes. *Arte e Silêncio: a arte africana e afro-brasileira nas diretrizes curriculares estaduais e no livro didático público de arte do Paraná*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, Curitiba, 2012.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. Educação e Sociedade: as escolas particulares na Província do Paraná. *Revista Contemporânea de Educação da UFRJ*, v. 1, n. 1, ano 2006.

_____. Os imigrantes e o ensino na província do Paraná. *Educar em Revista*, n. 5, Curitiba, jan./dez. 1986.

OLIVEIRA, R. C. *O silêncio dos vencedores*. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OSINSKI, Dulce Regina Baggio. *Ensino da Arte: os pioneiros e a influência estrangeira na arte-educação em Curitiba*. Dissertação de Mestrado apresentada ao setor de Pós-graduação em Educação da UFPR, 1998.

_____. *A modernidade no sótão: Educação e Arte em Guido Viaro*. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015, 10ª ed, 3ª impressão.

PEDROSA, Israel. *Da cor à cor inexistente*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013, 10ª ed, 2ª impressão.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso: (ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889)*. Trabalho apresentado como proposta para publicação ao Conselho Editorial da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1992.

PEREIRA, Sonia Gomes. Revisão Historiográfica da Arte Brasileira do Século XIX. *Revista IEB*, n. 54, set./mar. 2012, p. 87-106.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo: Edusc, 2005.

_____. *História da vida privada*, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bortman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PEZZOLE, Dino Ricardo. *Jornal “Dezenove de Dezembro”*. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Design da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba: 2006.

PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Estante Paranista. Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, ano I, n. I, 1976.

RAFAETA, Edivilson Cardoso. *Luminoso farol: O Colégio Piracicabano e a educação feminina em fins do século XIX*. Dissertação de Mestrado apresentada ao setor de Educação da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. *O espelho da nação: a antologia nacional e o ensino de Português e de Literatura (1838-1971)*. Tese apresentada ao Curso de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras na área de Teoria Literária, 2000.

ROCHA, Adair José dos Santos. *A educação feminina nos séculos XVIII e XIX: intenções dos bispos para o Recolhimento Nossa Senhora de Macaúbas*. Dissertação de Mestrado apresentada ao setor de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2008.

RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira. *Afinal, para que educar o Emílio ou a Sofia: Rousseau e a formação do indivíduo*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, Salvador, 2007.

RODRIGUES, Maria José Lobato. *Educação feminina no recolhimento do Maranhão: o redefinir de uma instituição*. Dissertação de Mestrado apresentada ao setor de Educação da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 7, n. 2, jul./dez. 2014.

ROIZ, Diogo da Silva. A discreta e sedutora “História das mulheres”. *Cadernos Pagu* (30), jan./jun. de 2008.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, 3ª ed.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: História e Historiografia. *História Revista*, jul./dez. 1997.

_____. Casamento e Papeis familiares em São Paulo do século XIX. *Caderno Pesquisa*, São Paulo, 37: 17-25, mai. 1981.

_____. A mulher e a família na historiografia latino-americana recente. *Revista anos 90*, v. 1, n. 1, 1993.

SANTOS, Antonio Vieira dos. *Memória Histórica de Paranaguá*: Volume II, Curitiba: Vicentina, 2001.

_____. *Memória Histórica da Cidade de Paranaguá e seu município*. Museu Paranaense, 1952.

_____. *Mémória Histórica da Çidade de Paranaguá e seu município*, 2º volume, Museu Paranaense, 1952.

_____. *Memória Histórica, Chrónologica Topographica, e Descriptiva da Villa de Morretes e Do Porto Real Vulgarmente Porto de Çima*. Tomo 1º, 1851.

SANTOS, Pompília Lopes dos. O Florescimento da Arte no Paraná (1948). *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Gentes e fatos de Paranaguá, v. XVII, 1972.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Profissionalização do magistério feminino: uma história de emancipação e preconceitos. *Anais completos da 23ª reunião da ANPED*, 2000.

SCHNEID, Frantieska Huszar; BARRETO, Taís Silveira Batista. Apropriação dos conceitos de gênero e identidade pela moda. *Anais completos do I Simpósio de Gênero e Diversidade: debatendo identidades*. Universidade Federal de Pelotas, RS, 2016.

SCHNEIDER, Regina Portela. *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul 1770-1889*. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS/EST edições, 1993.

SCHWARTZ, Cleonara Maria; FERREIRA, Dirce Nazaré Andrade. Política, poder e instrução: a educação feminina no método Lancasteriano (uma análise da lei 15 de outubro de 1827, à luz do ensino mútuo). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 14, n. 1, 2014.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Luana Manhães da. Desenho de modelo vivo na Academia Imperial de Belas Artes e sua relação formal com as cópias de estampas didáticas e de estatuária clássica. In: CAVALCANTI, Ana; MALTA, Marize; PEREIRA, Sonia Gomes (Orgs.). *Histórias da Escola de Belas Artes: revisão crítica de sua trajetória*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2016.

SILVA, João Paulo de Souza da. Das primeiras pesquisas à formação de uma frente de estudos: a história do ensino de arte no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. *X ANPED SUL*, Florianópolis, out. 2014.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. A História da Mulher no Brasil: tendências e perspectivas. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 27, 1987.

SILVA, Tânia Soares da. Imigração norte-americana, “esperança de civilização”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, jul. 2011.

SILVEIRA, Mariana Duarte. *A imagem feminina em Moralia: heroísmo e outras virtudes*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. São Paulo: 2006.

SIMIONATO, Juliana Siani. *A Marmota e seu perfil editorial: contribuição para edição e estudo dos textos Machadianos publicados nesse periódico (1855-1861)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, da ECA-USP, 2009.

SIMIONI, Ana Paula. Profissão: pintora – a Académie Julian e a formação das artistas nos finais do século XIX em Paris. *Cadernos Pagu*, n. 15, ano 2000.

SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. _____. Pisando no sexo frágil. In: *Revista Nossa História*, ano 1, n. 3, São Paulo, jan. 2004.

SOUSA, Aída Carla Rangel. La Belle et la Bete, de Mme. Leprince de Beaumont, em três traduções brasileiras contemporâneas. *Revista Belas Infiéis*, 4, n. 1, p. 9-19, 2015.

SOUZA, Cássia Regina da Silva Rodrigues. Periódicos feministas do século XIX: um chamado à resistência feminina. *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH - Rio: ofício do historiador: ensino e pesquisa*, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Gisele de. Nos “rigores” da lei: a escolarização da infância na legislação da instrução pública da província do Paraná (1857-1883). *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n. 67, out./dez. 2016b.

SOUZA, Gisele de; ANJOS, Juarez José Tuchieski dos; BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. O arquivo público paranaense: possibilidades para a pesquisa em história da educação no período provincial. Educação e Pesquisa, *Revista da Faculdade de Educação da USP*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 627-643, jul./set. 2013.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549-1910). *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação: História e memória da educação brasileira*, Natal, 2002.

TEIXEIRA, Cristina Garcia. O Rio de Janeiro de José de Alencar: a moda e as transformações sociais da corte fluminense. *Baleia na rede: estudos em arte e sociedade*, v. 1, n. 10, 2013.

TEIXEIRA, M. Souza. Cultura e Natureza em visões do Homem: Île de France e Brasil: Paul et Virginie de Bernardin de Saint-Pierre (1737-1814) e Inocência (1872) do Visconde de Taunay (1843-1899). *Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira*, 2010.

TIBURI, Márcia; MENEZES, Magali M. de; EGGERT, Edla. *As mulheres e a Filosofia*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

TOREZANI, Juliana. História da fotografia no Brasil - Século XIX. 2015. Disponível em: <<http://ikoneblog.blogspot.com.br/2015/05/historia-da-fotografia-no-brasil-seculo.html>>. Acesso em: 05/02/2018.

TORRES, Marie-Hélenè C.; SANTOS, Sheila. Jeanne Louise Henriette Campan. Antologia de escritoras francesas do século XVIII. Biografias. *Núcleo de Pesquisas de História da Tradução* – Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

VAQUINHAS, Irene Maria. *Miserável e gloriosa: a imagem ambivalente da mulher no século XIX*. Portugal: Centro de Estudos Camilianos, 1997.

_____. *Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX*. Breve relance. Portugal: Câmara Municipal de Torres Vedras / Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo Alexandre Herculano, 2000.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e seus mestres: A educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Editora Grapheus, 2005.

_____. Diálogos entre uma sábia aia e suas discípulas: a literatura pedagógica para a educação doméstica. In: MENDONÇA, Ana Waleska Pollo; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *Histórias de Pesquisa na Educação: Pesquisas na História da Educação II*. Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2013.

VECHIA, Ariclê. O plano de estudos das escolas públicas elementares na Província do Paraná: ler e escrever, para Deus e o Estado. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 4, n. 1, 2004.

_____. Os imigrantes educam a elite Curitibana: 1850-1870. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação*, Educação no Brasil: História e Historiografia, 2000.

VELLOSO, Monica Pimenta. *História e Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VIANA, Manoel. *Paranaguá na história e na tradição*. Paranaguá, 1975.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus A. Taborda (Org.). *Cinco estudos em história e historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WARDE, Mirian J. Contribuições da história para a educação. *Em aberto*, Brasília, INEP/MEC, ano 09, n. 47, jul./set. 1990, p. 3-11.

WERLE, Flávia Obino Côrrea; *et al.* Processos de feminização do magistério (Século XIX). *Anais completos da 24ª reunião da ANPED*, 2001.

WHITE, Margie. Mary Cassatt's Mural Chicago. American girls art club in Paris, 2011. Disponível em: <https://americangirlsartclubinparis.com/>.

WOITOWICZ, Karina Janz. Ecos de uma história silenciosa das mulheres. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, Florianópolis, jan./abr. 2008.

XIMENES, Maria Alice. *Moda e Arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX*. São Paulo: Estação das Letras, 2011. Rio de Janeiro: Senac editora Rio.

ZANINI, Walter (Org.). *História geral da arte no Brasil*. Pesquisa Cacilda Teixeira da Costa, Marília Saboya de Albuquerque. São Paulo: Fundação Djalma Guimarães: Instituto Walther Moreira Salles, 1983.

ZUBARAN, Maria Angélica. O olhar de uma inglesa-viajante sobre o Brasil Oitocentista: o diário de viagem de Maria Graham (1821-1824). *Revista Métis: História e Cultura*, v. 3, n. 5, p. 253-271, jan./jun. 2004.